



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA

**OS KARIRI-RESISTÊNCIAS À OCUPAÇÃO DOS SERTÕES DOS CARIRIS
NOVOS NO SÉCULO XVIII**

**FORTALEZA-CE
2017**

ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA

**OS KARIRI-RESISTÊNCIAS À OCUPAÇÃO DOS SERTÕES DOS CARIRIS
NOVOS NO SÉCULO XVIII**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes.

**FORTALEZA-CE
2017**

Oliveira, Antonio José de.
O48k Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos
no século XVIII/ Antonio José de Oliveira. – Fortaleza - CE, 2017
310p.; il.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Ceará - UFC

Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes.

1. Nações Kariri, 2. Sertões do Semiárido Norte, 3. Expansão
Colonial, 4. Ceará, I. Título.

CDD: 981.221

**OS KARIRI-RESISTÊNCIAS À OCUPAÇÃO DOS SERTÕES DOS CARIRIS
NOVOS NO SÉCULO XVIII**

Aprovada em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes- (Orientador)
Universidade Federal do Ceará- (UFC)

Prof.^a. Dr.^a. Adelaide Gonçalves Pereira (1^a Examinadora)
Universidade Federal do Ceará- (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (2ºExaminador)
Universidade Federal do Ceará- (UFC)

Prof. Dr. Ligio José de Oliveira Maia-(3º Examinador)
Universidade Federal do Rio Grande o Norte- (UFRN)

Prof. Dr. Gerson Augusto de Oliveira Junior-(4º Examinador)
Universidade Estadual do Ceará- (UECE)

Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribart- (Suplente)
Universidade Federal do Ceará- (UFC)

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior- (Suplente)
Universidade Regional do Cariri- (URCA)

A meu pai, João Batista e José
Rodrigues de Oliveira, meu irmão,
(*in memoriam*). Aos meus irmãos.

A Lucélia e a João Davi, sempre!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a *CAPES*, pela qual não teria sido viável essa pesquisa; à *Lucélia Oliveira* (minha esposa), com muita paciência e sabedoria esteve incondicionalmente ao meu lado, porto seguro nessa árdua, difícil e surpreendente trajetória. A *João Davi* (meu filho) inspiração para sempre seguir em frente. Ao Dr. *Eurípedes Antonio. Funes* (Orientador) pela oportunidade de ter sido seu orientando nestes longos cinco anos; pela paciência, franqueza e sabedoria impar soube conduzir essa orientação, especialmente nos momentos mais difíceis em que passei. Aos professores do Curso, em especial, a *Frederico de Castro Neves*, pelas brilhantes considerações no ato da qualificação; *Adelaide Gonçalves*, com a gentileza de sempre me acompanhou durante o Estágio de Docência; Francisco José Pinheiro, por fornecer documentos sobre os registros de Batismos e de Casamentos da Comarca de cidade Icó; à os demais professores do Programa, *Frank Ribard, Meize, Gilberto Ramos, João Ernane, Antonio Luiz, Mario Martins, Ivone Cordeiro, Clóvis Jucá*, cujos conhecimentos auxiliaram de forma indelével no meu amadurecimento intelectual. À *Luciana Cavalcante*, (Secretária da Pós-graduação) que sempre esteve disposta nas resoluções das minhas pendências de última hora. Aos Colegas de todos os momentos enquanto cursávamos as disciplinas; Marylu, Carol, Cezar, Rafael, Raquel, Cicero Joaquim, Jofre, Maria Antônia, Ítalo, este em especial pela tradução para o francês o resumo da penúltima desta tese. A Maico Xavier e Adriel, sempre que possível trocávamos documentos e frutíferas discussões. A Eylor Fagner, pela disponibilidade em corrigir a tese. A todos os colegas do *Departamento de História da Urca*, que além dos incentivos foram meus *Mecenas* na confecção deste trabalho. Às (os) secretárias (os); Sandra Batista, Relva Maria, Edvane Mariano, Sheva Maria, Manoel Bastos, Valdir. Às professoras do *Departamento do Geografia da URCA*, *Lireida Maria Albuquerque Bezerra*, pelas valiosas indicações bibliográfica que me auxiliou nos frutíferos diálogos com a geografia e *Mônica Virna Pinheiro*, pela produção dos mapas. À *Rosilene Alves de Melo*, (UFCG), pela cordialidade de sempre. A *Carlitos* (Departamento de Letras-URCA) pela tradução para o francês o resumo da versão final desta tese. Ao Padre *Francisco Roserlândio*, diretor do *Departamento Histórico Diocesano Padre Antonio Gomes*, que não mediu esforços em auxiliar-me, especialmente pelas importantes recomendações aos diretores dos Arquivos das Ordens religiosas da cidade de Recife, quando, ali, realizei pesquisas. À Tania, secretária daquele Departamento, sempre voluntariosa no que fosse preciso. Ao

Frei Jaciel, diretor do *Arquivo da Província Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil dos Frades Capuchinos italianos-Recife*, pela incondicional atenção em disponibilizar os documentos daquela Instituição e de tudo que me foi necessário. Ao Frei Roberto Soares de Oliveira, diretor do *Arquivo da Província Franciscana do Convento Santo Antonio do Brasil-Recife*, que foi deveras receptível em viabilizar meu acesso ao acervo do Arquivo e da Biblioteca daquele Claustro. Enfim, à toda minha família, sobretudo à minha Mãe (Heroína Gomes) com sua sabedoria de sempre, me inspirou e inspira-me a acreditar que existe um ser superior que nos ilumina e nos orienta nas mais difíceis provações. Por fim, a Assis Gomes (*tio Assis*), eterno admirador de minhas façanhas acadêmicas.

“Quem me dera ao menos uma vez
Fazer com que o mundo saiba que seu nome
Está em tudo e mesmo assim
Ninguém lhe diz ao menos obrigado.” (*Índios:
Legião Urbana*).

RESUMO

Esta tese, *Os Kariri- resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos - século XVIII*, busca compreender a historicidade dos povos Kariri em seus deslocamentos pelos sertões semiáridos ermos. Uma dispersão que se acentua a partir do médio São Francisco, em especial em fins do século XVI, em razão do avanço da expansão da fronteira colonialista. Adentrando pelos sertões semiáridos do Norte foram ocupando aqueles espaços até os Cariris Novos, na capitania do Ceará e porções limítrofes das de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Um espaço vivenciado por outras nações indígenas e mesmo de Kariri, gerando disputas interétnicas por territórios. O contexto tornou-se mais conflituoso quando ali chegam os não índios, muitos deles vitoriosos da guerra contra os nativos que habitavam as ribeiras do Jaguaribe. Coadjuvados pelas ações missionárias, especialmente da Ordem Capuchinho italiana, os Kariri foram aldeados, em especial em Miranda, no sentido de promover sua adequação ao mundo do trabalho, conversão à fé cristã católica e uma educação aos moldes das sociedades ditas civilizadas, forjando o apagamento dos elementos e práticas culturais identitárias. Em 1780, Miranda torna-se vila do Crato, momento em se inicia um discurso sobre invisibilidade Kariri, no entanto em 1867 ocorre o massacre dos Kariri/Xocó da Aldeia da Cachorra Morta, o último embate de uma guerra secular.

Palavras chave: Nações Kariri, Sertões do Semiárido Norte, Expansão Colonial, Ceará.

RÉSUMÉ

Cette thèse, *Os Kariri - résistances à l'occupation des sertões des Cariris Novos - 18ème siècle*, cherche de comprendre l'historicité des peuples Kariri dans leur déplacement par les sertões déserts semi-arides. Une dispersion qui met l'accent de moyen São Francisco, surtout à la fin du XVIIe siècle, en raison de l'avancement de l'expansion de la frontière colonialiste. En entrent par les sertões semi-arides du Nord occupaient ces espaces jusqu'aux Cariris Novos, dans la capitainerie du Ceará et les portions des voisins, Paraíba, Pernambuco et Piauí. Un espace vécu par d'autres nations indiennes et même Kariri, générant disputes interethniques pour le territoire. Le contexte est devenu plus conflictuel quand arrivent les non-indiens, beaucoup d'entre eux, les vainqueurs de la guerre contre les indigènes qui habitaient les rives du Jaguaribe. Aidés par les actions, en particulier l'Ordre des Capucin italienne, les Cariris étaient divisés en hameaux, en particulier dans Miranda, afin de promouvoir votre aptitude au monde du travail, de la conversion à la foi chrétienne et l'enseignement catholique pour les moules des sociétés dites civilisées, forgeant l'effacement des éléments et des pratiques culturelles de l'identité. En 1780, Miranda devient Crato, moment qui commence un discours sur l'invisibilité Kariri, toutefois en 1867 se produit le massacre des Kariri/Xocó de la Village de la Cachorra Morta (Chienne tuée), le dernier d'un accrochage de une guerre séculaire.

Mots clés : Nations Kariri, Sertões semi-arides du Nord, l'Expansion coloniale, Ceará.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- Procedência dos indivíduos que contraíram matrimônio no Cariri.....	137-138
TABELA 02- Sesmarias da família Mendes Lobato – 1 ^a . metade do século XVIII...	156-157
TABELA 03- Aldeamentos na Capitania do Ceará – 1739.....	164-165
TABELA 04- Aldeias da capitania de Pernambuco (médio São Francisco) 1739.....	166
TABELA 05- Aldeias dos Capuchinhos italianos nos sertões da capitania da Paraíba (1739).....	167
TABELA 06- Mandamentos Sacramentais.....	186
TABELA 07- Sacramentos Religiosos.....	186
TABELA 08- Pecados Capitais.....	187
TABELA 09- Sistema de Parentesco da família Kariri, 1947.....	188
TABELA 10- Relação dos termos de parentesco dos Kariri-Kipeá.....	189-190
TABELA 11- Materialidade cotidiana dos Kariri-Kipeá e seus significados.....	190-191
TABELA 12- Nomes e significados entre as línguas Tupi e Kariri.....	191-192
TABELA 13- Vilas e Principais Povoações de brancos e Índios da Capitania do Ceará Grande 1783.....	197-199

LISTA DE MAPAS

MAPA 01- Sertões dos Cariris e Icós na primeira metade do século XVIII.....	26
MAPA 02- Distribuição das nações Tupi-Guarani da costa (início do sec. XVI).....	30
MAPA 03- Distribuições das línguas Macro-Jê.....	32
MAPA 04- Terra Barbarium dos Tapuias.....	38
MAPA 05- Localização das nações kariri no nordeste.....	44
MAPA 06- Principais rotas de povoamentos para os sertões dos Cariris Novos em fins do século XVII e início do XVIII.....	134
MAPA 07- Caminhos formados a partir da Guerra dos Bárbaros.....	136
MAPA 08- Principais Etnias Kariri e Tupi-Guarano que habitaram os Sertões dos CaririsNovos no século XVIII.....	152
MAPA 09- Aldeamentos Capuchinos nos Cariris Novos (1748-1760).....	162
MAPA 10- Aldeamento Missão do Miranda.....	173
MAPA 11- Espaço em que os Kariri-Dzubukuá atuavam.....	193
MAPA 12- Projeto de Transposição do São Francissco -1850.....	209
MAPA 13- Presença Indígena no Ceará Contemporâneo.....	248

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01- Kariri-Xocó-Ilustração do Jornal “O Araripe”.....230

IMAGEM 02- Família Kariri: Poço Dantas – Crato.....249

LISTA DE SIGLAS

ABN-ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

APEC-ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

AHU-ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU-CE- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DO CEARÁ

AHU-PE- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-DOCUMENTOS AVULSOS CAPITANIA DO PERNAMBUCO

AHU-PB- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-DOCUMENTOS DA CAPITANIA DA PARAÍBA

AHU-RN- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-DOCUMENTOS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

APRONEB- ARQUIVO DA PROVINCIA NOSSA SENHORA DA PENHA DO NORDESTE DO BRASIL-RECIFE

APROFCSB- ARQUIVO DA PROVINCIA FRANCISCANA DO CONVENTO SANTO ANTONIO DO BRASIL-RECIFE

BNRJ- BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

DHBN-DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL -RJ

RIHGB-INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

RIC-REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRAFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ

DHDPG-DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTONIO GOMES

SILB – SESMARIAS DO IMPERIO LUSO-BRASILEIRO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPITULO I – Sobre Bárbaros, Tapuias e Kariri.....	27
1.1. Os Kariri na dispersão Tupi-Guarani.....	28
1.2. A Construção das Categorias Tapuia.....	37
1.3. “Penetrando sertões de diferentes gentios”: primeiros registros sobre os Kariri.....	45
1.4. Sertão –Territorialidades Indígenas.....	50
1.5. Deslocamentos Kariri - Rumo aos Cariris Novos.....	55
1.6. Nos imensos sertões de um só novo dono: a Casa da Torre.....	59
1.7. Os Caminhos Para os Sertões Ermos.....	68
1.7.1. <i>Caminhos Baianos do Centro – Médio São Francisco.....</i>	<i>71</i>
1.7.2. <i>Caminhos Vindos de Pernambuco - Rodelas.....</i>	<i>76</i>
CAPITULOII – Da Utilidade da Guerra Para Assegurar Territórios.....	80
2.1. Guerra para dentro: batendo Quilombos.....	90
2.2. Bárbaras Guerras Contra os Bravos Tapuias.....	93
2.2.1. <i>No Médio São Francisco.....</i>	<i>95</i>
2.2.2 <i>Sertões de Piranhas e Piancó.....</i>	<i>98</i>
2.2.3. <i>Sertões do Açu.....</i>	<i>103</i>
2.3. “Siara Indígena” Convulsionada: A Guerra dos Bárbaros nas Ribeiras do Jaguaribe.....	106
2.4. Martim Soares Moreno – um estrategista na arte de dominar a arte da tradução.....	111
2.5. A Guerra Contra os Bárbaros Chega ao Vale do Jaguaribe.....	117
2.6. A Guerra Contra os Icó e Kariri - os últimos baluartes naqueles sertões <i>barbarium</i>	125
2.7. A Ocupação Colonial dos Altos Sertões – Icó e Cariris Novos.....	128
Capitulo III – Os Kariri nos Sertões dos Cariris Novos - entre Catequese e Aldeamentos: Século XVIII.....	151
3.1. Os Kariri Sob as Ordens Missionárias: Carmelitas.....	153

3.2. Franciscanos Capuchinhos nos Sertões dos Cariris Novos.....	159
3.3. Missão do Miranda.....	169
3.4. Os Kariri e os Métodos de Catequização dos Capuchinhos.....	176
3.4.1. <i>O Catecismo Dialogado</i>	178
3.5. Uma Língua Geral Para Os Kariri.....	187
3.6. De Aldeia do Miranda à Vila do Crato.....	196
3.7. “Oásis” em Disputa.....	202

CAPITULO IV – De Índio a Caboclo. De Caboclo a Índio.....211

4.1. Da Invisibilidade à Visibilidade Kariri.....	212
4.2. Mas, quem são estes Kariri-Xocó?!.....	217
4.3. O Aldeamento da Cachorra Morta.....	222
4.4. Crônica de Uma Morte Anunciada – Última Batalha de Uma Guerra Barbara.....	226
4.5. Evidências e Emergências Kariri nos Cariris.....	230
4.5.1. <i>O Uso do Tabaco</i>	235
4.5.2. <i>Beberagem – Jurema</i>	236
4.5.3. <i>Toré ou Torem</i>	239
4.6. Floresta Lugar de Encantarias do Sagrado.....	244

Conclusão.....246

Fontes.....250

Bibliografia.....270

Anexo 01: Tabela Sesmarias doadas entre 1703-1710 nas ribeiras e cabeceiras dos principais rios.....298

Anexo 02: Tabela Sesmarias doadas entre 1717-1752.....302

Anexo 03: Mapa das Vilas do Ceará 1783.....310

INTRODUÇÃO

Cariris e Icós; dois topônimos, dois lugares de memórias que nos levam a revisitar a historicidade dos povos da nação Kariri e compreender, para além de suas relações com esse espaço, seus deslocamentos, situá-los em suas histórias e na da ocupação colonial dos sertões semiáridos das capitâneas do Norte, bem como alcançar seus marcadores culturais e identitários

Assim, o historiador vai em busca do corpus documental produzido, tanto pelos índios, quanto, por aqueles que, direta ou indiretamente, com eles conviveram. Para tal, busquei também o diálogo com estudos como os de Luiza Tombini, no sentido de descortinar “Novos horizontes surgem a partir de um olhar mais atento às fontes disponíveis”. Para Tombini, “uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores do documento textual. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da cultura de quem a produziu. Para acessar os códigos da cultura indígena no escrito do outro, é preciso estar atento a indícios, sinais, vestígios, pistas; através de uma metodologia que permita uma apreciação do conjunto documental que revele as experiências e as (inter) ações daqueles diante do escrito”.¹

Compreender como se efetuaram a conquista e colonização da região do Cariri me inquietava desde que mantive os primeiros contatos com a historiografia local na graduação, cujo resultado se pode perceber na pesquisa de Mestrado sobre os *Engenhos de Rapadura do Cariri*.² Nela, o principal conectivo em direção aos estudos sobre os Engenhos foi a situação de cunho socioeconômico experimentado naquela localidade: a pecuária, a extração aurífera e a cana de açúcar. Esse tripé possibilitou vislumbrar, dentre muitos aspectos as formas de relacionamento que os colonizadores mantiveram com aquele território, sobretudo, político-econômico. Esses aspectos passaram a fazer parte das minhas inquietações a partir de então. Na medida em que a experiência acadêmica amadurecia, cada vez mais se aguçavam os questionamentos: onde estavam os índios que levaram a nomear aquela região, bem como os discursos de

¹ WITTEMANN, Luisa Tombini. (Org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.18/19.

² OLIVEIRA, Antonio José de. “**Engenhos de Rapadura do Cariri**”: trabalho e cotidiano-1780-1850. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2003.

que ali e nos territórios vizinhos não haviam nem mesmo descendente desses nativos. Os aldeamentos do Miranda e Missão Velha, eram também, uma incógnita a decifrar.

Essas indagações aumentavam cada vez mais a curiosidade em procurar vestígios materiais que indicassem o que teria acontecido com os Kariri ali estabelecidos. Com isto, as reflexões passaram a recuar ainda mais no tempo, pois as orientações que se tinha eram apenas flashes do que restara daquela sociedade. Esses lampejos, que como pirilampos vagueiam, se deslocam nas escuras noites dos sertões, passaram a me orientar a tentar compreender também os deslocamentos de muitos desses indígenas pelos diversos espaços dos sertões até ali chegar. E isto me motivou a envolver-me mais ainda com o tema, e se tornava mais plausível quando entendia que aqueles índios lutaram por suas terras. A utilização de sua mão de obra nas minas, nos engenhos e outras atividades fez aquela região prosperar, e passei a ficar mais atento e olhar com maior acuidade os comportamentos da sociedade caririense contemporânea. Com isto percebi que nos rituais das benzedadeiras, na sensibilidade dos caçadores, no artesanato de barro, nos utensílios da vida cotidiana, na toponímia, havia muito dos Kariri. As trilhas da chapada do Araripe que por muitas vezes percorri compreendi que ali também marcharam muitos caçadores e guerreiros dessa nação.

A partir de então, passei a olhar com maior dedicação a historiografia local, especialmente as obras de João Brígido dos Santos,³ Padre Antonio Gomes de Araújo⁴, José de Figueiredo Filho⁵ e Irineu Pinheiro.⁶ Embora denegassem a centralidade dos Kariri no processo da formação sócio-histórica da região, foram indicativos imprescindíveis na busca por conhecer e pesquisar cada vez mais sobre esses povos. Nas produções do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHC), sobretudo nos escritos de Thomaz Pompeu Sobrinho, Pedro Theberge, Guilherme Studart, Carlos Studart, quase sempre os Kariri aparecem decretados à extinção.

Mediante essa produção, fui mantendo contato com a história dos povos Kariri, de seu passado, e compreendendo cada vez mais como foram condenados a ficarem presos naquele passado, obscurecidos pelas narrativas épicas dos que se

³ SANTOS, João Brígido dos. **Apontamento para a História do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica. (Fac-símile a edição de [1861]. 2007.

⁴ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **Povoamento do Cariri**. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas. Faculdade de Filosofia do Crato, 1973. _____ . **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas, 1971.

⁵ FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. vol. I. Cap. I a V. (Fac-símile a edição de 1964). Coleção SEcult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

⁶ PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. (Fac-símiles a de 1963). Coleção Secult. Edições- URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

arrogavam seus conquistadores. Vez em quando fragmentos desse mundo inviabilizado surgia em minhas leituras. Num desses reaparecimentos, quando sublinhei da leitura de George Gardner⁷, cujo relato indicava que a maioria da população da Vila de Crato, onde foi construído o mais expressivo aldeamento da região, era mestiça, marcadamente indígena. E isto me motivou ainda mais ao esforço de pesquisa sobre o tema, que se tornava mais instigante quando vislumbrava que aqueles índios, ante a invasão colonial pela pecuária lutaram bravamente em defesa de sua terra. Neste ponto, compreendi com Vitor Westehelle em seu argumento sobre o fato de que uma cultura colonizada não é uma cultura morta, mas “é uma cultura que esconde, nas profundezas de seus silêncios vozes profundas para sair à superfície”. É uma cultura que para se tornar visível se comunica através do silêncio, da dissimulação e do ocultamento.⁸

As leituras foram se ampliando para outros horizontes. Estudos sobre a nação Kariri, em outras regiões do Nordeste, não vão muito além dos que aqui se expõe. Maria de Lourdes Bandeira⁹, ao estudar os Kariri de Mirandela, Bahia, acreditou que eles haviam sucumbido à sociedade não índia; tese defendida também por Clóvis Antunes¹⁰ e Afonso Trujillo Ferrari;¹¹ segundo eles o desaparecimento destas etnias e dos Kariri se deu desde a integração na época colonial, minando por sua vez sua alteridade. Assim diante dessas afirmações estive diante de uma grande e motivadora problemática, a de procurar saber quem são os Kariri dos Cariris.

Nas obras de Pedro Puntoni e Cristina Pompa, encontrei as primeiras assertivas de que esta era uma nação bastante numerosa e que na época colonial ocupou quase todos os sertões das capitânicas do Norte. A obra de Puntoni - *A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. 1650-1720*,¹² me fez compreender as razões de seus deslocamentos pelo território daqueles sertões e os discursos dos não índios para a dizimação de milhares deles. Cristina Pompa em *Religião*

⁷ GARDNER, George. **Viagens ao Interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1831-1841. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Ed. Itatiaia, São Paulo: UNESP, 1975.

⁸ WESTHELLE, Vitor. **Voces de protesta en América Latina**. México: CETPJD, 2000, p. 36.

⁹ BANDEIRA, Lourdes. **Os Kariri de Mirandela**: um grupo de indígena integrado. Salvador: UFBA. Estudos baianos, nº 6, 1972.

¹⁰ ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru**: Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas. UFAL, Imprensa Universitária, 1973.

¹¹ FERARI, Afonso Trujillo. **Os Kariri**, o crepúsculo de um povo sem história. Publicações avulsas da Revista de Sociologia. nº 3, São Paulo: 1957.

¹² PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

como *Tradução: Missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial*,¹³ indicou que para aquela região a preponderância de uma determinada ordem, a dos Capuchinhos, e não a jesuítica, deslindava os distintos matizes entre as formas doutrinárias da Igreja Católica.

A estes escritos se juntaram as obras historiográficas de Ronaldo Vainfas, *A Heresia dos índios*,¹⁴ de Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro*, *Os índios na História do Brasil*,¹⁵ cujas contribuições originais adensaram o questionamento das concepções vigentes em que se apresentava o índio, como um todo, apenas como figurante na construção da sociedade colonial. Inestimável também nestes debates foram as obras organizadas por João Pacheco de Oliveira: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena e A presença indígena no Nordeste*.¹⁶ De igual relevância, sublinho os magistrais escritos por John Manuel Monteiro: *Negros da Terra: índios e bandeirante nas origens de São Paulo*, e sua tese de livre docência, *Tupi, Tapuia e Historiadores*.¹⁷

Tais estudos, entre outros, possibilitaram o veio de uma nova abordagem sobre os índios do Nordeste, como se observa na escrita de teses e dissertações, de cunho mais localizado, cada vez mais vem tomando corpo nos cursos de Pós-graduações em História e Antropologia. Os estudos referidos alguns publicados em forma de livro, foram fundamentais para evidenciar e compreender como ao longo dos séculos da colonização desta região, foram se configurando os enfrentamentos de dois universos distintos, o mundo europeu e o mundo indígena, marcados por um tempo de intensas disputas: pela terra e seus recursos naturais; escravidão da mão-de-obra nativa e, principalmente, na conversão dos “bárbaros Tapuias” à dita civilidade de padrão europeu. Um processo de

¹³ POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSC, 2003.

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfose indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. _____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

¹³ OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LACED. 2004. _____. **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

¹⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirante nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. _____. **Tupi, Tapuia e Historiadores, Tese de Livre Docência**. Campinas: UINCAMP, 2001.

exclusão territorial e espiritual, onde a ação missionária foi fundamental na arte do apagamento da indianidade; um etnocídio continuado.

Entre os vários estudos podemos citar os de: Manoel Coelho Albuquerque, *Seara indígena: deslocamentos e dimensões indenitárias*; Légio José de Oliveira Maia, *Cultores da Vinha Sagrada: Missão e Tradução na Serra da Ibiapaba (século XVII)*, e, *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial-século XVIII*; Maico Oliveira Xavier, *Cabôcullos são os Brancos; Dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX)*, e, *Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão*; Soraya Geronazzo Araujo, *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*, João Paulo Peixoto Costa, *Na Lei e Guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*; Gerson Augusto de Oliveira Jr. *TORÉM: Brincadeiras de índios velhos*, e, Maria Sylvania Porto Alegre, *Cultura e história: sobre o desaparecimento dos povos indígenas*.¹⁸

Dessa forma, para perceber a historicidade dos Kariri foi necessário uma rigorosa organização do corpus documental, grande parte compilado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), sendo de vária tipologia, o que careceu criteriosa classificação e penosa transcrição: Alvarás, Avisos, Atas, Bandos, Cartas Régias, Cartas de Capitães Mores, Cartas de Ouvidores, Certidões, Consultas, Decretos, Extratos, Mapas, Memoriais de indivíduos aspirantes à Capitães Mores, Ofícios, Requerimentos, Regimentos, Pareceres. Alguns deles foram também localizados na leitura atenta de obras que continham a transcrição de documentos históricos.

¹⁸ ALBUQUERQUE, Manoel Coelho: **Seara indígena**: deslocamentos e dimensões indenitárias. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2002. MAIA, Légio José Oliveira de. **Cultores da Vinha Sagrada**: Missão e Tradução na Serra da Ibiapaba (século XVII). (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2005. _____ **Serras de Ibiapaba**. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial-século XVIII. (Tese). Niterói/RJ: UFF, 2010. XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os Brancos**; Dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX). (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2010. _____. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social**: os índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. (Tese). Fortaleza: UFC, 2015. ARAUJO, Soraya Geronazzo. **O Muro do Demônio**: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2007. COSTA, João Paulo Peixoto, **Cultura e história**: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. (Tese). Campinas: UNICAMP, 2016. OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto de. **TORÉM**: Brincadeiras de índios velhos. São Paulo: Ana Blume. 1998. SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índio no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. (Tese). São Paulo: UNICAMP, 2003. PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. “Cultura e história: sobre o desaparecimento dos povos indígenas.” In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: vol., 23/24, n.1/2,1992/1993, p. 213-225.

Outro tipo de fonte, que consumiu longas horas de dedicação em sua classificação, foram as Datas de Sesmarias para os sertões dos Cariris Novos, entre os anos de 1703 e 1752. A partir daí, foi possível perceber o lugar social do requerente, o espaço de ocupação pretendido, os argumentos e justificativas, dentre os quais estão os “perigos de suas vidas”, atestando claramente as resistências dos Kariri e doutras nações. Esses documentos foram cruciais para compreender a configuração espacial dos sertões dos Cariris Novos, evidenciando que muitos dos Capitães que participaram dos massacres contra os Kariri nos finais do século XVII e primeira metade do XVIII, eram requerentes de sesmarias. Através delas foi possível, também, perceber os topônimos indígenas, *Quichesi*, *Quimami Avaram Quinquilare*, indicadores de terras de índios.

No Recife, a consulta aos Arquivos do Convento Santo Antonio do Recife e de Nossa Senhora da Penha dos Capuchinhos do Nordeste do Brasil, aos livros de Frei Plácido de Messina, Joaquim Guenes, do Padre italiano Matodio de Nembro, forneceram subsídios para compreender a constituição dos aldeamentos no Cariri. O *Acento das Juntas das Missões de Pernambuco*, composto de Cartas Ordinárias, Ordens e Bandos, Atas, cujo conteúdo traduz os argumentos do tempo e da ação: deliberar sobre fazer guerra justa contra os nativos; fiscalizar a administração dos aldeamentos; monitorar a conduta dos missionários, se tornaram indelévels na compreensão do que ocorria nos bastidores dos poderes eclesiásticos e civis, no trato com os indígenas numa guerra secular.

As guerras declaradas aos Kariri e demais nações indígenas seja por sua resistência em defesa de seus territórios ou motivadas por aversão ao projeto colonizador, se configuraram num movimento de incursão bélica bastante considerável em direção aos sertões (guerras para dentro) provocando um verdadeiro genocídio prolongado por mais de dois séculos, denominada na historiografia como Guerra dos “Bárbaros” aqui a de *Guerra Bárbara contra os tapuias, todavia*, uma forma de mensurar o grau de violência praticado pelos responsáveis por esses empreendimentos coloniais.

Além destas guerras, várias outras formas de violência foram desferidas contra os nativos, como por exemplo: a transferência de grupos inteiros para os aldeamentos, acarretando uma serie de modificações na forma material de sua vivência, ocasionando altos índices de mortalidade; as mudanças nos modos de organizar o trabalho e a produção da vida cotidiana. Todavia, nos aldeamentos constituíram novas territorializações.

À medida em que contatos e relações eram forjados, detectamos que diversos aspectos de sua cultura intangível passaram a se fragmentar. Nesse processo, muitas

etnias Kariri foram perdendo muitos de seus referentes culturais, especialmente sua língua, porém o avesso desses contatos proporcionou novos aprendizados, ou seja, traduziram, como explica Cristina Pompa, muitos dos elementos da sociedade não índia para seu universo de crenças. Nos Sertões dos Cariris Novos, a submissão dos Kariri aos aldeamentos construídos ainda na primeira metade do século XVIII pelos Capuchinhos italianos, especialmente o do Miranda, foi o que mais corroborou o processo dessa tradução. Aqui, pretende-se dar densidade conceitual ao termo, conforme Peter Burke, para quem a tradução “tem a vantagem de enfatizar o trabalho que deve ser feito por indivíduos e grupos para domesticar o estrangeiro, assim como as estratégias e as táticas empregadas”. Mas adverte, “o problema é que esse trabalho de domesticação nem sempre é consciente”.¹⁹

Aprendemos também que o contato e o estranhamento que se estabeleceu entre os Kariri e os adventícios proporcionou novas formas de experiência espacial e temporal. Para os Kariri, seu tempo/espço modificaram-se e tornaram ainda mais complexos, sobretudo quando perceberam sua tradição oral/memória, base de todo seu conhecimento ameaçado pela escrita colonizadora. Como muito bem assevera Ribamar Bessa Freire, a oralidade

não se resume apenas à transmissão de narrativas ou de determinados conhecimentos, mas é também geradora e formadora de um tipo de peculiar de resistências, de se perceber enquanto indivíduo em sua sociedade. Ali, onde ele não convive com a escrita, acaba modelando a noção de tempo, de espaço, de causa e de verdade histórica, a qual está estreitamente ligada à fidelidade da memória, do registro oral e da sua credibilidade.²⁰

Apropriaram-se especialmente da própria compreensão do contexto em que estavam sendo envolvidos, colocando-se, quando lhes convinha ao lado dos adventícios, assinalando, dessa forma a complexa tessitura social que marcara o tempo aqui estudado. Permeados pelas diferentes formas de atuação, em conjunto, Kariri e colonos foram, na assertiva de Michel de Certeau, agentes “fabricantes”, como identificado em Cristina Pompa, espaços:

se entende como um lugar praticado, vivenciado pelo conjunto de movimentos que nele se desdobram, e assim, pensamos em sertão como um espaço físico que aos poucos foi sendo transformado pelos próprios relatos coloniais. As

¹⁹ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 156.

²⁰ FREIRA, Ribamar Bessa. “A Canoa do Tempo: Tradição oral e memória indígena”. In: Jaime Salomão (dir). **América: descoberta ou invenção.** 4º colóquio UERJ. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 145.

narrativas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço.²¹

Outro elemento marcante no percurso da escrita da presente tese, foi a compreensão sobre a sociedade nativa, em nosso caso a Kariri como esclareceu John Monteiro em *Tupi, Tapuia e Historiadores*, tinha sua própria dinâmica e foi agente de seu próprio processo histórico, onde forçados, ou não, laboraram em suas escolhas, propondo ou organizando formas de escapar à pressão do colonialismo europeu.

Para os Cariris Novos, espaço privilegiado desta pesquisa, os estudos que tratam da conquista e colonização daquela região apontam que a suposta extinção dos Kariri se deveu às violentas guerras contra os brancos, sendo os sobreviventes foram nas décadas finais da primeira metade do século XVIII, reduzidos ao Aldeamento de Missão Velha e Miranda, e dali, em 1780, transferidos para Arronches, uma vila de índios no litoral da então Província do Ceará.²² Todavia, o golpe “final” viria com o massacre da Aldeia da Cachorra Morta, em 1867.

Região solidificada economicamente em função da produção da cana de açúcar e do criatório, ali se forjou uma sociedade aristocrática, dominadora e excludente, onde a história dos Kariri é retratada apenas em suas lendas e nos parques resquícios de sua cultura material. A crença nesse progressivo desaparecimento não só destes, mas dos índios com um todo, procedeu dos vários mecanismos que os chegantes utilizaram cada vez mais para minarem as evidentes resistências e sobrevivência indígenas

Olharmos por essa ótica, o topônimo Cariri, na atualidade, além de ser identificado com seus elementos naturais é compreendido, também, como um lugar que foi Kariri. Porém, este lugar, significa para grande parte daquela sociedade apenas uma memória do que foram os Kariri, heróis na resistência contra a invasão de suas terras. Nesse sentido, “a perpetuação de um nome geográfico é visto como fruto de embates simbólicos entre grupos, sendo este denominador “um indivíduo que representa politicamente uma comunidade; pode ser um grupo de habitantes do espaço em questão ou ainda um denominador anônimo, perdido no tempo”.²³

²¹ POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: EDUSC, 2003, p. 107.

²² PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri.** (Fac-símile a edição de 1950). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p.48.

²³ SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **De Cirigype a Sergipe Del Rey:** os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623). (Dissertação). São Cristóvão: Sergipe, UFS, 2012, p. 25.

O topônimo Cariri e os atributos naturais dessa “estreita faixa de terreno sertanejo”, foram dos finais do século XIX em diante, os principais elementos a serem apropriados pela elite caririense para o conceituar como região, uma dádiva, um oásis em meio ao sertão”.²⁴ Todavia, conforme observa Darlan Reis Junior, esta assertiva de que no século XIX o Cariri significava um “oásis”, desnaturaliza todo um discurso arquitetado em vista dos elementos naturais para edificar aquela porção territorial como “celeiro” do nordeste:

As origens da denominação do lugar têm relação com a nação Kariri que ali vivia e que posteriormente teve contato com os colonizadores. Apesar da referência a um povo, com o passar do tempo, a região ficou marcada no discurso com outras identidades predominantes: a da natureza bela e com fartura das águas em pleno sertão, ou a da religiosidade de seu povo [...]o caminho a ser trilhado aqui entende a região não como um dado apriori, nem um simples acidente geográfico marcado pela natureza.²⁵

Na historiografia local aqui discutida, estão postos questionamentos centrados especialmente no telurismo, no adjetivo da região como um “oásis” em pleno sertão, pautando a anulação da história e memória dos milhares de povos Kariri enquanto agente deste processo histórico, como observa Rafael Dias:

A despeito de valorizar os indígenas pelos seus atributos e importância no processo de formação cultural da região, esses discursos deixam escapar preconceitos e cargas pejorativas, ao legitimar como necessária a pretensa superioridade do ponto de vista eurocêntrico, relegando a contribuição dos cariris a um plano secundário, apesar de ser constituidora de significados relevantes no projeto de reelaboração do espaço e da identidade caririense.²⁶

Todavia, a presença dessa história encoberta liga o presente com vários séculos de memórias culturais, que, para além das características adquiridas nas diversas regiões, dão conta de fenômenos que não podem ser explicados integralmente a partir das concepções oficializadas nas ciências sociais e na análise política.²⁷

Assim, segui as pegadas dos Kariri, observando sua mobilidade espacial, seus caminhos trilhados por desvios, pausas, avanços e recuos, nos colocou de frente a um dos mais árduos, penosos, porém gratificante exercício. Foi com as inquietações já apresentadas que procurei compreender os Kariri, bem como sua postura diante de uma

²⁴ FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenhos de Rapadura do Cariri**. (Fac-simile a edição de 1958). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

²⁵ REIS JUNIOR, Darlan Oliveira de. **Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: Terra, Trabalho e Conflitos na segunda metade do século XIX**. (Tese). Fortaleza: UFC, 2014, p. 25.

²⁶ DIAS, Carlos Rafael. **Da Flor da Terra aos Guerreiros Cariris: Representações e Identidades do Cariri Cearense (1855-1980)**. (Dissertação). Campina Grande: UFGC, 2014, p. 111.

²⁷ ARGUMEDO, Alcira. **Los Siléncios y las Voces en América Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular**. Buenos Aires: Colihue, 2004, p. 15.

nova situação colonial que os forçava a tomar novas e difíceis decisões. Para acompanhar a trajetória dessa tão importante sociedade, estruturamos a tese em quatro capítulos.

No **primeiro capítulo** *Sobre Bárbaros, Tapuias e Kariri*, é realizada, dentre outras discussões as dispersões Tupi-Guarani pelo interior do território da América do Sul, e ao chegarem ao litoral Atlântico, expulsaram outros povos que ali habitavam, os quais denominaram de “Tapuyo “(inimigo); entre eles estavam os Kariri. Essa dispersão se tornou mais intensa quando a empresa colonial passou a ocupar as terras da faixa costeira, banindo, os Tupinambá para os sertões, território quase todo povoado pelos ditos *Tapuias*. Discutiu-se também o poder dos Garcia d’Ávila da Casa da Torre, cuja extensão dos seus territórios chegava nos Cariris Novos, seguindo, sobretudo pelos caminhos do Médio São Francisco, enfrentando a resistência dos muitos índios nas fronteiras daqueles sertões. Aborda-se as primeiras evidências documentais acerca da presença dos Kariri e a configuração dos primeiros caminhos rumo ao sertão semiárido.

No **capítulo dois**, da *Utilidade da Guerra Para assegurar Territórios*, foi evidenciado que a guerra luso-holandesa, quando o sucesso dos luso-brasileiros nesses conflitos deveu-se muito a aliança com os indígenas e negros. Se discute também que após a expulsão dos neerlandeses, as guerras se voltam para dentro, contra os negros aquilombados e os índios, especialmente aos que se aliaram aos holandeses. Esses conflitos partem do Médio São Francisco, sertões de Piancó e Piranhas e tem seu epicentro nos sertões do Açu. No tópico “*Seara Indígena*” *Convulsionada: A Guerra dos Bárbaros nas Ribeiras do Jaguaribe*, discute-se os desdobramentos das tentativas de conquista e colonização das terras da Capitania do Ceará, que, ante ao fracasso de Pero Coelho e os Jesuítas, Martim Soares Moreno, dada sua presteza na arte de dominar a tradução conseguiu, sobretudo junto aos Potiguara importantes alianças para combater outras nações inimigas e assegurar a conquista. Discute-se ainda os desdobramentos das Guerras contra os índios que, do Açu se propaga em direção a Ribeiras do Jaguaribe, combatendo, sobretudo, os Kariri e os Icó, nos sertões dos Cariris Novos, últimos focos de resistências naqueles sertões. Outro relevante tópico da pesquisa se estende à concessão de sesmarias abrangendo a territorialidade dos Kariris, implicando um redesenho sócio-espacial dos Cariris.

No **capítulo três** *Os Kariri nos Sertões dos Cariris Novos - entre catequese e Aldeamentos: Século XVIII*, se discute a importância da ação aatequética da Igreja Católica nos Sertões dos Cariris Novos, sobretudo pela Ordem Franciscana Capuchinho-Italiana, única a fincar aldeamento em terras da Capitania do Ceará. Dos principais

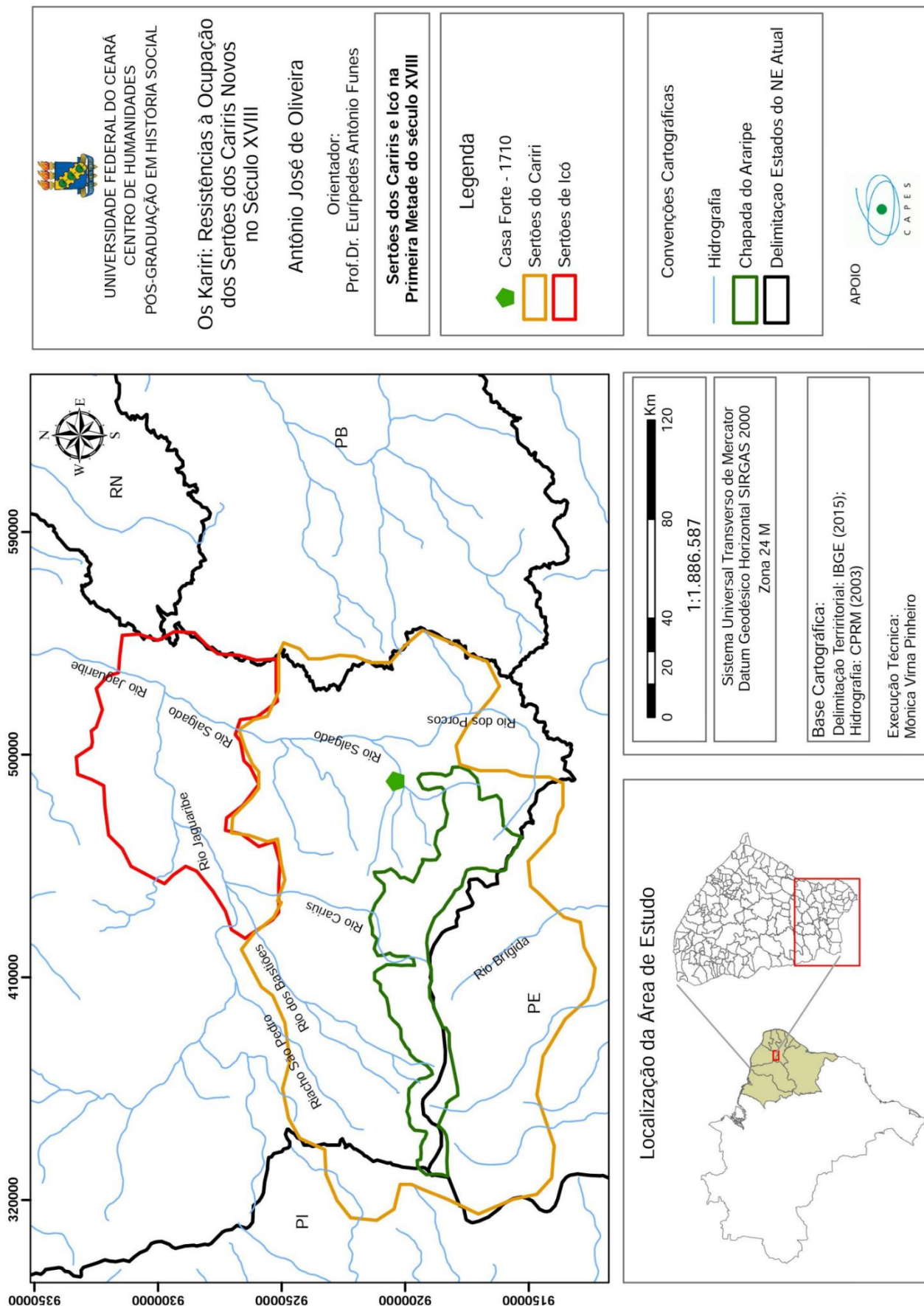
mecanismos de catequização, se destaca o Catecismo Dialogado e a tentativa de se produzir uma Língua Geral para os Kariri. O foco da análise também se dirige ao processo da configuração da missão e do aldeamento do Miranda, destacando ainda sua elevação à categoria de vila do Crato.

O **capítulo quatro**, *De Índio a Caboclo – de Caboclo a Índio* enfeixa o percurso da análise e à maneira de epílogo, com base em documentação inédita destaca o episódio do massacre da Aldeia da Cachorra Morta ao modo de crônica de uma morte anunciada, configurando a última batalha de uma guerra barbara, que atravessou séculos. Na análise se busca perceber o movimento da história, levando em devida conta o largo processo de invisibilidade se quer afirmar os mecanismos de autoafirmação da indianidade Kariri.

Diante do turbilhão social em que cada vez mais são envolvidos, os descendentes se colocavam diante de muitos desafios que os forçam a reorganizar seu mundo frente aos árduos desafios. E hoje, no Cariri cearense, os Kariri que ali vivem ainda resistem aos elementos pós-modernos de homogeneização cultural, especialmente em relação aos poucos traços de sua rica cultura material e imaterial e da memória de sua ancestralidade. Isto está posto na fala de Joana Avelino de Sousa, da comunidade Kariri, do Sítio Poço Dantas, na cidade do Crato, quando afirma: “*meu pai era índio, o pai dele era índio mermo, era das aldeia, das mata de Missão Velha*”.²⁸

²⁸ Entrevista em 21 de maio de 2016. In: FERREIRA, Luís Gustavo dos Santos. “**Fui pegada a dente de cachorro**”: a construção e afirmação da etnicidade Kariri. (Monografia). Crato: URCA, 2026. p. 34.

Mapa 01: Sertões dos Cariris e Icó na primeira metade do século XVIII. (Mapa elaborado pelo autor).



Capítulo I – Sobre Bárbaros, Tapuias e Kariri

No início da ocupação colonial lusitana, em meados do século XVI, o litoral era território de várias nações do tronco linguístico Tupi/Guarani, enquanto que, no sertão predominavam outras culturas, dentre elas a Makro-Jê. Num primeiro contato com os adventícios, houve fortes confrontos de olhares, estranhamentos de ambas as partes. Aos olhos dos chegantes, os nativos eram causa de estranhezas, logo vistos como homens sem fé, sem lei e sem rei. Eram o outro, diferente do eu.²⁹ Para os da terra, aqueles que ali aportavam eram igualmente desconhecidos. Quem eram? A que vinham? Passado esse momento, o reconhecimento veio permeado por juízos de valores desqualificadores, por parte do conquistador, que ordenava ideologicamente a legitimidade da dominação territorial, cultural, espiritual e a escravidão do selvagem.

Selvagem também era a natureza exuberante, todavia, nesse instante, sem riquezas naturais – metais preciosos, que moviam desejos e disputas. Uma “terra em que tudo se plantando dá”, mas para tal era preciso desterritorializar o índio, expropriá-lo de suas terras e tornar rentável a conquista de além-mar. Como torná-la produtiva? A saída foi produzir o ouro doce ao mercado, o açúcar. Assim, grande parte do ecossistema da zona da mata atlântica, foi queimado liberando a terra massapê, fazendo surgir uma nova paisagem verde, os canaviais.

A constituição dos primeiros polos de povoamento no Recôncavo da capitania da Bahia e mais ao norte na de Pernambuco correspondeu à fase de estabilização dos colonos e à solidificação da cultura canavieira. Essa alternativa encontrada pelos colonizadores fundamentou toda uma sociedade marcada pela figura do senhor, a escravização de índios, a introdução de escravos africanos, negros, e a exploração de pobres livres e agregados.

A terra e o engenho, como os principais meios de produção, foram o símbolo máximo de prestígio e poder para o senhor e de exclusão para os demais. Essa empresa proporcionou aos primeiros núcleos o real sentido dos negócios para a Metrópole e a Colônia. Assim, foi se configurando a sociedade colonial no litoral do chamado “Novo Mundo”. Senhores, escravos, colonos e índios formavam a engrenagem social que conformou por muito tempo um cenário de lamentações, angústias, desesperos, opulência, mandonismo, exclusões e enfrentamentos. O destino de cada um daqueles

²⁹ TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

agentes parecia estar estampado na posição que a elite colonial procurava determinar para cada grupo.

Novos personagens chegam à América portuguesa: brancos pobres, degredados ou não, e negros africanos – com a condição social definida ao serem submetidos à árdua travessia do Atlântico, a de escravos –, que se juntaram aos negros da terra. Mão de obra necessária para fazer girar as moendas da economia açucareira. Nesse contexto, as sociedades nativas vão deslindando quem são, e a que vieram, aqueles homens brancos europeus e cristãos. Os negros da terra sentiram, no corpo e na alma, o peso da mão civilizada – extermínio, genocídio e etnocídio, guerras de conquistas e a pior das guerras, a bacteriológica. Muitos sucumbiram à espada, a bactérias; outros tantos, à cruz, ao serem missionados. Outros tantos, ainda, resistiram ao processo civilizador dominante e se deslocaram rumo aos sertões, um espaço ermo e indômito, *barabariun*. Terra dos Tapuias – categorização em que vamos encontrar os povos falantes das línguas Kariri: Kipeá, Kiriri e Dzubukuá, do tronco linguístico Makro-Jê, ocupando uma vasta área dos sertões do nordeste da Bahia, as ribeiras e ilhas do São Francisco; os sertões da Paraíba, chegando à região de Cabrobó (PE) e Cariris Novos, sul do Ceará. Mas quem são os Kariri?

1.1. Os Kariri na dispersão tupi-guarani

O Brasil pré-colonial vivenciou por séculos um grande processo de transumância com os deslocamentos em especial daqueles que viriam a ser denominados por Tupi, Tupinambá, Guarani e Tapuias. Povos que foram redesenhando suas territorialidades naqueles espaços que se tornariam a América Lusitânia. Os rios, entre eles o São Francisco, foram os caminhos naturais nesse alargamento das fronteiras indígenas, rumo ao litoral. Ou no sentido inverso.

Referindo-se à grande dispersão dos tupi-guarani, que migravam em ambas direções no continente sul-americano, Nathan Wachtel destaca que:

Antes da chegada dos espanhóis, grandes contingentes de índios guaranis haviam migrado para o império Inca. Haviam partido do quadrilátero situado entre os rios Paraguai Paraná e a costa do Atlântico. Estariam em busca de **Candire**, a “terra sem males” proclamada por seus profetas? Ou da “montanha de Prata”? Essas migrações haviam-se deslocado ao longo de um arco que passava entre o Guaporé-Moré e o Pilcomayo e, após uma jornada épica, haviam terminado na **montaña** a leste e a sudeste dos charcas. Algumas das tribos guarani acabaram por estabelecer-se nessa ampla zona, após terem

subjugado os habitantes locais de origem aruaque (os chanes); daí por diante, foram conhecidos – e temidos – pelo nome de chiriguanos.³⁰

Outra possível explicação desse movimento, foi a expansão do Império Inca, ocorrido a partir da segunda metade do século XV, e, para não serem subjugados, os tupi-guarani partiram em retirada para outras áreas, ocupando por sua vez as terras do alto Amazonas chegando, daí, ao litoral do Atlântico. De acordo com Pereira;

Os Tupis entraram no Brasil pelos rios Madeira-Amazonas e os Guaranis no Paraguai por dois outros rios, o Pilcomayo e o Paraguai. Em seus itinerários, esses nativos tiveram vários choques com os silvícolas dispersos. A maioria deles abandonava as tabas e escondia-se nos matagais. Poucas tribos Tapuias enfrentavam aquela massa de guerreiros e eram desbaratadas. Afinal os conquistadores alcançaram a orla marítima pretendida.³¹

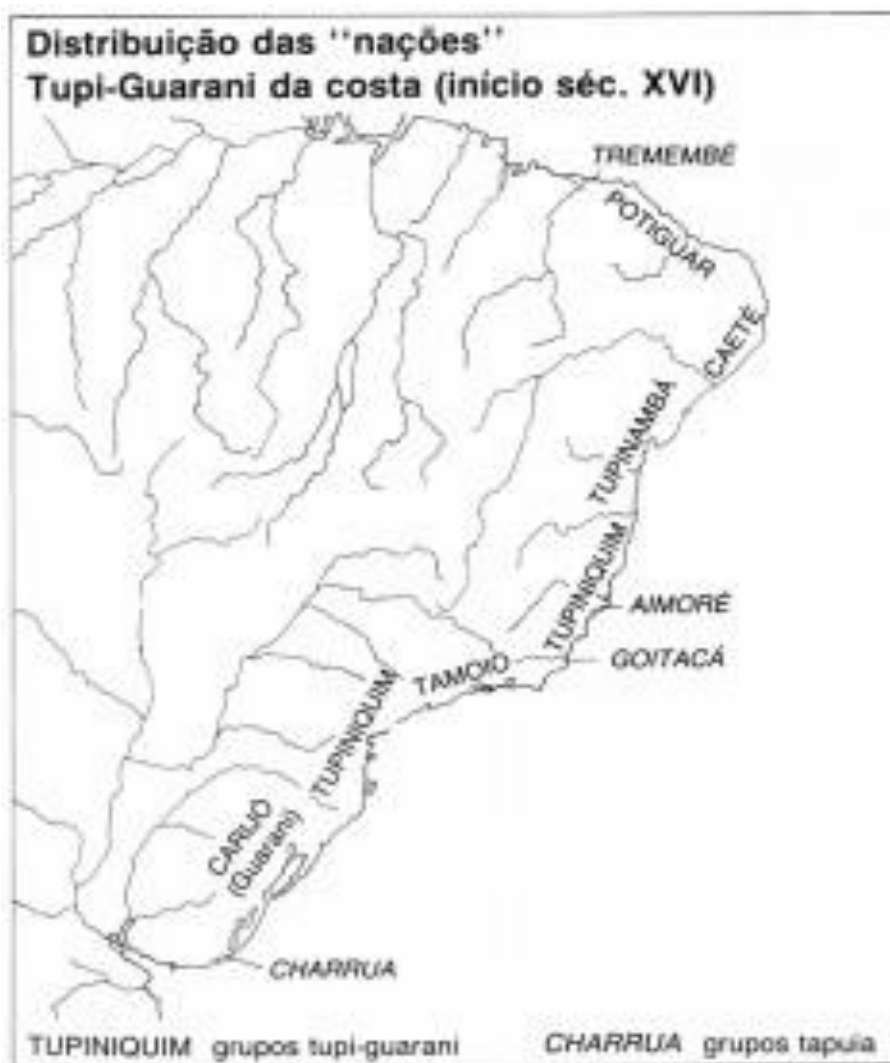
John Hemming, por sua vez, assenta que “os tupi-guaranis estavam estabelecidos ao longo da maior parte da costa atlântica. É possível que tenham provindo dos contrafortes dos Andes ou do planalto do médio Paraguai e Paraná e tenham seguido um processo de gradativa invasão da costa brasileira rumo ao norte”³². Foi a partir desse movimento que muitos grupos alcançaram o litoral e também outras porções interioranas do atual território brasileiro.

³⁰ WACHTEL, Nathan. Os Índios e a conquista Espanhola. In: BETHEL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. vol. I. São Paulo: Edusp. 2008, p.231. Grifos do autor.

³¹ PEREIRA, Soares, Moacyr. **Índios Tupi-Guarani na Pré-História**: Suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento. Maceió; EDUFAL, 2000, p.52.

³² HEMMING, John. Os Índios do Brasil em 1500. In: BETHEL, Leslie. *Op. Cit.*, p.101.

Mapa 2: Distribuição das nações Tupi-Guarani da costa (início do séc. XVI)



Fonte: Laboratório de Ensino e Material Didático da Faculdade de Filosofia e Letras (LAMAD-USP). Disponível em: www.lemad.fflch.usp.br. Acessado em 2014.

No tempo em que os portugueses aportaram no litoral, segundo Estevão Pinto, eram os Jês, “os tapuias dos cronistas tradicionais que viviam, provavelmente, em todo o trato costeiro do país, de onde foram expelidos pelos tupis-guaranis, destes tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam”³³. Em relação aos seus deslocamentos, ainda segundo Estevão, os Jês “moveram-se de Oeste para Leste, vindos, na opinião da maioria dos etnógrafos, das proximidades do São Francisco”³⁴. Geograficamente, John Hemming destaca que os

³³ PINTO, Estevão. **Os Índios do Nordeste:** Introdução ao estudo da vida social dos indígenas do nordeste brasileiro. 1935, p.127.

³⁴ Idem. *Ibidem.*, p.121.

Jês ocupavam o vasto e relativamente aberto planalto central do Brasil. Descendem talvez dos habitantes originais do Brasil. Essas tribos centrais de fala Jê se distribuem por amplo arco de terras do Maranhão ao alto Paraguai. Outras tribos de fala jê viviam nas montanhas do interior a partir da costa sudeste e em alguns locais desceram até o próprio oceano. É possível que tenha sido remanescente de tribos deslocadas pela invasão tupi, embora mostrassem pouca afinidade com o mar.³⁵

Dos milhares de nativos que aqui habitavam antes da chegada dos europeus, Hemming observa que:

Hoje, tudo o que restou das tribos Jês e Tupis originais foram alguns grupos reduzidos nas aldeias missionárias: Pancarus na Ilha de Pampu no São Francisco (alguns de seus descendentes sobreviveram em Brejo dos Padres, Tacaratu, Pernambuco); o Ocrêns e Tupina e Amaípiras de língua tupi acima deles no rio principal, e uma mistura de tribos nas aldeias jesuítas de Pilar, Sorobabé, Aracapa, Pontal do Pajeú na direção de sua foz; tribos Cariri em Caimbé e Massacará (onde mais tarde Garcia D'Ávila manteve parte de seu exército nativo particular), Jeremoabo em Vaza Barris e Cana Brava (hoje Pontal) e Sahy (Atual Jacobina) no Tapecuru.³⁶

Ricardo Pinto Medeiros destaca que atualmente “são aceitos quatro grandes grupos linguísticos; Arawak, Karib, Tupi e Jê, além de vários grupos menores, afora os isolados e os desligados de famílias”.³⁷ O autor alerta que vários grupos podem falar a mesma língua ou dialetos próximos e apresentarem costumes diferentes. No caso do Jê, segundo Ricardo Pinto, incluem-se os

Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Kariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató e, possivelmente, Bororo e Fulni-ô), trata-se de relações mais distantes, datando provavelmente de uns 5 ou 6 mil anos pelo menos. Toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Macro-Jê está concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro³⁸.

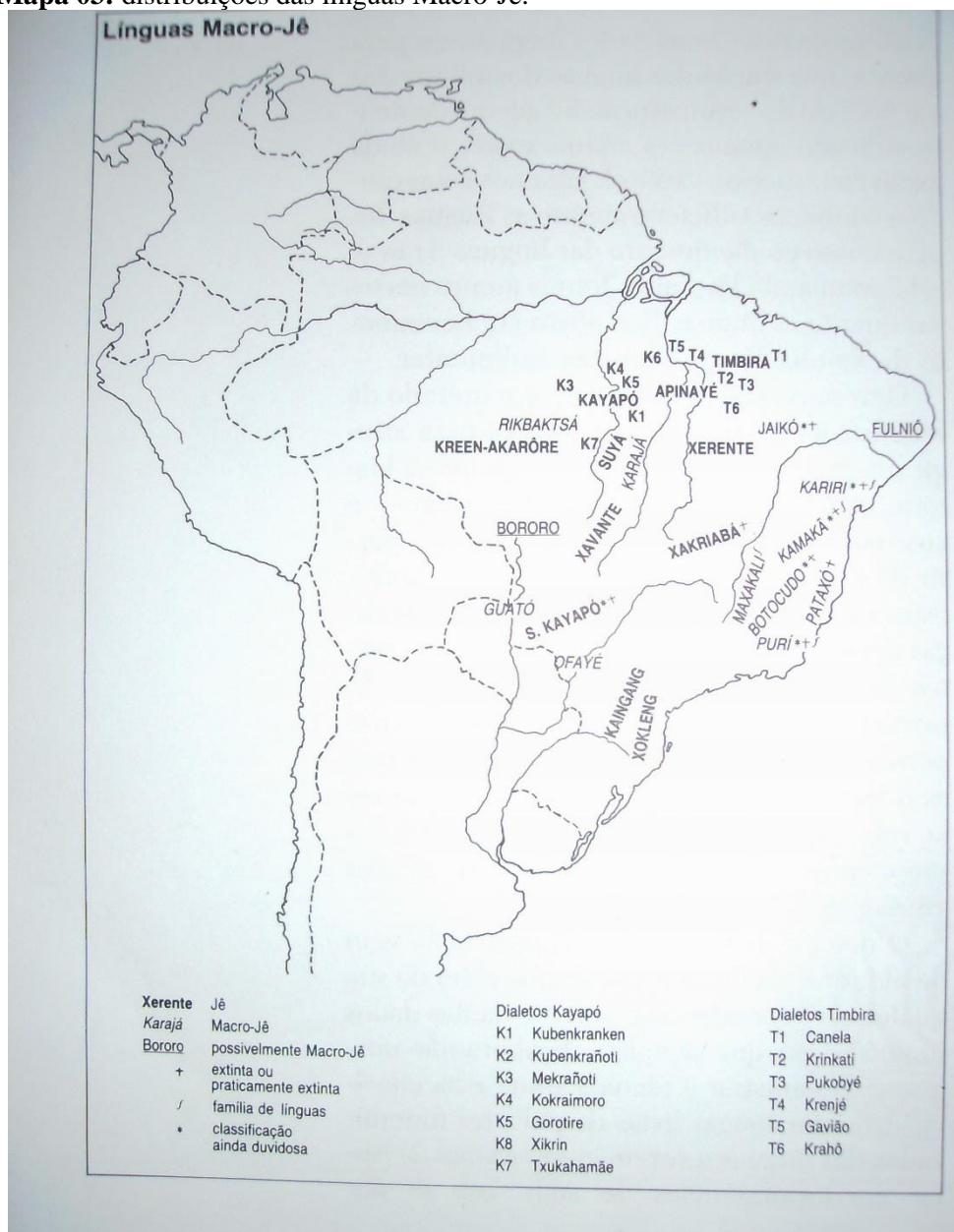
O mapa 03 ilustra, em parte, o panorama dessas famílias linguísticas.

³⁵ HEMMING, John. *Op. Cit.*, p. 101.

³⁶ HEMMING, John. Os índios e a Fronteira no Brasil Colonial. In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. vol. II. São Paulo: Edusp. 2004, p.443.

³⁷ MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O descobrimento dos outros: povos indígenas no sertão nordestino no período colonial**. (Tese). Recife: UFPE. 2000, p. 30.

³⁸ Idem. *Ibidem.*,

Mapa 03: distribuições das línguas Macro-Jê.

Fonte: URBAN, Greg. História da Cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios do Brasil**. 1992.

Ainda há muito o que esclarecer sobre essas migrações e suas motivações. Se deslocarmos nossa narrativa no tempo, especificamente para o século XVI, vamos encontrar elementos mais coerentes e satisfatórios para tentar compreender essa trajetória. Uma das explicações desses deslocamentos dos Kariri pode estar inserida num contexto ainda mais amplo e complexo. Em fins do século XVI,

O impacto da colonização certamente reforçou a busca da “terra sem mal”. Na pregação dos profetas de que fala Maria Isaura Pereira encontra-se, muitas vezes, o ânimo guerreiro com que várias tribos tupi enfrentaram os colonos e seus aliados índios. E também nelas percebe-se a raiz de migrações e fugas em massa no rumo do sertão. Alterava-se a rota, mantinha-se o mito. O paraíso

tupi parecia deslocar-se lentamente do litoral para o interior, do mar para o sertão. Era sem dúvida na costa que, desde do advento da colonização, encontravam-se os males e campeava a morte. Não haveria de ser lá que os tupi buscariam, doravante, a sua terra prometida.³⁹

Diante do exposto, parece mais convincente monitorar essas migrações, uma vez que, em busca desse suposto “paraíso”, as nações tupi-guarani passaram a expulsar outras há muito estabelecidas em seus territórios; especialmente os Kariri, que “pelo menos na Bahia e na antiga capitania de Pernambuco, já ocupavam a beira-mar quando chegaram os portadores da língua geral”⁴⁰.

Pompeu Sobrinho supõe que aqueles nativos “teriam vindo do norte, como era tradição entre eles, e do noroeste. O Caminho provável, mais ajustado às condições de vida e à sua cultura neolítica, teria sido o curso navegável de rios caudalosos, ao nosso entender o próprio Amazonas e o Tocantins”.⁴¹ Ainda sobre o itinerário dos Kariri, segundo o autor,

Devemos supor que os Cariris foram dos primeiros a emigrar seguindo para leste, pela corrente dos rios afluentes da Amazônia e do Orinoco e mesmo pelo curso principal daquele. Prosseguindo nesta direção, chegaram à confluência do rio Araguaia pelo qual se afastaram das populações australóides do planalto, passaram alguns para as cabeceiras do rio Parnaíba, mas, principalmente, desceram pelos afluentes norte-ocidentais no rio São Francisco e estabeleceram-se nas suas margens. Dali se disseminaram para o norte e para o Sul, indo senhorear os melhores trechos da Borborema, dos sertões ocidentais de Pernambuco e do Sul do Ceará.⁴²

Levando em consideração a localização dos Macro-Jê, bem como sua dispersão, mesmo que não tenham vindo pelos rios Amazonas, Orinoco, Tocantins como apontou Pompeu Sobrinho, tudo indica que a nação Kariri tenha suas ramificações pelas ribeiras do São Francisco.

Estudos arqueológicos recentes apontam para uma necessária releitura desta transumância indígena, em particular sobre os diversos espaços ocupados por diferentes nações, como por exemplo na Ilha Sorobabel, uma das maiores do rio São Francisco, onde pesquisas vêm revelando que os rituais funerários contêm traços culturais que lembra ora grupos Tupi ora os Jê.⁴³

³⁹ VAINFAS, Ronaldo. Idolatrias luso-brasileiras: “santidades” e milenarismos indígenas. In: _____. **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.177.

⁴⁰ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História colonial – 1500-1800 e Os Caminhos Antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: UnB, 1998, p.48.

⁴¹ POMPEU SOBRIHO, Thomaz. Pré-história cearense. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo: LXVI. 1952, p.36-181.

⁴² *Idem.*, As origens dos Índios Cariris. *Op. Cit.*, Tomo LXIV, 1950, p. 314-347.

⁴³ ROCHA, Jacionira. As Tradições funerárias no vale do Médio São Francisco. In: **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste. Clio Aqueologica**. Recife: UFPE, n. 4, 1987, p.151-153.

Palco de encontros e desencontros, o Médio São Francisco foi apenas mais um daqueles espaços que abrigou todo um conjunto de relações que demarcaram a dinâmica e o caráter de convivência econômica e sociocultural entre diferentes sociedades. Assim,

De modo geral, os homens que habitaram o vale do médio São Francisco na pré-história, ocupavam os abrigos e terraços próximos aos rios sem se afastar muito dele pois ali era onde encontrava seu alimento. Estabeleceram-se, também, nas margens de antigas lagoas, resíduos do vale arcaico. Devem ter chegado ao São Francisco, procedentes do planalto goiano e o sertão do Piauí, onde há indústrias líticas muito semelhantes às encontradas na região de Itaparica, datadas como pertencentes a época beirando os 10.000 BP. Formando pequenos grupos de caçadores-coletores, com grande mobilidade, percorriam grandes extensões do vale, caçando, pescando e preparando seus artefatos de pedra, como parecem indicar a densidade e a extensão do material lítico espalhado em diversos sítios nas proximidades do rio. Ocupando também pequenos abrigos não longe das suas margens.⁴⁴

Ainda segundo a autora,

Os assentamentos de agricultores-ceramistas, que poderíamos chamar de aldeia neolíticas, em sua maior concentração, encontravam-se nas ilhas do São Francisco: ilhas de Zorobabel, ilha de Itacuruba, ilha da Viúva, ilha do Pontal e Ilha da Assunção. Com água próxima e sólo fértil, essas ilhas, ao longo do curso do médio São Francisco, foram intensamente ocupadas por grupos pré-históricos de agricultores e depois pelos aldeamentos missionários, principalmente de franciscanos e Jesuítas.⁴⁵

Por sua vez, os estudos arqueológicos na Bacia Sedimentar da Chapada do Araripe vêm se constituindo num ponto fundamental de referência para “o entendimento dos grupos pré-históricos que ocuparam o nordeste do Brasil”.⁴⁶ Segundo os arqueólogos, aquela localidade teria sido lugar de passagem do homem primitivo que vinha da Serra da Capivara no Piauí, para os sertões do Seridó, no Rio Grande do Norte; ou no sentido contrário.⁴⁷

Pesquisas efetivadas por Marcos Albuquerque e Veleza Lucena na região de Araripina (PE), vertente oriental da chapada do Araripe, tem demonstrado que os Tupinambá - chamados por estudiosos de grupos portadores de “Cultura de Floresta Tropical”, ou habitantes de florestas, tinham habitado o semiárido nordestino e não

⁴⁴ MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 3ª ed. Recife: UFPE. 1999, p.130.

⁴⁵ Idem. *Ibidem.*, p.123.

⁴⁶ PESSIS, Anne-Marie (*Et. Al.*). Prospecção Arqueológica de sítios com registros rupestres na chapada do Araripe. In: **Clio Aqueologica**. Recife: UFPE, nº 18, 2005, p. 123-140.

⁴⁷ Segundo Ricardo Pinto Medeiros, os estudos naquela localidade se iniciaram nos anos 1980 e “foram realizados por arqueólogos do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco através do projeto Os grupos ceramistas agricultores do semiárido pernambucano, coordenado pelo Arqueólogo Marcos Albuquerque na área pernambucana da Bacia Sedimentar do Araripe. MEDEIROS, Ricardo Pinto; MACHADO, Daniel Luna. Horticultores Ceramistas da Bacia Sedimentar do Araripe: classificações arqueológicas e características tecnológicas. In: **Clio Arqueológica**. Recife: UFPE, vol. 26, nº 2. 2011, p. 349-370.

apenas os Tapuias, aos quais chamam de “tribos marginais.”⁴⁸ Mediante os achados, especialmente as cerâmicas, chegou-se à conclusão de que tais utensílios faziam parte da cultura tupi-guarani. Com isso, puserem em cheque outros estudos que até então defendiam que grupos habitantes de florestas tropicais só viveriam em regiões úmidas, e o “ambiente semiárido seria ocupado por grupos caçadores-coletores”.⁴⁹ Outro resultado da referida pesquisa foi o de que ali abrigou o maior número de sítios de cultivadores identificados no semiárido nordestino.

Para se compreender de que forma os Kariri estavam situados ou distribuídos em seus respectivos espaços, antes da chegada dos não índios, além das informações historiográficas, foi importante se apropriar, também, dos conhecimentos dos estudos arqueológicos, para além das pinturas rupestres, dos artefatos cerâmicos e líticos encontrados em diversas localidades da região.⁵⁰ No século passado muitos desses objetos foram registrados por estudiosos locais. Segundo Figueiredo Filho,

Entre a Praça da Sé, berço do Crato, e o atual prédio em construção da Faculdade de Filosofia, à Avenida Antônio Luis, de quando em quando se têm encontrado, em escavações de alicerces, igaçabas e mais igaçabas. Infelizmente não se pode aproveitá-las inteiras [...] em todo o Vale Cariense, encontram-se colares de pedras, sílex ou machadinhas de índios, aos quais o povo chama sempre de corisco. São bem feitos, contornados, atestando assim que seu possuidor já passava pela fase mais evoluída da pedra polida. Há várias inscrições em toda a zona.⁵¹

Os estudos de Roseane Lima Verde, essencialmente voltados para os Kariri, trabalhando com uma das mais enigmáticas formas de expressão de sua cultura, as pinturas rupestres, identificou sete sítios portadores desses registros na área arqueológica do Araripe, localizados nos municípios de Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri, Campos Sales e Mauriti. Segundo ela,

Dividimos toda a encosta norte do Araripe (sul do Ceará) que se constitui a área em estudo, em três vertentes, de acordo com suas características geomorfológicas. Denominamos de “vertente norte” da Chapada, a vertente retilínea mais avançada em direção norte, a qual do vale sinclinal, os fluxos d’água correm para a sub-bacia do Rio Salgado à leste. As outras duas vertentes são côncavas: A leste, a sub-bacia do Rio Salgado, que forma no município de Crato, o fundo de um vale côncavo que se abre depois para uma várzea em

⁴⁸ ALBUQUERQUE, Marcos. LUCENA, Veleda. Agricultura tropical pré-histórica (um sistema de floresta úmida ou que integra o semiárido). *Ci & Trop.* Recife, vol. 19. n.º 1, jan/jun.1991, p. 7-33 e MEDEIROS, Ricardo Pinto; MACHADO, Daniel Luna. Horticultores Ceramistas da Bacia Sedimentar do Araripe: classificações arqueológicas e características tecnológicas. *Clio Arqueológica.* p. 349-370.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ SILVEIRA, Andrea César da; SILVA Adeildo Cabral da; CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SCHIAVETTI Alexandre. Análise de Efetividade de manejo do Geopark Araripe-Estado do Ceará. São Paulo: UNESP, *Geociências*, v. 31, n.º. 1, p. 117-128, 2012.

⁵¹ FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri.* V. I. Cap. I a V. (Fac-símile à edição de 1964). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p. 08.

direção aos municípios de Milagres e Mauriti. E a vertente oeste, formando o vale estrutural da sub-bacia do Rio Cariús, entrada para o semiárido cearense.⁵²

O mapeamento das pinturas rupestres ganha relevância ao tempo em que nos permite compreender que a região foi habitada pelo menos por duas nações; a Tupi-Guarani e a Kariri. Vale ressaltar que, naquela região deu-se uma ramificação Tupi (Tabajara), quando se deslocavam da capitania da Bahia para a Serra da Ibiapaba, parte desta nação ficou por ali. Cinthia Nunes compartilha também essas informações. De acordo com a mesma

Os Tabajaras eram descendentes dos que vieram pelo S. Francisco, alcançaram a Serra do Araripe, e finalmente Ibiapaba. Eram tupis que vieram para o Piauí pelo rio... desviaram sua rota do litoral, em virtude da resistência oferecida pelos cariris que demoravam, então, na atual região do nordeste e que ainda não foram bem definidos pelos etnólogos.⁵³

Isso nos leva a considerar a existência de uma diversidade de grupos étnicos que ocuparam, ou transitaram, os sertões sul da capitania bem antes do período colonial, semelhantes a todos sertões nordestino.⁵⁴

Levando em consideração a divisão (norte, leste e oeste) proposta pela arqueóloga Roseane Lima Verde, e as informações historiográficas sobre as possíveis áreas em que os Kariri habitaram, poderemos compreender melhor os feitos etno-geográficos dos sertões dos Cariris e vislumbrar como estavam distribuídos e ocupados os espaços daqueles sertões, assim como suas “fronteiras” culturais no momento do contato com os não índios.

Esses grupos indígenas sertanejos, outrora vivendo em regiões litorâneas, sempre foram vistos como arredios, de língua travada, por outros gentios e, em especial, pelos colonos chegantes, que os significavam como Tapuios. Aqueles que não falavam a língua geral, derrotados pelos Tupi, migraram para os sertões *Barbarium*. Historicamente, construiu-se um medo aos bárbaros, aqueles que em tudo se diferenciam de nós. Renegam

⁵² LIMAVERDE, Rosiane. Os registros rupestres na chapada do Araripe, Ceará, Brasil. In: **Clio Arqueológica**. Recife: UFPE. vol. 2, nº 21, 2006, p.140-154. Ver também sua tese: **Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe-Nova Olinda-Ceará, Brasil**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2015.

⁵³ KROS, Cinthya Valeria Nunes Motta. Etnias, Fluxos e Fronteiras: Processo de Emergência Étnica de um grupo Cariri em Queimadas. In: **IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**. 04 a 07 de agosto de 2013. (Artigo). Fortaleza. Grupo de Trabalho: Dinâmicas Territoriais, processos políticos e lógicas identitárias.

⁵⁴ MACHADO, Luna Daniel. **Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antonio e Olho d'Água do Pau, Mauriti-Ce.** (Dissertação). Recife: 2010, p. 5.

a civilidade ⁵⁵. Travam o avanço colonial, um “muro dos demônios” nos sertões semiáridos das províncias do Norte.

1.2. A Construção das Categorias Tapuia

No início do século XVI, os conflitos intertribais foram documentados, sobretudo pelos cronistas franceses, holandeses e portugueses. A noção de alteridade entre Tapuias e Tupis foi primeiramente apresentada pelo viajante Gabriel Soares de Souza, em seu “Tratado Descritivo do Brasil”, de 1587,⁵⁶ em que aponta os Tapuia como os primitivos povoadores do litoral brasileiro, os quais foram desalojados por grupos inimigos. A lógica das guerras, o trato com os prisioneiros, a mitologia, a nudez, a poligamia, a antropofagia, bem como outros elementos se constituíram nas primeiras e mais importantes informações sobre o universo desses nativos. Uma delas era a de que as terras em que viviam não lhes pertenciam desde “sempre”, essas haviam sido ocupadas pelos seus contrários, “que propriamente se dizem escravos”⁵⁷, que mais tarde foram denominados pelos lusitanos de “Tapuias”. Essas guerras iam redesenhando novos espaços e reconfigurando novas fronteiras territoriais, cujo ritmo levou a que muitos habitavam o litoral ocupassem os sertões. Dessa forma, tanto

Na volta como na ida o transito de homens para os quais a guerra era um elemento, e o desejo de possuir novas terras de que careciam e que cobijavam, originaram novas lutas. Os vencidos não podendo retrogradar, e sendo difícil a passagem por meio de populações intactas, ou se fundiram também com os vencidos, ou se retiraram para o interior. Por isso vemos mesclados ramos de famílias distintas, habitando os sertões alguma do litoral.⁵⁸

Para o historiador John Monteiro, se com os outros grupos indígenas um nome genérico englobava semelhanças em suas tradições e padrões culturais, em relação aos Tapuia, tal denominação servia para separar estes grupos indígenas dos grupos Tupi que ocupavam o litoral. Segundo Monteiro: “[...] a denominação representava pouco mais que a antítese da sociedade tupi, sendo, portanto projetada em termos negativos”.⁵⁹ Desse

⁵⁵ TODOROV, Tzvetan. **El Miedo de los Bárbaros** – mas allá del choque de civilizaciones. Barcelona: Editora Galaxia Gutenberg, 2008.

⁵⁶ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 2000[1587]. Apresentação de Leonardo Silva Dantas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

⁵⁷ ANCHIETA, Padre José de. **Cartas Jusuíticas III**: Cartas, Fragmentos Históricos e Sermões. 1554-1594. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 48.

⁵⁸ DIAS, A. Gonçalves. Emigrações dos Indígenas do Brasil. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Tomo XXX, 1867, p. 20-21.

⁵⁹ MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. *Apud* ARAUJO, Soraya. **O Muro do Demônio**: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2007.

modo, percebemos que mesmo no primeiro século de colonização, o termo Tapuia já passara a designar um “todo” composto por uma diversidade de línguas, de usos e costumes desses grupos indígenas que habitavam os sertões.⁶⁰

Mapa 4: Terra Barbarium dos Tapuias. Mapa intitulado “Recens Elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae in America Meridional”. Goerge Mattaus Seutter, 1740.



Fonte: MICELLI, Paulo. **O tesouro dos Mapas:** a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Banco Santos, 2002, p. 257.

A noção e o conceito de Tapuia, como sendo de um povo bárbaro, adversário e inimigo comum foi então construída historicamente, isto é, criada no próprio contexto colonial, tanto a partir do texto das crônicas e relatos dos viajantes, como também nos documentos oficiais. E foi reforçada, ainda, “durante o período de ocupação holandesa, uma vez que esses grupos indígenas mantiveram não só alianças militares como também tiveram participação ativa no serviço da empresa colonial holandesa no Brasil e na

⁶⁰ POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003, p.199.

manutenção do território ocupado por estes”.⁶¹ Segundo Roulox Baro, essa era uma nação brutal

que vivem completamente nus nas matas, como vagabundos (havendo alguns que habitavam em comum as aldeias ou vilas, mas que se locomovem de seis em seis meses para serem mais sadios e andam por todos os lugares), esse nunca puderam acostumar-se e logo que se lhe apresenta um fuzil, lançam-se em terra e prontamente se levantam, sem, as vezes, dar tempo de carregá-lo novamente. Levam apenas clavas largas e chatas na ponta, feita de uma madeira dura com as quais parte um homem ao meio com um só golpe [...] marchavam e corriam em uma velocidade incomparável. Se houvesse necessidade de bater-se em campo raso os portugueses tinha certeza de perder a vida caso não fugissem.⁶²

A cultura material, as práticas de caçar, pescar, coletar, habitar e o nomadismo, bem como outras características desses povos ainda eram comuns quando do início da dominação colonial. Foi a partir desses elementos que muitas concepções foram construídas, e utilizadas pelos não-índios para tentar compreender os nativos que habitavam o litoral, em relação àqueles que viviam nos sertões da Colônia, em especial, nos do extremo Norte. Muitas dessas características foram importantes para que os colonos as utilizassem como justificativas para usurparem suas terras, bem como definirem o lugar que cada uma deveria ocupar no processo de construção daquela sociedade. Das principais características dos povos que viviam na faixa litorânea, além da poligamia, religião, guerras, a forma de manipular a natureza, o que gerou espanto, repugnância e aversão, em especial, por parte dos religiosos, foram os rituais antropofágicos.

A despeito dessas conjecturas, é importante compreender que tal prática foi encarada de forma distinta pelos agentes que estavam à frente do processo de conquista territorial. Gabriel Soares de Sousa, um dos importantes reinóis a se aventurar pelos sertões, é enfático ao considerar que “esses selvagens comem carne humana por mantimento, o que não tem outro gentio que a não comem se não por vingança de suas brigas e antiguidade de seus ódios”.⁶³ Para ele, comer carne humana por mantimento e não de forma ritualizada, como os Tupinambá, significava a selvageria levada ao extremo. Tal assertiva passa a transformar esses nativos em verdadeiros canibais. Fernão Cardim, por sua vez, observou que esses tapuias.

⁶¹ ARAUJO, Soraya Geronazzo. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII.** (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2007, p. 84.

⁶² MOREAU, Pierre; ROULOX, Baro. **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias.** 1979[1651]. Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo Ed. USP, p. 26

⁶³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Op. Cit.*, p. 41-42.

São cruéis como leões; quando tomão alguns contrários cortão-lhe a carne com uma canna de que fazem as frechas e os esfolão, que não lhes deixão mais que os ossos e tripas: se tomão alguma criança e os perseguem, para que lha não tomem viva lhe dão com a cabeça em um pau desentranhão as mulheres prenhes para lhes comerem os filhos assados.⁶⁴

Após os encontros iniciais, as visões idílicas e as fantasias dos europeus relativas aos “nobres selvagens” deram lugar a avaliações mais materialistas e exploradoras dos índios. A vida idílica de Caramuru na Bahia ou de João Ramalho em Piratininga, com suas grandes famílias, no início do século XVI, foi de curta duração. De acordo com Russel-Wood:

O canibalismo deu aos europeus as bases morais, justificando a exploração e a escravatura. As ofensivas europeias forçavam os índios a se retirar de suas terras tribais para evitar outros contatos, em processo de retirada contínuo, para os recantos mais remotos do sertão ou da floresta. Sua recompensa foi a conservação da independência e da integridade cultural”. Pelo menos por algum tempo. A luta era contínua.⁶⁵

Na medida em que o processo de conquista e ocupação dos sertões se configurava e a necessidade de mão de obra para abrir novos caminhos, construir estradas, Casas Fortes, dentre outras atividades, tornava-se mais importante conhecer quem era quem nesse universo de diferentes povos. Além das características supracitadas, aos olhos dos europeus, havia outras que também serviram como parâmetro na construção das relações e alianças com muitos desses nativos, as quais foram se tornando úteis para cada vez mais ir se definindo o binômio tupi/tapuias; que passa a se apoiar, dentre outros elementos, na língua e nas diferentes formas que ambos tinham de manipular a natureza.

Em relação ao trato com a natureza, se bem observarmos, nos relatos de Gabriel Soares e nos demais cronistas da época, há uma nítida tendência a comparar tapuias e tupinambá, especialmente quando elucidam a prática da agricultura e a forma de habitação. Na observação de Gabriel Soares,

São esses tapuias muito fogazoes, e não trabalham nas roças, como os tupinambás, nem plantam mandioca, nem comem senão legumes, que lhes as mulheres plantam, e granjeiam em terras sem mato grande, a que põem fogo para fazerem suas sementeiras; os homens ocupam-se em caçar, a que são muito afeiçoados [...]. Quando esses tapuias cantam, não pronunciam nada, por ser tudo garganteado, mas a seu modo; são entoados e prezam-se de grandes músicos, a quem o outro gentio folga muito ouvir cantar. São estes tapuias grandes flecheiros, assim para caça como para seus contrários, e são muito ligeiros e grandes corredores, e grandes homens de pelejarem em campo descoberto, mas pouco amigos de abaltroar cercas; e quando dão em seus

⁶⁴ CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. [1925]1583. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: Livraria Elite: 1925, p. 199.

⁶⁵ RUSSEL-WOOD, John. **História do Atlântico Português**. São Paulo: EDUNESP, 2014, p. 288.

contrários, se eles recolhem logo para suas casas, as quais tem aldeias ordenadas, como costumam os Tupinambás.⁶⁶

Hans Staden escreve que,

Na Serra habita uma raça de gente selvagem que se chama Wayganna. Estes **não tem habitações** fixas **como os outros**, que moram diante e por trás da Serra. Os mesmos Wayganna estão em guerra com todos as outras nações e quando apanham algum inimigo o devoram; os outros também fazem o mesmo com elles. Vão a procura da caça na Serra, são peritos em matar com arco e hábeis em outras cousas como em fazer laços e armadilhas, com que apanham caça.⁶⁷

Nas palavras de Gabriel Soares e de Hans Staden, percebem-se as visões que os mesmos tiveram desses povos e como ambos os grupos manipulavam o meio natural para sobreviver. A caça, a coleta, mas, sobretudo, o fato de não terem habitações “fixas” e roças, assinalavam uma característica bem distinta para os que tinham esses elementos, especialmente as sociedades litorâneas. Essas, além de caçar, pescar e coletar, cultivavam suas roças, em especial a mandioca. Também habitavam em suas localidades por muito mais tempo e dormiam em redes. Dessa forma, aos olhos dos colonos, os Tupinambá ostentavam um repertório de sobrevivência muito mais sofisticado do que os dos chamados Tapuias. Essas e outras habilidades foram bem observadas pelos agentes da colonização que cada vez mais foi se configurando sinônimo de diferenças entre essas duas sociedades.

Há outras nações contrárias e inimigas destas, de diferentes linguas, que em nome geral se chama Tapuya, e também entre si são contrarias; primeiramente no sertão vizinho dos Tupanaquins habitão os Guaumurês, e tomão algumas oitenta legoas de costa, e para o sertão quando querem são senhores das matas selvagens [...] **não tem roças, vivem de rapina** e pela ponta da frecha, come mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão se não de salto [...] esses dão muito trabalho em Porto Seguro, Ilhéos e Camamu, e esta terra se vão despovoada por sua causa; não se lhes pode entender a língua.⁶⁸

Essas diferenças, somadas à resistência que os Tapuias ofereciam a expansão do projeto colonizador vão se acentuando à medida que avança a colonização e se tornam cada vez mais incômodas para os adventícios. Quase meio século depois das descrições de Gabriel, Staden e Cardim, Frei Vicente do Salvador escreveu o seguinte sobre os Tapuias:

O que de presente vemos é que todos são de cor castanha e sem barba, e só se distinguem em serem uns ser mais bárbaros que outros (posto que todos são

⁶⁶ SOUSA, Gabriel Soares de. *Op. Cit.*, p. 298-299.

⁶⁷ STADEN, Hans. *Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brazil. Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. Tradução da Primeira Edição original [1557]. Typografia da Casa Eclectica, 1925, p. 123. Grifos meus.

⁶⁸ CARDIM, Fernão. *Op. Cit.*, p.199. Grifos meus.

assaz). Os mais bárbaros se chama em geral Tapuhias, dos quais há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros. Os menos bárbaros, que por isso se chamam Apuabetó, que quer dizer homens verdadeiros, posto que também são de diversas nações e nomes porque os de São Vicente até o rio do Prata são Carijós, os do rio de Janeiro Tamóios, os da Bahia Tupinamba, do rio de São Francisco, Amoipira e os de Pernambuco até o rio Amazona Potyguaras, contudo todos fala uma mesma linguagem e este aprendem os religiosos que os doutrinam por uma arte de gramatica que compoz o padre Joseph de Anchieta. **Há uma casta de gentios** tapuias chamados por particular nome Aimores, os quais **não fazem casas** onde morem, mas, onde que quer lhes anoitece, debaixo das arvores limpam um terreiro, no qual esfregando uma canna ou frecha com outra, acendem lume, e o cobre com um couro de veado posto sobe quaro forquilhas, e ali se deitam todos os demais com os pes para o fogo, dando lhes pouco, como so tenham enxutos e quentes eque lhes chova em todo corpo. Porem as mais castas de índios vivem em aldeias, que fazem **cobertas de palmas e de tal maneira que lhes fique no meio do terreiro, onde façam seus bailes e festas e se ajustem** diante ao conselho.⁶⁹

Essas diferentes formas de ver tais nações, e suas distintas configurações culturais, foram aos poucos se construindo como sinônimo de alteridade entre Tupi/Tapuia/branco. Essas distinções foram imprescindíveis para muitos se afirmarem em relação ao outro, como também para outros fins. Monteiro aponta que

Para além do binômio Tupi-Tapuia, surgiram outros pares de oposição com a função de introduzir alguma ordem numa situação às vezes confusa e imprevisível. O contexto colonial produziu outras definições importantes, como a oposição entre povoado e sertão, o que representava mais do que uma referência espacial, pois na verdade, delimitava dois universos distintos, um ordenado pela lei e pelo governo, o outro livre de tais constrangimentos.⁷⁰

Contudo, mesmo apoiados nessas distinções, de uma forma geral, os europeus compreendiam que todos esses nativos necessitavam ser lapidados para serem integrados ao convívio daquela nova sociedade proposta por eles. Alicerçados no aparato técnico-científico da época, os não-índios entendiam que as formas de organização socioeconômica e cultural dessas sociedades, fosse ela Tupi-Guarani ou Tapuias, estavam muito aquém do mundo dito civilizado. Essa maneira de compreender levou os colonizadores a introduzir valores totalmente estranhos aos dos nativos. Essa intervenção foi planejada e aplicada de modo que pudesse proporcionar modificações em sua cultura e que os levasse a abandonar seus hábitos considerados primitivos.

Nesse ínterim, o dia a dia de milhares de nativos passou a ser a realização de atividades muito estranhas aos seus costumes, dentre elas a derrubadas de imensas florestas, especialmente, as de pau-brasil, construção de engenhos, habitações, serviços

⁶⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil-1500-1627**. Nova edição revista por Capistrano de Abreu, 1918, p. 42-53. Grifos meus.

⁷⁰ MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas. (Tese de Livre Docência). São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 19.

domésticos, guias e demais tarefas. Partindo desses pressupostos, os homens da época moderna entendiam que só por esse viés passariam a dominar o mundo natural, incluído tudo que nele havia, inclusive os índios. Assim,

O ideal do predomínio humano também repercutia no relacionamento dos homens entre si; não apenas no modo de tratarem o mundo natural. Alguns homens eram vistos como animais uteis, a serem refreados, domesticados, doutrinados e tornado dóceis; outros eram daninhos e predadores, a serem eliminados. John Locke considerava que quando um agressor ignorava a razão humana automaticamente se tornava passível de ser eliminado como uma fera.⁷¹

Foi com esse pensamento que os agentes da colonização olharam para os povos que habitavam o “novo mundo”, em especial aqueles resistentes ao “processo civilizatório”. Os diferentes estágios em que se encontravam, bem como sua postura diante de alguns eventos, selavam o lugar de cada grupo no processo de construção da sociedade colonial. Enquanto os Tupinambá, com sua língua compreensível e uma cultura material mais requintada davam aos brancos sinais de que seriam mais facilmente domesticáveis e lhes chamar no auxílio da construção daquela nova sociedade, os tapuias, com sua língua travada e seu nomadismo, dificultavam demasiadamente a logística colonial, tornavam-se uma ameaça constante e imprevisível. Dadas essas características e com maior tendência a hostilizar os não-índios, a maioria deles era passível de violência e cada vez mais sendo obrigados a se deslocarem para os longínquos territórios dos sertões, agora em razão da chegada de povos não-índios.

Os Tapuias que vivenciaram os espaços do presente estudo eram compostos de diversas tribos diferenciadas em língua e costumes e dispersas numa imensa área que abrangia grande parte do território de, no mínimo seis capitanias. Com base nos documentos e em relatos de cronistas do século XVII, podemos esboçar como estavam distribuídas as diversas sociedades Tapuias, em especial aquelas que participaram da Guerra dos Bárbaros, naqueles espaços mais significativos para esta pesquisa. Dentre as mais citadas estão: *os Paiacu*, da nação Tarairiú (Janduí), que habitavam o baixo Jaguaribe, na então província do Ceará, até a Serra do Apodi e o Rio Açú, no Rio Grande do Norte. E os *Kariri*, da nação Kariri, que se localizavam nas cercanias da atual cidade de Campina Grande e no platô da Serra da Borborema, na Paraíba.

Da nação Paiacu faziam parte os Jenipapo – que se situavam em áreas do Ceará até o Rio Grande do Norte, na região do atual Assu –; os Canindé, na região que

⁷¹ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 63.

compreende os estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará – entre os rios Jaguaribe e Piancó –; os Ariú ou Pega, do Rio Piranhas, na Paraíba e na Serra da Salamandra, no Rio Grande do Norte, e os Panati, onde hoje se localiza a cidade de Piancó na Paraíba. Entre outras, por fim, a nação Tarairiú ou Janduí.

Entre aqueles da nação Cariri, os Corema, na ribeira do rio Piranhas, na Paraíba; os Icó e Icozinho, nos sertões dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará – entre os rios Piranhas e Jaguaribe – e a Serra do Cumbe, no Rio Grande do Norte; os Caicó, na atual chapada do Apodi e sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte e os Kariri e Cariú, no sul do Ceará. No mapa 4, os destaques em rosa indicam as etnias Kariri.

Mapa 5: Localização das nações kariri no nordeste.



Fonte – Fração do Mapa Etno-Histórico Curt. Nimuedaju: IBGE. **Museu Nacional, RJ, 1943.** Publicado pelo IBGE, 1980.

Por essa distribuição espacial geográfica percebemos que a região de maior conflito na Guerra dos Bárbaros, era os sertões das Capitânicas do Norte; uma área onde, ainda em fins do século XVII, já se começava a delinear uma atividade comercial de grande valor tanto para a colônia, quanto para a metrópole, a saber, a pecuária. “Esses indígenas, portanto, representavam um entrave para o desenvolvimento pleno da região,

pois eram as verdadeiras ‘muralhas do sertão’, impedindo o avanço da ocupação, a posse e a utilização das terras”.⁷²

No entanto, no decorrer da segunda metade do século XVII, entre os rios São Francisco e Jaguaribe, um amalgama de povos nativos estava sob a jurisdição das Capitânicas de Pernambuco e da Bahia, fora do alcance do domínio colonial. Nações como “Chocó, Cariniayó, Jacó, Paraquió, Carateu, Carnijó, Guegue, Che-che, Xucuru, Cariri, Rodela, Coremas, Ariu, Jandui, Canidé, Paiacu, Pinacu, Caboré, Capela, Paniçugaçu, Jenipapo, Parasu, Quixelô, Icó, Genipapuaçu, Calabaças, Procas, Pipipae Pega. Todos de organização social tribal”.⁷³

1.3. “Penetrando certões de diferentes gentios”: primeiros registros sobre os Kariri

Gabriel Soares de Sousa, em 1587⁷⁴, ao tomar posse das informações sobre os nativos do “Novo Mundo”, produzidas especialmente por religiosos, descreveu e tentou classificar muitas etnias que habitavam várias porções territoriais da Colônia, especialmente os sertões das capitânicas do Norte. Apesar de nomear inúmeros desses povos, em nenhum momento cita nominalmente os Kariri. A invisibilidade dessa etnia nos relatos de Soares de Sousa talvez se explique por ele não ter tido em tão alto grau contato com esses nativos, e sim apenas com os escritos de padres e das memórias de seus contemporâneos, e com aqueles das áreas mais litorâneas.

Para o século XVI, as primeiras informações que se têm sobre os Kariri aparecem em *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*, de 1625, do Padre Fernão Cardim. Relatando sobre os tapuias afirmou que muitos

vivem para parte do sertão da Bahia que chamão Guayná, tem língua por si. Outros pelo mesmo sertão, que chamão Taycuyu vivem em casa tem outra língua. Outros no mesmo sertão, que chamão Cariri, tem língua diferente: essas três nações e seus vizinhos são amigos dos portugueses.⁷⁵

⁷² ARAUJO, Soraya Geronazzo. *Op. Cit.*, p. 81.

⁷³ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. *Nas “Solidões Vastas e Assustadoras” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco no século XVII e XVIII.* (Tese). Recife: UFPE, 2003, p.234.

⁷⁴ SOUSA, Gabriel Soares de. *Op., Cit.*,

⁷⁵ CARDIM, Fernão. *Op. Cit.* p.199.

Mais tarde, Elias Herkman, Capitão mor holandês, ao percorrer o interior da capitania da Paraíba, constatou “o quanto o sertão era ainda desconhecido”⁷⁶. Nessa excursão registrou várias nações de nativos, dentre elas os Kariri. Segundo ele,

Os Tapuyas formam um povo que habitam no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em logares que são os limites os mais afastados das capitanias ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses. Dividem-se em várias nações. Algumas habitam transversalmente a Pernambuco, são os Carirys, cujo rei se chama Karioukeirou. Outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys e o seu rei é Kurupoto. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Careryjouws. Conhecemos particularmente a nação Tarairyu: Jandwi é o rei de uma delas e Caracará da outra”.⁷⁷

Informações importantes sobre os Kariri podem ser encontradas, também, nos registros de sua atuação nas guerras luso-holandesas. Puntoni aponta que “os Cariri foram inicialmente cortejados pelos holandeses, que pretendiam defender com a sua ajuda a fronteira do rio São Francisco”⁷⁸. Nessa guerra, muitos índios dessa nação tiveram participação de ambos os lados. “Nessa luta ao lado tanto dos holandeses como dos portugueses combatiam os aborígenes, entre eles os Kariri, sendo que os da Capitânia de Pernambuco tinham se aliado aos holandeses, e os Kariri da Capitânia da Bahia aos portugueses”.⁷⁹ Assim,

Depois da expulsão dos invasores flamengos, aparecem novas e mais preciosas informações a respeito dos Cariris, já agora registrados pelos catequistas de diferentes ordens religiosas que militavam no Brasil. Entre eles incluem-se alguns de origem luso-brasileira, como o Jesuíta João de Barros que, pelos meados do século XVII, teria, no dizer de Lourenço Hervas, fundado as aldeias da Cana Brava (Pombal), Natuba (Soure) e Saco dos Morcegos (Mirandela) na bacia do Itapicuru baiano.⁸⁰

Como se vê, as alianças e conflitos sempre deram a tônica das relações entre muitos índios e colonos. Supondo que houve mais conflitos que alianças, outras produções analisam essas questões envolvendo os Kariri. Na obra, *Os Kariri: o crepúsculo de um povo sem história*, de 1957, Afonso Trujillo Ferrari destacou que os

⁷⁶ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herkman. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo XLVIII, 1934, p. 7-28.

⁷⁷ HERKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico de Pernambuco** (Sessão especial de 9 de maio de 1886). Recife: junho de 1886, p. 279. Disponível em <http://biblio.etnolinguistica.org/herkman_1886_parahyba>. Acessado em: 10/05/2014.

⁷⁸ PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.*, p.82.

⁷⁹ FERRARI, Afonso Trujillo. **Os Kariri, o crepúsculo de um povo sem História**. São Paulo: Publicações Avulsas da Revista de Sociologia. 1957, p. 50.

⁸⁰ STUART FILHO, Carlos. **Os Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Coleção História e Cultura. Editora do Instituto do Ceará, 1965, p. 60.

primeiros contatos se efetuaram através da busca de “metais preciosos pelos interiores do sertão, a colonização, os currais e as bandeiras”.⁸¹

Von Martius, lançando os primeiros elementos para estudo da formação étnica brasileira, ao falar dos Kariri, afirmou que eles se encontravam desde o rio São Francisco até os rios Curu e Acaraú, no Ceará, e que estes faziam parte dos Dezabucuas que habitavam desde o São Francisco até o Ceará, já aqueles que habitavam a Bahia eram o Kippeas, Kirirys.⁸²

Todavia, um dos principais registros, talvez o primeiro sobre a cultura kariri, foi deixado pelo capuchinho, francês, Martinho de Nantes, em 1672.⁸³ Ao chegar à região do Médio São Francisco, especialmente nas Ilhas de Pambu, Sorobabel, Uracapá, Irapuã, constatou que: “os portugueses haviam já conquistado a aliança de índios belicosos, como os tamaquiús, vizinhos próximos, prometendo-lhes os despojos da guerra com os cariris; e como eles eram desassistidos, já haviam firmado compromisso”.⁸⁴

Martinho de Nantes relata as muitas dificuldades e perigos que ele e Anastácio de Aldierne passaram no enfrentamento com líderes Kariri; os Dwanzoli (feiticeiros) e Bydzamum (Bruxas). Em uma ocasião de perigo ele destacou que

O reverendo padre Anastácio d’Aldierne estava presente e me defendeu contra um golpe na cabeça, segurou o braço de um capitão de índios muito mau e que já levava essa intenção [...] em outra circunstância eu estava só com um índio uracapá: era o meu fiel Tapicuru. Se não houvesse usado astúcia para enganá-los, não somente me teriam me matado, como me teriam despedaçados, conforme revelaram a um português.⁸⁵

Completando seu relato, afirma:

Essas duas ocasiões surgiram na aldeia de Irapuá, onde não tínhamos nem igreja, nem casa, nem nenhum cristão. O capitão era muito mau e contrário à missão: impedia sua gente de se converter à fé; e foi o motivo do perigo a que me expus. Mas enfim ele acabou assassinado pelos seus índios e **queimado como feiticeiro**. Se verdadeiramente houvesse entre eles alguém que se comunicasse com o Demônio, teria sido esse capitão. Havia sido a causa da morte de um grande número de índios que ele **massacrara e queimara**, pois que esse desgraçado que tinha o ofício de **adivinho**, os acusara maldosamente de **serem feiticeiros**.⁸⁶

⁸¹ FERRARI, Afonso Trujillo. *Op. Cit.*,

⁸² MARTIU, Von. In: ANDRADE, Delmiro Pereira de. **Evolução Histórica da Paraíba do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1946, p. 47.

⁸³ PRIMEIRO, Frei Fidelis M. de. **Capuchinhos em Terra de santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, s/d. 1942.

⁸⁴ NANTES, Padre Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. 1979[1706]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 57.

⁸⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 45-46.

⁸⁶ Id. *Ibidem.*, p. 46. Grifos meus

A narrativa de Nantes aponta para a complexa e tensa tradução entre o religioso, o capitão de índios e seus pares. O assassinato, e a queima pelos próprios índios, foi a reversão de uma situação efetuada pelo padre, que de acusado passou a acusador. Culmando o principal de se comunicar com o Diabo através de sortilégios, provocou o massacre e a queima de muitos índios, revertendo a situação, culminando, assim, na morte deste e a glorificação, na ótica cristã, dos capuchos.

No entanto, quando analisamos com maior acuidade a forma complexa, de como os Kariri se relacionavam com seu sistema de crenças, compreende-se as ações do principal, que poderia ser o capitão dos índios, aquele que detinha a arte de curar, e por decorrência o poder entre os seus, e que o padre procurou utilizar a seu favor. Vejamos o que relatou o religioso sobre isto:

Se acontecesse que o doente não melhorasse, atribuía, **a culpa e alguém que o houvesse enfeitado** e que estava impedindo o efeito do remédio, e designava o culpado, como se tivessem certeza, e **logo os parentes do doente, sem qualquer outra prova que a acusação, iam matar o acusado**, sem ninguém comumente se opusesse, com o receio que de serem também acusado [...] assim ninguém estava seguro de sua vida, podendo ser acusado de enfeitador por algum de seus inimigos. E cuidavam de sair depressa, ao matar ou queimar os que eram acusados de enfeitadores, para que não fossem suspeitos de serem eles próprios os responsáveis.⁸⁷

Ao que tudo indica, Martinho de Nantes já havia detectado essas contradições na sociedade Kariri, que apesar de existir indivíduos proeminentes no domínio das práticas de cura, e, ao que tudo indica, não as monopolizavam por completo, possibilitando a qualquer um questioná-la. Essa situação foi o que pôs em risco a vida do referido frade quando foi missionar na Aldeia de Irapuá. Segundo ele:

Eu fui, em mesmo, a causa inocente da morte de um homem de outra nação, que imaginou que eu o havia enfeitado, pelo fato de o **haver admoestado verbalmente**, por haver feito, em relação a uma das mulheres de nossa aldeia, que tinha ligeira dor num de seus braços, **essa espécie de rezas que procurávamos evitar**. Esse homem foi tomado de tal horror ao ouvir **o tom de minhas palavras**, pois não entendia o português, que não pôde sair do lugar e foi preciso leva-lo daí, e morreu poucos dias depois, vítima da própria inanição. Isso deu motivo a que alguns de seus companheiros me ameaçassem de morte. **Esses pobres cegos imaginam que os padres e os religiosos são os feiticeiros dos brancos: é assim que denomina aos portugueses e a todos os brancos em geral; mas estão persuadidos de que chamam feiticeiros dos brancos sabem muito mais que os próprios feiticeiros; e é por essa razão que os temem extraordinariamente e tanto persuadem desse erro, que é difícil convencê-lo do contrario**. Isto me valeu em várias ocasiões em que corri risco de vida.⁸⁸

Por acreditar que o frade teria, também, o poder de dominar práticas e rituais maléficos e de cura, os Kariri entenderam que eles, assim como seus pajés, tanto curavam

⁸⁷ Idem. Ibidem., p.5. Grifos meus.

⁸⁸ Id. Ibid., p.5-6. Grifos meus.

como amaldiçoavam, daí Martinho de Nantes ter sido denominado e entendido como o feiticeiro dos brancos. Ao que tudo indica, esta foi a forma que os Kariri utilizaram para compreender o que o padre realizava, isto é, “espelho” das práticas que seus feiticeiros alcançavam. Dessa forma, os Kariri *traduziram* e projetaram para os seus sistemas de crenças as mesmas concepções que o referido padre atribuiu aos seus curandeiros, ou seja, o de feiticeiros.

Um detalhe a se considerar, se os Kariri acreditavam que suas práticas também os atingiam, daí a tentativa de muitos querer assassiná-los; por outro lado, não deixavam de crer em seus curandeiros que poderiam os castigar, explicando assim o assassinato e a queima do principal já mencionado.

Registros de que os Kariri praticavam a pequena agricultura estão no *Catecismo da Língua Kariris*, de 1709, do capuchinho Bernardo de Nantes, melhor analisado no capítulo IV. Esse franciscano aldeou em fins do século XVII, em Geru capitania de Sergipe Del Rey, esses indígenas do tronco linguístico Kippea, tendo ficado ali por vinte e três anos. Ao fazer perguntas a respeito da obediência cristã, sobressaem algumas práticas desenvolvidas pelos aldeados como: plantio de roças, a caça e os constantes deslocamentos.

P.(padre); Amais a Deos N. Senhor? R(resposta). Sim amo. Duvidaste de algum mysterio de nossa Fé? Lembrastesvos de Deos N.Senhor em vossos caminhos? **Estando em vossas rossa? Caminhado pelos matos? Assistindo emvossos ranchos?** Fizesteslhes oração? **Pedisteslhe, que deparese caças?**⁸⁹

Estudando a conquista do Médio São Francisco, espaços dos Kariri por excelência, Marcos Galindo destacou que ali ocorreu uma ocupação “inteligente e equilibrada, regulada por um código rígido de distribuição dos domínios entre as diversas etnias, respeitadas as formas tradicionais de exploração dos recursos naturais do ambiente, de acordo com as demandas de cada grupo”.⁹⁰ Ele destacou também que se pode perceber dois horizontes culturais básicos para a região:

um primeiro horizonte **extrativista**, onde predomina grupos étnicos semi-sedentários Cariri que conheciam a agricultura de subsistência e, ao seu lado, “aqueles nativos nomeados **tapuias de corso**, formados por uma pluralidade de povos extrativistas – em maior ou menor grau, nômades – que partilhavam equilibrada, mas nem sempre pacificamente, o espaço com os majoritários Cariri. O segundo horizonte cultural, é o formado pelos povos **agricultores** portadores de organização comunitária mais elaborada, sobre os quais se possui informação muito limitada.⁹¹

⁸⁹ NANTES, Bernardo de. [1709] 1896. *Catecismo da língua Kariris*. (Fac-similar da primeira edição 1709), por Julio Platzmann. Leipzig: B. G. Teubner, p.128. Grifos meus.

⁹⁰ GALINDO, Marcos. *O Governo das Almas: a expansão colonial no país dos tapuias. 1651-1798*. (Tese). Universiteit Leiden, 2004, p.70.

⁹¹ Idem. *Ibidem.*, p. 52-53. Grifos meus.

Por esses horizontes, podemos ter uma melhor compreensão dos grupos que desenvolveram essa atividade nos sertões dos Cariris e Icós, como também identificar, principalmente, os chegantes, que, em fuga, seja pela perseguição não índia, por ocasião das secas, ou seja por pura e simples aventura de conhecer novos espaços, procuravam aqueles sertões.

Aldeados, ou não, os Kariri não ficaram fora do alcance dos colonos chegantes e dos conflitos entre esses senhores e os religiosos missionários. Em fins do século XVII, intensificaram-se a presença dos não-índios nos sertões, especialmente, nas ribeiras do Rio São Francisco e adjacências, onde muitos nativos mantiveram estreitos relacionamentos, e fortes tensões com os novos chegantes, indígenas ou não.

A extensão do domínio da casa da Torre em mais de uma centena de léguas sertão adentro acarretou sérios conflitos com os índios e religiosos que mantinham aldeias naquela região. Esses conflitos fizeram com que a maioria de nativos abandonasse aquele seu *habitat*, sobretudo os ribeirinhos, que viviam em áreas mais cobiçadas, pois facilitava o estabelecimento e a melhor fixação dos currais. Nesse ínterim, às margens desse importante rio foi se configurando cada vez mais o sentido da colonização para os grandes Capitães mores e curraleiros, forçando seus primitivos habitantes a penetrarem cada vez mais nos longínquos sertões.

1.4. Sertão – Territorialidades Indígenas

Cenário de inúmeros conflitos, os sertões das capitanias do Norte foram por excelência lugares que abrigaram grande parte dos nativos que fugiam ao processo de dominação colonial. Nas terras litorâneas, e adjacências, estavam os males, a morte preconizada pela ação colonizadora lusitana; deslocar para os sertões onde poderia estar a “Terra sem Mal”. O oásis, até a chegada da frente colonial, foi uma boa tática⁹² Tapuia. À violência que sofreram, somada a sua mobilidade “natural” por vastos territórios, muitos deles ultrapassaram fronteiras inimigas. Não havendo muitas possibilidades de retorno aos seus antigos *habitats*, a solução era tentar expulsar grupos já fixados, gerando conflitos interétnicos ou selar alianças, vivenciando processos de assimilação cultural.

⁹² O termo tática, aqui, está no sentido que Michel de Certeau deu ao mesmo. CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 13. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 99-101.

Outra solução, era estacionar por um breve período e depois seguir em frente em busca de novos horizontes. Todos estes movimentos se configuram, conforme Oliveira:

Um processo de reorganização social que implica a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializado e a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado.⁹³

Nesse sentido, o território possui significados bastantes distintos para índios, quilombolas e colonizadores. Se para estes significava controlar imensas áreas visando atingir objetivos essencialmente econômicos, para os nativos, o essencial era o de manter as formas de relacionamentos e os significados que seus ancestrais a eles atribuíram – um deles era o sentido de pertença e de coletividade do grupo. Àquela geração cabia manter e tocar em frente os principais fundamentos que os uniam material e simbolicamente ao território. Assim,

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercem os domínios sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados. O território é funcional a começar pelo território como proteção ou abrigo (lar para o nosso repouso) seja como fonte de recursos naturais-matérias primas que variam em importância de acordo com os modelos de sociedades.⁹⁴

O território, conforme o autor, atende às dimensões material e simbólica. Isto implica dizer que há duas formas de apropriação material (econômico-política) e cultural (significado, identificação) que se define para ambas as sociedades. Para os nativos, o significado (material) do território, bem como a “preservação” dos elementos culturais (simbólicos) que os ligavam, era posto à prova quando muitos deles se estabeleciam noutros espaços. E se tornava mais complicado quando os confrontos com os não índios ou por outros motivos os forçavam a se deslocarem/fugirem de forma apressada e desordenada. Isto podia fragmentar o grupo quando muitos se dispersavam e tomavam outros rumos ou mesmo se “perdiam” em espaços não conhecidos.⁹⁵

Os conflitos, negociações e alianças realocavam no mesmo território grupos distintos. A experiência do contato fez com que muitos absorvessem algumas práticas

⁹³ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialidade e fluxos culturais. In: _____ (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. São Paulo: Contra Capa livraria/LACED, 2004.

⁹⁴ HASBERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004 (texto-conferência). Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBE_RT.pdf>. Acessado em 02/03/2014.

⁹⁵ Idem. Ibidem.

culturais do outro. Apenas para exemplificar, citemos os Wakona-Kariri-Xukuru de Alagoas, estudado por Clóvis Antunes. De acordo com Antunes,

Uma família xucurus de Cimbres – Pesqueira – Pernambuco – assim contam os atuais indígenas palmeirenses – foragidas, em tempos idos, pelo flagelo das secas do sertão solicitou abrigo aos Kariri de Palmeira e fixaram-se na entrada da Serra da Cafurna, onde, hoje, se encontra o bairro chamado “Chucurus”, cujo açude tem o mesmo nome. Quando o Kariri descia da Serra da Cafurna, da Serra da Boa Vista ou da Serra da Capela, iam visitar os xucurus, pernoitavam em suas casas. E, assim, aos poucos, os xucurus tornaram-se influentes e hospedeiros.⁹⁶

Ao que parece, os Wakona passaram a absorver costumes do grupo Kariri. A positividade dessa interação tinha, na época colonial, dentre outras vantagens, o fortalecimento dos laços afetivos e a defesa conjunta de seus territórios contra as investidas dos europeus e de seus rivais. No entanto, o ponto “negativo” era o de que, caso permanecessem por muito tempo em contato direto, isso poderia enfraquecer a identidade de um ou outro grupo.

Todavia, a “perda” e, ao mesmo tempo, a afirmação da alteridade nativa foi grande, quando forçados a viver nos territórios, agora sob os domínios dos colonizadores. Estando nesse novo *habitat*, foram desafiados a desenvolver novos mecanismos de relacionamento com esse novo ambiente, bem como compreender que tragédias, dramas e conquistas darão uma nova e maior dinâmica às suas vivências.

Nesse novo ambiente, um ou outro grupo teria que organizar e reelaborar suas vivências, o que se tornava mais difícil, especialmente, se estivessem reduzidos nos aldeamentos. Isto aconteceu com os índios da Ibiapaba, que, saindo da Bahia, provavelmente pressionados pela expansão colonial ou influenciados pelo profetismo da chamada terra “onde não se morria”⁹⁷, ao passar pelos sertões do Médio São Francisco, muitos ficaram pelo caminho e se embrenharam na Serra do Araripe nas fronteiras dos sertões sul da capitania do Ceará. Vejamos como eles relataram esse episódio;

Ultimamente dizem estes índios, q. quando seus avós se retirarão antigamt. da Bahya vieram em comp^a deles outros dous principais com numerozas famílias, os quais passando o Ryo de S. Francisco se cepeararam deles, e se embrenharam nas dillatadas Serras do Araripe aonde hamais de cem anos vivem escondidos, e poderám passar de quatro mil almas. O q. posto querem eles ir descubrillos nam so p^a fazer Christãos, mais p^a tam bem com eles augmentar o número dos Vassalos de V. Magde. o q. não podem fazer semq Vossa Real Magestade seja servido de lhes dar algum adjuntorio de armas de fogo, polvora e chumbo p^a

⁹⁶ ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru: Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas.** Universidade Federal de Alagoas. Imprensa Universitária. 1973, p.19.

⁹⁷ VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

atropa se defender de muitas naçoenss de tapuyas brabos daqueles desertos, he sesustentar de hesas hum anno [...].⁹⁸

Esse é um dos raros documentos onde os “próprios” nativos relatam suas experiências pelos sertões em busca de novos territórios e no enfrentamento com os tapuias. No entanto, é pertinente observar a expressão “quando seus avós se retiraram da Bahia”. Aqui, é de se ter em mente que o passado como referência se torna um lugar em que a revisitação vislumbra a família e as suas relações. Assim, a preocupação desses índios em reaver seus antigos irmãos na referida Serra, paira na esperança de se tornar mais uma vez um grupo, uma só família.

Isso se configura “no seu forte relacionamento com a terra e ganha força enquanto grupo étnico distinto no mundo colonial”.⁹⁹ Para que conseguissem se fortalecer e encontrar um lugar naquele espaço foi necessário desenvolver um sentimento de grupo, no qual recriariam e reorganizariam seus antigos/novos usos e costumes, reforçando novamente vínculos materiais e simbólicos com aquele território.

Todavia, o sentimento de pertença ao território não se sedimentava apenas com as formas de relacionamento simbólico. Os recursos que ele oferecia para o sustento tinha importância equiparável, sobretudo quando são chamados a se defender de ataques inimigos. Dessa forma, por muito tempo, as terras da Ibiapaba foram defendidas por esses índios das tentativas de invasões dos tapuias e de outros inimigos. Conscientes dessa importância, quando sentiam a necessidade de requerer algumas benesses, especialmente, em terras, não vacilavam. O documento abaixo demonstra uma dessas ocasiões:

Dizem os Indios da Aldea daSerra da Ibiapaba da Capitania do Ceara Grande q. por eles serem muitos e cada ves se lhes agregarem mais tapuyas, já oje passam de quatrocentos, e por constarem que as terras que lhes foram demarcadas de muitas penedia, e quebradas inúteis, e as poucas q. eram capazes de prontas já estarem cansadas; nam acham já aonde possam prantar seus mantimentos de q. naçe haver na Aldea hua continua fome, e se não fora a charidade de seu missionários, que com algum gados q. criam para seus sustento a cedem aos mais necessitados, mas de cem viúvas desamparadas, e muitos meninos órfãos, cujos pais morreram nas guerras ou de doenças em clima estranhos, em serviços dos moradores morrerião de fome [...] Pedem humildemente a Vossa Real Magde. seja servido de alargarlhes o districto das suas terras concedendo lhes toda a terra que fica em sima da Serra.¹⁰⁰

⁹⁸ AHU-Documentos para o Ceará. **Requerimento** dos Índios da Serra da Ibiapaba ao rei D. João V, a pedir o alargamento das suas terras, da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna; ordem para os missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios. Caixa 01, doc. 65. 1720. Ver também; XAVIER, Maico Oliveira. “**Cabôcullos são os Brancos**”: Dinâmica das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX). Fortaleza: SECULT/CE, 2012.

⁹⁹ XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*, p. 88.

¹⁰⁰ AHU-Documentos para o Ceará. **Requerimento** dos Índios da Serra da Ibiapaba ao rei D. João V, a pedir o alargamento das suas terras, da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna; ordem para os

A mobilidade desses indivíduos pelos sertões até chegarem ao seu destino, provocou encontros/confrontos/desencontros, possibilitando um intenso contato interétnico, sendo o suprassumo desse fenômeno os aldeamentos. Para Pacheco de Oliveira, esse foi “o primeiro processo de territorialização, onde famílias de nativos de diferentes línguas foram atraídas para os aldeamentos missionários, sendo sedentarizadas”.¹⁰¹ E adverte que esse “processo de territorialização deve ser compreendido de forma multifacetada, pois quando passa a ser atualizado e reconfigurado pelos indígenas provoca novas construções identitárias cujos grupos se percebem diferentes em face de outros grupos”.¹⁰²

Essas diferenças podem ser exemplificadas quando muitos se sentem vassallos do Rei. Essa condição lhes dava a oportunidade de realizar, dentre outras atividades, a defesa das fronteiras dos povoados contra os ataques dos índios não aldeados. Com isso, “muito sabiamente se valeram dos instrumentos jurídicos dos brancos”¹⁰³ e buscavam barganhar com as autoridades algo em seu benefício ou para seus parentes. Observemos o documento:

E mais encarregando-se estes índios da Serra a desinfestação daquele partido do gentio bravo sem q. sua Magestade p. esta defesa concora com outro cêns a mais q. mande-me dar alguas armas e pólvora e chumbo para eles a faculdade ao seu maioral para que possa conceder pases em nome de V. Magestade com Índios Tapuyas que andassem levantados; o que parece nam ser justo concientissimos porque só com armas dos índios poderem sojeitar os Tapuyas e Gentio bravo e so eles são capazes de penetrarem as matas e certões e defenderem melhor as nossas fronteiras. E com a faculdade de conceder pases poderão athrair ao domínio de V. Magestade muitos Vassallos e p^a porem em execução o q. intenção de trazerem os seus parentes da Serra do Araripe.¹⁰⁴

Outro exemplo é o dos índios Xukuru-Kariri da Aldeia de Ararobá, sertão da Capitania de Pernambuco. Esses remontam ao Alvará do Rei quando foram instituídas as delimitações de terras nos aldeamentos. Uma limitação física do território. Muitas vezes, uma reação a estas imposições foram os principais, mediante seu missionário, recorrem

missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios. Caixa 01, doc. 65. 1720. Ver também. XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*,

¹⁰¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Op. Cit.*, p.24.

¹⁰² Idem. *Ibidem.*, p.28.

¹⁰³ XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*, p. 90.

¹⁰⁴ AHU-Documentos para o Ceará. **Requerimento** dos Índios da Serra da Ibiapaba ao rei D. João V, a pedir o alargamento das suas terras, da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna; ordem para os missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios. Caixa 01, doc. 65. 1720.

através de uma petição à Junta das Missões para que demarcasse suas terras. Naquela ocasião,

Leusse huma petição que apresntarão os missionários da Aldea do Ararobá por parte dos Indios dela, pela qual Requerião lhesmandassem dar huma legoa de terra em virtude do Alvara de Sua Magestade que também apresentarão, na qual o dito Senhor declara que sendo a Aldeaia de cem cazais sehedê a dita legoa de terra pa os seus víveres, e procedendo as informações do Doutor Ouvidor geral com os mais documentos inclusos na mesma petição por onde constou que a Aldeia estava conforme a disposição do sobredito Alvara. Seassentou uniformemente que lhesdesse a legoa de terra conforme as ordens de Sua Magestade, e assim mandou por seu despacho o Excelentissimo Senhor Governador e de como assim votarão e assinarão este termo. E eu Joachim Mendes de Alvarenga Secretario deste termo e Missões o fiz escrever subscrevy e assiney.¹⁰⁵

As experiências dos índios da Ibiapaba (os Tabajara) e dos Xukuru-Kariri da Aldeia de Ararobá servem para compreender o drama dessas sociedades no processo de expansão colonial, a rápida desterritorialização/reterritorialização, bem como as interações entre diferentes etnias envolvidas nessa dinâmica.

1.5. Deslocamentos Kariri - Rumo aos Cariris Novos

Antes que os caminhos do gado chegassem nos longínquos sertões da capitania do Ceará, sobretudo em sua porção Sul, os Kariri e outras nações que habitavam as cabeceiras dos principais rios, bem como suas ribeiras, permaneciam incólumes ao contato. No entanto, quando nos finais do século XVII, chegaram ali as primeiras expedições, provocaram novas dispersões. Sobre esse movimento, Pompeu Sobrinho é quem melhor nos informa. Segundo Sobrinho,

No Ceará, a área de dispersão compreende trechos dos vales dos rios Cariús e dos Porcos. Esta expansão no Ceará foi relativamente reduzida, uma vez que, por um lado encontrava a resistência dos láguidos, cujas hordas fora preciso deslocar para o norte e para leste, e por outro lado, não se deparavam com regiões ampla adequadas ao seu estilo de vida isto é, rios perenes ou mesmo navegável, florestas, terrenos de solo agricultável, abundancia de frutas e de peixe. Estabeleceram se onde encontraram as melhores condições que a geografia cearense lhes podia oferecer, pouca cousa mais do que o Vale fresco e bem irrigado que tomou o seu nome e algumas regiões circunvizinhas.¹⁰⁶

Dentro desse processo, muitos Kariri que perderam seus territórios e não ansiaram pedir aldeamentos aos religiosos ou outras autoridades metropolitanas se retiravam em busca de outras terras, seguindo pelos caminhos ou seguindo os afluentes

¹⁰⁵ Livro dos Acentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que escreveram em Pernambuco no tempo do governador Felix José de Mendonça. In: GATTI, Agata Franceconi. **O tramite da Fé: A atuação da Junta das Missões de Pernambuco, 1681-1759.** (Dissertação). São Paulo: USP, 2009, p.144.

¹⁰⁶ POMPEU SOBRINIHO, Thomaz. Pré-história cearense. In: **Revista do Instituto do Ceará.** p.36-181.

do São Francisco, onde disseminação ao norte deste, “estabeleceram-se na Borborema nas cabeceiras do rio das Piranhas e em poucos outros rincões nordestinos”¹⁰⁷.

Nos processos de deslocamentos, ao mesmo tempo em que ocorriam conflitos, gerava também interação culturais, sobretudo linguísticas entre diferentes grupos étnicos. Assim, em decorrência deste processo se torna difícil definir, de forma consistente, a filiação dos Kariri, pois quando a expansão colonial chegou aos sertões do médio São Francisco e posteriormente no sul da capitania do Ceará, encontrou:

A família Cariri ocupando uma área não muito extensa se tinham localizados nos melhores sítios, nas regiões mais férteis e menos áridas, nos vales frescos, ou úmidos como o que tem o seu nome, no Ceará, nas serras frescas, no vale do São Francisco, nas cabeceiras de alguns rios baianos da drenagem Atlântica ao norte do rio das Contas. Viviam naquele âmbito, interpostos com os Cariri tribos gês, tupi, fulniô, caraíba, e outras de origem ainda não determinadas.¹⁰⁸

Depois do vale do Médio São Francisco, os sertões dos Cariris Velhos, na capitania da Paraíba, foi outro território em que provavelmente se tenha concentrado o maior número da família Kariri. Tal suposição, se coloca nos atuais estudos sobre a ocupação da referida nação naquela região, elucidando que, ao contrário do que se pensava, esta não era habitada por essa nação, isto só ocorreu porque, ao perderem suas terras nas ribeiras do São Francisco, seguiram em direção aos Cariris Velhos. Quando Domingos Jorge Velho penetrou na Capitania da Paraíba vindo pelo rio Açu, que na Paraíba é chamado de Piranhas;

por lá ele encontrou os índios de nação Kariri, chamados “pegas” e “ariús”, onde travou com esses índios batalhas que duraram dias. Esses nativos não resistiram por muito tempo, sendo criado nesta região em 1687 um forte de mantimentos. Seguindo o curso dos rios Domingos Jorge Velho alcançou os “icós” e “panatins” sertão adentro, além dos “coremas” na região próxima a Piancó. Muitos destes índios guerrearam com seus inimigos em conflitos mortais.¹⁰⁹

Do Açu ao Jaguaribe, do Pajeú ao rio Piranhas, chegando às ribeiras do rio Salgado (importante afluente do Jaguaribe) centenas, senão milhares de nativos, procuravam áreas ainda não ocupadas pelos colonos. Uma dessas áreas foi a Capitania do Ceará, em especial, a Chapada do Araripe, as ribeiras do Jaguaribe e a Serra da Ibiapaba, que se tornou, mais tarde o espaço das ações inicianas.

A Capitania do Ceará foi, por excelência, o espaço acolhedor e concentrador de povos aflitos e fugitivos, fustigados, expulsos de seus antigos territórios. Enquanto as capitanias vizinhas eram tomadas para dar lugar à criação de gado,

¹⁰⁷ Idem. Ibidem.,

¹⁰⁸ Id. Ibid.,

¹⁰⁹ ALVAES, Angelita Carla Pereira; SOUSA, Dominick Farias. A Guerra dos Bárbaros na Capitania Real da Paraíba. In: **Trarairiú** – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande, Ano III – Vol.1. n.º 04, Abr/Mai de 2012, p.25-32.

o Seará continuou, no século XVII, o espaço dos nativos. Era domínio da majestade de Portugal sim, mas era também, e, sobretudo, um Seara Indígena.¹¹⁰

Embora os *conflitos endógenos* pré-existentes entre os nativos provocassem, também, seus deslocamentos, a proporção foi bem mais diminuta em relação aos que foram se processando no contato com os não-índios em diante. Nesse ritmo conflituoso, antes de findar o século XVIII,

O território habitado pelos Cariris, tapuias por excelência do Nordeste, estava devassado e em grande parte colonizado pelos brancos e mamelucos. Pervagavam poucos e pobres tribos pelos sertões mais distantes, conservando as purezas da raça; [...] um certo número, porém, fugia dos seus velhos domínios para os campos e a matas distantes onde, não encontrado o invasor, ia entretanto, sofrer a repulsa e a guerra de outros ameríngolos com que se não poderiam fundir.¹¹¹

Além dos Kariri, ali habitavam também os “Cariuanês, Carcuauçu, e nas ribeiras do Salgado até seu curso médio, bem como nas terras marginais de sua esquerda, os Calabaça, e Cariú, que viviam ao longo da ribeira que lhes herdou o nome e em “guerra constante com os Cariri, seus irmãos de sangue”.¹¹²

Outra etnia que pleiteava as terras com os Kariri eram os Curiá. Sobre esta quem informa é Pedro Theberge. Segundo ele, os domínios desse grupo “estendiam-se pelo valle do riacho, deste nome, o do rio Bastiões. Eram inimigos dos Cariri, a quem disputavam o respectivo território”¹¹³. A localização dos Curiá abrange hoje o rio Carás, afluente do baixo Salgado, que dali até o Rio do Peixe, na época colonial era “domínio dos Icó e Icozinho de filiação Kariri. Studart Filho observa que os mais antigos documentos em que há menção dos Icó do Ceará, datam de 1694, em ocasião das depredações feitas por esses gentios na zona jaguaribana”¹¹⁴. Sobre os Icozinho, Francisco de Assis Couto observa que “identificavam-se com os Xixicó, que aliados aos Icó andavam pilhando e saqueando nas várzeas do Jaguaribe”¹¹⁵. A razão para esses conflitos intertribais, em fins do século XVII e primeiras décadas do XVIII, dava-se em função dos avanços das frentes de expansão vindas do Jaguaribe, sertões de Piranhas e

¹¹⁰ ALBUQUERQUE, Manoel Coelho. **Seara Indígena: deslocamentos e Dimensões identitárias.** (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2033, p. 68.

¹¹¹ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman.** *Op. Cit.*, p.7-28.

¹¹² STUDART FILHO Carlos. **Aborígenes do Ceará.** *Op. Cit.*, p.150.

¹¹³ THÉBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará.** Tomo I. (Fac-símile a edição de 1895). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 7.

¹¹⁴ STUDART FILHO, Carlos. Notas Históricas Sobre os Indígenas Cearenses. In: **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: Tomo XLV. 1931, p.53-103.

¹¹⁵ COUTO, Padre Francisco Assis de. **História do Icó: sua genuína crônica.** 1682-1726. 1962, p. 15.

Piancó e sertões da Capitania do Piauí. Alí, os Curiá, passaram também a disputar territórios com Icó e Icozinho.

A oeste, nascente do rio Cariu, era possessão dos Kariu. A partir do riacho dos Bastiões, seu principal afluente, saída para o semiárido, era o território dos Jucá e Inhamuns, que entraram em conflitos com os Kixelô. Na vertente oriental da chapada do Araripe, habitavam os Xocó, Human e Inxu (Echu). Em relação aos Xocó, pela documentação, só aparecem nos sertões dos Cariris no início do século XIX, sob a orientação espiritual do religioso apostólico capuchinho frei Vital de Frescarolo, que “em 1803 aldeou em Pernambuco além dos Kariri, os gentios vouê e umão”¹¹⁶.

Perante essa configuração e ocupações nativas se pode atestar que as fronteiras geo-etnográficas estavam razoavelmente “definidas”, uma vez que “por fronteira indígena, entendemos os limites da ocupação de vários povos ou tribos em um determinado espaço geográfico”¹¹⁷. Em nosso caso, os sertões dos Cariris. Estando assim distribuídos, a de se tentar aventar quem havia se estabelecido ali há bastante tempo.

Pelas evidências documentais, há possibilidades de vislumbrar quatro etnias, a saber, os Kariri, os Cariu, os Calabaça, os Curiá. Os Kariri eram reputados bravos, tanto que sua “braveza idomita lhes propiciara a posse das mais ricas e opulentas terras da capitania”.¹¹⁸ Os Cariu, habitando uma área razoavelmente fértil nas nascentes do rio Cariu, tinham na pequena agricultura, para além da caça e da coleta, sua principal atividade.

Nesse processo, ao findar o século XVII, os pontos principais da orla litorânea estavam ocupados por não-índios e os principais caminhos que entrecruzavam os sertões iam oferecendo maior “tranquilidade” aos transeuntes. Apesar da grande mortandade e da transferência de muitos nativos para o Maranhão ainda assim haviam milhares deles reduzidos, realizando trabalho compulsório, errantes por muitos caminhos, assaltando vilas e cidades. A maior aglomeração estava no Médio São Francisco. Numa consulta sobre o estado em que se encontravam as missões dos sertões da Bahia se constata isto:

Entre estes brancos há tantas nações de Indios que passam de 500 de diferentes lingoas, que se achão comunicando com elles e amigável trato; cada huma destas nações, tem tantas aldeãs e almas que podem formar hum grande Reyno e com effeito o fazem com sua rústica política, por que tem suas terras divididas em que cação e busca suas comedas (sic)sem poderem sahir dos

¹¹⁶ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. (Fac-símile da edição de 1950). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC: 2010, p. 10.

¹¹⁷ BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranmbuco**: poder e herança indígena no Nordeste séculos XVI-XVII. Recife: UFPE, 2007, p.20.

¹¹⁸ STUDART FILHO, Carlos. **Notas Históricas Sobre os Indígenas Cearenses**. *Op. Cit.*, p.53-103. Ver também: LIMA VERDE, Roseane. **Arqueologia Social Inclusiva**. *Op. Cit.*, 2015.

arrayais do seu limite e se acazo o fazem acodem os do Reyno a que passão e tem entre sy aquellas difeenças e guerras com que actualmente se distroem para nossa conservação, porque se todos fossem unidos, em nosso danno, obrarião os estragos que sua ferocidade e multidão nos faz temer.¹¹⁹

Interessante observar, ainda, que no mesmo documento há todo um diagnóstico dos espaços ocupados pela população não-índia. Os autores constataram que quase todas as importantes áreas da Colônia estavam ocupadas, salvo o Sul do Ceará e outras áreas. Observemos atentamente o relato abaixo:

Jacaré, Jeremoabo, Vaza Barris, Jacobina, Morro do Chapeo, Rumo e Peroasu, e por entre estes se achão outros muitos que todos guião ao mesmo Rio aquem de qualquer parte o busca; com moradores por elles e por todas as mais terra adjacentes em quê se descobrio capacidade para suas vivendas e na mesma forma se achão povados todos os sertões do Brasil (...) dos quais paraque se tome algum conceito será forçoso dizer que do cabo de Santo Augusto buscando o interior do sertão, do nascente para o poente athe chegar as últimas povações do Rio Grande do Sul estão descobertas e povoadas perto de 600 legoas. Deste logar buscando o norte se acha o mar entre o Maranhão e Gram-Para; e para o sul se vahi cahir sobre São Paulo e de todos os sertões que ficão dentro destes braços estão povoados de moradores brancos, os quais si tituarão suas fazendas e cazas em toda as partes dquelles dezertos, em que achão agoas, campos e terras capazes de criarem seus gados e cultivarem suas plantas, exceto alguns logares que defendem o grande numero de Barbaros, que os habitão como forão athe agora os negros nos Palmares e são ainda hoje os gentios **da grande Serra do Araripe que defedem as ribeiras circuvizinhas do Asu, Piranhas, Jagoripe e outras muitas que estão às sombras daquelle dilatadissimo e afamado cerro, tudo o mais se acha povoado com homens brancos e catholicos que vivem de 2 em 2 e de 3 em 3 legoas, pelo modo acima dito.**¹²⁰

Contra os quais se fizeram as mais bárbaras guerras.

1.6. Nos imensos sertões de um só novo dono: a Casa da Torre

O termo descobrir, dominar e ocupar não se aplica apenas para o início do século XVI. A cada etapa do processo de expansão colonial os chegantes deparavam com novos territórios, o que significava para eles novas descobertas; estratégias de ocupação; contatos com novas sociedades indígenas; novas formas de domínio e, sem dúvida, novos enfrentamentos, para ambos.

As primeiras tentativas de exploração dos sertões do médio rio São Francisco podem ser consideradas a partir do momento em que “D. João 3º fez mercê da capitania

¹¹⁹ **Consulta** do Conselho Ultramarino, sobre o estado das missões do certão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de Parachos e missionários. Em Lisboa, 18 de dezembro de 1698. Assignado pelo Conde dos Arcos, Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXXIX. Ano. 1917, p.21-22.

¹²⁰ **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXXIX. p.21-22. Ano. 1917, p.21-22. Grifos meus.

de Pernambuco, a Duarte Coelho em remuneração dos muitos serviços que lhe a via feito na Índia e na tomada de Malaca¹²¹. Após fundar o primeiro povoado (Olinda) realizou entre “1543 e 1550, as primeiras expedições de reconhecimento do rio São Francisco”¹²², especialmente em função da busca do ouro. Essas primeiras tentativas por parte de Duarte Coelho, esbarravam, sobretudo, na hostilidade dos nativos. Em carta ao rei datada de 27 de abril de 1542, ele demonstra essas dificuldades.

Quanto Senhor as causas do ouro nunca deixo de enquerir e prequar sobre o negoceo e cada dia se esquentam mais as novas mas como sejam daqui longe pelo meu sertão adentro e se de passar por três gerações de mui perversa e bestial gente e todos contrários huns doutros a se de passar esta jornada com muito perigo e trabalho, para o qual me parece e asi a toda minha gente que se não pode fazer se não indo eu e ir como se deve ir e a cometer a tal empresa para sair com ella avante e não para ir fazer barcoriadas como os do rio do Prata que se perderam passante de mil homens castelhanos.¹²³

No mesmo período, não muito diferente dos colonos de Pernambuco, também partiram outros indivíduos para sondar e tentar conquistar os sertões, deparando-se com muitos nativos resistentes. Saindo de São Salvador, na capitania da Bahia, subindo os principais rios que desaguavam no Recôncavo, chegaram ao médio e alto São Francisco, “os primeiros colonizadores lá encontraram, além dos Amoipira, Massacará, Pontá e os Aracujás; tribos jês que ainda hoje subsistem nos traços fisionômicos dos muitos caboclos das fazendas e carnaubais da zona”¹²⁴. Com isso, abriam-se os primeiros caminhos para além do litoral que mais tarde seriam os principais a viabilizarem o trânsito dos colonos e boiadas para os sertões profundos.

Desses núcleos populacionais partiram as principais vertentes de expansão, ocupação e conquista do interior das Capitânicas do Norte, mais tarde denominado por Capistrano de Abreu de *sertões de dentro* e *sertões de fora*. Essas rotas foram vencidas por colonos, padres, militares, escravos, pobres livres aos mais “dilatados sertões”, formatando novos espaços territoriais, provocando um amplo deslocamento das populações nativas, ao mesmo tempo em que um pequeno e privilegiado grupo de pessoas ia reclamando para si inúmeras porções de áreas em processo de desocupação.

¹²¹ COUTO, Domingos Loreto do. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco. Livro Iº Pernambuco Conquistado. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXIV, 1902, p. 19.

¹²² LINS, Wilson. **O Médio São Francisco: Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros**. Salvador: Livraria Progresso, 1959, p.10.

¹²³ MELO, José Antonio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho ao El Rei**. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. Série Descobrimentos. 2ª edição. Recife: FUNDAJ, Massagana, 1997, p.39-43.

¹²⁴ Idem. *Ibidem.*, p.11.

Contudo, os mecanismos que possibilitaram a concentração dessas terras nas mãos de uma pequena camada de senhorios agrários se efetuarão em dois momentos importantes no processo histórico dessas conquistas. O primeiro se inicia a partir de 1549, data em que *Tomé de Sousa* chega na Capitania da Bahia, na condição de Governador geral, marca da presença da Coroa nos novos territórios, iniciando dessa forma as primeiras atitudes para a organização da administração colonial. O segundo se configura após as guerras luso-holandesas, momento em que D. João IV reestruturou a administração do governo colonial e, para maior incentivo e lealdade à sua administração “expandiu” a política de concessões de *mercês* para um número maior de vassalões, muitos dos quais lutaram na guerra, em particular contra os tapuias.

A instalação do governo geral marca uma tentativa de centralização administrativa lusa em sua colônia americana e, posteriormente, promove a interiorização da Metrópole nos distantes sertões. O primeiro Governador-geral, Diogo Álvares (Caramuru) veio para suceder a Francisco Pereira Coutinho, morto pelos Tupinambá após o naufrágio de sua embarcação no litoral da Bahia; que antes, já havia se envolvido em conflitos com os índios e com uma figura muito importante à época. Cercado de mistérios, não se sabe bem como este chegou ao litoral da Capitania da Bahia, importante é que o mesmo se tornou bastante influente naquele cenário dadas suas boas relações com os referidos nativos. Sua ação como intermediário, e tradutor, nas relações entre Tomé de Sousa e os índios foi imprescindível para mediar acordos de trégua diante dos constantes conflitos entre índios e brancos, bem como abastecer o povoado de Salvador com gêneros alimentícios que vinham das lavouras dos próprios índios e das suas posses.

Apesar da cooperação de Caramuru com os intentos da Metrópole e o prestígio entre os jesuítas, suas relações com a recém-implantada administração colonial foram se desgastando. Vários motivos colaboram para isso: um deles se dava principalmente em razão da administração não aceitar as relações comerciais que Diogo Álvares e os nativos mantinham com os franceses¹²⁵. Outra razão refere-se às expedições que passaram a conquistar os territórios mais distantes do povoado de São Salvador, sendo que muitas eram reprovadas por Caramuru. Com o pretexto de encontrar minas de ouro e outras riquezas, os integrantes dessas expedições acabavam por tomar as terras dos nativos e os escravizavam. Nesse processo milhares de gentios foram capturados e levados para trabalharem nas plantações e outros serviços no litoral.

¹²⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila**: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.84-86.

Além desses objetivos, as expedições visavam também assegurar cada vez mais a conquista litorânea, mantendo afastados os estrangeiros e fazendo com que muitos índios se deslocassem para os sertões da Colônia. Havendo resistência, a ordem era não hesitar em massacrá-los, fazendo-se cumprir assim a lógica da conquista imperial lusa, que a partir de então passaria a ser comum e organizada especialmente por homens *d'armas*, como Garcia d'Ávila¹²⁶; o qual

Cumprira fielmente as determinações do regimento entregue por D. João III, e Tomé de Sousa, mandou castigar com muito rigor aqueles tupinambás de cinco até seis mil homens de peleja que ocupavam ao longo da costa pela parte Norte até Tatuapara, seis léguas pelo sertão até a entrada de Paraxuim, e que atacaram a Capitania de Francisco Pereira Coutinho em 1545 e fizeram “muitos outros danos aos cristãos de que outros tomaram o exemplo e fizeram semelhante em outras Capitánias. Prestara enorme serviço á coroa e das terras conquistadas ele recebeu as sesmarias. Começou então a formar seu morgado.¹²⁷

O exemplo de Garcia d'Ávila (Casa da Torre) ilustra bem o caráter da conquista e ocupação do norte do Brasil naqueles primeiros tempos. Um processo que perduraria pelos séculos seguintes no tocante à sobreposição de propriedades sesmarias sobre territorialidades indígenas. Em meio a uma guerra contínua, as alianças dos portugueses com os índios para combater outros nativos e estrangeiros vislumbram uma trama de relações que começam a ser tecidas em meio a esses conflitos. O relato de Manoel de Nóbrega é bem elucidativo quanto a isso.

E é que, parecendo aos índios dos Ilhéos que o Governador seria ido, porque viram sahir alguns barcos e navios, os quais mandavam o Governador buscar mantimentos e a buscar Índios que pediam pazes e se ofereciam a pelear contra os outros dizendo que não foram consentidores do que os outros fizeram.¹²⁸

Nesse aspecto, os primeiros fios dessa rede de relações passam a ser tecidos com acordos e promessas de paz com os nativos. Por esses e outros préstimos, homens de cabedal e prestígio recebiam, dentre outras recompensas, foros régios, ofícios e outras *mercês*. Com considerado nível de influência na sociedade colonial, suas ações eram importantes para assegurar a presença da Coroa naquela sociedade em formação¹²⁹.

¹²⁶ Garcia Dias d'Ávila, veio para a Colônia na embarcação de Tomé de Sousa.

¹²⁷ Idem. Ibidem., p.94-95.

¹²⁸ NÓBREGA, Padre Manoel de. **Cartas do Brasil – 1549-1560**. In: Cartas Jesuíticas I. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931, p.215.

¹²⁹ Segundo BANDEIRA, *Op. Cit.*, p. 81, essa política de recompensas a homens influentes passa a se concretizar quando os filhos e o genro de Diogo Álvares (mesmo no envolvimento com os franceses e a benevolência com os tupinambás) foram por Tomé de Sousa agraciado com mercês de *cavaleiros* da *Casa Real*. Antes de regressar à Lisboa seu último ato “foi em 6 de julho de 1553, armar cavaleiros da Casa Real três filhos de Diogo Álvares – Gaspar Álvares, Gabriel Álvares e Jorge Álvares, bem como seu genro, João de Figueiredo – foro este que D. João III posteriormente confirmou em Alvará datado de 7 de fevereiro de 1554.

Área bastante convidativa à criação de gado, fixar povoado, e de grandes possibilidades de encontrar muito mais riquezas, naquele momento, as terras do Médio São Francisco era alvo de acirradas disputas. As ambições dos senhorios, e todos que o acompanhavam, tornaram aquele espaço conflituoso, sobrepondo territorialidades indígenas, bem como entre os próprios colonos e religiosos que pleiteavam as áreas mais ricas para criação de gado e agricultura.

Se nos sertões da Capitania de Pernambuco, muitos Capitães travaram sangrentas batalhas para ocupar, conquistar e se apossar daqueles territórios, pós-guerra contra os flamengos, nos sertões da Capitania da Bahia não poderia ser diferente, mesmo antes da ocupação holandesa. Não é possível compreender as conquistas não só dos sertões baianos, mas das demais capitanias do Norte, sem mencionar os Guedes de Brito, os Adornos e o Capitão Garcia d'Ávila – senhor da Casa da Torre. Na observação de Neves:

Na transição para o século XVIII, haveria nos sertões da Bahia mais de 500 criatórios. Somente na borda direita do São Francisco encontravam-se 106 fazendas de gado estabelecidas por Antônio Guedes de Brito e arrendatários de suas terras. Na margem esquerda os descendentes de Garcia d'Ávila e seus rendeiros estabeleceram fazendas ente os riachos da Brígida e do Navio em Pernambuco, de onde se para outras províncias.¹³⁰

Vindo na Esquadra de Tomé de Souza, o patriarca G. D'Ávila de imediato iniciou suas ambições por privilégios, gados e terras. Dentre as atribuições a ele recomendadas por Tomé de Sousa, uma foi a de se responsabilizar pela defesa do povoado de São Salvador. Com essa incumbência essencialmente militar, fez guerra aos Tupinambá, resistentes à dominação lusa que acabaram sendo expulsos para o interior.

A cada ato importante que realizava em benefício da fazenda Real, Garcia d'Ávila era recompensado com sesmarias e outras mercês. Nesse processo, com “pequenas” sesmarias, algumas cabeças de gado e mão de obra indígenas subjugadas, aos poucos esse indivíduo foi aumentando seu patrimônio. Assim,

Muito tempo não havia então que Garcia d'Ávila começara criação de gado. Tomé de Sousa quando chegara a Salvador mandara a caravela Galga buscar nas ilhas do Cabo Verde algumas cabeças de gado em troca de um carregamento de madeira, e dera-lhe as primeiras, sob o conceito de pagamento pelos seus serviços, muitas vezes feito mercadorias. Sob esta forma, Garcia d'Ávila em 1550 ganhara, como homem d'armas, 3.000 réis, que lhe eram devidos de seis meses, ou seja, 500 réis por mês de agosto de 1554 a janeiro

¹³⁰ NEVES, Fagundes Erivaldo. Curraleiro, Crioulo, Peduro: a pecuária como fator da formação socioeconômica do semiárido. In: _____. (Org.). **Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Arcadia, 2011, p.254.

de 1555. E em dezembro desse mesmo ano, a título de pagamento do soldo, ele recebera duas vacas, o equivalente a 4.000 réis.¹³¹

Mas é Gabriel Soares de Sousa que nos traz informações mais contundentes sobre suas riquezas. Segundo ele,

Tatuapara é uma enseada onde se mete um riacho deste nome, no qual entram caravelões da costa com preamar; nesta enseada têm os navios muito boa abrigada e surgidouro, de que se aproveitam os que andam pela costa. Aqui tem Garcia d'Ávila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade do Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora, muito ornada, toda a abóbada, em a qual tem um capelão que lhe ministra os Sacramentos.¹³²

Sempre que necessitava, o governo da capitania da Bahia requisitava seus préstimos. Com essas atitudes de estar sempre disposto a auxiliar, Garcia d'Ávila estruturou seu poder econômico e político, passando a expandir suas terras na direção dos sertões.

Em 1629, o governador Diogo Luiz de Oliveira chamou uma expedição contra um mocambo situado ao Norte de Salvador. Antes da sua partida em 24 de janeiro, a Câmara procurou Francisco dias d'Ávila, o Capitão da empresa (membro da conhecida família de sertanista baiano), para juntos assentarem sobre o destino dos “negros resgatados”. Pelo acordo o Capitão recebera 9.000 por peça trazida até a cidade.¹³³

Enquanto Dias d'Ávila conquistava o Médio São Francisco, chegando até as fronteiras da Capitania do Ceará, Antonio Guedes de Brito, da “Casa da Ponte”, fazia suas conquistas em outras áreas daqueles sertões no sentido Sul. Na observação de Antonil,

Os herdeiros do Mestre de Campo Antonio Guedes de Brito possuem desde o Morro do Chapéu até a nasença do Rio das Velhas, cento & sessenta legoas. E nestas Terras, partes os donos dellas tem Curraes próprios; & pare são dos que arrendarão sítios dellas, pagando por cada sitio, que ordinariamente he de hua legoa, cada anno dez mil reis de foro.¹³⁴

Reinóis, Jesuítas e Franciscanos – Capuchinhos – foram testemunhos de sua opulência. Situada numa região estratégica, a Casa da Torre foi importante para defender a cidade dos ataques dos índios inimigos, expulsar os corsários e dar apoio logístico nas guerras contra as potências inimigas, em especial os franceses. No princípio de sua trajetória se envolveu em conflitos com os nativos e provocou nos padres da Companhia de Jesus, em especial Manoel de Nóbrega, algumas queixas. Segundo o jesuíta,

¹³¹ BANDEIRA. *Op. Cit.*, p. 94-95.

¹³² SOUSA, Gabriel Soares de. *Op. Cit.*, p. 33.

¹³³ LENK, Wolfgang. **Guerra e Pacto colonial**: exército, fiscalidade, e administração colonial da Bahia (1624-1654). (Dissertação). São Paulo: Unicamp, 2009, p. 54.

¹³⁴ ANTONIL, João André. **Cultura e Opulência do Brasil**: por suas drogas, e minas. Lisboa: 1711, p.186.

Agora entrou os queixume que eu tenho de Garcia d'Ávila: e elle um homem com quem eu mais me alegrava e consolava nesta terra, porque achava nelle um rasto do Espírito e bondade de V. Mercê de que eu sempre muito me contentei, e com o ter cá me alegava, procedendo me estar ainda Thomé de Sousa nesta terra. Tinha elle uns Indios perto de sua fazenda. Quando o Governador os ajunctava, pediu-me que elle lhe alcançasse do Governador que lhes deixasse, prometendo elle de os meninos irem cada dia à eschola [...] concederam-lhe; mas elle teve o mau cuidado de o cumprir [...]¹³⁵

Ao que parece, após a saída de Thomé de Sousa, Garcia d'Ávila não mais cumpriu os acordos que provavelmente foram firmados entre o Jesuíta e o primeiro governador do Brasil, deixando o Padre deveras frustrado. Esses não foram os primeiros nem os últimos conflitos em que este senhor e seus descendentes iriam se envolver.

A família d'Ávila e seus aliados, que por dez gerações dominaram o cenário político e econômico da capitania baiana e também grande porções dos sertões das Capitanias do Norte, constituíram um dentre os demais agrupamentos surgidos dessa sociedade profundamente hierarquizada e militarizada.

Quer chamemos esses poderosos da colônia de nobreza da terra, ou de outra denominação, eles se tornaram a base da governança local, exercendo mando frente à sociedade colonial e representando, não raro, resistência às diretrizes emanadas da Coroa.¹³⁶

Assim, as duas margens do médio São Francisco foram ocupadas por duas grandes famílias de latifundiários. Na margem pernambucana, predominou o domínio dos d'Ávilas da Casa da Torre e, no lado baiano, do médio ao alto São Francisco, rumo ao sul, estabeleceu-se o domínio da Família Guedes de Brito da Casa da Ponte¹³⁷, que com a política das mercês foram desde a segunda metade do século XVI se apoderando das ribeiras do São Francisco até chegar naquela região. Na observação de Antonil,

Sendo o Certão da Bahia tam dilatado, como temos referido; quasitodo pertence a duas das principaes Familias da mesma cidade, que são a da Torre, & a do defunto Mestre de Campo Antonio Guedes de Brito. Porque a Casa da Torre tem duzentas & sessenta legoas pelo Rio de São Francisco acima à mão direita, indo para o sul, & indo do dito Rio para o Norte, chega a oitenta legoas. E os Herdeiros do Mestre de Campo Antonio Guedes possuem desde o morro dos Chapeos até a Nacença do Rio das Velhas, cento & sessenta lagoas.¹³⁸

A Casa da Torre não se limitou apenas às margens dos rios citados por Antonil. Há fortes indícios de que seus domínios tenham alcançado os sertões da capitania

¹³⁵ NÓBREGA, Manoel de. *Op. Cit.*, p. 210.

¹³⁶ PESSOA, Angelo Emilio Silva da. Família, Propriedade, Tradição e Poder no Nordeste colonial: a casa da Torre de Garcia d'Ávila. In: **Anais do XXIV Simposio Nacional de História** – ANPUH, 2007, p. 4.

¹³⁷ Sobre o poder da Família Guedes de Brito ver; OLIVEIRA, Elizângela Ferreira. **Entre Vazantes, Caatinga e Serra:** trajetórias famílias e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. UFBA, 2008. (Tese). Ver Também em BANDEIRA, *Op. Cit.*, p. 61 a doação de Sesmaria à Família Guedes de Brito.

¹³⁸ ANTONIL, João André. *Op. Cit.*, p. 186.

do Piauí e Ceará, sendo que nesta última seria a porção Sul, atual região do Cariri. Mediante os embates contra os nativos, especialmente os que habitavam os sertões de Piranhas e Piancó na capitania da Paraíba, fronteira com os sertões Sul da capitania do Ceará, os foreiros da Casa da Torre iam galgando espaço. Muitos desses rendeiros/foreiros eram Capitães mores e foram importantes na conquista de muitas terras para a Casa da Torre. Teodósio de Oliveira Ledo foi um desses afamados foreiros e o principal conquistador dos sertões de Piancó e Piranhas. Após ferrenha luta contra os índios Kariri, conseguiu senhorear-se daquelas terras como o documento demonstra.

Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Fidalgo da Casa de sua Magestde q. Deos goarde Capitão mor e governador das armas da Capitania da Paraíba do Norte superintendentes das armas, fortificações della, pello ditto Capitão porquanto Francisco de Oliveyra Ledo Capitão mor da Certão do Cariri me enviou a dizer para sua petição que elle foy provido no dito posto nos fins do governo do meu antecessor [...] atente para como elle impetrar essa confirmação. E a entendo eu asino o ditto Francisco de Oliveira Ledo filho de Theodozio de Oliveira Ledo que foy muitos annos Capitão mor naquelle certão, e decorrido delle junto com seu pay, sujeitando o gentil.¹³⁹

Enquanto muitos nativos se deslocavam para outros espaços, outros resistiam tornando a conquista dos sertões lenta e gradativa. Os obstáculos oferecidos tanto pela natureza como pelos indígenas fizeram com que a maioria das expedições malograsses. As dificuldades na abertura dos caminhos terrestres, os ataques de nativos que habitavam as margens dos principais rios, demonstravam aos conquistadores que penetrar nos sertões não seria tão fácil. A cada expedição que se fazia, a Coroa tinha que lançar mão de inúmeras *mercês*, o que foi decisivo cada vez mais na formação e consolidação de potentados, especialmente de militares. Fernanda Olival destaca que “as mercês eram muito relevantes no próprio império, e não só para os reinóis; em pouco tempo nativos e até indígenas foram absorvendo os seus princípios, tanto na Índia como no Brasil e outros locais”.¹⁴⁰

Percorrendo velhos caminhos indígenas várias frentes de povoamento (ou de expansão) eram liderados por grandes e influente Capitães, especialmente os da Casa da Torre. Auxiliados pelos seus foreiros, agregados e índios aliados, essa família foi mais de trezentos anos soberana nos quesitos privilégio, dominação e concentração de riquezas.

¹³⁹ AHU. Documentos para Paraíba. **Requerimento** de Francisco de Oliveira Ledo, ao rei D. João V, solicitando passar carta patente de confirmação do posto de Capitão mor do sertão do Cariri da Paraíba. Caixa 9. Doc.187. 1735.

¹⁴⁰ OLIVAL, Fernanda. O Brasil na disputa pela política de “mercês extraordinárias” da coroa (séculos XVI-XVIII). In: VAINFAS, Ronaldo e BENTES Rodrigo Monteiro. (Orgs.). **Império de várias faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p.152.

Estudos apontam que todo esse patrimônio só foi fragmentado com o fim do morgadio, em 1835, bem como representou também a oportunidade que “muitas famílias do sertão tiveram para ter acesso à propriedade efetiva do que restaram das sesmarias dos Guedes de Brito”.¹⁴¹ Em relação a Casa da Torre, estendeu

seus domínios por vários territórios dos atuais Estados do Nordeste, compreendendo áreas na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, englobando largas extensões nos rios Itapecurú, São Francisco, Real, Parnaíba entre outros de importância capital para a economia da região.¹⁴²

As dimensões desses domínios proporcionaram gradativamente a essa família poderes quase ilimitados sobre as populações que iam se agregando em suas fazendas, aldeias, povoados e vilas. Apesar de concentrar suas possessões mais expressivamente nos sertões das capitanias supracitadas, nos sertões baianos, a Casa da Torre também se apoderou de muitos territórios. Um relatório enviado à Diocese de Salvador, efetuado pelo Pároco da Freguesia de Jeremoabo, Padre Januário José de Sousa Pereira, ilustra um pouco isso. Conforme o mesmo,

Nesta a 152 fazendas e povoações do Jerimuabo, ou em todo o território desta freguesia que consta de 70 legoas de longitude de Nascente a Poente e de 30 de largo do Norte a Sul, não numerando os certões despovoados, e dizertos **há (não numerando os Índios sujeitos aos Religiosos)** 1364 pessoas de comunhão entre brancos, que não chegam a 80 pardos, mestiços e pretos captivos, de hu e outro sexo. Vivem estas pessoas em 285 cazas, ou choupanas, por só quatro são cobertas de telha em toda a freguesias e as mais de palha; de sorte que somente 12 pessoas há em fazenda suas próprias, quanto aos gados, que quanto a terra só uhm se acha em sitio seus, que o comprou a Caza da Torre, e os mais todos são foreiros da mesma Caza.¹⁴³

Sobre os domínios da Casa da Torre nos territórios da margem pernambucana do São Francisco sertão adentro, Capistrano de Abreu anotou que:

Na margem pernambucana do rio São Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, protegido de Thomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba senhoreava mais de oitenta léguas. Para adquirir essas propriedades imensas gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, á razão de 10\$ por ano, no princípio do século XVIII.¹⁴⁴

¹⁴¹ OLIVEIRA, Elisângela Ferreira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX.** (Tese). Salvador: UFBA, 2008, p.31. Ver também a tese de NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia-1750-1850.** Recife: UFPE, 2003.

¹⁴² PESSOA, Ângelo Emilio Silva da. **As ruínas da tradição: A Casa da Torre de Garcia D'Ávila-Família e Propriedade no Nordeste colonial.** (Tese). São Paulo: USP, 2003, p. 87.

¹⁴³ Relação da Frguezia de São Baptista do Jerimoabo do Certão de cima, do Arcebisnado da Bahia, pelo Padre Jerônimo José de Sousa Pereira, Parocho incommendado da mesma freguezia. São João do Jerimuabo, em 29 de dezembro de 1757. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Vol. XXXI 1909, p.231. Grifos meus.

¹⁴⁴ ABREU, João Capistrano de. *Op. Cit.*, p. 132.

Isso talvez explique a “hegemonia” baiana nos sertões pernambucanos. Enfrentar latifúndios tão poderosos como os Garcia d’Ávila não era tarefa fácil. Entretanto, independente de quem tenha ocupado aqueles sertões, importante é que tanto baianos como pernambucanos seguiram vários caminhos que, em bifurcações, alargavam fronteiras e materializaram espaços. Dessa forma, os caminhos do gado, materializados pelos núcleos populacionais, apresentam-se como as primeiras formas de organização espacial da população não-índia nos sertões do Médio São Francisco. Tal organização se configurou por sua vez nos primeiros sinais de civilização do homem europeu nos chamados sertões “incultos” e “selvagens”.

O acesso a esses e a outros privilégios dependia de suas relações políticas com o governador geral dos Estados do Brasil ou com a Coroa. E, nesse momento, os que mais tinham essa proximidade eram os militares. Prestigiada por ser a defensora das terras Del Rei na Colônia, essa corporação logo foi se tornando bastante poderosa, sobretudo, quando passou a exterminar muitos nativos que viviam nos espaços ditos “incultos” e “vazios” dos sertões das capitânicas do Norte.

Ali estavam as nações Kariri, que tiveram suas territorialidades devassadas pelos vários caminhos coloniais que adentraram os sertões semiáridos, a partir de meados do século XVII.

1.7. Os Caminhos Para os Sertões Ermos

Ao verem aquela natureza “intocada” e com muitos territórios com possibilidades da pecuária extensiva, do gado miúdo bem como usufruir dos seus recursos naturais, especialmente as florestas, caças e recursos hídricos, não demorou aos lusitanos cortejarem os nativos para os auxiliarem na extração desses recursos.

O conhecimento do espaço, o senso de orientação pelas mais difíceis trilhas; caminhos e montanhas; a escolha de áreas propícias à sobrevivência, dentre outras habilidades, fizeram dos nativos Kariri os agentes mais importantes para os portugueses nos primeiros momentos do conhecimento daqueles sertões na época colonial. Por outro lado, os Kariri não ficavam passivos a esse assédio e também exigiam benesses pelos serviços prestados aos colonos e à Metrópole.

Dos muitos elementos que incrementaram a expansão e alargamento das fronteiras coloniais rumo aos sertões e, conseqüentemente, o estreitamento do território indígena nas décadas finais do século XVII, foi, sem dúvida, a produção da indústria

canavieira no recôncavo baiano. No entanto, John Hemming cita outros motivos que colaboraram para essa expansão, tais como:

A escassez permanente de mão de obra indígenas dada a grande epidemia que assolou o recôncavo baiano, a chegada de brancos ávidos por riquezas e pouco inclinado ao trabalho braçal [...] **as guerras oficiais contra os caetés** e outras tribos do **Baixo São Francisco**, as epidemias e as atividades escravocratas, todos esses fatores se associaram para desnudar o sertão esparsamente povoado.¹⁴⁵

Essas guerras contra os Caeté foram importantes para que em suas terras fossem se construindo as primeiras missões e povoados, dentre eles a Vila de Penedo, Vila Nova Real (hoje Néopolis), freguesia de Santo Antônio de Urubu de baixo (hoje Propriá), ambos municípios do Estado de Sergipe. A ocupação e construção desses núcleos populacionais fizeram com que muitos nativos se deslocassem em direção aos sertões, onde a ocupação não índia ainda era ínfima e rarefeita. Porém, tal rarefação não impediu que houvesse ilhas de povoamento, onde “as melhores terras se destinavam às atividades principais das fazendas, ou seja, a pecuária”¹⁴⁶ e, geralmente, eram situadas em locais que permitissem melhores possibilidades de aquisição de água e boas pastagens.

A atuação dos Capitães da capitania da Bahia em seus redutos não foi menos violenta que em outras. Na conquista daquelas terras, imensos conflitos se sucederam e na maioria deles estava presente essa afamada família. As contendas que provocaram maior repercussão foram a ocorridos nos finais do século XVII com os Capuchinhos Franciscanos estabelecidos no Médio São Francisco, em especial com o Padre Martinho de Nantes, que ao fixar ali suas Missões, junto aos Kariri, logo passou a ter problemas com os colonos locais, segundo o qual, usavam de vários expedientes para atrapalhar a Missão.

O mais interessado em nos combater e que, por meio de calúnias, nos dava maior trabalho, era um homem muito conhecido pela sua vida escandalosa. Obtivemos contra ele uma ordem do rei de Portugal para que fosse expulso da região; mas praticou tantos abusos, que foi excomungado pelo senhor bispo, que deu ordem para que fosse preso.¹⁴⁷

As tentativas dos colonizadores de forçarem Martinho de Nantes a deixar a Missão não significou muito ao que ele iria enfrentar com Francisco Dias d’Ávila. Na ocasião em que esteve em Salvador onde tinha marcado audiência com o Governador para resolver questões sobre as terras de suas Missões, as quais estavam sendo cobiçadas por

¹⁴⁵ HEMMING, John. **Os índios e a fronteira colonial**. *Op. Cit.*, p. 440-441. Grifos meus.

¹⁴⁶ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 43.

¹⁴⁷ NANTES, Padre Martinho de. *Op. Cit.*, p. 20.

D. d' Ávila, e pelo recrutamento de índios Kariri aldeados, para o enfrentamento de outros nativos, ditos bárbaros.

Segundo Nantes,

Tendo recebido a ordem do governador da Bahia, por intermédio do coronel Francisco Dias de Ávila, a quem todas as terras do rio, desde trinta léguas para baixo até mais de cem léguas acima, pertenciam ao rei de Portugal, com exceção das que eram necessárias para os índios, fui obrigado a partir com índios das quatro aldeias que tínhamos sob nossa direção, às quais se juntaram vários outros de diversas aldeias [...] nossas municações de boca consistiam em carne seca e um pouco de farinha de mandioca para o coronel e alguns dos principais; os outros portugueses nada levavam, assim como os índios.¹⁴⁸

O Padre e o Capitão não foram muitos cordiais entre si. Informado de que Matinho de Nantes estava na Bahia, Francisco Dias d' Ávila já o esperava. Bastante aborrecido, o potentado veio ao encontro do religioso. Sobre a mediação do Governador, os dois travaram discussões nada afetuosas. Acabada as contendas e acusações de parte a parte, para a decepção de d' Ávila, o Governador apoiou o clérigo e assegurou a proteção de suas atividades junto aos índios no São Francisco. Segundo Nantes,

Não pensava senão no meu regresso, quando me vieram dizer que o Coronel Dias de Ávila, que então se encontrava na sua Casa da Torre, a doze léguas da Bahia, informado pelos seus agentes de minha chegada à Bahia e da ordem que eu havia recebido do governador, partira sem demora muito aborrecido, a fim de me encontrar e de procurar a revogação da ordem que me via sido dada. Foi mal recebido e o governador lhe exprobou a conduta, tratando-o como inimigo da missão e lhe censurando abusar dos favores do rei, agindo dessa forma contra as suas intenções.¹⁴⁹

A grande contenda entre Martinho de Nantes e Garcia d' Ávila, dentre outras que ocorreram, deu-se pelos problemas da criação de equinos na mencionada Ilha. Martinho de Nantes sempre criticava o Coronel por criar aqueles equinos, pois, estando à solta, danificavam as roças e invadiam as pastagens da Missão.

No entanto, o religioso quando ali chegou e edificou sua Missão, queria para si criação daqueles animais, pois seriam úteis em suas aldeias e nas terras indígenas, e, como ainda não tinha problemas com Garcia D. Ávila, escreveu uma carta ao dito Coronel pedindo algumas cabeças. O Padre só não contava que ele ainda tinha a dita carta e a utilizou para contestá-lo perante o Governador. As palavras de próprio Nantes expressam melhor esse desentendimento;

Todavia, o Coronel Francisco dias de Ávila encontrou meio de obter outra audiência mais favorável do governador. Mostrou-lhe uma carta minha, em que eu lhe pedia, para os índios, os cavalos que estavam na ilha de Uracapá, nas mesmas condições em que ele concedia os portugueses. Desta carta, tirava

¹⁴⁸ Idem. Ibidem., p.51-52.

¹⁴⁹ Id. Ibid., p. 70-71.

ele a conclusão de que não era verdade que os índios não podiam viver na ilha com os cavalos, uma vez que os podia os próprios índios.¹⁵⁰

O Governador, por sinal, não gostou nada do acontecido, e Nantes, constrangido, tentou se justificar de suas contradições e de outros problemas que tinha com o Coronel Francisco Dias d'Ávila. Nantes, a respeito, pronunciou-se desse modo:

Logo que eu pude falar ao senhor governador, para justificar Francisco Dias de Ávila quanto ao suposto atentado, ele me disse: “Isto está bem. Mas me enganaste ao dizer que os índios não podiam viver na ilha com os cavalos. Francisco Dias de Ávila me entregou uma carta vossa, na qual lhe pedíeis cavalos para os índios; logo, podem viver juntos”. Quis explicar-me, mas nada quis ouvir e me despediu bruscamente, dizendo: “não gosto que me enganem”. Retirei-me dizendo: “Meu Senhor, não vos enganei; não vos pedi se não justiça, e não favores.”¹⁵¹

Embora o Governador tenha voltado atrás¹⁵² e se comprometido em apoiá-lo em qualquer situação, esses conflitos demonstram quanto foi bastante complicada a relação da ordem Franciscana com os potentados locais, e, mesmo com todo seu prestígio, tinha problemas em lidar com esses indivíduos, como também com o governador. Nesse terreno movediço, os problemas maiores estavam reservados para os indígenas.

1.7.1. Caminhos Baianos do Centro – Médio São Francisco

Com relação às veredas e caminhos, boa parte se dirigia para o Médio São Francisco e adjacências; dali rumaram para os sertões mais distantes. Espinha dorsal da ocupação daqueles sertões, por ali passaram os caminhos de maior trânsito do gado e de indivíduos, com variadas ambições. Nesse processo, em pouco tempo a região, se não foi totalmente conquistada, pelo menos, foi reconhecida por muitos capitães mores, mestres de campo, dentre outros.

Situado na confluência dos caminhos do gado que rumavam a Salvador e interligavam a capital a outros sertões – especialmente, os de Pernambuco, Piauí e ao sul do Ceará –, o Médio São Francisco, logo se tornou estratégico, de modo que ali foram se estruturando os primeiros núcleos de povoamento não índios dos sertões das Capitânicas do Norte. Erivaldo Fagundes Neves argumenta que se desconhece qual fora a primeira fazenda estabelecida naqueles espaços, “sabe-se, apenas, que o movimento de conquista

¹⁵⁰ Ibidem., p. 71.

¹⁵¹ Id. Ibid., 172.

¹⁵² Martinho de Nantes não voltou mais a conversar com o governador, e recomendou que um Clérigo de Salvador o intercedesse por ele junto ao governador. E feito, o seu irmão de fé conseguiu que o governador reconsiderasse e mantivesse sua palavra de proteger e ajudar as Missões do Médio São Francisco.

e ocupação desses territórios aos indígenas deslocou-se do norte para o sul, pela margem direita do grande rio”.¹⁵³

No centro e no nordeste baiano, concentraram-se os principais caminhos que se abriam para a conquista e colonização das demais terras sertanejas das capitânicas de Pernambuco, Piauí e *Siará Grande*. Essa penetração iniciou sistematicamente a partir da segunda metade do século XVII e atingiu seu ápice no início do século seguinte.

Um contingente constituído por pobres livres, aventureiros, militares, índios aliados, dentre outros, vai exercendo pressão sobre as populações indígenas ditas “bárbaras”, resultando cada vez mais em seus deslocamentos, onde a maioria foi condenada a transitar na zona fronteiriça da dita sociedade “civilizada”, sendo por sua vez alvo de extermínio por parte dos colonos, e pelos religiosos, que os forçavam a pedir paz e auxílio nas várias Missões que ficavam ao longo das margens do rio São Francisco.

Jeremoabo foi um dos primeiros e importantes povoados edificados nos domínios territoriais da Casa da Torre. Localizado na confluência de um dos três caminhos que partiam do Recôncavo baiano. Essa localidade, além de ser conhecida pelos grandes conflitos ali existentes, era passagem dos caminhos do gado que desciam para Salvador, vindos dos sertões da Capitania do Ceará, Piauí e Pernambuco. O pároco daquela Freguesia, Padre Januário José de Sousa Pereira, em 1757, registrou que

[...] em todo Estado do Brazil não há Freguezia de peor nome, que esta de Jeremuabo, de tal sorte, que seu nome, he ouvido com temor em todos as partes. Os naturais, e moradores saindo para fora negão a pátria, a Freguezia, e os não por temor de seus malefícios. Os passageiros, que se veem obrigados a passar por ella com seus combyos, gados, e cavallaias, que de outros sertões escem principalmente de Jaguaribe, certão de Pernambuco, e do Piagui, o fazem com tal receio, como se houvessem de atravessar por terra de inimigos ou gentio bravo [...].¹⁵⁴

Esses caminhos tiveram importância não apenas para a ocupação do espaço circunscrito àquela Freguesia; isso porque através daqueles caminhos era possível, atravessando para a margem esquerda do rio, comunicar-se com outras capitânicas, inclusive a do Ceará Grande. Na observação de Capistrano de Abreu:

Um destes caminho antes de fixar-se, e assim não é fácil apurar qual foi seu primeiro rumo. Frei Martin de Nantes, missionário capuchinho que mais de uma vez cumpriu a jornada entre 1672 e 1683, apenas indica três pontos por onde passava: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, e águas do Itapecuru, Jeremoabo em águas do Vazabarris, e uma passagem no rio de São Francisco, abaixo das Ilhas Pambu e Uracapa. No princípio do século XIX a passagem era em Ibó, a pouca distância de Cabrobó. Uma delas serviam-se os correios

¹⁵³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Op. Cit.*, p. 262-263.

¹⁵⁴ Relação da Freguezia de São João Baptista de Jerimuabo do certão de cima, do Arcebispado da Bahia, pelo padre Januário Jose de Sousa, Parocho encomendado da mesma Freguezia. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol. XXXI. Ano. 1909, p. 231.

que transitavam entre a capital da Bahia e a do Ceará no governo de Francisco Alberto Rubim.¹⁵⁵

Os três pontos de que fala Capistrano de Abreu logo se transformaram em importantes caminhos. Na observação de Santos, “esse deve ter sido o primeiro itinerário com o Recôncavo baiano e o São Francisco”¹⁵⁶, onde mais tarde passaram a transitar militares, colonos, boiadas, índios. Nos pousos que estrategicamente eram escolhidos para descanso das intensas e causticantes jornadas, foram se constituindo locais de apoio para a conquista de outras localidades. Dessas destacaram-se *Jacobina*, no sertão central; *Nossa Senhora de Nazaré do Itapecuru*; *Jeremoabo* (já citado), mais a leste, e *Juazeiro*, na porção central na curva do rio São Francisco. Esses núcleos urbanos foram se constituindo no elo entre as várias partes dos sertões da capitania baiana e das demais capitanias do Norte, naquele período.¹⁵⁷

Jacobina, a 90 léguas de Salvador, confirmou-se como principal povoação do sertão central baiano. Ficava na confluência do trânsito das boiadas que por ele se poderia atingir quase todos aqueles sertões, e isso “porque as boyadas destes Ryos vão qualificadas para a Bahia, e por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde paixão, & descanso. Assim como ahi também parão, & descanso as que as vezes vem de mais longe”¹⁵⁸. Os vastos territórios que estavam sob sua jurisdição possibilitavam muitas outras atividades econômicas, o que proporcionou um adensamento populacional bastante considerável para aqueles sertões; Aires de Casal argumenta que:

A Comarca de Jacobina, que toma nome de sua cabeça, compreende toda a parte ocidental da Província. A maior parte consta de caatinga, e chernecas áridas, e insusceptíveis de gênero algum de agricultura, servindo só para criar gado: as serras de elevação considerável são raras, e as matas só onde o terreno é gordo, e de substância; nelas se fazem as lavouras da mandioca, milho, canas-de-açúcar, legumes, hortaliças, e os algodões.¹⁵⁹

Esses primeiros sinais de urbanidade foram imprescindíveis para viabilizar cada vez mais a valorização econômica daqueles espaços e a exploração de novos territórios adjacentes. Quando a seca e os repentinos ataques de índios não os afetavam

¹⁵⁵ ABREU, Capistrano de. *Op. Cit.*, p.244

¹⁵⁶ SANTOS, Marcio Roberto dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750.** (Tese). São Paulo: USP, 2010, p. 164

¹⁵⁷ SANTOS, Marcio Roberto dos. *Op. Cit.*, p.173.

¹⁵⁸ ANTONIL. *Op. Cit.*, p.185. Sobre as origens de Jacobina, ver: SILVA, Fabiana da. **O Trem das Grotas: A ferrovia Leste brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945).** Santo Antonio de Jesus: Bahia. UNEB, 2009, p. 45-46 e VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.** São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 39.

¹⁵⁹ CASAL, Manuel Aires de. A Comarca de Jacobina. In: **Corografia Brasilica ou a Relação Historico-Geográfica do Reino do Brazil.** Rio de Janeiro: Tomo II, 1817, p. 241.

demasiadamente, muitos deles cresciam e se multiplicavam de forma rápida e consistente. Na jurisdição dessa povoação foram construídas importantes Missões, em sua maioria de *índios Kariri* que, depois, transformaram-se em freguesias; dentre elas, Natuba, Cana Braba, Sorobabel. Segundo Silva:

para a parte do poente e no fim da Freguesia em distância da Matriz dez legoa na opinião dos moradores, se acha hua aldeia de índios denominados e regidos pelo Reverendos Padres da Companhia de Jesus chamada Natuba, e outra chamada Canabraba dos mesmos padres em distancia de 14 legoas pouco mais ou menos: e vizinha da dita igreja Matriz duas legoas fica outra Missão, ou aldeia e Indios dominados pelos Religiosos Franciscanos e todas com muito boas, e bem ornadas Igrejas onde acontecem todos os sacramentos.¹⁶⁰

O terceiro caminho, o dos *sertões de cima*, era ramo de muitos outros, cujo percurso principal partia de Cachoeira (no recôncavo) e, depois de ziguezaguear pelos sertões, chegava em Jacobina. Dali, numa quase linha “reta”, alcançava-se um lugar de passagem denominada Missão de *Juazeiro*, onde se cruzava com o caminho que vinha diretamente do Recôncavo. Sobre essas aberturas que levavam e traziam gente e gado, memórias e experiências, Capistrano de Abreu considerou que

À medida que o gado ia subindo o São Francisco, o caminho de Jeremoabo ia perdendo as comodidades que antes oferecia; e impunha-se a criação de novos caminhos, os de Jacobina, Itapecuru e outros, substituindo hoje em sua missão histórica pela estrada de ferro de São Francisco. O caminho de Juazeiro ilustra uma página lapidar o venerando Martius, que por ele seguiu viagem para o Maranhão. De passagem se note que o caminho de juazeiro se conta entre o menos antigo da Bahia antes via de vazão que penetração.¹⁶¹

Juazeiro foi a primeira Missão de maioria *Kariri* na curva do curso do Médio São Francisco. Dado ao intenso fluxo de passagem dos colonos para os sertões do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, logo se transformou num importante núcleo urbano que ligava Salvador a essas capitânicas. No século XIX, provavelmente entre os anos de 1817 e 1819 passaram por lá os viajantes naturalistas Joham Baptist von Spix, Karl Friedrich Phipplipp von Martius e também James Hendeson. Indo para o Maranhão, esses indivíduos documentaram em ricos detalhes a paisagem social e natural daquela região. Sobre a travessia, Karl Friedrich Phipplipp von Martius e Joham Baptist von Spix fizeram a seguinte descrição;

Essa passagem do Rio São Francisco é a mais frequentada de todo o sertão da Bahia, e mais importante do que as outras que ficam junto das Vilas de Pilão Arcado, de Barra do rio Grande e de Urubu. Por aí se faz comércio do interior do Piauí e Maranhão, assim como, por essas vilas acima mencionadas, aquela

¹⁶⁰ SILVA, Fabiana da. **O Trem das Grotas**: *Op. Cit.*, p. 223.

¹⁶¹ ABREU, João Capistrano de. *Op. Cit.*, p. 244-245.

para Goiás e Mato Grosso. O mais importante e artigo do trânsito é gado para corte dirigido à Bahia.¹⁶²

Além da Missão de Juazeiro foram construídas outras, as quais possibilitaram a evangelização dos ainda “selvagens” habitantes daqueles sertões adjacentes. Em 1758, o Desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, ao escrever sobre a navegabilidade do São Francisco, citou essas Missões. Segundo ele,

Este rio começa a encher comumente no mez de outubro e a mais segura e boa nevegação dele he de dezembro athe mayo: sahindo da Parateca ate o Paulista (viagens de muitos dias) não há risco em tempo algum; este lugar he um morro de arêias muy alto da parte de Pernambuco, ao pé dele faz volta o rio; fervem a fazem as agoas hum tal **remanso**, que nelle tem naufragado muitas embarcações[...]Porem os práticos e os que navegão com advertência encostão a esta parte da Bahia e passão a salvamento. Este lugar fica debaixo da **Villa Nova do S. Francisco da Barra do Rio Grande do Sul** 10 ou 11 legoa. Deste dito lugar segue-se a mesma boa navegação, por espaço de 5 ou 6 dias até se tomar piloto para passar a primeira cachoeira [...] ¹⁶³ desta cachoeira athe São Gonçalo não sey, que legoa medão: neste lugar se tirou em outro tempo salitre; nelle habitão huns poucos de Índios sem missionários. 5 legoa abaixo esta a **primeira Missão do Joazeiro** desta parte da Bahia, **passagem Real, com estradas para todas partes**. Segues-se a **segunda** sita na **Ilha do Pontal**, em distancia de 12 legoas abaixo, outras 12 na **Ilha dos Caripôs** esta a **terceira**. Segue-se a **quarta** Missão distante 2 legoas, sita na Ilha de Unhunhu: desta para baixo couza de hua legoa esta hum grande perigo, a que chamão a Panella, em que tem naufragado muitoa gente sempre nas faltas de agoa e pouca advertencia. Desta Ilha e lugar ate outra nossa do **Sorobabé** medião 24 legoas com pouca diferencia: neste espaço **estão 6 missões**, que regem os Religiosos Capuchinhos; nesta distancia tem varias cachoeiras, porem todas se passão com facilidade, porque nas ditas Missõens tem pilotos muy destros e peritos; 5 estão em Ilhas e só a ultima, que he **Rodellas**, esta em terra firme, parte da Bahia. Desta Ilha **Sorobael** são duas legoas e nella esta a nossa **quinta Missão** desta a Fazenda da **Tocatiara** fazem 6 ou 7 legoas ate esta dita Fazenda ou ainda mais ou duas legoas abaixo, podem chegar embarcaçõens e não mais. Daqui para baixo até o Jacare, a que chamão rio baixo, só se anda por terra e são menos de 40 legoas: depois da sobredita Fazenda 7 ou 8 esta a nossa sexta missão do Curral dos Boys, e he a ultima do Rio de cima.¹⁶⁴

Nesse ritmo, ao principiar o século XVIII, quase todos os sertões baianos estavam recortados por esses caminhos em que transitavam não apenas tangedores de gado, mas também religiosos e muitos indivíduos em busca do ouro, do salitre, de mão de obra nativa, dentre outros bens naturais, e tropas para dar combates aos Tapuias arredios, como já visto. Dessa forma, os sertões baianos iam se constituindo pelos entrecruzamentos de vários percursos, onde os espaços iam sendo construídos/praticados

¹⁶² MARTIUS, Karl Friedrich Phiplipp von e SPIX, Joham Baptist von. In: SILVA, Leonardo Dantas; MAIOR, Mario Souto. (Orgs.). **A Paisagem pernambucana**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993, p.84.

¹⁶³ Hoje Cachoeira de Sobradinho

¹⁶⁴ **Relatorio** do Desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, dirigido ao Rey D. José, sobre os exames, que fora mandado na Serra dos Montes Altos para se avaliar a produção de salitre, a exploração e estudar os melhores meios de condução para a Bhia e outros portos da Costa em 14 de dezembro de 1758. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXXI. 1909, p.314. Grifos meus.

pelos inúmeros indivíduos envolvidos nas interações de suas diferentes experiências. Nos espaços mais promissores daquela capitania, especialmente os situados à margem direita do rio, as populações ali concentradas assinalavam os “limites” fronteiriços dos chamados “sertões de dentro”. Uma vez transposto, abre-se os caminhos mais para o norte, em especial, o sul da província do Ceará.

A margem direita do São Francisco, significou um pouso, uma pequena pausa no ritmo de expansão. O rio, nesse momento, assume um caráter emblemático ao mesmo tempo em que se transforma num divisor, num marco, numa fronteira natural onde as possibilidades de interação com os povos da outra margem se tornava temporariamente uma “incógnita”. Assim,

O Rio e Sertão se configuravam, então, como espaço de fronteira, no sentido proposto por Russel Wood, de limites entre dois pólos, nem sempre antagônicos, e, também como fronteiras meteóricas, consideradas por aquele autor, como o lugar de encontro entre diferentes culturas. Quem eram os primitivos habitantes dessa região e como esse povoamento inicial sofreu impacto com a interiorização dos portugueses.¹⁶⁵

Zona de conflitos e intercâmbio, o rio/fronteira não é passível de alargamento, deve ser transposto sobre suas águas ou por passagem, ponte que “ora solda ora contrasta insularidades. Distingue-as e as ameaça. Livra do fechamento e destrói a autonomia”¹⁶⁶. Assim, transitando pelas águas/ponte/passagem, os caminhos do gado e seus agentes se libertam da margem que, por um momento, fechavam-lhes horizontes e perspectivas, e passam novamente a alargar novas fronteiras, destruir/construir novos espaços *rumo aos sertões, especialmente os do Sul do Ceará*. Para onde se convergiam outros caminhos.

1.7.2. Caminhos Vindos de Pernambuco - Rodelas

Rodelas foi de importância significativa na distribuição de colonos para os sertões das capitanias do norte. Ricardo Dantas assegura que “o topônimo além de ter sido usado para designar os povos indígenas encontrados nessa região do médio São Francisco, também foi utilizado para designar uma vasta área do sertão nordestino. Do ponto de vista de sua abrangência, “o sertão de Rodelas, chegou a atingir terras que hoje integram os Estados do Maranhão, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte”,¹⁶⁷ numa

¹⁶⁵ FLORES, Katia Maia. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. (Tese). Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.40.

¹⁶⁶ CERTEAU, Michel *Op. Cit.*, p. 213-214.

¹⁶⁷ SALOMÃO. Ricardo Dantas Borges. **De Índios Rodeleiros a Índios Tuxá do século XX**: uma etnohistória das relações interétnicas no médio São Francisco. UFF, ANPOCS, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.pontal.anpocs.org/pontal>>. Acessado em 26/03/2014.

extensão de 400 léguas, abrangendo as duas margens daquele rio. O primeiro registro oficial sobre Rodelas data de 1646, “e se trata de um requerimento de umas sesmarias nessas terras, feita por Garcia d’Ávila e Antonio Guedes de Brito, administradores da Casa da Torre, reivindicando a descoberta”.¹⁶⁸

Do lado pernambucano, seus limites eram a “foz do Pajeú até Cabrobó”¹⁶⁹. Nos finais do século XVIII, o padre Martinho de Nantes, partindo da aldeia do Padre Anastácio, para fundar missões entre os Kariri no médio São Francisco, passou por aqueles sertões. De acordo com ele:

Um fidalgo me deu um excelente índio, o padre Anastácio me emprestou outro e eu parti a pé, acompanhado de dois índios que padre Anastácio me confiou e de nosso negro, e do índio que havia trazido da Paraíba [...] e houvesse caminhos muito difíceis, e até mesmo montanhas escarpadas, das quais uma de perto de meia légua, sempre a subir, e outro tanto descer, e tão íngrime que eu me admirava de que os cavalos não caíssem ao subir, ou não rolassem ladeira abaixo ao descer. Deus nos ajudou de tal modo que nada se quebrou e nenhuma carga se perdeu. Chegamos em **Rodelas** depois de oito dias de viagem [...] depois de um dia de descanso, seguimos para Pambu, a cerca de vinte e duas léguas acima pelo curso do rio São Francisco.¹⁷⁰

Nesse ritmo, o sertão de Rodelas, em especial o lado pernambucano, foi sendo conquistado, por civis e eclesiásticos, sobretudo, pelas Ordens Franciscanas, alargando as fronteiras territoriais para solidificar os domínios coloniais, e da fé cristã, aldeando os povos nativos buscando triunfar sobre as crenças desses gentios.

Todavia, apesar da margem esquerda do Rio São Francisco pertencer ao território da capitania de Pernambuco, a presença de colonos baianos, pelo menos durante o século XVII, foi mais incisiva. A expressão de Capistrano de Abreu de que “na segunda metade do Século XVII não se penetrava no Recife além de Bezerros, a quinze léguas para o interior, que ficava além estendia-se com a Bahia”¹⁷¹ é esclarecedora e pode compreender cada vez mais que os colonos da Bahia foram “pioneiros” na ocupação e conquista dos sertões do Médio São Francisco e provavelmente porções do Sul da capitania do Ceará. Ainda segundo o autor,

Esse caminho serôdio que, a julgar por uma indicação vaga de frei Caneca, acompanhava o Capibaribe até Taquaritinga, de onde demandava o Brejo da Madre de Deus, isto é, sertões batidos por baianos um século antes talvez, explica exuberantemente por que motivo os limites pernambucanos recuaram da Carinanha, hoje divisa de Bahia e Minas Gerais, para Pau de Arara, cento e cinquenta e quatro léguas rio abaixo, e ao contrário da Bahia se estendeu até as fronteiras de Goiás.¹⁷²

¹⁶⁸ Idem. Ibidem.,

¹⁶⁹ Id. Ibid.,

¹⁷⁰ NANTES, Padre Martinho de. *Op. Cit.*, p. 35. Grifo meu.

¹⁷¹ ABREU, João Capistrano de: *Op. Cit.*, p.232.

¹⁷² Idem. Ibidem., p.232.

Marcio Roberto Santos aponta que, de fato, “a expansão de Pernambuco no período colonial se deu na direção de Itamaracá, à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, ao Ceará, ao Maranhão, ao Pará, ao Amazonas, tendo passado, portanto longe do Médio São Francisco”.¹⁷³ Esse detalhe sobre as frentes de expansão e conquista daqueles sertões, Bartira Ferraz afirma que:

Em Pernambuco, a conquista de terras para o interior se iniciou pelo litoral, a partir do Cabo de Santo Agostinho até o Rio São Francisco. Os sertanistas subiam os rios e ocupavam, aos poucos, suas margens. As investidas dos portugueses pela ampliação dos domínios da Capitania de Pernambuco no São Francisco chocavam-se com o poderio da Casa da Torre. A região em questão esteve integrada aos domínios da família d’Ávila: Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco e Cabrobó.¹⁷⁴

Nesse ínterim, a expansão curraleira se interioriza ainda mais. Os sertões da capitania de Pernambuco passam a ser geograficamente expandidos pelo trânsito de homens, animais e mercadorias. Numa possível demarcação geográfica dos sertões do São Francisco e suas principais povoações e fronteiras, Pereira relata que,

O Alto sertão do rio compreendia o município de Cabrobó, a nascente do Rio Pajeú até a sua desagua do rio São Francisco, subindo à margem do mesmo até o Rio Curunhanha e seguindo a margem esquerda acima até sua nascente nas costas das serras de Tabatinga e do Duro; daí incorporando as serras da Gurguéia, Piauí e Dois Irmãos, internava-se pela atual região do Piauí, descendo pelo rio Canindé até chegar à sua foz no Parnaíba de onde subia por este rio acima até sua origem nas fraldas da Serra das Mangabeiras, também conhecida por Tabatinga.¹⁷⁵

O município de Cabrobó, na margem esquerda do São Francisco, teve importante significado para aqueles sertões. Foi uma das primeiras localidades a ser elevada à categoria de Curato, e dela partiam as referências e delimitações fronteiriças para aqueles sertões. Em 1697, numa consulta da Junta das Missões de Pernambuco ao rei, escrita pelo Bispo de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima e o Governador Caetano de Melo Costa, percebe-se sua importância:

[...] no sitio a q. chamão Cabrurbu junto do Rio de Sam Francisco esta hum curato, cuja igreja hé de Nossa Senhora da Conceição,ultimo q. este Bispado tem da banda do sul cujo distrito continuandosse pela marge asima do dito rio, q. fica para a parte do norte não tem limite compreendido tudo o que do feito se etada da mesma parte e todo o sertão a q. chamão de Rodelas, e pelas travessias do q. é curtada contem mais de 400 legoas cortando vários rios, hum

¹⁷³ SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. *Op. Cit.*, p. 88-89.

¹⁷⁴ BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: herança e poder indígena Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife: Ed. UFPE, 2007. p. 113-114 e RODRIGUES, Geferson Ramos. **No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais, 1736**. (Dissertação). Rio de Janeiro: UFF, 2009, p 35.

¹⁷⁵ COSTA, F.A. Pereira da. *Apud* BARBOSA, Bartira Ferraz. *Op. Cit.*, p. 40-41.

menos e outros mais caudalosos, porém todos de boas agoas, o clima he muito saudável, e não menos fértil a terra para criação e sustento dos gados [...].¹⁷⁶

Cabrobó está situado no eixo dos rios Pontal e Pajeú, que nasce na divisa das capitanias de Pernambuco e Paraíba. Segundo Capistrano de Abreu, “Pelo Pontal e pela serra dos Dois Irmãos passaram os caminhos do Piauí. O riacho da Terra Nova e o Brígida facilitaram a marcha para o Ceará”.¹⁷⁷ É provável que margeando o curso desses rios e se orientando por essa Serra, muitos colonos tenham se movimentado para Sul da Capitania do Ceará, Serra do Araripe, os sertões dos Cariris Novos. Assim,

Daquela margem, vencida a resistência dos selvagens, a expansão conquistadora e curraleira penetrou o Piauí pelo rio Pontal e serra dos Dois Irmãos, enquanto, pelos riachos da Brígida e o da Terra Nova, se dirigia para o Ceará, olhando o frontispício pernambucano da serra do Araripe, anteposto à testada longitudinal da mesma serra no chamado Vale do Cariri, serra que serve de divisa aos Estados de Ceará e Pernambuco, e em cujas faldas pernambucanas nascem aqueles dois riachos, tributários do São Francisco, incidindo o primeiro sob a mesma coordenada geográfica do citado vale, do qual se isola pela mencionada serra.¹⁷⁸

Caminhos que cortavam territorialidades indígenas, rumando para aqueles oásis, buscado primeiramente pelos Tapuias, o sertão de uma chapada, posteriormente denominada de Araripe. Um sertão indígena, indômito.

¹⁷⁶ AHU. Documentos para Pernambuco. **Consulta da Junta das Missões** ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do Bispo de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima e do Governador da dita capitania, Caetano de Mello Costa acerca da falta de Igrejas e Párcos nos presídios dos Palmares e Sertão de Rodelas, dos delitos cometidos na região, e da dissolução em que vive o mestre de campo do presidio de Alagoas. Caixa 17. Doc. 1732. 1697.

¹⁷⁷ ABREU, João Capistrano de. *Op. Cit.*, p. 132.

¹⁷⁸ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes. **Povoamento do Cariri**. Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas. 1973, p.15.

CAPITULO II – Da Utilidade da Guerra Para Assegurar Territórios

Uma fronteira é sempre final e princípio, ponto de chegada e de partida, âmbito do cotidiano e do desconhecido, geradora de medos e desconfianças, espelho e escudo, lócus de eterna contradição de um ser que requer o outro¹⁷⁹.

Espaços sem definição de territorialidades, onde se configuram tensões e alianças entre dois segmentos sociais distintos, onde as sociedades nativas se afirmam, ainda mais, como o Outro frente ao colono, em especial quando se têm fronteiras móveis, de passagens.

Palco de encontros e desencontros de modos de ver o mundo, pois ali viviam indígenas e não-indígenas. Cada um pautado em diferentes experiências, em regime de historicidades diversos. Eis um tempo de embates que extrapolavam os domínios do econômico e do avanço do mercantilismo, tratava-se de embates marcados pelos domínios culturais, nos quais estava em jogo a significação da terra, dos espaços, da natureza e do outro.¹⁸⁰

De acordo com José de Souza Martins,

a fronteira de modo algum se reduz à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo **fronteira do humano**. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora.¹⁸¹

Lugar de fronteira e esteio dos “tapuias”, os sertões das capitanias do Norte, até então, eram na concepção dos colonizadores, um limite, um hiato, um lugar, um espaço onde estacionava por um momento a expansão conquistadora. Enquanto espaço, o sertão se configurava numa singularidade, lugar da alteridade, onde as diferentes formas de experiências espaciais ali praticadas eram destoantes do dito mundo “civilizado”. Assim, enquanto fronteira, o sertão, é:

O lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizadores de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro da temporalidade

¹⁷⁹ FUNES, Eurípedes Antonio. Comunidades Mocambeiras do Trombetas. In: GRUPIONI, Denise Frajado; ANDRADE, Lucélia M, M. de. **Entre Águas bravas e mansas**- índios & quilombolas em Oriximiná. São Paulo: Comissão pró índio de São Paulo, 2015, p. 16-61.

¹⁸⁰ MORAES, Ana Paula Cruz da. **Entre mobilidades e disputas**: o sertão do rio Piranhas, capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. (Tese). Fortaleza: UFC, 2015, p. 113.

¹⁸¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira** – a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997, p.13. Grifos meus.

histórica, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.¹⁸²

Quando a fronteira colonial se sobrepõe à indígena, primeiro pela chamada frente pioneira – quando adentram os primeiros colonos em busca de terras, e outros bens, desafiando o ambiente hostil da caatinga e a resistência indígena frente à violência física e cultural imposta por esses adventícios. Nesse momento, a linha de povoamento avança sem ainda uma ocupação econômica do território, o que se dá com a frente de expansão. Nesse novo avanço da fronteira colonial, a situação torna-se mais tensa com a chegada de uma frente de expansão. Quando se dá o processo ampliado da ocupação territorial, numa perspectiva mercantil; há de se ressaltar que: “ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão”.¹⁸³

Nesse aspecto, antes que aldeamentos, povoados e vilas fossem se configurando como espaços de consolidação e valorização mercantil por parte do poder lusitano, os que ali primeiro chegaram, muitos por iniciativa próprias podem ser considerados como pioneiros por assegurarem as posses, nas dimensões e limites fronteiriços daqueles sertões. Dominaram e exterminaram, por armas e bactérias, muitos nativos, ou, uma vez uma vez subjogados ou “aliados”, significava deter mão de obra barata necessária para fazer produzir a terra ocupada. Mas poderia estar construindo uma zona de conflitos e tensões étnicas/culturais, já que as táticas indígenas não deixaram de vir. Essas reações dos gentios, os tornavam mais “bárbaros” aos olhos dos chegantes, que legitimavam, assim, ações mais contundentes, guerras, justas ou não, contra esses constituíam barreiras aos alargamentos das fronteiras lusitanas pelo semiárido das capitanias do norte.

Com a saída dos holandeses do nordeste colonial, a área dos sertões seria palco de conflitos e tensões resultantes da expansão da colonização, enquanto incorporação territorial do Império Atlântico Português. Para tanto, era imperativo à Coroa Portuguesa que se controlasse os Tapuia que ocupavam essa região, pois o crescimento econômico dependia da ocupação produtiva, especialmente com a criação de gado. O sertão e sua abundância de terras e a certa facilidade em adquiri-las através do sistema de doações de sesmarias levou a uma ocupação territorial de maneira intensiva, de forma mais ativa e mais sistemática.

¹⁸² Idem., O tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia\USP. São Paulo, 8(1): 1996, p.25-70.

¹⁸³ Idem. Ibidem., p. 27.

Durante os embates luso/holandeses, os quilombolas e indígenas com diferentes táticas, em especial as fugas e deslocamentos para o interior, conseguiram sobreviver nesses períodos de guerras entre as nações estrangeiras em disputas por territórios na América Lusitana. Uma vez passadas as escaramuças, vitória lusitana, as guerras se voltam para dentro contra incômodos inimigos: negros aquilombados e negros da terra, em especial aqueles que ousavam obstaculizar o avanço da fronteira colonial – os Tapuias.

Desbaratar, aprisionar, escravizar, exterminar, essa era a tônica dos discursos dos Capitães que estavam à frente das entradas aos sertões. Alicerçado pela pecuária que se tornou a base material mais relevante para o fortalecimento dos primeiros núcleos populacionais construídos ao longo dos caminhos. O processo de expansão toma corpo e se solidifica. A atividade criatória e agricultura, ainda, incipiente, passam a modificar cada vez mais a paisagem daqueles sertões, e redefinirem a posse e o uso da terra e dos bens naturais.

Os conflitos externos que se sucederam na América Portuguesa, no século XVII, foram desdobramentos das guerras entre as monarquias europeias, primeiramente pela definição de suas fronteiras e consolidação do poder central, e, posteriormente, das disputas pelo monopólio das rotas comerciais do Atlântico ao Oriente e domínio de terras no além mar. Séculos de guerras “contínuas”, envolvendo quase todos os Estados da Europa moderna.

De olho no lucrativo comércio de escravos e das matérias primas nos territórios coloniais lusos, a França e a Inglaterra, com menor intensidade, buscaram fincar suas marcas na América Portuguesa. Todavia, foram os holandeses, inimigos do império espanhol, que efetivamente por décadas ocuparam as principais possessões portuguesas do além-mar, em especial Brasil e Angola.

A primeira invasão dos flamengos, em 1624, sinalizou um alerta para que a Coroa lusa se precavesse para outro ataque mais eficaz e permanente. Preocupada em manter o que restava do lucrativo comércio marítimo e, ainda, ter que lutar pela libertação do domínio espanhol, a metrópole portuguesa deixava a alguns Capitães e seus subordinados a incumbência da defesa daqueles territórios. E, quando enviava auxílios militares, além de ínfimos, as tropas eram compostas, em sua maioria, por mercenários, voluntários e por pessoas consideradas perigosas para a sociedade portuguesa; tais com

criminosos, hereges, pobres, dentre outros.¹⁸⁴ Cinco anos, depois de terem ocupado a Bahia, os holandeses voltam e ocupam a província de maior produção açucareira, Pernambuco, por 15 anos, de 1630 – 1654.

Bem mais preparados belicamente que os lusitanos, os holandeses foram conquistando cada vez mais áreas do território das colônias do extremo Norte. Além dessa superioridade, outro elemento que proporcionou esses avanços foram as alianças com os nativos que habitavam, especialmente sertões daquelas capitanias, dentre eles os Janduim, os Potiguara e, também, os Kariri, sendo que os da capitania de Pernambuco se aliaram aos holandeses e os da Bahia aos portugueses.

É comum na historiografia sobre estes conflitos, e nos documentos coloniais, os registros de que, quando se tornaram mais acentuados, esses nativos foram coagidos pelos holandeses a lutarem a seu favor. Todavia, o que se depreende são as leituras feitas pelos indígenas desses conflitos entre as potências coloniais, fazendo uma tradução de todo esse contexto, posicionando-se dentro do que lhes parecia ser mais conveniente tecendo alianças contingenciais, mas, também, jogando as regras das disputas entre os brancos e as diferentes nações indígenas.

Exemplo mais contundente desses fatos, foi o relato do holandês Roulox Baro, quando viajou aos sertões da Paraíba, afim de recrutar auxílio dos Tapuias. Diz ele:

O Rei da Espanha e seu Vicio-Rei, justamente alarmados com uma desgraça tão surpreendente, armavam-se de todos os lados para garantir o país do Brasil. Os holandeses, avisados disso, para garantir a afeição e a amizade de todos os brasileiros e tapuias que os portugueses escravizavam, tornaram publica a proibição de retê-los ou cativá-los, sob pena de morte, com exceção dos negros da África, dos mulatos procriados da mistura de português e negra, dos mamelucos, que nascem de português e brasileira.¹⁸⁵

Com esse auxílio, os neerlandeses conseguiram permanecer de posse de Pernambuco, especialmente no período de Maurício de Nassau (1637-1644), momento em que houve uma trégua e considerável “prosperidade” econômica. No entanto, tal progresso não perdurou por muito tempo e apesar da trégua firmada em 1641, pelo mais novo aclamado rei de Portugal, D. João IV, as hostilidades não cessaram e tiveram seu

¹⁸⁴ Recrutar esses tipos de pessoas não eram só privilégio de Portugal. Em toda Europa do século XVII, esses indivíduos eram recrutados a servirem nos exércitos e nas galés no ultramar. Na Inglaterra, foi comum desterrar esses indivíduos para suas colônias na América. Mais esclarecimentos ver: LINEBAUCH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁸⁵ MOREAU, Pierre; ROULOX, Baro. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e relação da viagem aos país dos tapuias**. São Paulo: Itatiaia, 1979[1647]. p. 25.

auge a partir de 1645, culminando com a definitiva expulsão dos flamengos, em 1654, na chamada insurreição pernambucana.

O sucesso dos luso-brasileiros nesses conflitos deveu-se, muito, às alianças com os negros e, em especial, indígenas, que tinha familiaridade com a geografia do território e experiências em guerras. As nações que se destacaram nessas guerras junto aos luso-brasileiros foram os Potiguara e Tabajara que se aliaram, posteriormente, nos embates aos índios ditos Tapuias. Outros foram severamente perseguidos.

João Fernandes Vieira, Capitão mor, que atuou como Governador da Paraíba, homem de confiança da Coroa, serve de exemplo para ilustrar um pouco de autoridade, mandonismo e dominação. Sabedor de que “entre os neerlandeses existia uma estratégia de formação de alianças com indígenas inimigos da dominação portuguesa”¹⁸⁶, suas atitudes violentas contra os filhos de Janduí, chefe de umas das nações indígenas que se aliaram aos flamengos.

Mandando encerrar dois filhos de um cacique daquela tribo, tão logo assumiu ele a Capitania da Paraíba, em 1655, sob a alegação de que os Jandui teriam colaborado com outros mercantilistas holandeses. É a partir desse incidente, aliás, que os Janduí, em represália, começaram a atacar fazendas de gado no sertão e incendiá-las. Uma guerra como essa contra os Janduí, que durou trinta anos, teve como resultado um verdadeiro genocídio. Não há outro termo para qualificar semelhante violência, nem há razão alguma para que a historiografia tente evitá-lo.¹⁸⁷

Esse novo panorama experimentado por diversos agentes envolvidos nessas guerras significou para o recém-restaurado reino português que ocupar espaços nos sertões sairia mais dispendioso, uma vez que ainda estava na sua luta pelo processo de reconhecimento político na Europa.¹⁸⁸ Segundo Evaldo Cabral de Melo, para conseguir tal intento, D. João IV defrontava-se com três tarefas, a saber:

A primeira, na Europa era o reconhecimento da Independência do Reino e de direito da dinastia ao trono; a segunda, a defesa das fronteiras contra o inevitável ataque do vizinho; e a terceira, no ultramar, a reivindicação das colônias que, na América, na África e na Ásia, haviam sido perdidas para a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.¹⁸⁹

A única possibilidade era conquistar as terras “incultas” dos longínquos sertões, mas, para esse intento, foi necessário primeiro tomar algumas medidas político-

¹⁸⁶ MORAES, Ana Paula Cruz da. *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁸⁷ LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimento**: História Social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo15, 1996, p.53. Ver também: PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil – 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 124-125.

¹⁸⁸ A autonomia da Metrópole portuguesa só se completou definitivamente em 1669, quando finalmente a Igreja Católica reconheceu a legitimidade da dinastia bragantina e a paz com a Holanda.

¹⁸⁹ MELO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.20.

administrativas para sanar dívidas e fazer com que os colonos tivessem condições de reinvestir em seus engenhos, na faixa litorânea, e incentivar outros vassallos a adentrarem aos sertões. Nesse conjunto de reformas, criaram-se a *Companhia Geral de Comércio do Brasil* e o *Conselho Ultramarino em 1642*.

Dessa nova configuração se processou, com maior eficácia, a retomada para expansão da América Portuguesa rumo aos sertões das capitanias do Norte. Assim, tanto as guerras contra os holandeses, que significaram para assegurar em definitivo as terras do litoral, como as que aconteceram no interior dos sertões contra os índios “Bárbaros” e os negros aquilombados, atendiam a um objetivo comum; garantir novos territórios para incrementar as riquezas e a extensão do poder de um Império que tinha a pretensão de ser tão poderoso como fora um século antes.

Todavia, para que essa nova etapa expansionista oferecesse resultados satisfatórios, foi necessário que em sua colônia americana a administração de suas capitanias, também, se reestruturasse. Aquelas com núcleos populacionais mais consideráveis, importantes produtoras de açúcar, foram as primeiras a serem restauradas. Quanto as demais, do norte da colônia, sem expressão e pouco atrativas economicamente, uma das medidas foi determinar que as pessoas foragidas em função das guerras –, ataques de índios ou por outros motivos –, retornassem à suas propriedades sob pena de as perderem. A respeito do rio Grande do Norte, Fátima Martins considera que,

Após a partida dos holandeses, com o restabelecimento da Câmara em Natal, foram publicados avisos para quem tivessem terras na capitania do Rio grande do Norte viessem tomar posse no prazo de seis meses. Caso não fizessem nesse tempo, as terras seriam consideradas devolutas, e portanto, passíveis de serem concedidas novamente.¹⁹⁰

A capitania do Ceará não passou incólume a essas transformações. Até os fins do século XVII, era o refúgio dos muitos índios que fugiam das várias frentes de expansão colonial. Seu processo de organização administrativa só se iniciou na última década do referido século. Observemos o documento abaixo:

E q. quanto a formar-se a Camara daquelles moradores, so não entende que são elles tantos numero deque possa formar entre corpo de Republica, e que nesta parte tem V.Mgde ordenado aos governadores das conquistas que cada hum na jurisdição de seos governos reduzão a povoações os moradores que se achem espalhados pellos certões, dando lhes forma para se governarem assim no político como no Cevil e que isto se concedera obrarão o de Pernambuco para V.Mgde lhe recomendara essa matéria.¹⁹¹

¹⁹⁰ LOPES, Fátima Martins. **Índios, Colonos e Missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Natal: 2003, p. 250.

¹⁹¹ AHU. Documentos para o Ceará. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o que escreveu o padre João Leite acerca do seu trabalho nas missões do Ceará. Caixa 01. Doc. 34. 1696.

Gradativamente, as capitanias do Norte estavam se organizando. Algumas retomavam sua normalidade, outras, como a do Ceará e Piauí, estavam ainda em processo embrionário. No entanto, dada a grande mobilidade ocasionada pelas guerras contra os índios, comungada com as crescentes doações de sesmarias e dos muitos que ficaram pelos sertões quando fugiram das guerras flamengas, em pouco tempo (princípios do século XVIII) essas capitanias estavam com seus principais núcleos administrativos em processo de desenvolvimento.

A experiência de muitos indivíduos de alta patente que lutaram na guerra luso-holandesa renderam confiança à Coroa na retomada das conquistas dos sertões. Dessa forma, na medida em que aumentava o número de entradas, o espaço sertanejo ia ficando cada vez mais conflituoso. Com a resistência indígena e quilombola, os sertões viraram um barril de pólvora, bastava alguém acender a centelha para que explodisse. No entanto, os conflitos contra os nativos não constituíam novidade para os agentes da empresa colonizadora, e as guerras que outrora se situaram no litoral se deslocaram para os interiores da Colônia.

Diante dessa situação, a Coroa se viu obrigada a “afrouxar” as concessões de mercês a muitos que lutaram naquela fatídica guerra. Nesse processo, a concessão de hábitos, comendas e outros privilégios em troca do auxílio na restauração das capitanias mais afetadas, envolvia cada vez mais a coroa nessa intrincada teia de relações de poder.¹⁹²

Uma das várias medidas para lidar com a distribuições de áreas ocupadas foi a política das mercês. Mecanismo eficaz no incentivo para que muitos pudessem vir ao sertão e desempenhassem com maior empenho seus serviços, sobretudo nas guerras contra bárbaros – índios e quilombolas –, como já o fizeram antes contra os inimigos externos. Dessa forma, a Metrópole estava tentando retribuir os esforços e os gastos financeiros que os mesmos deprenderam para vencer tão cruenta guerra. O requerimento do Capitão Agostinho Cardozo ilustra um pouco isto:

Diz o Capitão Agostinho Cardozo filho legitimo de Jorge Cardozo que elle tem servido a vossa Magestade na guerra viva e exercito de Pernambuco[...]consta pella folha corrida do Capitão João de Morim Benteor a fl¹ que sendo o inimigo occupado a Villa de Olindae sitiado oforte de Recife[...]lhe sahio odito Capitam com vinte soldados e alguns índios ao encontro donde lhe mataram nove e aprizionaram hum fazendo retirar os mais[...] e por certidão do Capitam Francisco Rabelo fl4 e por outra do Capitam Afonso de Albuquerque fl5-consta que se achou elle supplicante naocaziam emque se avistaram

¹⁹² RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730. In: VAINFAS, Ronaldo; BENTES Rodrigo Monteiro (Orgs.). **Império de várias faces**: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009, p. 177.

astrincheiras que o inimigo tinha no pontal comartilharia e ronqueira da qual pelejando com valor matando e ferindo nelles leha ganharam adita trincheira e elle supplicante consta pellejar com sinal de valor[...] Pede a V.M. a que em remuneração dos dittos serviços, pessoais de doze annos contínuos, de guerra viva e com tanta satisfação lhe faça mersê de hum hábito das três ordens, com promessa de hua comenda; e enquanto não for provido nella a já outenta mil res de tença; ou penção noutros, e que V.M. Magde. o occuppe em seu serviço composto que lhe for servido.¹⁹³

Em meio a um grupo de índios, degredados, negros e mestiços os detentores de honras e privilégios foram proeminentes na condução e dominação de um ambiente social em construção. Nessa dinâmica, aos poucos vai se construindo uma das facetas mais degradantes da sociedade colonial: a formação de uma elite que se arrogava o direito de vida e morte sobre seus subordinados. As concessões de privilégios, “provimento de postos e ofícios, sesmarias eram mecanismos fundamentais para a construção da autoridade dos Capitães mores”¹⁹⁴ e de outros elementos da sociedade civil. Com esses incentivos, indivíduos se agregavam a corpos militares e se precipitavam rumo aos sertões, e na certeza de conseguirem benesses não mediram esforços para matar índios, tomar suas terras e desbaratar negros aquilombados.

Todavia, é praticamente impossível compreender as ações dos agentes da colonização dos sertões das Capitânicas do Norte sem que tenhamos a sensibilidade de perceber que houve um amplo e ambicioso planejamento. Território imenso e de difícil penetração, os sertões intimidavam a muitos. As hostilidades dos nativos ditos “Bárbaros”, as secas periódicas e uma fauna desconhecida, requeriam desses Capitães uma organização que envolvesse Coroa, Igreja e outros agentes.

Dessa feita, diante dos interessados em novas terras, e no esperado enriquecimento, estrategicamente, o Poder Central, Capitães e a Igreja passaram a traçar os planos de como deveriam administrar e melhorar a ocupação dos sertões, uma vez que os pontos mais importantes da faixa litorânea já estavam ocupados e assegurados. Numa carta ao rei D. João III, o Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, informando a situação da Junta das Missões, propõe alguns pontos para auxiliar nessa conquista e administração; revelando também tensões entre os agentes coloniais. Dentre os muitos pontos, um trata do sertão.

Tem V.M. Magde. ordenado se Repartam os certoens em Capitães mores, e que se deve de declarar que cada hum no seo districto governará e terá jurisdicam

¹⁹³ AHU. Documentos para Pernambuco. **Requerimento** do Capitão Agostinho Cardoso ao rei D. João IV, pedindo um dos hábitos das três ordens, com comenda, tença ou pensão, em remuneração dos serviços prestados na guerra da Capitania de Pernambuco. Caixa 4. Doc. 314. 1642.

¹⁹⁴ GOMES, José Eudes Arraes Barroso. **As Milícias Del Rey**: Tropas Militares e Poder no Ceará setecentista. (Dissertação). Rio de Janeiro: UFF, 2009, p.123.

sobre todos o Índios q. lhe for a sinado, e sobre o exame dos administradores da Aldeas, se deve mandar aos governadores examinem os títulos comque muitos os administração e faça que seevite todo dano que neste partícula possão senti os miseraveis índios.¹⁹⁵

A intenção da Igreja, mediante a Junta das Missões de Pernambuco, era tentar monitorar as ações dos Capitães sobre os índios ditos “mansos” e aldeados. Por outro lado, se entende que a proposta sinaliza cada vez mais para os sertões, onde havia muitos “Bárbaros” a serem catequizados. Responsáveis por essas jornadas/entradas, os Capitães se precipitaram sobre os sertões e muitos aproveitaram para promover contra seus habitantes massacres sem precedentes.

Uma vez liberado o perigo da invasão dos inimigos externos, agora a guerra se volta para dentro, os inimigos a serem dominados: a natureza semiárida e os Tapuias das terras *barbarium*. As lutas envolvendo capitães, posseiros, padres e índios, cada vez mais foi se aprofundando naqueles finais de século, desencadearam uma das mais sangrentas guerras em solo colonial. Uma Guerra Bárbara contra os “Bárbaros”, favorecendo o alargamento sobre os sertões indômitos. Uma fronteira a ser dominada – um lugar de natureza bruta, assim como os gentios que ali habitavam: os Tapuias.

Para enfrentar esse novo perigo que não mais vinha do exterior, mas do interiores dos sertões foi necessário a Coroa garantir aos que massacrassem: índios resistentes e negros aquilombados, enormes e variadas concessões de mercês, especialmente em doações de sesmaria, configurando, por sua vez, na efetiva frente de expansão colonial rumo ao Norte, sobrepondo aos territórios indígenas o sertão:

Lugar desertado, sem gente, domínio da natureza, reino das feras: quem vive num lugar assim? Se sertão é a corruptela de “desertão”, como pode haver aí moradores? Seria o sertanejo um desertor, aquele que sai das fileiras da ordem e da Civilização? [...] na verdade, desertar é apenas uma forma de deserdar seus habitantes, esvaziar é uma estratégia histórica para justificar a dominação: o que não é de ninguém pode ser meu, precisa e deve ser apropriado por alguém de mérito. É a forma de justificar também a imposição da ordem do colonizador sobre o mundo natural.¹⁹⁶

Outrora considerado como *habitat* dos “párias” da sociedade, especialmente índios rebeldes, negros aquilombados, pobres livres e criminosos, os sertões, passam a ser vistos como espaço das “oportunidades”. Exemplo mais plausível foi o da pecuária, que apesar de sofrer com os períodos de estiagem, garantia a quem se dispusesse a

¹⁹⁵ AHU. Documentos para Pernambuco. **Consulta** do conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, acerca da situação das Junta das Missões. Caixa 19. Doc. 1864. 1701.

¹⁹⁶ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado** – o cerrado na cultura de Minas Gerais. Vol. II, Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13.

desenvolvê-la a oportunidade de se apossar de imensas áreas territoriais. Outra vantagem era o método da *quartã*, onde muitos pobres-livres tinham a esperança de se tornarem proprietários e criadores, condição, também, sinônimo de *status*.¹⁹⁷

Diante disso, o sertão ganha olhares cada vez mais “positivos” e a ideia do “vazio” e do “desaproveitamento” daquelas terras foi se configurando num dos motes principais para que frentes de expansão planejassem conquistar aqueles espaços, sem hesitar em promover guerras contra índios bárbaros e negros rebelados. A morte de milhares deles, o aprisionamento, a escravização, e os deslocamentos provocaram um dos mais intensos e longos processos de mobilidade espacial; nas fímbrias dos sertões, onde as fronteiras se sobrepõem. Já que:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar de elaboração de uma residual concepção de Esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão ‘do outro lado’, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputado de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é.¹⁹⁸

Os conflitos, em variadas dimensões, estabeleciam-se nessas fronteiras, especialmente às reações indígenas frente aos chegantes, levando os novos senhores de terras a apelarem junto à recém-criada Junta das Missões de Pernambuco, para que autorizasse a tomada de algumas providências. Essa instituição que se tornara importante instrumento para administrar, em seu espaço de jurisdição, questões relacionadas aos indígenas, religiosos, colonos e, sobretudo, deliberar sobre guerras justas, ou dar legitimidade a estas. Em uma de suas reuniões se discutiu sobre a seguinte petição;

Propôs-se a petição com hum assinado pelos moradores do Certam do rio Sam Francisco, e a carta do Capitam mor aserca, de pedirem se lhe permita faserem guerra aos índios da Nação Cochoys, Parcheos, pelos Roubos e destruições que lhes fazem, e **nem se acharem aldeados, e andarem a Corso**. Assentuo-se, atendendo-se a justa queixa pela informação da carta do Capitam mór, e a noticia que na mesma Junta deu o Reverendo Padre Provinssial de Sam Francisco de que já na Bahia houvera ordem do Senhor Pedro de Vasconcelhos Governador Geral do Estado do Brasil, para selhes fazer guerra também pelas extorções que faziam na parte daquela jurisdição. Votarão o doutor Ouvidor Geral, e o Provedor da Fazenda Real o Reverendo Prior da Reforma, e o Reverendo da Congregaçam que seexecutassem as sobreditas ordens com os

¹⁹⁷ GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, 2011, p. 49-68.

¹⁹⁸ MARTINS, José Souza de. **Fronteira – Op. Cit.**, p. 11-12.

que seacham comprehendidos pelos assentos das Juntas de treze de abril de 1712.¹⁹⁹

A guerra contra os bárbaros ganha status de guerra justa. Guerra atroz, contra aqueles que na defesa de suas territorialidades travavam os avanços da fronteira colonial – Quilombolas e Tapuias, em especial os da nação Kariri.

2.1. Guerra para dentro: batendo Quilombos

Os negros cativos, ao romperem com sua condição social, desafiando a ordem pública e colocando em questão o sistema produtivo colonial e sua forma de organização, constituíram comunidades de fugitivos que lhes possibilitavam alternativas de sobrevivência um tanto diferentes da definida pela ordem escravocrata. Representavam a negação da ordem. Como afirma Eugene Genovese, onde há escravidão há quilombos.²⁰⁰

As preocupações das autoridades coloniais em relação às fugas desses negros, para além da perda de mão de obra, foi a forma de resistência e de organização social, que se configurava em ameaça às pretensões da sociedade escravagista. Some-se a isso, o fato de estarem ocupando uma área de terras férteis, de interesse dos proprietários e tropas chegantes; em especial, por serem ricas em salitre, matéria-prima para pólvora preta, um recurso do qual a Coroa não queria abdicar, pois importante naquele contexto de guerras. Essas preocupações estão em uma carta do governador da Capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe D. Pedro em vinte de junho de 1671.

Há alguns annos, que dez negros de Angola fugidos ao rigor do cativoeiro a fabricas dos engenhos desta capitania seformarão povoações numerozas pela terra adentro entre os palmares e matas cujas asperezas e falta de caminhos os tem mais intensificados por natureza do que pudera ser por arte e crescendo a cada dia [...] tendo já tendas de ferreiro, e outras officinas comque poderam fazer armas pois uzão de agoa de fogo que de ca levão; e este sertão fértil demetais e salitre que tudo lhe oferece para sua defenza selhes nam falta a industria que tambem se pode temer dos muitos que foge la pratica em todas as mecânicas.²⁰¹

¹⁹⁹ Termo 41 do Livro dos Acento da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que escreveram em Pernambuco no tempo do governador Felix José Machado de Mendonça. In: GATTI, Agata Francesconi. **O trâmite da Fé: A atuação da Junta das Missões de Pernambuco, 1681-1759.** (Dissertação). São Paulo: USP, 2009, p.157-158. Grifos meus.

²⁰⁰ GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁰¹ AHU. Documentos para Pernambuco. **Carta** do governador da Capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente (D. Pedro), sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo as forças militares, e analisando homens capazes para guerra com os ditos negros. Caixa 10. Doc. 917. 1671.

Francisco do Rego Barros que serviu por quatro anos (1663-1664) na Capitania de Pernambuco, apresentou, também, seu relato sobre Palmares;

em huma entrada que fez ao certão contra os negros dos Palmares com outenta homens q. juntou com seos criados e escravos q todo juntou de sua fazenda no decurso de hum mez [...] e encontrando nella huma tropa delles os avançar e apresionar todos ally homens, como mulheres deixandoos que nunca mais aparecerão por aquella parte aonde hoje estão situados muytos curraes de gado.²⁰²

Constituído em princípios do século XVII, desde 1602, as comunidades negras da Serra da Barriga, em Alagoas, foram sistematicamente combatidas, tanto por expedições lusitanas, quanto holandesa, em 1644; com um certo interregno durante os desarranjos políticos, sociais e administrativos ocorridos durante a ocupação holandesa e a insurreição pernambucana, de 1645 a 1654.

Para desalojá-los, a Coroa passou a organizar entradas e dando-lhe combates, embora de forma pouco intensa até 1654, tornando-se mais aguerridos após a expulsão dos flamengos, todavia sem grandes sucessos até 1668. A partir de 1671, as forças governamentais se voltam com força total para a missão de destruir Palmares, reforçada pelo terço dos Henriques. Os relatos dos Capitães mores elucidam esses conflitos.

Bento Correia de Figueiredo consta ter servido por espaço de vinte e hum anno 9 mezes e dous dias com alguma interpolação desde novembro de 651 athe agosto de 680 em praça de soldado, alfferes, Ajudante e Capitão de Infantaria Vivo e reformado ocupando também por provimento do governador de Pernambuco D. Pedro de Almeya, o posto de Capitão do Seará por falecimento de João Tavares de Almeida; e no decurso do ditto tempo se embarcou numa Armada da Companhia Geral que foi ao Brasil [...] e atualmente tendo se achado na guerra dos Palmares, e em hum assalto q. se deu em hum mocambo, em q. se matando e aprisionando muitos negros fazendo fugir outros para os matos.²⁰³

Essa fase de expansão e conquista territorial explica, em parte, o caráter violento de conquista e ocupação dos sertões e a forma com que os governos dessas capitanias foram organizando; assinalando para Coroa uma das mais árduas e complicadas tarefas. Para os sertões da Bahia, de Pernambuco e suas anexas a “resistência dos quilombos e dos gentios movimentou muitos contingentes de colonos e índios aliados

²⁰² AHU. Documentos para Pernambuco. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei d. Pedro II, sobre nomeação de pessoas para o posto de Sargento mor das ordenanças da Praça da Capitania de Pernambuco, que vagou por falecimento de Clemente da Rocha Barbosa. Caixa 13. Doc. 1273. 1684. Memorial de Francisco do Rego Barros.

²⁰³ AHU. Documentos para Pernambuco. **Aviso** do Secretário de Estado Pedro Sanches Farinha ao Secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavor, ordenando que se envie uma relação dos serviços do Capitão de Infantaria de um dos terços da capitania de Pernambuco, Bento Coreia de Figueiredo. Caixa 13. Doc. 1272. 1684.

numa outra guerra que durou quase meio século”.²⁰⁴ Pelos relatos dos Capitães mores que estavam à frente das expedições se percebe isso.

Fernão Carilho consta ser provido pello Gov^o do Brasil Alexandre da Sousa Freyre noposto de Capitão de Infantaria da Ordenaça, e cabo das tropas da guerra dos mocambos da Capitania de Sergipe del Rey no anno de 670 [...]e indo conquistar os mocambos antigos, e desamparando no caminho a mayorparte da gente branca, que acompanhava, continuou a jornada com poucos índios, com os quais investio para os mocambos a honde havia mais de duzentos negros [...] e depois acompanhar ao Capitao Jorge Soares de Macedo as serrasde picarassa, a averiguar asminas, que se dizia haver nellas, levando em sua companhia seus cavallos, e doze escravos, sendo a jornada de mais de duzentas léguas, facilitando as difficuldades daquelles certões, que sem a sua companhia naopoderia conseguir, o respeitodo gentio brabo, que aly assistia por ser indômito.²⁰⁵

A narração do capitão Fernão Carrilho é rica no sentido de que a utilização de índios aliados na luta contra os negros fugidos se configura numa das principais estratégias de guerras coloniais nesse período. Já que para Carrilho, em 1671, Pernambuco “não estava menos perigoso [...] com o atrevimento destes negros do que esteve com os holandeses” e esse “episódio oferecia uma boa oportunidade para demonstrar a eficiência das forças coloniais e metropolitanas sobre os seus inimigos internos”²⁰⁶. Noutro documento se lê:

Antonio Pinto Pereira consta haver servido na Capitania de Pernambuco vinte e dois annos 8 mezes e 17 dias imterpodaladamente desde 12 de outubro de 646 athe 20 de Julho de 1683 em que atualmente ficava continuando em praça de soldado Alfferes, Capitão vivo, e reformado por patente do govenador de Pernambuco[...]sentando Praça veyo para esse Reyno, e delle para aquella Capitania, sendo o primeiro que deu principio a redução dos negros dos palmares obrigando com suas rezões ao seu principal chamdo Ganazumbá, q. encontrou no certão a mandar três filhos e dous genrrosa a pedir pazes ao governador a buscolho foulhe fazer com mais de 400 soldados, obrando com muito trabalho e risco de vida e dispêndio de sua fazenda.²⁰⁷

Diante da pouca eficácia das tropas pernambucanas e particulares no combate aos palmarinos, em 1691, os bandeirantes paulistas – terços paulistas –, entre eles Domingos Jorge Velho, engrossaram as forças repressivas aos Quilombos da Serra da Barriga, batendo-os em 20 de novembro de 1695, quando foi morto seu líder maior –

²⁰⁴ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras** – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco no século XVII e XVIII. (Tese). Recife: UFPE, 2003. Ver também: PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.*,

²⁰⁵ AHU. Documentos para o Ceará. **Memorial** de Fernão Carrilho: In: **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de Capitão mor no Ceará. Caixa 01. Doc. 25.1681.

²⁰⁶ LARA, Sílvia Hunold. Do singular ao Plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio Santos dos. **Liberdade por um fio** – história dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 83.

²⁰⁷AHU. Documentos para Pernambuco. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de pessoas para o posto de Sargento mor das Ordenanças da Praça da Capitania de Pernambuco, que vagou por falecimento de Clemente da Rocha Barbosa. Caixa 13. Doc. 1273. 1684.

Zumbi. Depois de aproximadamente um século de guerra, desbaratados os mocambos, vendidos e dispersados os sobreviventes, fez-se as solenidades de praxe, com todos – missas e o *Te Deum*.²⁰⁸ Destruído o quilombo, sim. Mortos os quilombolas? Não. Muitos daqueles que nessa luta saíram vivos fizeram nascer outras comunidades negras, onde experimentar ser livre era possível.

Uma vez concluída a missão na Serra da Barriga, os terços paulistas se voltam, novamente, para a guerra contra os bravos Tapuias, que “infestavam” os indômitos sertões semiáridos. Uma muralha que travava o avanço da fronteira expansionista.

2.2. Bárbaras Guerras Contra os Bravos Tapuias

Ao contrário do processo de ocupação das terras litorâneas, do Norte açucareiro, dos sertões semiáridos, da Bahia ao Piauí, vivenciaram uma guerra de conquista, contra aqueles nativos que, para a maioria dos colonos, sobretudo os criadores de gado, representavam um estorvo à expansão colonial. Conflitos que se iniciaram no recôncavo baiano, médio São Francisco, tiveram nos sertões de Piranhas e Piancó, (PB), Açu (RN) e ribeira do Jaguaribe (CE), o lado mais intenso e cruel desses embates, em particular contra os gentios das nações Paiacu e Kariri. Embora não tenha se configurado uma confederação, várias tribos lutaram de forma aliada e em outros momentos de forma isolada,²⁰⁹ um ponto comum entre elas era uma luta aberta contra um mesmo adversário, os agentes do processo de ocupação colonial, que às vezes se aproveitavam das tensões existentes entre diferentes nações, para imporem derrotas àqueles que mais resistiram ao avanço da fronteira, como por exemplo os Paiacu. Uma guerra que duraria por todo período colonial e em alguns sertões até o tempo presente.

Pedro Puntoni destaca que os primeiros embates, do ciclo das chamadas Guerras Bárbaras se iniciaram a partir de 1651 contra os Paiaia, no recôncavo baiano. Dada a grande resistência desses nativos, as frentes coloniais não conseguiram atingir os objetivos desejados: adentrar os férteis sertões daquela região. Nem o experiente Mestre de Campo geral da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, quando assumiu o governo geral dos Estados do Brasil, em 1657, conseguiu vencer a resistência desses nativos. “Irritado com o desastre de sua estratégia tão minuciosamente articulada,

²⁰⁸ LARA, Silvia Hunold. *Op. Cit.*, p.82.

²⁰⁹ PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil – 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 79.

resolveu enviar tropas em uma nova entrada ao sertão sob o comando de Tomé Dias Lassos, e que todos os índios agora deveriam ser olhados como inimigos e passivo do mais cruel castigo e extermínio”²¹⁰. No entanto, só com o novo governador geral, Vasco Mascarenhas, (1667-1671) houve um acordo entre as partes litigiosas, cuja “paz” durou até 1669, quando as hostilidades reiniciaram.

Os Paiaia, encurralados nos rios Salitre e Paraguaçu, fugiram cada vez mais para os sertões do S. Francisco até os do Rio Grande do Norte. Documentos dão notícias desses povos vagando por aquelas bandas. Segundo o Padre João Leite:

Neste tempo da minha assistência e Missão com os novos moradores Reduzido me escreveu o Governador Caetano de Mello que V.Mgde. me mandava dar ornamentos para a Cappella dos Índios que se aldearam por minha diligência e trabalho[...] na mesma cara mi incomendou o mesmo Governador que por serviço de Deos e de V.Mgde. fosse a Ribeira do Jagoaribe edos Assu examinar os Tapuyas Payayas, cendo se, por firmeza da nova pax quieriam admitir missões e povoações nas ditas riberas; ao que satisfiz e hir loguo a Jaguaribe a trinta legoa do Ceara para o sul. E assistindo com os Payayas tempo de ces mez os achei contentes e satisfeitos de minha proposta e asym convierão em se aldear com missionários para sua quietação, e segurança de seus inimigos.²¹¹

Essa tática revela uma prática recorrente dos Tapuias quando do avanço das tropas punitivas, sair para os sertões adentro e/ou buscar ser aldeados, não só pela vontade da fé, mas pela necessidade de defesa naquela guerra.

Os maus resultados, segundo Puntoni, foram devidos aos erros estratégicos dos comandantes das tropas. Mas, o problema vai mais além do colocado. Os capitães que lideravam essas jornadas achavam que iriam enfrentar povos, entendidos por eles como selvagens, que tinham limitada noção estratégica de guerrear e utilizando apenas arco e flechas, havendo de sucumbirem no primeiro assalto. Todavia, nos embates sentiram que não estavam preparados para enfrentar um tipo de sociedade que, além de conhecer com maior propriedade a geografia local, tinha formas muito diferentes de guerrear. Para além do domínio dos espaços e da natureza, às vezes agressiva, em que as escaramuças ocorriam, muitas dessas nações haviam se envolvido nas guerras luso/flamengas e aprendido as formas de enfrentamento empregadas pelos europeus.

Só a partir da Guerra do Aporá (1669-73), dessa vez contra os Anaio, é que os conflitos se tornaram mais agudos e os colonos passaram a ter vantagem nesses embates²¹².

²¹⁰ Idem. *Ibidem.*, p.105.

²¹¹ AHU. Documentos para o Ceara. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o que se escreveu o padre João Leite acerca do seu trabalho nas missões do Ceara. Caixa 01. Doc. 34. 1696.

²¹² PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.*, p. 89-122.

2.2.1. *No Médio São Francisco*

No Médio São Francisco ao mesmo tempo em que inúmeros grupos Kariri ali foram aldeados, em meados do século XVII, ali se organizaram importantes células populacionais não-índias. No entanto, havia muitos outros gentios, inclusive desta mesma nação que não aceitando a submissão, estabeleceram-se em áreas fronteiriças coloniais, onde atacaram e pilharam as populações dos aldeamentos e vilas; o que provocou preocupação aos administradores e a ira dos proprietários locais. Essas resistências indígenas foram duramente rechaçadas pelos capitães daqueles sertões. Na maioria dos casos, inúmeras etnias eram exterminadas, não só pelas hostilidades efetuadas aos habitantes dos povoados, índios aldeados e nas estradas, mas, também, por outras atitudes/comportamentos entendidos pelos brancos como selvagens, a exemplo da forma de viver em curso, ou seja, circulando pelos territórios.

Ao serem a contragosto envolvidos nessa dinâmica, os nativos passaram a sentir que uma nova configuração espaço-territorial começava a ameaçar suas tradicionais formas de se relacionar não apenas com o mundo dos adventícios, mas também com o seu. E isto ocasionou inquietações, e muitos grupos se utilizaram de vários mecanismos para contornar tal situação. Fugas, alianças, deslocamentos, resistência armada, enfim, atitudes cujos resultados eram bem significativos de acordo com os grupos e o contexto.

Argumento contundente foi o do índio da nação Kariri, Manuel Vieira, da Aldeia de Ararobá, agreste de Pernambuco. Estando foragido do aldeamento, passou a provocar bastante preocupação, especialmente às autoridades religiosas, pois vivia a cometer assaltos, roubos, mortes, e para piorar a crise, assediava os índios aldeados a se rebelarem e fugirem. Preocupado, o padre Missionário daquela Aldeia escreveu à Junta das Missões afim de que as autoridades competentes tomassem as devidas providências.

Propozerãose as queixas que faz do Indio Manuel Vieira do Ararobá o seu Padre Missionario sobre andar fugido pelo mato e não obedecer ao missionário fazendo roubos, mortes, e assaltos, em perjuiso da dita Aldea, e inquietando os Indios dela, e assentou-se pelos seculares em que o dito Indio fosse preso pelos meynos possiveys, ainda que fosse com difusam de sangue, e pelos Relligiosos que fossepreso.²¹³

Mais uma vez, a guerra aos índios rebeldes estava justificada. E naqueles sertões do São Francisco, não poderia ser diferente. Domingos Afonso juntamente com

²¹³Livro dos Acentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que escreveram em Pernambuco no tempo do governador Felix José Machado de Mendonça. In: GATTI, Agata Francesconi. *Op. Cit.* p.142.

seu irmão Julião Afonso Serra travaram sangrentas batalhas para expulsar os nativos que viviam naqueles territórios.

As hordas selvagens, que habitavam as margens do Rio São Francisco, nas terras de Pernambuco, confinantes com a Bahia, Amoypiras e Ubajaras, por muitas vezes tinham acometidos as fazendas dos povoadores de uma e outra margem [...] Domingos Afonso Mafrense Serrão e seu irmão Julião Afonso Serra, fazendeiros do Rio São Francisco, e rendeiros de Francisco Dias de Ávila, dispendo-se a não sofrer por muito mais tempo os bárbaros vizinhos, armaram uma grande Bandeira e ajudada por Francisco Dias e seu irmão Bernardo Pereira Gago, e com Ella entraram por terras de Pernambuco em perseguição, e conquista dos Índios que, batidos em vários encontros, se foram internar pelos altos sertões, deixando muitas presas feitas, e esperança para novas conquistas. Nessa ocasião ou logo depois transpuzeram os dous cabos a serra dos dous irmãos, e continuando a marchar para o Norte, descobriram férteis terras, que banham o rio Canindé e seus afluentes sempre em perseguição dos Índios, que vão sendo vencidos, e aprisionados em muitas e arriscadas pelejas, em uma das quaes afirmam que sahira ferido Domingos Afonso.²¹⁴

Um dos focos principais de resistência Kariri ao avanço da ocupação colonial se deu no sertão de Rodelas, em Pernambuco, lugar estratégico para diversificadas ações de conquista de outros espaços. Idalina Cruz²¹⁵ destaca que indígenas dessa nação entraram em confronto armado durante três anos contra os portugueses; “até que, em gesto ousado, o chefe luso Manuel de Araújo vai em pessoa, sozinho com sua fé, procurar os chefes da confederação e propor-lhes paz, antes que se exterminassem todas os brancos do sertão, cujo número já era bastante avultado”.²¹⁶ Vejamos o documento abaixo:

No sertão de Rodelas se devem erigir dízimos q.pedem os paulistas econgruas, que sedevem assingnar aos Parochos di hestas, e outras terras pella fazenda de Vmgde. E pella q. toca a esta junta [ilegível] enquanto ao Sertão de Rodelas e suas povoaçoins, deve ser o remédio juntamente espiritual e temporal, Espiritual pello beneficio dos Parochos e o apparatus, e otemporal pella correção, e castigo dos delitos, Vmgde. Mandara o q. mais convier por esse Real Servidor. Lix^a 29 de outubro de 1697.²¹⁷

No entanto, a partir de 1680, os combates se tornaram mais ferrenhos. Dessa vez foi na Região do Médio São Francisco. Aqueles índios, quase todos da nação Kariri “combinaram e realizaram um levante contra criadores de gado a quem o rei havia

²¹⁴ ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memória chronológica, histórica e corographica da Província do Piahy. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Tomo XX. Vol. 20. 1857, p. 14.

²¹⁵ PIRES, Maria Idalina da Cruz. “**Guerra dos Bárbaros**”: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDART, 1990, p. 57.

²¹⁶ SIQUEIRA, Nelson Barbalho de. Cronologia Pernambucana, subsídios para a história do Agreste e do Sertão. In: PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Op. Cit.*, p. 58.

²¹⁷ AHU-Documentos Para Pernambuco. **Consulta** da Junta das Missões ao Rei D. II sobre as cartas do Bispo de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima e do Governador da dita capitania, Caetano de Melo Castro, acerca da falta de Igrejas e Parocos nos presidios dos Palmares e sertão de Rodelas, dos delitos cometidos na região, e da situação em que vive o mestre de campo do presidio de Alagoas. Caixa 17. Doc. 1732. 1697.

concedido amplo direito de estabelecer criatórios em suas terras”.²¹⁸ O que ocorreu depois foi documentado pelo frade Capuchino Frei Martinho de Nantes, que presenciou o massacre daqueles indígenas. Segundo ele,

Marchamos ao encontro do inimigo, que estava a quarenta léguas rio acima. Haviam senhoreado todas as fazendas, que chamavam curralo, dos dois lados do rio, numa extensão de cerca de trinta léguas, depois de haver matado os donos e seus negros [...] não havia ainda marchado um quarto de léguas, quando encontramos o inimigo. Fez-se uma carga contra eles sem muito resultado, uma vez que os índios, batendo-se a flechadas, ficam em movimento contínuo e movem-se com tanta rapidez, que não é possível fazer pontaria com o fuzil [...] renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram a sangue frio, todos os homens em armas em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres.²¹⁹

Daquele espaço muitos índios foram expulsos e suas terras tomadas. Da grande cachoeira, de Paulo Afonso, rumando para os sertões do Norte, propagaram-se os embates. Perseguidos cada vez mais pelos curraleiros, os índios subiam por trilhas e pelos principais afluentes do São Francisco e se internavam cada vez mais nos longínquos sertões, chegando ao sul da capitania do Ceará.

Outra frente dessa guerra partiu do Médio São Francisco, rumando, dessa vez, para o interior do Piauí. Na observação de Sebastião da Rocha Pita, “um dos primeiros a ocupar aquele terreno foi o Capitão Domingos Afonso Manfrense Serrão, apelido que tomara em agradecimento das riquezas que lhe deram os sertões do Brasil [...]”.²²⁰

As incursões pelos sertões do Piauí, que chegaram ao sul do Ceará, contaram ainda com a participação de mais outros dois paulistas. Na observação de Hemming,

Dois intrépidos bandeirantes paulistas foram ao Piauí na mesma época em que o Manfrense, por volta de 1679. Um deles, velhaco brutal, chamava-se Domingos Jorge Velho; era o seu companheiro Cristóvão de Mendonça Arrais. Domingos Jorge Velho conquistou um território a oeste das terras do Manfrense e durante algum tempo eles combateram juntos os índios locais. Jorge Velho também tinha vindo por terra, a partir de Salvador, deslocou-se até Guguéia e estabeleceu-se no rio Potí. Derrotou os índios da região e reuniu em torno de si uma força de índios extremamente guerreiros, principalmente tobajaras, oruas e cupinharuéns.²²¹

Nas expedições pelos sertões do Piauí, completam-se as principais frentes de expansão dos sertões das Capitânicas do Norte, rumo àquelas do extremo norte. Nesses itinerários, os mais resistentes foram aniquilados e os sobreviventes reduzidos e aldeados.

²¹⁸ HEMMING, John. **Ouro Vermelho: A conquista dos índios Brasileiros**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp. 2007, p. 506.

²¹⁹ NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. [1706].1976, p. 53.

²²⁰ PITA, Sebastião Rocha da. **História da América Portuguesa**. [1976]1730. Vol. 32. Belo Horizonte: Itatiaia, p. 179.

²²¹ HEMMING, John. *Op. Cit.*, p. 513.

Perseguindo e derrotando muitos índios, esses terços seguiam conquistando cada vez mais territórios pelos sertões adentro. Desde a Bahia, Mafrense foi auxiliado por índios aliados, como informa o padre Miguel de Carvalho, tutor de Francisco Dias Mataroá, da nação Kariri, e Capitão-mor dos índios Procac do Sertão de Rodelas, da região do Médio São Francisco. Vejamos o documento:

Por decretode 26 do prezente mez e anno manda V. Magde. se veja e consulte neste Conselho o que parecer sobre huma petiçam do Padre Miguel de Carvahô como tutor de Francisco Dias Matarôa capitam mor de todos os Indios da nação porcaz moradores no certão de Rodellas, em que elle vinha sem sua companhia para este Reino pedir a V.Mgde. alguma recompensa dos muytos serviços q. lhe tem feito assim nas gueras dos Tapuyas Brabos como no descobrimento do caminho q. se fez da Bahia para o Maranhão e em outras muitas obras úteis ao serviço de Deos e de V.Magde. como constava dos papeis q. offerecia.²²²

Nos sertões do Médio São Francisco, os conflitos envolvendo nações Kariri não cessavam e o sertão semiárido tornou-se um cenário infernal, marcado pelas guerras de conquistas em diversas frentes. A luta contra os bravos bárbaros atingiria o seu ponto mais tenso, um verdadeiro genocídio/etnocídio estava em processo.

2.2.2. *Sertões de Piranhas e Piancó*

Alguns, dentre os Kariri que iam se dispersando, procuravam se realocarem nos territórios do semiárido paraibano, passando pelo vale do Jaguaribe até o Sul da capitania do Ceará Grande. Nos sertões de Piancó e Piranhas ainda havia resistências por parte de muitos Tapuias, em especial dos Ariu, ou Tarariu, e mesmo de outros povos Kariri; o que gerava, por vezes, fortes tensões entre eles. Contingências geralmente aproveitadas pelas tropas coloniais.

Entretanto, esta primeira tentativa de povoamento fôra frustrada. Depreende-se êste fato da **conhecida carta de 1699**, do Capitão-Mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria ao Rei de Portugal, divulgada por Irineu Jófili. Refere este documento ao que o Capitão-Mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, informara, em dezembro de 1697, do estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoado pelas invasões que tinha feito o gentio bárbaro Tapuia; e que se tornassem a povoar. Conseqüentemente, aqueles sertões, vizinhos do Ceará, tinham, já em 1697, tido um começo de povoamento, mas os povoadores não puderam resistir à reação dos índios, justamente rebelados.²²³

²²² AHU. Documentos para Pernambuco. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do Padre Miguel de Carvalho, como tutor do Capitão mor dos índios da nação Procac, do Sertão de Rodelas, Francisco Dias Mataroá, pedindo duas praças de soldados uma para ele e outra para seu filho, Manoel Dias de Carvalho. Caixa 18. Doc. 1764. 1698.

²²³ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Povoamento do Cariri. Fortaleza: **Revista da Academia Cearense de Letras**.1956. Disponível em: http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1956/ACL_1956_32_O_Povoamento_do_Cariri_Cearense_Th_Pompeu_Sobrinho.pdf. Acessado em 2016. Ggrifos meus.

Vejamos a referida carta que relata a entrada e resistência dos índios Kariri naqueles sertões.

No principio do ano de 97 veio a esta cidade o Capitão Mor das Piranhas e Piancó. Teodosio de Oliveira Ledo, e me informou o estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoado das invasões e destrago que os anos passados fizeram neles o gentio bárbaro Tapuias e que era mui conveniente, que estes se tornassem a povoar com gados e currais, assim pela utilidade que resultava a real fazenda de V. Magest. Pelo crescimento dos dízimos, como pela conveniência de toda esta Capitania, pela muita quantidade de gados, que naqueles sertões se apassentam e abundancia de pastos que nele há, para o que lhe era necessário que eu o ajudasse dando-lhe algum gente e munições para nas ditas Piranhas fazer arraial e dar calor para se irem povando; trouxe consigo Senhor uma nação de Tapuias chamados Ariús, que estão aldeados junto aos **careris** aonde chamam Campina Grande, e querem viver como vassallos de V. Magestade e reduzirem-se a nossa Santa Fé, dos quais é principal um tapuai de muita boa traça e muito fiel. Segundo o que até o presente tem mostrado chamado Cavalcanti, os quais foram com o dito Capitão Mor e quarenta **Careris** e dezesseis índios, que tirei das aldeias e dez soldados desta praça. Mandeí lhe concertar as armas e dar-lhe quatro arrobas de pólvora e balas, a esse respeito, e quarenta alqueiras de farinha e algumas carnes para viagem do dito Capitão Mor um religioso de Santo Antonio, a quem encomendei, muito particularmente, a conversão daquele gentio e o muito que se devia empregar, em ganhar aquelas almas. Pela carta que o Capitão me escreveu, que esta vai, verá V. Magest. O bom sucesso, que Deus Nosso Senhor, foi servido dar-lhe. Estou esperando pelo Capitão Mor para fazer outra entrada e me consta se vão ajuntando muitos gados para ir povoar as Piranhas aonde se deve fazer arraial para segurança daqueles povoadores e confusão do gentio. As quatro presas mandei entregar ao Provedor da Fazenda, que mandou rematar por quarenta mil reis. A Católica e Real pessoa de V. Magestade, guarde Deus muitos anos. Paraíba, 14 de maio de 1699. Manoel Soares de Albergaria.²²⁴

Nos sertões de Piranhas e Piancó, as batalhas contra os Kariri, Tarariu, Panati, Corema, entre outros, se arrastaram por três longos anos. Pompeu Sobrinho observa que:

O certo é que, nas últimas décadas do século XVII, os perseguidores de índios do São Francisco que invadiram os altos sertões da Paraíba e Pernambuco, em missão, mais de guerra que de colonização, e sem dúvida também os bandeirantes paraibanos (Oliveira Lêdo e Soares), não chegaram ao sul do Ceará. Eles ou os seus cabos, nas suas apressadas excursões ou batidas aos índios aproximaram-se muito das fronteiras do Ceará ao sul e a sudoeste.²²⁵

Quanto às nações Kariri dos sertões do Piancó, Piranhas e Pajeú, grande parte foi dizimada, outras forçadas a se submeterem às missões capuchinhas. Foram se instituindo ali os primeiros aldeamentos. Outras se dispersaram. Era os anos finais do século XVII. Assim,

²²⁴ AHU-Documentos para Paraíba. **Consulta** o Conselho Ultramarino, ao rei Pedro II, sobre a carta do Capitão-Mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da gente e munições que deu ao Capitão-Mor dos Sertões das Piranhas e Piancó, Teodosio de Oliveira Ledo, para entrar no sertão contra o gentio tapuia. Caixa 03. Doc. 226. 1699. Grifos meus.

²²⁵ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Povoamento do Cariri. *Op. Cit.*,

Com a defecção forçada dos índios dos sertões de Piranhas e das cabeceiras dos riachos pernambucanos afluentes do São Francisco, do Pajeú ao da Brígida, no último quartel do século XVII, tornou-se possível o estabelecimento de algumas estâncias ou currais na região, provavelmente desde o começo da última década ou mesmo um pouco antes. De 1690 a 1695, as tropas de Jorge Velho patrulharam a região de Piranhas, e, antes, que estas se tivessem retirada para combater os Quilombos, chegara ali a bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo, que batera e devastara numerosas tribos indígenas. Começara, então, um precário povoamento no alto Piranhas, a leste e ao sul das fronteiras do Ceará, acima da passagem para Umari.²²⁶

Teodósio de Oliveira Ledo, foreiro da Casa da Torre, foi um dos principais capitães a conquistar o sertão da Paraíba.²²⁷ “Fez duas entradas além da Serra da Borborema, alcançando o alto Piranhas, já então devassado pela bandeira do paulista Domingos Jorge Velho. Em sua primeira entrada (1670), “fundou a primeira aldeia Kariri, na margem do rio homônimo, entregando-a ao capuchinho Theodore de Lucé”.²²⁸ Foi nesse território que índios Kariri e colonos travaram inúmeras batalhas pela posse de terras situadas nas fronteiras das Capitânicas de Pernambuco e Ceará. Dali, muitas nações indígenas se deslocaram para os sertões limítrofes, especialmente para o Sul da Capitania do Ceará, como se pode observar no documento abaixo:

os portugueses cada dia fizessem entradas por aquellas terras, fazendo se senhores do mesmo certão, em que hão fundando sítios, e fazendas de criar gado vacuns, e cavallares. Como conservavão o ódio contra os portugeuezes que lhes havia tomado os lugares marítimos, os Xucurus, Panatis, Icos, Icosinhos, e Coremas levantarão se, e pondo em armas davão de repente em diversas partes matando e roubando[...] em várias partes lhe sairão partidos de índios rebeldes, que cortado sempre do nosso ferro, levarão no castigo a pena de sua ousadia [...] chegou finalmente no Pajaú, onde tiverão os maiores ataques, porque sendo aly mayor o poder, foy mais vigorosa a resistencia. Hum anno foi necessário para assegurar aquelle distrito das invasões dos inimigos, o que conseguido a custa de repetidas vitorias, passou Manoel de Araújo ao distrito de Piranhas, donde se achava o Capitão Mor Theodósio de Oliveira Ledo posto em campo contra os Panatis. Continuou Manuel de Araújo a conquista do Piancó, e Rio do Peixe, para o qual forão necessário três anos[...] conseguindo essa graça, tratou de levantar no Cariry hua Fortaleza e deu principio a hua igreja [...] desde seos principios foy a Igreja do Cariry, que erigio Manoel de Araújo parochia e a primeira dos certões do Cariry, Piranhas e Piancó.²²⁹

²²⁶ Idem. Ibidem.,

²²⁷ Sobre a ocupação dos sertões de Piranhas e Piancó, e a ação de família Ledo, ver CRUZ, Ana Paula da. *Op. Cit.*, e ARRUDA, Emmanuel Conserva de. **A Ação colonizadora produzindo Espaço: de aldeia indígena à Alagoa da Perdição (1766-1816)**. (Dissertação). João Pessoa: UFPB, 2010.

²²⁸ POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuias no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSC, 2003, p.215.

²²⁹ COUTO, Domingos Loreto do. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco: Pernambuco conquistado. Livro Primeiro, Cap. 5. p. 28-37. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXIV. Tomo I. 1904.

Assim, os indígenas do rio Piancó e alto Piranhas, empurrados pelas bandeiras de Domingos Jorge Velho e de Ledo, seguiram para os sertões do rio Salgado, no vale do Cariri, no Ceará. A Guerra, no entanto, continuava pelos sertões do Rio Grande do Norte e Ceará, nas ribeiras do Açu e Jaguaribe, um cenário único daqueles conflitos.

Tais conflitos encerravam, ali, mais um dos capítulos de conquista territorial pelos curraleiros. Uma carta resposta que o Mestre de Campo Matias Cardoso enviou ao governador da Capitania de Pernambuco, Dom João de Lencastro, sobre as possibilidades em recrutar índios nas aldeias daqueles sertões para auxiliá-lo nos conflitos contra os índios rebelados ilustra bem isso.

O que posso informar a vós é que sendo chamado da capitania de São Paulo, no ano de 698, para ir à conquista dos pinhancós, por ordem que para isso me remeteu o governador e capitão-general deste Estado, me ordenou que das aldeias do rio de São Francisco levasse em minha companhia... índios, para com eles aumentar a guerra da dita campanha, e com efeito se alistando os ditos índios, e comigo foram em confiança até o rio das Piranhas, donde termina a povoação dos currais, e donde principia a aspereza e esterelidades dos sertões,... á campanha do Açu, e do dito rio Piranha,... jornada de dois dias de marcha de despovoado, me achei só sem que comigo ficasse um só índio dos 700 que havia deixado (ou levado) das aldeias; Por cuja razão me parece avisar a Vossa Senhoria, que não é conveniente que ditas aldeias do rio São Francisco se tirem índios para este socorro, porque em lhes faltando a povoação dos currais em que tiram seguros o sustento, e entrando ao despovoado em que lhe fica duvidoso se voltarão infalivelmente.²³⁰

O Mestre de Campo, juntamente com os índios aliados, parece ter rumado para os sertões do Seridó, capitania do Rio Grande do Norte. A julgar pela aspereza do espaço e o despovoamento, só era possível ter seguido para aquelas terras. Se tivesse modificado a rota, rumando mais para o sudoeste, chegaria aos sertões Sul da Capitania do Ceará, atual região do Cariri, cujas descrições poderiam ser até sobre despovoamento de brancos, mas de sertões ásperos fatalmente não seriam. Outro elemento importante reside na preocupação do Mestre de Campo em adentrar nesses sertões, tenebrosos, inóspitos e distantes das povoações, o que facilitaria a insubordinação dos índios que o acompanhavam e a consequente fuga.

Como mencionado, se o Mestre de Campo Morais Navarro tivesse desviado um pouco para o norte não caberia em seus relatos o termo aspereza. Pois na mesma quantidade de dias (dois) que chegou ao Açu, chegaria ao “verdejante” espaço Sul da

²³⁰ “Resposta do Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida”. APB (Arquivo Público da Bahia). Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149. In: SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750**. (Tese). São Paulo: USP, 2010, p. 360. Grifos meus.

Capitania do Ceará. Este outro sertão, como afirmou Santos, realmente era muito distinto das “franjas pecuárias ribeirinhas”.

Porém, tal qual o São Francisco foi a fronteira natural que “paralisou” por um momento o fluxo da expansão curraleira dos baianos, o rio Piranhas, como aponta o documento, sinalizou mais um limite. Dessa vez, não apenas baianos, mas pernambucos e outros agentes da expansão colonial estavam na iminência de ultrapassar mais uma demarcação. No entanto, há de se questionar que elementos naturais e humanos assinalariam esse sertão em movimento, essa nova fronteira. O que estaria para além dela? Santos a esse respeito escreve que:

Estamos assim, diante de um outro sertão, distinto das franjas pecuárias ribeirinhas que, como vimos, recebiam quase sempre a denominação de sertão, mas que nesse documento são identificadas povoação dos currais. Nesse outro sertão não havia sinal algum de ocupação luso-brasileira, mas tão somente o despovoado, adjetivo de um espaço onde até mesmo grupos indígenas do São Francisco temiam entrar.²³¹

A divisão fronteira colocada pelo mestre de Campo pode assinalar as primeiras concepções entre os sertões dos Cariris da Capitania da Paraíba e desse novo desconhecido sertão, mais tarde denominado de Sertões dos Cariris Novos, cuja ocupação colonial teve início a partir dos fins do século XVII.

A estratégia em aniquilar os índios mais bravos, Tapuias, e reduzir os que sobreviviam servia de exemplo àqueles que se atrevessem a confrontar e impedir o avanço da fronteira colonial, onde as terras indígenas eram tornadas “vazias” e “devolutas, legitimadas as doações aos homens de patentes, vitoriosos.

Snr. Dizem o Sargento mor Pedro Borges Pacheco, o Capitão Francisco de Albuquerque de Lima, e mais pessoas declaradas no Alvará de Sesmarias de terras de que offeressem o treslado authentico, q. elles supplicanes comgrandes riscos, dispêndios de suas fazendas, por cauza dos gentios, descobrião na capitania do Rio de Grande nas cabiceiras de hua datta de terras, q. tem João Fernandes Vieira no Ceará mirim, para o Sertão huas terra devolutas, que nuca forão povoadas de brancos, nem dadas de Sesmarias a pessoa algúa, por cujo respeito lhe fez mercê, em nome de V.A. Alexandre de Souza Freire, sendo governador do Brasil, concederlhes cinqüenta légoas de terras, sem prejuízo de terceiros, em quadra de sesmarias nas cabiceiras das ditos João Fernandes Vieira ou de outras quaisquer pessoas[...].²³²

À medida que o tempo corria, intensificavam-se as resistências, os combates e os massacres. Tropas por uma vertente margeando a zona litorânea e outras vindas pelo

²³¹ SANTOS, Marcio Roberto dos. *Op. Cit.*, p. 360-361.

²³² AHU. Documentos para o Rio Grande do Norte. **Requerimento** do Sargento mor Pedro Borges Pacheco e do Capitão Francisco de Abreu de Lima, ao príncipe D. Pedro pedindo confirmação de carta de sesmaria de terras na Ribeira do Ceará Mirim, passada pelo governador geral do Brasil Alexandre de Sousa Freire. Caixa 01. Doc. 10. 1667.

sertão, chegaram às ribeiras do Açu, que na Paraíba é denominado de Piranhas. Cenário dos mais cruéis episódios da guerra contra os Tapuias. A Guerra dos Bárbaros chegava às fimbrias do sertão, as ribeiras do Jaguaribe, no Ceará.

Dessa forma, iam se configurando as conquistas daqueles sertões, numa dinâmica conflituosa em que havia avanços e recuos. Os índios, afugentados pelos colonos, se refugiavam nas fronteiras coloniais, esperando o momento oportuno para revidar e defender ou retomar seus territórios. Acossados, a alternativa era a resistência que se tornava cada vez mais aguda e muitas vezes desesperadora. Buscando quebrar essa resistência e dar o golpe final em áreas mais arredias à conquista, como os sertões dos Cariris e Icós, os colonos lançaram mão de estratégias para, cada vez mais, tornar eficaz a guerra de conquista, que ganha novas configurações.

2.2.3. Sertões do Açu

No auge dos conflitos da guerra dos bárbaros, mais precisamente na virada do século XVII para o XVIII, os colonos do Rio Grane do Norte, preocupados em consolidar a povoação nas ribeiras do Açu e adjacências, pensaram em uma estratégia para conter os ataques dos rebeldes aos povoados e vilas. Diante dessa ameaça, recorreram ao Conselho Ultramarino, suplicando que se edificasse “aldeias ou instancias indígenas” em pontos estratégicos com a finalidade de impedir os ataques dos índios ditos Bárbaros. E “em março de 1694, uma carta régia ordenava que no Açu, Jaguaribe e Piranhas fossem postas seis aldeias de índios, duas em cada um desses sertões, com cem casais cada e com vinte soldados pagos e seu cabo”.²³³

Pedro Puntoni observou que essa estratégia atendia a dois objetivos; o primeiro era defender as fronteiras do norte das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco e resguardar os principais caminhos que interligavam aquelas capitanias para dar maior fluxo de animais e mercadorias dos sertões para as grandes lavouras no litoral.²³⁴ O segundo, era resguardar os sertões de *Piranhas e Piancó*, região de fronteira com as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, cuja importância era significativa para o caminho entre a capitania da Bahia ao Maranhão.

Os idealizadores desse empreendimento desejavam impedir o trânsito de muitos nativos pelos caminhos daquelas capitanias, cujo fluxo poderia ocasionar

²³³ PUNTONI, Pedro. *Op. Cit.*, p.165.

²³⁴ Idem. *Ibidem.*, p.165.

problemas de violência, roubos, assaltos e, nas vilas e povoados, perigos de saques. Com essas medidas, em tempos de escassez de alimentos e água, milhares de índios ficavam impedidos de circular em seus próprios territórios. Embora esse projeto, iniciado em 1694, em função da “Guerra dos Bárbaros” fosse coerente para muitos dos colonos, não houve unanimidade necessária para sua aprovação, e seus opositores defenderam que a guerra contínua, indo atacar os nativos em seus refúgios, seria a solução para evacuar os sertões dos indesejáveis tapuias.

Na capitania do Ceará, o Capitão mor Fernão Carrilho reforçou as fronteiras do Jaguaribe. Para o Açu, os soldados que sobraram do terço dos Henriques; nos sertões dos Piranhas e Piancó, o capitão Teodósio de Oliveira Ledo ficou responsável não só para a segurança daquela capitania, mas para assegurar aos transeuntes que percorriam pelo “novo caminho que se abriu do Estado do Maranhão até esta Praça (Pernambuco), pois se não impedir os bárbaros, não se poderá frequentar por ele a comunicação entre os dois estados”.²³⁵

Os conflitos se agudizavam a passos largos e nessa proporção foram envolvendo cada vez mais contingentes, especialmente os nativos aldeados. Em 1701, a Coroa, em resposta a uma representação do Padre Miguel de Carvalho, membro da Junta das Missões, sobre a necessidade de os Capitães mores alistarem nas aldeias índios aptos a lutarem na guerra contra os tapuias daqueles sertões, comunicou o seguinte:

Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, Eu El Rey, vos envio muito saldar. Mando ver no meu Conselho Ultramarino a representação que o Padre Miguel de Carvalho fez pela Junta das Missões sobre o muito que resultaria a meu serviço **ter os índios Aldeados, contentes e unidos para as ocasiões que se podem oferecer de guerra contra o Tapuia Barbaro**, me pareceu ordenar que os Capitães mores fizessem lista do que forem capazes para a guerra, e que dos mesmos façam Capitães, Alferes e mais Oficiais, procurando tê-los unidos e contentes para que quando aconteça ser necessário fazerem guerra a algúia nação barbara e nossa inimiga, os ache prontos, com declarações que os ditos Capitães mores não poderão fazer por si nem pelos índios, guerra que seja defensiva, por que para o fazerem ofensiva, vos hão da parte, e vos tereis junta daquelas pessoas que se tem determinado.²³⁶

As argumentações do Padre acerca de que havia nos aldeamentos índios contentes e unidos para lutarem a favor do rei contra os ditos tapuias bárbaros assinalam importantes estratégias para angariar recursos para os conflitos, momento em que tais

²³⁵ Idem. Ibidem., p.172.

²³⁶ APEC. **Carta**, do Rei a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, recomendo para que os índios sejam sempre aldeados e unidos para servirem na guerra contra os Bárbaros. Lisboa, 11 de janeiro de 1701. In: **Coleção de Documentos Professor Limério Moreira da Rocha**. p. 155. Grifos meus.

apelos corroboram com as preocupações da Coroa, que estava preocupada com a intensidade e o drama que as revoltas dos nativos dos sertões estavam causando.

Embora a Metrópole recomendasse que só se poderia efetuar guerras defensivas, essa era apenas uma formalidade, pois o ritmo da expansão e os grandes embates nas fronteiras coloniais deixava os sertões cada vez mais explosivos. A ferocidade dos ataques dos índios e o contra-ataque ainda maior dos não-índios geravam as guerras defensivas, as quais não precisavam necessariamente do aval da Junta das Missões. Vejamos o que foi discutido e deliberado na reunião da Junta das Missões de Pernambuco em vinte de agosto de 1714:

Dom Joam por graça de Deuz Rey de Portugal, e dos Agarves, d' aquém e d'alem mar em Africa e Guine. Faço saber aos governadores da capitania de Pernambuco, que havendo visto a conta que me deste das mortes, Roubos e extroções que tem feito o Gentio das nações Annacé, Jaduins, e Cabore nos Arrayais, e Rybeiras da Paranaíba, e Assú, e sucesso que as nossas armas tiveram nos assaltos que lhe deu o Capitam mor das entradas com o Gentio manso, gente do Terço dos Paulistas em que ficaram muitos mortos, e prisioneiros e a mayor parte do Gentio levantado, e Rebelde destrohindo, pedindonos **pazes** os poucos que Restarão. Fuy servido haver por bem por Resolluçam de sinco de Dezembro do anno passado em Consulta do Conselho Ultramarino, se continue a guerra por ser justa até se **extinguirem** estes bárbaros de todo, ou ao menos ficarem Reduzidos a tam pouco numero, que inda que se queiram rebelar, o nam possam fazer.²³⁷

Observa-se que a guerra ganha *status* de justa em qualquer situação. Mesmo com os sobreviventes pedindo paz, a ordem era extinguir aqueles nativos, que, rebelados, tentavam reconquistar o que era seu. Alguns até tentavam colaborar com os conquistadores, mas a possibilidade de transitarem pelos territórios sem que fossem coagidos a obedecer às delimitações espaciais era bastante mais tentador do que a aventura que as guerras representavam, o que só se comparava com o trabalhar sem sentido algum. Não aceitando essa nova situação, muitos batiam em retirada a procura de novos *habitats*.

Em situações cada vez mais adversas frente o inimigo, os Tapuias, na maioria das vezes, buscavam abrigos em outras paragens; tática adotada por aqueles das nações Icó, Carati e Caratiú, quando das perseguições pelas tropas do Capitão Joseph de Moraes Navarro, “uma bandeira com duzentos homens”. Manoel Álvares de Moraes Navarro, em carta ao rei de Portugal, em 25 de fevereiro de 1700, afirma que os Tapuias: “[...] se puseram em fuga, e seguindo o seu alcance, foram se meter dentro no Seará, valer-se do

²³⁷ Livro dos Acentos da Junta das Missões. In: GATTI, Àghata Francesconi. *Op. Cit.*, p. 156. Grifos meus.

Capitão-Maior daquela capitania, dizendo queriam pazes e missionário[...]”²³⁸. Outra prática recorrente entre nações inimigas era “de impedir que os missionários se estabelecessem junto às outras nações, impossibilitando assim, qualquer tentativa de manter essas nações submetidas ao controle colonial, onde fica explícito as rivalidades entre nações Tapuias, num jogo de alianças. Como exemplo, transcrevemos parte de uma carta de Manuel Álvares de Moraes Navarro ao rei, de 14 de abril de 1700, onde o capitão do Terço dos Paulistas informava: “[...] tendo notícia que o tapuia Jandoins, Coriús, faziam o possível para não permitir que os missionários fossem para os Payacus, para unindo-se a eles poder destruir melhor”.²³⁹

Como se vê, o desenho dessa guerra injusta ganha seus últimos contornos espaciais, num contexto onde os embates se fazem simultaneamente aos tapuias situados nos sertões de Piancó/Piranhas (PB), como já visto, no vale do Açu (RN) e nas ribeiras do Jaguaribe (CE). Aqui se configura uma guerra única, contra a suposta “confederação Kariri” e os Paiacu. Vale ressaltar que nesse momento as frentes das forças expansionistas que avançam pela Paraíba e Rio Grande do Norte pressionam as nações indígenas concentradas no Jaguaribe, que, por sua vez, são combatidos também por uma terceira frente militar, particular ou oficial; tal frente partia do litoral do Ceará, rumo ao sertão. Esse desenho se fecha com a queda dos últimos baluartes Tapuias, situados naquela área que se configuraria num oásis daquele sertão distante, indômito e assustador, os Cariris Novos. Trataremos dessa conjuntura no próximo tópico

2.3. “Siara Indígena” Convulsionada: A Guerra dos Bárbaros nas Ribeiras do Jaguaribe

No contexto das guerras contra os inimigos externos ocorreram as primeiras incursões lusitanas ao *Siará Grande*. O objetivo, para além de alargarem as fronteiras era bater a colônia francesa estabelecida no Maranhão; o domínio da Serra Grande (Ibiapaba), limítrofe das duas capitanias era a meta principal. Nessa operação de guerra tropas militares, religiosos – os soldados de Cristo –, ora juntos, ora por iniciativa própria, se empenharam nessa conquista.

²³⁸ ARAUJO, Soraya Geronazo. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII.** (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2007, p.96.

²³⁹ Idem. *Ibidem.*, p. 56.

Desde o início do século do século XVII, a Coroa luso-espanhola buscava, na medida do possível, apossar-se das terras do extremo Norte, e, com isso, iam se desenhando as fronteiras territoriais e o lugar que a capitania do Ceará iria ocupar nesse processo. Quando, em janeiro de 1604, sob o comando do capitão Pero Coelho, Martim Soares Moreno, soldados e índios aliados, chegaram ao sopé da Serra da Ibiapaba, entraram em confrontos com os gentios da nação Tabajara, sob as lideranças de Mel Redondo, Juruparia-Açu, Diabo Grande, aliados dos franceses, que desde meados do século XVI buscavam se estabelecer no norte da colônia Lusitana. Segundo o Frei Vicente do Salvador, essa jornada partiu do Jaguaribe em julho de 1603, cuja tardança em chegar àquela serra se deveu, dentre outros fatores, a resistência que muitas nações indígenas que habitavam aqueles sertões e da gente miúda que acompanhavam a expedição.²⁴⁰

Embora Pero Coelho tenha conseguido tomar pontos importantes daquela serra, especialmente o “arraial fortificado por Diabo Grande que coroava a Montanha” e conseguido selar paz com os chefes,²⁴¹ foi obrigado a recuar, pois seus soldados, após duras batalhas, não estavam dispostos a seguirem ao Maranhão. Frei Vicente Salvador observou que

foram todos juntos ao Punaré, e quiz Pero Coelho marchar mais quarenta léguas até o Maranhão, o que os soldados não consentiram porque andavam já nus, e sobre isso o quizeram alguns matar. Pelo que lhe foi necessário retirar-se ao Ceará, onde deixou Simão Nunes por capitão com quarenta e cinco soldados, e se veiu á Parahiba buscar sua mulher e familia pera se tornar a povoar aquellas terras. Do que em chegando deu conta ao governador geral Diogo Botelho, e lhe mandou de presente os dez francezes e muito gentio, pedindo juntamente ajuda e socorro pera proseguir a conquista, que o governador lhe prometeu mandar e não mandou por depois ser informado que se cativavam por esta via os indios injustamente e os traziam a vender e que seria melhor reduzil-os por via de pregação e doutrina dos padres da Companhia, como depois tratou com o seu provincial na Bahia.²⁴²

Estava claro que não seria tão fácil a conquista daquela região. O capitão narrou que “depois de seis meses de guerra onde eu recebi muitas feridas com os demais companheiros, e vendo que nós não podíamos sustentar, nos retiramos do Seara para que com mais socorro fôssemos a conquista do Maranhão, tão desejada dos Reis passados”²⁴³.

²⁴⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil-1500-1627**. São Paulo: Nova Edição revista por Capistrano de Abreu. 1918[1627], p. 390. Sobre a conquista da Serra da Ibiapaba, Ver as dissertações de: MAIA, Ligio José Oliveira de. **Cultores da Vinha Sagrada: Missão e tradução nas Serras da Ibiapaba**. Fortaleza: UFC, 2005 e OLIVEIRA, Maico Xavier. **Cabôcullos são os brancos: dinâmicas nas relações sócio-culturais dos termos da Vila Viçosa Real – Século XIX**. Fortaleza: UFC, 2010.

²⁴¹ BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p.28.

²⁴² SALVADOR, Frei Vicente do. *Op. Cit.*, p. 390-391.

²⁴³ MORENO, Martim Soares. Relação do Ceará. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Introdução, comentários e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p.183.

Uma das principais razões do fracasso dessas expedições, além das resistências estrangeiras, nativas e secas²⁴⁴, deu-se mediante as formas que Pero Coelho tratou os indígenas que encontrava pelo caminho, “não poupando mesmo alguns dos que lhe tinham ajudado na perigosa conquista”.²⁴⁵ Some-se a isso o caráter das expedições de conquista do início do século XVII, já que a maioria delas era financiada pelos próprios capitães; sendo bem sucedidas, conseguiriam significativos ganhos, caso contrário, os resultados eram desastrosos, como esta foi.

Ante ao fracasso, a conquista das terras do Ceará e a chegada ao Maranhão ficariam sem interesses particulares, só o Estado, ou, instituições de cabedal como a Companhia de Jesus, poderiam financiar, e organizar, novas incursões àquelas terras. Foi o que ocorreu, em 1607, quando os Jesuítas Francisco Pinto e Luis Pereira Figueiras, puseram-se rumo ao Maranhão.

No Mez de janrº de 1607 p. ordem de Fernão Cardim, partimos para a missão do Maranhão o pe. Frcº. Pinto e eu cõ obra de sessenta Indios, cõ intenção de pregar o evangelho aaquelle desemparada gentilidade, e fazermos cõ q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os francezes corsários q' lá residem para q' indo os portugueses como deterinão os não avexassem nem captivassem, e pera q' **esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao pe.pr.al q' não levássemos conosco portugueses assi nos partimos sós cõ aquelles sessenta Indios.**²⁴⁶

A grande preocupação dos padres era evitar o que ocorreu com a campanha de Pero Coelho, uma vez que os métodos por ele utilizados no trato com os nativos provocaram severas rejeições aos portugueses. Para evitar conflitos e conquistar a confiança dos gentios, optaram em não incorporar lusitanos à expedição, contando apenas com sessenta índios, muitos deles capturados pelo referido capitão.

Hu dia porem alguns dos nossos acharão hu q' nos ãdava espreitando pera saber de certo quem eramos e pera onde hiámos, trazido este contou como tinha escondido dous outros companhrº e huas molheres e meninos; foi p.^a elles cõ outros dos nossos os quais todos parecião q' resucitavão mostrãdo grande prazer e alegria certificados de não irem em nossa comp.^a portugueses dos quais algus destes tinhão fogido tendoos elles amarrados e cõ as mãos atadas e acrescentavão que lhe tinhão mandados presos para a bahia seus filhos,irmãos e irmãs e primos pera serem cativos e q'p isso êlles e os mais andavão tão amendrontados e não fiavão de ninguém.²⁴⁷

Segundo, ainda, Figueira

²⁴⁴ GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Ceará. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1989, p.25.

²⁴⁵ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. In: **Introdução à Três documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p.12.

²⁴⁶ FIGUEIRA, Padre Luiz Pereira. Relação do Maranhão. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Introdução, notas e comentários de Thomaz Pompeu Sobrinho, p. 79. Grifos meus.

²⁴⁷ FIGUEIRA, Padre Luiz. **Relação do Maranhão**. *Op. Cit.*, p. 79

e certificarão porem q'os avia, mas acerqua do caminho nos informão assi elles com outros de varias nações de tapuyas selvagens p.t entre os quais não há de passar senão a força de armas".de modo q' desta serra da Ybiapaba até o Maranhão tudo está cheio de selvages q' a todos matão ou cativão, entrão porem cõ elles algus deste outros índios de paz quãdo vão tratar algu resgate ou cousa semelhãte mas cõ grãdes cautelas dos tapuyas q' de ninguem se cõfião e quando la vão algus não hão de levar armas algua e cõ as frechas nos peitos ou cõ golpe feito lhe perguntão ao que vem, examinandoos muy bem e fíngido q'lhe não crem, e se trazem cousa algua lha tomão aindaq' lhe digão q' he p^a o seu principal pq não lhe tem mais respeito que isto, mas depois de bem provados lhe dão muy decomer e os dançar e cantar e elles tãbem lhe fazem a mesma festa.²⁴⁸

O relato do padre elucida muito do universo das relações entre os Tapuias, os portugueses e seus índios aliados. A excessiva cautela que se mantinha em relação àqueles, pode ser o reflexo das primeiras experiências que tiveram outrora. Na sua relação, o padre nomeia os famosos Tocariju, que assassinara o padre Pinto e os Cariju, que sempre trucidavam os mensageiros que eram enviados para selar amizades. Com outra nação, os Canindé, houve uma negociação de aproximadamente um mês, para que pudessem ter autorização para atravessar suas terras e seguirem em direção ao Maranhão. De acordo com o religioso:

A cabo hu mez tornarão cõ resposta assaber q'os primeiros com que encontrarão lhe tomarão o machado e o mais q' levavão, q' assi costumão ordinariamente esses selvages, nem aproveitou dizerlho q' era p.^a o principal, so hua faca lhe chegou a mão, e que todos dizião q' fossem os padres e q' lhes levassem machados, facas, espelhos, tizouras(nomeado tudo por seu nome) e que eles farião pazes cõ outros de diante [...] Ajudandonos e cõferindo esta resposta cõ a noticia q' já tínhamos ficamos quase desconfiados de podermos entrar por esta porta, porem encomendando sempre tudo a nosso Senhor e pedindolhe nos abrisse o caminho tornamos a mandar a 1^a. 2^a vez, indo por embaixador o soldado de nossa obrigação que fora conosco do Rio Grande, e levando outro presentezinho pera que nos desse a conhecer a estes tapuyas emformandoos de como eramos diferentes dos seus feiticeiros e dos outros índios a que eles aborrecião e tinhão por peste do mundo.²⁴⁹

Apesar dos laços de amizades tecidos com muitas lideranças indígenas, os resultados foram diminutos. O meio ambiente desconhecido e de difícil travessia, e, especialmente, o assassinato do Padre Francisco Pinto, paralisou por um bom tempo as ações da Companhia de Jesus na capitania do Ceará.

Assim foi que, em 1612, três anos antes que fossem expulsos os franceses, Diogo de Meneses, então governador geral do Estado do Brasil, planejava a divisão daquelas terras, conforme documento abaixo:

A de se aver de repartir as terras fazendosse a dita conquista, forçando he tão estendida, pera o sustento e aumento do mesmo sitio em capitãcias e lugares

²⁴⁸ Idem. Ibidem., p. 88.

²⁴⁹ Id. Ibid., p.89-90. Cf: MAIA, Ligio José Oliveira de; XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*,

que se possam socorre huns aos outros e com isso se ficão conservando sem os inimigos lhe poder fazer nojo nem ter lugar onde parem, e assi me parece ser serviço de vossa Magestade repartisse desdo Rio Grande ate-Maranhão hi desde o **Rio gararau ate Jaguaribe** huma capitania que chegara mais avante ate o rio upessem esta se **chamara de Jaguaribe** elhe ficara de termo pella costa setenta legoas pelas fraldas da Serra Aquemamue, que corre desviado do mar quatro legoas com terras e pastos excelentes para todas as povoações e embarcações. **Outra** capitania se pode fazer do rio upessem ate o Rio mondahu correndo a costa na volta do Maranhão sessenta legoas pouco mais ou menos, e esta capitania se poderá fazer no **Rio Camoci**, que he uma notável ponta onde esta um porto de grande importância que he necessário impedirse aos estrangeiros, o mais desta capitania ficara correndo pelas fraldas da região serra **da Guapaba** da qual a fertilidade e grandeza he notável e mior sabida. **Outra** se pode fazer desdo Rio mondahu já nomeado ate o Maranhão, que são outras sessenta lagoas pouco mais ou menos, e o Maranhão fica sendo a cabeça desta capitania, e ainda que pareça que os termos são compridos, todavia se vae fazendo consideração aos portos e barra mais principaes e capazes que ficão abrigados os outros.²⁵⁰

Curioso observar que nessa divisão não figura o termo capitania do Ceará.

Segundo Ligio Maia:

Durante todo o século XVII, a Capitania do Ceará se constituiu como um entreposto, uma guarnição de passagem; inicialmente, como uma possessão da Coroa na proteção de toda extensão do território do Rio Grande para além da província do Jaguaribe, infestada de grupos indígenas hostis, e sob perigo constante dos franceses que comerciavam com os Potiguara, no litoral. Apenas no final do século XVII, com certa organização administrativa e concessões de datas sesmarias, é que se tem início a uma sistemática política de ocupação territorial.²⁵¹

Em verdade, a efetiva ocupação colonial da capitania do Ceará foi tardia em relação àquelas da região da mata atlântica, zona açucareira. Uma capitania indígena nas primeiras décadas do século XVII. De acordo com Studart Filho, para este período, os nativos que ocupavam quatro áreas eram: 1- *Contorno Oceânico*: Jaguaribara, ou Jaguariguara; os Wanacê ou Anacé; Os Tremembé e os Potiguara. 2 - *Nas áreas Serranas*, Ibiapaba, Maciço de Baturité e Serra do Araripe. Nas duas primeiras havia o domínio dos Tabajara, no entanto, outras nações habitavam aquelas regiões, tais como; os Acoçu, Tocariju ou Carijó, Anapuru, Ariu, Arariu, Reriu, Acriu. Na serra do Araripe, os Kariri. 3 - *Nas áreas Sertanejas*, eram os Xixiró, Candandu, Carati, ou Caratize, Icozinho, Caratiu, Icó, Jenipapu, Quixeréu, Jucá, Canindé, Janduim. 4 - *No Alto Sertão*, viviam os Calabaça, Cariuianê, Cariú, Quixelô, Quixerariu, Pipipão, Kariri.²⁵² É claro que

²⁵⁰ Carta de Diogo de Menezes feita em Bahia a 1 de Março de 1612. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. XXVI. 1904/1905, p. 307-310. Grifos meus.

²⁵¹ MAIA, Ligio José Oliveira de. **Serras de Ibiapaba. De Aldeia a Vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – século XVIII**. (Tese). Niterói/RJ: UFF, 2009, p. 63.

²⁵² STUDART FILHO, Carlos. **Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Coleção História e Cultura. Editora do Instituto do Ceará, 1965.

havia outras nações, em especial Tapuias, que obstaculizaram, e muito, o avanço da frente de expansão colonial, em especial pelas ribeiras do Jaguaribe, como por exemplo os Paiacu, Curiá e Canindé, entre outros.

Estas duas últimas áreas a designarei de sertões dos *Cariris e Icós*, por serem termos geralmente utilizados em documentos, especialmente cartas de sesmarias para aqueles espaços, durante sua ocupação colonial nos finais dos séculos XVII e princípio do XVIII. Com isso, acredita-se ser bem melhor compreender como foi se configurando cada etapa da conquista da capitania e as atitudes dos nativos, especialmente aquelas nações cujos territórios estavam nas ribeiras do Jaguaribe e sul da capitania.

2.4. Martim Soares Moreno – um estrategista na arte de dominar a arte da tradução

A conquista e colonização da capitania do Ceará se construiu não apenas através dos conflitos e das alianças, mas, também, pelas características dos grupos com quem os adventícios mantiveram relacionamentos. Sem esse critério, a conquista e subjugação do outro, bem como o conhecimento e dominação de muitos territórios se tornaria mais difícil e dispendioso à empresa colonial. Não tivesse essa cautela, correria, também, grande risco de sucumbir nos remotos sertões. Para a capitania do Ceará, o principal dessas relações consistia

na participação das tropas indígenas, que tanto resistiram ao avanço colonial quanto negociaram a pactuação de tratados de paz, a formação de alianças bélicas e a obtenção de benesses em troca dos seus decisivos serviços guerreiros na região, tantas vezes apontadas pelas autoridades locais como imprescindíveis para a manutenção da presença luso-brasileira nas diversas ribeiras e sertões da capitania, mas só muito escassamente considerados pela historiografia sobre a região.²⁵³

O exemplo de Martim Soares é suficiente para compreender os inúmeros mecanismos utilizados pelos portugueses durante o processo de conquista e povoamento da Colônia, especialmente as táticas de alianças. Para a capitania do Ceará, dotada de um espaço bastante vasto, com condições ambientais completamente distinta das demais, ausência da mata atlântica, semiárida, conquistar tantas léguas de terras, em posse de muitas nações Tapuias, e garantir os seus domínios, só seria viável mediante eficazes estratégias somadas a ações militares. Nesse sentido, deve-se destacar as práticas de

²⁵³ GOMES, Eudes José Arraes Barroso. *As Milícias Del Rei: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*. (Dissertação). Niterói/RJ: UFF, 2009, p.110.

Soares Moreno em selar “uniões”, construindo um diferencial em relação a Pero Coelho e as atrocidades cometidas contra algumas nações indígenas quando de sua incursão àqueles territórios. Assim, à semelhança de alguns conquistadores espanhóis, como Cortez, Pizarro, Galvez e Almagro, jogava com as disputas intertribais, fazia alianças e buscava consolidar lealdades.

As alianças estabelecidas por Martim Soares foram importantes, especialmente na conquista de alguns pontos estratégicos da zona litorânea. Dessa forma, para adentrar aos sertões, os nativos de matriz linguística tupi, sobretudo, os Potiguara, foram os mais assediados para esses empreendimentos. As alianças se deveram às atuações de líderes dessa e de outras nações; a saber, João Algodão, Francisco Aragiba, Maxuare, dentre outros que auxiliaram no conhecimento da geografia da região, lutando, negociando e por muitas vezes evitando entrar em confronto com os terríveis “bárbaros” dos sertões, os temidos Tapuias.

Foi com os Potiguara, que Soares Moreno conseguiu conter os ataques de muitos outros nativos que resistiam a ocupação de seus territórios, e, mesmo com a “lacuna” que ficou a capitania, quando este partiu para combater os holandeses em Pernambuco, muito tempo depois, os Potiguara, “prestaram aos portugueses assinalados serviços”.

Não só figuravam ao lado desses conquistadores em quase todas as campanhas internas que aqui levaram a efeito depois de 1666, contra os tapuias Cariri, como foram por eles utilizados em expedições guerreiras postas em execução fora da Capitania.²⁵⁴

Nação bastante belicosa, os Potiguara eram senhores das terras que compreendiam a costa do Rio Grande e porções da Paraíba. Por intermédio desses, Soares Moreno passou a costurar pazes com outras três nações, “obtendo informações de mais 22, de diferentes línguas”.²⁵⁵ Os acordos foram selados no calor do embate contra os franceses, onde, na ocasião, Martim Soares.

Para fazer esses assaltos me despia nu e me rapava a barba tingindo de negro com um arco e flechas ajudando-me dos índios falando-lhes do continuo da língua e perguntando-lhe o que já sabia bem fazer, no dito ano fiz pazes com 3 castas de tapuias ali vizinhos, e por meio deles tive novas do Maranhão e foram Índios dêle falar comigo donde me deram noticias das boas terras que havia naquelas partes e gastando sempre muito de minha fazenda para fazer estas pazes.²⁵⁶

²⁵⁴ STUDART FILHO, Carlos. *Op. Cit.*, p.119.

²⁵⁵ MORENO, Martim Soares. *Op. Cit.*, p.186.

²⁵⁶ Idem. *Ibidem.*, p.182.

Quando mais tarde, Martim Soares Moreno e seus comandados principiaram a ocupação do Ceará, já lhe pesava a “boa” reputação entre alguns nativos pois: “é mais compassivo com os índios, cuja liberdade respeita; captou-lhe as *shympatias*; conheceu-lhes a língua; poderá influir poderosamente no sentido da colonização Portuguesa”.²⁵⁷ Habilidade, logo conseguiu a simpatia e prestígio de Jacaúna, chefe Potiguar. Quando esteve na conquista do Maranhão, Martim se utilizou dessa “proteção” e “prestígio” para que fosse obedecido pelos demais. Ele destacou que

Isto feito me fui em demanda da Ilha que cheguei com a barca perto da terra donde desembarquei e podo-me em cima de um penedo pregando que era filho de Jacauna todos me ouviram e me levaram galinhas e muitos legumes, ali pus uma cruz com um letreiro que dizia aqui chegou o capitão Soares Moreno a tomar posse por El-Rei Católico [...].²⁵⁸

Embora Soares Moreno seja um bom estrategista, entendedor dos signos dos nativos aliados, e mesmo daqueles adversos²⁵⁹, grande parte de sua perspicácia pode ter sido “facilitada” pelas atuações de religiosos, em especial os padres Francisco Pinto e Pereira Figueira, que ao percorrerem os sertões, do que mais tarde seria a capitania do Ceará, conseguiram minimizar as desconfianças que tinham em relação aos portugueses, especialmente os Tabajara, Potiguara e Tupinambá.

Outra nação que os portugueses não hesitaram em se aliar foram os Jaguaribara que transitavam da margem esquerda do Choró ao Rio Mundaú e Serra da Ibiapaba, muito “numerosa e valente, era temida e respeitada até pelos próprios luso-brasileiros que, como mostram as crônicas, sempre procuram captar-lhe as boas graças não ousando nunca enfrenta-las de armas nas mãos”²⁶⁰.

Essa postura cautelosa que os portugueses tinham diante dos Jaguaribara, elucida a forma de se relacionar com determinados grupos naquele contexto. Reconhecendo sua belicosidade e o temor que as demais tinham deles, os luso-brasileiros adotavam métodos de aproximação sem que fosse os do enfrentamento armado e sim o da negociação.

Naquele momento, o que pesava, sobretudo, para os portugueses, era a carência de homens nas fileiras militares. Para isso, era importante conquistar aqueles nativos tanto para utilizar como força militar contra os Tapuias, como no auxílio do

²⁵⁷ STUDART, Barão de. Martim Soares Moreno: fundador do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo XVII, 1903, p.177- 228.

²⁵⁸ MORENO, Martim Soares. *Op. Cit.*, p.183.

²⁵⁹ TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

²⁶⁰ STUDART FILHO, Carlos. *Op. Cit.*, p. 100.

conhecimento e conquista de novos espaços. Em contrapartida, os Jaguaribara, aliando-se aos não-índios, além de facilitar a vitória contra seus inimigos seculares, os Paiacu, ficavam momentaneamente menos temerosos dos assaltos dos brancos. Nesse jogo, ambos procuravam tirar vantagens das posições em que ocupavam naquele momento. Os Jaguaribara, com muitos homens aptos a lutar, conhecedores do espaço, dentre outras virtudes, sabiam do seu potencial e por muito tempo souberam utilizar a seu favor. Isso se tornou visível quando auxiliaram os portugueses numa campanha contra os tapuias Baiacu/Paiacu que perturbavam o sossego da população nativa das aldeias avassaladas.

Há de se ressaltar que, em 1611, quando Martim Soares tentou se estabelecer nas terras do Ceará, trouxe com ele o já mencionado chefe potiguar, Jacaúna.²⁶¹ Dessa forma, quando assumiu a administração da capitania, em 1621, tinha ideia de onde e de quem poderia se aproximar e celebrar paz, pois num contexto essencialmente belicoso, inconstante e cheio de desconfianças, conhecer o tipo de nação que melhor oferecia vantagens como aliada era importante; e, muito mais, era se aproximar das que já haviam tido contato com os não índios, pois acreditar um no outro não era tão simples assim.

Naquele princípio, onde as teias de relações eram muito frágeis, um dos aspectos mais cruciais era manter os laços de confiança de ambos os lados. A experiência do contato com os não-índios durante mais de um século proporcionou aos nativos muitos recursos para sobreviverem a um novo contexto, e um deles era a forma de se relacionar com os adventícios. Não foi por simples formalidade que Jacaúna tratou Martim como “filho”. Mais tarde, Janduim, importante chefe indígena dava o mesmo tratamento ao holandês Roulox Baro, quando requisitou auxílio daquele principal para lutar contra os portugueses.²⁶² Àquela altura, muitos índios compreendiam sua situação e que a forma de lidar com os luso-brasileiros lhes poderia render alguns bons resultados; dependendo, é claro, dos papéis que ambos procuravam desempenhar em determinados contextos. Friedrich Câmara observa que:

Aqui se afiguram alguns importantes papéis dos índios na colonização portuguesa: guerreiros, informantes e povoadores. Estes papéis, claro, só seriam desempenhados corretamente quando as alianças eram bem tecidas e favoreciam os interesses de ambos. Se, por um lado, o povoamento e controle do território por grupos aliados favoreciam aos projetos coloniais, também esses grupos podiam auferir vantagens como produtos europeus, aliados para

²⁶¹ BEZERRA, Antonio. **Algumas Origens do Ceará**. (Fac-símile a edição de 1918). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p.13.

²⁶² MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *Op. Cit.*,

suas guerras aos inimigos, além de deter o desejo escravagista e genocida europeia contra o seu grupo.²⁶³

Em setembro de 1621, Soares Moreno tornou-se Capitão-Mor da capitania do Ceará; tendo-a administrado por dez anos, mediante o compromisso do poder real:

E porque convem a meu serviço que a dita capitania do Ceara se povoe a cultive assim para o bem comum que a si promete a meus vassallos que a ella se quiserem ir viver, como para aumento de minha Fazenda e Para se impedir aos corsários e comercio que tem com gentio por aquela costa, e ficar melhor a navegação do Maranhão, vos mando, que tanto que este vos for apresentado pelo dito Martim Soares, lhe desse as embarcações necessárias para levar a dita gente e mais cousas referidas.²⁶⁴

No entanto, ele não conseguiu realizar com muito êxito tal tarefa. A começar pela quantidade de terras que havia requisitado quando ali chegou. Das doze léguas que pediu, apenas duas lhe foram concedidas. Some-se a isso a falta de recursos para erguer fortificações e a chegada dos cinquenta soldados prometidos mediante o Alvará régio de 14 de outubro de 1620.

Outro problema que teve que enfrentar foram os ataques dos muitos nativos arredios à presença branca naqueles territórios. Segundo ele, “V.Magestade foy servido de mandar assistir a este Seara onde cheguei em 28 de setembro e fui muito bem recebido de todos os Indios aqui vizinhos, os quais achei muito trabalhados com guerras que huns selvagens cercuvizinhos lhes dão a huns portugueses que aqui assistem”.²⁶⁵

As alianças sempre foram uma estrada de mão dupla. Para os não-índios, seu entendimento era o de que essas relações eram importantes para a subordinação e a sujeição dos nativos à Coroa. Para os nativos, além de algumas mercês, poderiam minimizar ou evitar ações de total extermínio por parte dos colonos. Embora os portugueses necessitassem mais dos nativos que os nativos deles as vantagens da política de alianças pesaram mais para o lado dos não índios. Câmara observa que

para obter sucesso no seu empreendimento colonial, a metrópole precisava dicotomizar o índio controlador do território, encaixá-lo nas categorias amigo manso/inimigo-bravio, criar justificativas para a conquista das terras ocupadas por eles e consolidar o domínio sobre sua força de trabalho.²⁶⁶

Com essas categorizações, pouco a pouco foi se observando quem potencialmente poderia ser ou não aliados dos colonos e, conseqüentemente, súditos do

²⁶³ SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação dos Povos indígenas**: resistência no Sertão dos Maracás (1650- 1701). (Dissertação). Salvador: UFBA, 2008, p. 72.

²⁶⁴ APEC. **Sobre** Martim Soares Moreno que vai com Governador do Ceará. **Carta** de 28 de janeiro de 1621. In: **Coleção Professor Limério Moreira da Rocha**. p.12.

²⁶⁵ AHU. Documentos para o Ceará. **Carta** do Capitão mor do Ceará, Martins Soares Moreno, ao rei D. Felipe II, a pedir o envio de cinquenta soldados para a construção de uma fortificação. Caixa 1. Doc. 6. 1621.

²⁶⁶ SIERING, Friedrich Câmara. *Op. Cit.*, p. 74.

rei. Mediante esse procedimento, milhares de nativos que não se encaixavam na categoria amigo/manso foram sumariamente extintos, sobretudo, quando as terras e os recursos naturais ficaram mais escassos e serem pleiteados por ambos os lados.

Na medida em que foram alargando as fronteiras da costa rumo aos sertões mais “incultos”, ocupando terras e tentando tornar os Tapuias leais ao Rei e ao Deus cristão, os administradores entenderam que os conquistar não seria tão fácil.

Ao adentrar o século XVIII, os conflitos se tornaram mais agudos. As principais vertentes de expansão que vieram pelo Acaraú, internaram-se pelo centro norte, travavam batalhas contra os nativos que habitavam as nascentes do Jaguaribe até as fronteiras da capitania do Piauí. Ali, os Caratiú iam perdendo suas terras para os novos moradores adventícios, que aos poucos iam construindo fazendas e criando seus gados e os submetendo aos novos mecanismos de organização socioeconômica. Negando esse novo princípio, que afetava profundamente sua estrutura de sobrevivência, a solução era resistir através do “roubo” do gado e pela pilhagem de fazendas. Numa carta escrita pelo Capitão Mor do Ceará Domingos Simões Jordão, em oito de março de 1736, percebe-se essa problemática.

Também se acham umas terras dos Caratius, da parte de dentro da Serra da Ibiapaba e Serra dos Cocos, que ambas tem a mesma união para a parte desta capitania, as quais foram descobertas e conquistadas com as armas dos moradores dela [...] também se acha nesta capitania uma nação de Tapuia mansos chamado jenipapo, de mau procedimento, por se não querer este sujeitar a trabalhar para ter com que sustentar e não vive este mais que matar os gados dos moradores e destruilhes as fazendas, o q. recebe V.M um grande prejuízo nos seu dízimos Reais. Causa é esta por onde não querem os moradores por vizinhos, e tendo lhe dado Vigario varias vezes Missionário para os doutrinar, nenhum com ele quer assistir pelas rebelião emque vivem e mau trato que lhe dão, no que V.M determinara o que for servido.²⁶⁷

É interessante observar a negação dos índios ao trabalho nos moldes dos “civilizados”; a não aceitação ao aldeamento que implicaria em sua redução em todos os sentidos, em especial no controle de seu espaço e de seu tempo. A alternativa para esses era a cruz ou enfrentar a guerra que ali chegara.

Por isso, a opção dos capitães-mores em se aliarem a nações temidas era uma importante estratégia, especialmente para reduzir o poder de muitos tapuias, especialmente os Paiacu, os quais “senhoreavam a faixa costeira que, compreendendo as bacias inferiores do Açu e baixo Jaguaribe se estendiam às proximidades do Rio

²⁶⁷ APEC. **Carta** do Capitão mor do Ceará, Domingos Simões Jordão. In: **Coleção Prof. Limério da Rocha**. p. 285-186.

Choró”.²⁶⁸ Assim como os Tremembé, os Paiacu não tinham boas relações com os portugueses, nem estes com os Paiacu. Essas duas nações, dentre outras, duramente muito tempo, foram duramente perseguidas e hostilizadas não só pelos não-índios, mas também pelos seus contrários. Nesse contexto, a bárbara guerra contra os Tapuias já havia alcançado os sertões do Jaguaribe, quebrando as últimas fímbrias da muralha que obstaculizava o avanço da consolidação das fronteiras lusitanas rumo ao norte. Um contínuo de escaramuças que desestruturavam as sociedades Tapuias nos sertões de Açu (RN), Piancó (PB) e Jaguaribe (CE).

2.5. A Guerra Contra os Bárbaros Chega ao Vale do Jaguaribe

Antes que houvesse o grande massacre dos Paiacu, em 1699, liderado pelo Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro, já havia mobilização de algumas nações contrárias pedindo aos brancos para que juntos fizessem uma *guerra justa* contra eles, nas ribeiras do Jaguaribe, como em de 1672.

Dizem os principais da **Aldeia da Parangaba João Algodao e Francisco Aragiba e os Principais dos Jaguaribaras Cachoe e Maxuare** e os mais que se não nomeão que elles representão a V.m^a em seu nome e de seus filhos as queyxas que tem dos bayacus a coal nação lhe tem feito grande dano em seus filhos e mulheres tirando lhes a vida e justamente empedindo lhes as passagi desta Capitania a de Pernambuco. Outros sim o Sr. Capitão maior João Tavares de Almeida lhe fez guerras Payacus por ser justa conformados com os votos dos Revds. Padres da Companhia e por coanto queremos viver seguros e quietos em nozas Aldeias sem cuidados de nos virem matar as nozas cazas e terras pedimos a V.mc) Senhor Capitão mayor nos de infantaria para que com elles todos onidos que fara hum grande serviço a Deus e a sua Alt. R.mer João Algodão, Francisco Aragiba.²⁶⁹

Após essa jornada contra os Paiacu, surgiram tensões entre os principais *Jagoaribara* e o Capitão mor Jorge Correia da Silva, que exigia a entrega dos prisioneiros de guerra, ou, pelo menos, a maior parte deles, para pagar o tributo à Coroa. Segundo ele:

Na guerra que mandey dar a nação dos Paygus a requerimento dos principais da Aldeia da Parangava como também da nação **Jagoaribara** que de presente tem amizade conosquo; se moverão entre os Indios avacellados, como também na nação Jagoaribara muitas duvidas a respeito de Eu procurar das peçoas que trouxerão cativos o qt^o (quanto) delas fora para sua Alt.(Alteza) p.entender lhe toca, e fazendo presente aos Indios me derão p. resposta **que nunca derão escravos para sua Alt; e que no tempo do Capp.^om Maior Martim Soares Moreno socedeo outro semelhante e a Praça que tomarão se devedio pello dito Capitã Maior e soldados e Indios.** Estranhando todo os eiceços que Eu

²⁶⁸ STUDART FILHO, Carlos, *Op. Cit.*, p.164.

²⁶⁹ **Traslado** de hua proposta que se pôs em junta sobre a guerra que há de dar aos Bayacus a Rogo dos Principais da Aldeya da Parangaba como também a peditório da nação dos Jogiribaras. **Revista do Instituto do Ceará**, 1888, p.152-156. Grifos meus.

fazia no solicitar esta cobrança tendo algús para si que me queria Eu aproveitar de seus cativos; comtudo os mandey praticar pelo ajudante Phillipe Coelho de Moraes lingoa geral destas nações lhes deçeçe o que convinha e sortio o efeito de darem algúas peças que logo pelo escrivão Mandey entregar ao Almx^o desta Capitania para na primeira ocasião serem remetidas a fazenda de Pernambuco. Outrossim tendo sossegado com os Índios tratey de praticar aos principais dos Jagoaribaras decem Escravos para sua Alt. pondo lhe p. exemplo que os índios tinham dado mostra que tinham supremo E Sr^o. **Suposta estas razoes me respondeo pela sua lingoa que me foi declarado que elles erão Tapuyas e que não tinham assistência certa, e que não conhecião a sua Alt. que se os índios derão escravos he** porque vivem avaçallados com nosco de muitos anos nascidos e criados com os brancos, e ultimamente **dicerão que cem pagamentos não havião de dar nenhum escravo;** a esta resposta dice Eu outras mais convenientes ao serviço de sua Alt.²⁷⁰

O documento revela elementos bastante interessantes que atravessam as complicadas relações entre índios e não índios. O primeiro paira no teor da resposta dos Jaguaribara sobre a forma de repartição dos prisioneiros de guerra, a qual se pode vislumbrar sua consciência em relação ao costume e a legislação que regia as relações entre eles e os não-índios, bem como os diferentes contextos e as diferentes posturas políticas entre Martim Soares Moreno e o Capitão Jorge Correia da Silva. A prática daquele, em repartir os prisioneiros de guerra com os nativos aliados pode estar em consonância com a lei de 30 de junho de 1609, que além de instituir a liberdade dos índios defendia, também, que quando os nativos estivessem “engajados nos serviços dos colonos receberiam salários”,²⁷¹ que em muitos casos eram os espólios de guerra. E “tais escravos de Guerra poderiam ficar nas mãos dos vencedores, ou ser vendidos”²⁷².

Embora leis, provisões e alvarás ficassem pouco tempo em vigência, ao que parece, os principais tinham convicção que em algum momento poderiam ter alguma valia, por serem sempre reeditadas; como foi o caso da lei de 1680, que

conformandose com a antiga de 30 de julho de 609 e com a provisão que nella se refere de 5 de julho de 605 passados para o Estado do Brazil, e renovandoa sua disposição ordeno e mando que daqui em diante senão possa cativar índio algum do dito Estado em nenhum caso.²⁷³

Ainda que seja essencialmente contra o cativo, nas letras da referida lei, tem uma passagem em que nas guerras defensivas ou ofensivas assegurava-se a custódia e repartição dos prisioneiros de guerra a cargo do governador, pois

²⁷⁰ **Bando** do Capitão Mor da capitania do Ceará, Jorge Correia da Silva. *Apud* OLIVEIRA, Perdigão. Um capítulo da História do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo IV, 1890, p.118-154, doc. IX, X, XI. Grifos meus.

²⁷¹ RIBEIRO, Berta. **O Índio na História do Brasil**. São Paulo: Ed. Global, 1983, p.54.

²⁷² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indígena do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.115-132.

²⁷³ **BRASIL COLONIAL: Lei sobre a liberdade do gentio do Maranhão**. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Livro Grosso do Maranhão**. 1ª parte. vol. 66, 1948, p. 57-59.

que por minhas leys é permitido os Índios que na tal guerra forem tomados, ficarão somente prisioneiros como ficão as pessoas que setomão nas guerras da Europa, e somente o governador os repartirão como lhe parecer mais conveniente ao bem da segurança do Estado [...].²⁷⁴

Esse detalhe não consta na lei de 1609, nem muito menos na de 1655. Daí o estranhamento do Capitão Jorge Correia, pois, pela lei buscava reaver as presas de guerra em custódia dos índios, e estes, ao que parece, estavam atrelados à pratica que Martim Soares Moreno efetuou com seus ascendentes.

Tentando evitar o confronto armado com tão importante e poderoso aliado, o Capitão lançou mão de outro expediente. Fez circular um documento, carta de 04/02/1672, alertando que quem comprasse os prisioneiros de guerra de posse dos ditos índios, estes seriam confiscados e reencaminhados para as despesas da infantaria na capitania de Pernambuco.

E somandey lançar hu bandoque nem hua pessoa pudesse regatar Escravos aos ditos sub pena de perdidos e aplicados para as despesas da infantaria de Pernambuco, para com este aperto ver se poderia obrigar; **Não foi bastante este Remedio** athe que lhe mandey dizer pelo ajudante Phillipe Coelho de Moraes que se não dece os Escravos para sua Alt.que os havia de botar fora das nossas terras, E não ter mais sua comonicação, posto neste aperto vieram dous principais a ter comigo e me apresentarão coatro peças para sua **Alt. dizendo me que elles não têmão escravos, e os seos soldados os não querião da se não vendidos que elles não erão principais se não para guerra, e só nessa ocasiões lhe obedecião;** tratei de hir fazendo algumas praticas, que mandey fazer p. alguas peças emque vierão a consentir entre todos daem quinze ou vinte peças para a fazenda Real.²⁷⁵

Apesar das ameaças de serem expulsos das terras em que habitavam, os Jaguaribara não cederam. E um detalhe importante: os índios principais, no ato da contenda com o Capitão, alegaram que naquele momento não se representavam como principais, mas só em momentos de guerra, portanto, não lhes deviam obediência. Temendo o pior, o Capitão recuou e assim se expressou:

E porque esta nação he de muito poderosa e temida de muitos dos sertões; Assim mais Governando Diogo Coelho de Albuquerque essa Capitania se puzerão por hua vez em arma contra nós pella falta que temos de poder e susedera hua grande Ruina se o Juizo do dito Cpp^am mayor não atalhasse pelo meyo mais conveniente; por todas essas razões que me forão presentes não tratei de os castigar para com elle virem a Razão.²⁷⁶

Por fim, ao que parece, o caso foi encerrado e os Jaguaribara só ofereceram quatro escravos para a paga do tributo. Reconhecendo a importância deles para a conquista daqueles sertões e sentidos que uma das principais táticas desses nativos eram

²⁷⁴Idem. Ibidem.,

²⁷⁵ **Carta** do Capitão mor Jorge Correia da Silva. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo IV. 1890. p. 118-154. Grifos meus.

²⁷⁶ Idem. Ibidem.,

assaltos a vilas e povoados, ao tempo em que essas ações poderiam acarretar um prejuízo ainda maior, o Capitão concluiu o assunto dessa forma:

E porque do seu retiro pode servir de grande dano a esta Capitania em assaltos que podem dar aos índios Estando divertidos em suas Lavouras pois sabem os sítios e partes donde pode fazer a sua, a seu salvo acho que he conveniente ao serviço de sua Alt. e a conservação desta Capitania acomodarmos esta gentildade a seu arbítrio e para o fazer com assento o quero por em Conselho com Cabo e Officiais desta Praça e também Algús Soldados antigos na assistência dela, Seara, coatro de fevereiro de mil seicentos e setenta e dous anos.²⁷⁷

Todavia, muito propícia à criação de gado, a terra suscitava tensões; as disputas por aquele espaço fizeram os conflitos se irradiarem, ligando a guerra do Açú ao Jaguaribe, e estendia-se até as ribeiras do rio Salgado. As descrições do padre João Leite, capelão-mor de um terço paulista, que aldeara os índios Jaguaribara nos sertões da capitania do Ceará, são um importante testemunho dos conflitos travados entre os colonos chegantes, que buscavam ocupar territórios, e indígenas naqueles sertões.

Snr; Sou o Padre João Leyte de Aguiar clérigo do habito de Sam Pedro, natural da Villa de São Paulo donde no anno de 1689 fui nomiado pello Reverando Bispo do rio de Janeiro, cappellão mor de hú terço de paulist que do ditto anno mandou levantar o Reversndissimo Arcebispo da Bahia que então governava aquela praça D. Frei Manoel da Resureição, levantado o ditto terço que contava de seicentas pessoas entre paulistas, Índios e Captivos, partimos a conquista do rio grande do Assu, e Jaguarie Ribeiras que achavão infestadas e detruídas pellos gentios bárbaro levantado. Penetrando os vastíssimos Sertam do Brasil por distancia de noventas legoas pouco ou mais, assisti no serviço de V.Mgde. mas de quatro nnos sempre a minha custa e sem o menor dispêndio de fazenda de V.Mgde. te que os paulistas se retirarão porque lhes faltarão Polvora e Balla. Marchão os paulistas para outras varias conquistas huns para o Maranhão, outros para o Palmar e eu para Pernambuco, donde o Reverendo Bispo Dom Mathias de Figueiredo e Melo me mandou de volta pra a Capitania do Cera Grande a redução de huns tapuyas chamados Jaguaribaras habitantes em huas serras nos limites da dittas capitania; e com o que tive bom sucesso porque os reduzi a aldeia sinco legoas da Fortaleza do Ceara, os quas sam em numero de seiscenta e trinta almas: Batizei dos inocentes trezentos e vinte e seis, e dos adultos quatro casais e os mais são catecúmenos [...] na pax e redução desses jaguaribaras consiste o sucego e felicidade dos povoadores daquella capitania do Ceara e a efensa de sua Fortaleza e di toda a costa porque são muitos valorozos e os tais muito temidos de todas as outras nações e já com isso, constatando que os ditos jaguaribaras estavam aldeados com missionários logo nos pedião pazes todos os tapuyas circunvizinhos [...].²⁷⁸

Nesse mesmo período, as preocupações com os Kariri e Icó não eram de se desconsiderar, já que em 1692

Pelo que se sabe, os Icó e Cariris, confederados e aldeados nas terras vizinhas do Jaguaribe, atacaram as fazendas de gado, ali existentes, roubaram bastante gado, mataram sete pessoas brancas e obrigaram as famílias a se refugiarem junto ao

²⁷⁷ Id. Ibid.,

²⁷⁸ AHU. Documentos para o Ceará. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o que se escreveu o padre João Leite acerca do seu trabalho nas missões do Ceará. Caixa 01. Doc. 34. 1696.

presidio de Fortaleza, visto não ter sido bastante para a sua defesa um pequeno reduto que tinham construído.²⁷⁹

Afim de garantir a ocupação colonial, bem como organizar expedições para combater a descida de muitos nativos à foz daquele rio, foi construído, em 1696, um novo presídio militar. Para gerenciá-lo, foi nomeado João da Mota como “Capitão e Cabo com soldo de quatro mil réis”²⁸⁰, cuja cerimônia de posse ocorreu em setembro do referido ano.

Dom Pedro, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar, em África, senhor de Guiné, faço saber aos que esta minha carta patente de confirmação virem, que tendo respeito a haver ordenado por carta minha ao governador e Capitão Geral de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, mandasse situar um novo presidio na Ribeira do Jaguaribe, e o dito governador ter nomeado por Capitão e cabo dele a João da Motta por me haver servido naquela capitania por espaço de onze anos, cinco meses e vinte e quatro dias, desde dois de outubro de seiscentos e noventa e seis, em praça de soldado ajudante supra e do número.²⁸¹

Quando, naquelas ribeiras, os conflitos se tornavam cada vez mais agudos, novos pedidos de socorros foram efetuados, sobretudo, para defender dos ataques dos Paiacu. Para isso, em 1697, foi enviada uma tropa de “274 soldados de infantaria paga e ordenanças de cavalo e de pé e dos índios da língua geral, dos tapuias das nações Jaguaribara e Anacé”.²⁸² Foi também nessa época criado um Corpo de Cavalaria para dar suporte a conquista das terras dos sertões.

Convem muito ao sertão do dito senhor criar o posto de Coronel da cavalaria da Ribeira do Jaguaribe, que começará seu districto no Rio Choro ate o Assu, por ser aquelle lugar o mais invadido e assaltado do Gentio Barbaro que por aquelles contornos habita, e que a pessoa que houver de ocupar o dito posto tenha aquelles requisitos necessários de valor, satisfação e merecimentos.²⁸³

Com essas medidas, os Capitães responsáveis pela conquista e povoamento da capitania se preparavam para enfrentar o contra-ataque dos muitos Tapuias que buscavam defender seus territórios. Revoltados, ameaçavam e, em muitas ocasiões, retomavam suas terras. Temerosos e com enormes dificuldades em proteger suas posses, muitos sesmeiros batiam em retirada para outros espaços. Foi o que aconteceu com os Capitães mores Gregório de Figueiredo Barbalho e Cristóvão Soares de Carvalhos.

²⁷⁹ COUTO, Padre Francisco de Assis. **História do Icó**: sua genuína crônica. 1682-1720, p.14.

²⁸⁰ APEC. **Carta** Patente passada ao Capitão João da Mota, para o posto de Comandante do Forte e Presídio da Ribeira do Jaguaribe. In: **Coleção Prof. Limério da Rocha**. p.75-77.

²⁸¹ Idem. Ibidem.,

²⁸² APEC. **Carta** do Capitão mor da capitania do Ceará, João Freitas da Cunha. **Prof. Limério**, *Op. Cit.*, p.84-85.

²⁸³ APEC. **Criação** do posto de Coronel no Ceará. Patente de Coronel passada a Bento de Brito Freire. **Prof. Limério**, *Op. Cit.*, p.102.

Ambos tinham terras na ribeira do Jaguaribe, mas tiveram de abandoná-las e se estabelecer na ribeira do rio Choró. Vejamos sua argumentação:

Senhor Capitão mor diz Gregorio de Figueredo Barbalho Capitão de cavalos da capitania do Ceará e o tenente Christovão Soares de Carvalho que eles suplicantes, pela invasão do gentio bárbaro, retiraram-se da ribeira do Jaguaribe com seus gados vacuns e cavalares para este distrito para mais encobertos ficarem das armas desta fortaleza e nela assistiram por tempo de seis meses e pelo dano que recebiam dos índios nos foi forçado a retirada para a Ribeira do Choró.²⁸⁴

A carta de sesmaria aponta não apenas os conflitos entre os sesmeiros e os nativos pelo espaço daquelas ribeiras, mas uma guerra em curso. O recuo dos não índios para outros espaços, em função da reação tapuia, aponta para uma realidade em que conquista e reconquista de territórios seguia a lógica colonial, onde os nativos “deram grande dinâmica nesse processo de colonização e [...] teve suficiente profundidade e densidade histórica para influenciar de maneira significativa a formação da Colônia”.²⁸⁵

Naquele contexto, ao que parece, a guerra contra os bárbaros teria chegado ao seu ponto maior de violência contra os Tapuias.

Em 1688, Matias da Cunha, governador geral, escreveu para o capitão Domingos Jorge Velho para que este partisse com o contingente que tivesse para lutar contra os bárbaros no Rio Grande:

[...] e o mais prompto é marchar Vossa Mercê dahi com todas as forças que tiver sobre aquele bárbaro, e fazer-lhe todo o danno que puder [...] Espero que não só terão todas as glórias de degollarem os bárbaros, mas a utilidade dos que aprisionarem, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem captivos todos os Bárbaros que nella ser prisionassem na forma do Regimento de Sua Majestade de 611.²⁸⁶

Outra instrução de Matias da Cunha para o capitão-mor Manoel de Abreu Soares, datada de 14 de março de 1688, afirmava ser:

[...] muito importante o reparo que Vossa Mercê deve fazer em não consentir que deixem de degolar os Bárbaros grandes só por os captivarem, o que principalmente aos pequenos, e as mulheres de quem não pode haver perigo, que ou fujam, ou se levantem.²⁸⁷

Ao que parece, essas instruções foram seguidas à risca. Em 4 de agosto de 1699, Terço Paulista sob o comando do mestre de campo Manuel Álvares de Moraes

²⁸⁴ APEC. **Data** e Sesmaria do Tenente Cristóvão Soares de Carvalho e o Capitão Gregório de Figueiredo Barbalho. Vol. 2º, nº 113, pp. 93-94. Em 22 de maio de 1694. In: **Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006. 2 CD-ROM.

²⁸⁵ MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra**: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 18.

²⁸⁶ ARAUJO, Soraya Geronazzo. *Op. Cit.*, p. 102.

²⁸⁷ Idem. *Ibidem.*, p.103.

Navarro, sob o pretexto de combater tapuias, inimigos; dentre eles, os Paiacu, Carateú, Icó e Carati, bem como procurar aliados,

chegou ao rancho dos Paiacu acompanhado de 130 homens armados e mais de 200 índios de Terço. Transmitiu aos Paiacu, quase todos batizados, uma comunicação amistosa, convidando-os a participar de um combate, com os Janduí, já previamente aliados ao regimento. De forma dissimulada, instigou discórdias entre as tribos Paiacu e Janduí, inimigas tradicionais, entregando armas e munições a estas últimas para atacar as primeiras. Seu intuito era poder escravizar indígenas e tomar suas terras, com a desculpa de que estariam em guerra.²⁸⁸

Ao final desse embate entre homens, mulheres e crianças, 440 Paiacu estavam mortos e outros 250, presos; sem dúvida, reduzidos à escravidão. Todos da ribeira do Jaguaribe.²⁸⁹

Sobre esse “massacre”, há uma carta, de 1700, do Mestre de Campo do Terço do Paulistas, Manuel Alvares de Moraes Navarro, em que pede autorização para castigar nativos Arius e outras etnias.

Ao mesmo terço que despedi bandeira asituar missoins ordeney ao Cabo, que depois de estabelecidas a ellas me mandasse avizo, para lhe enviar mais gente comque fosse castigar huns Tapuyas nossos inimigos da nação Arius que têmão a de persuadir os Payacus não aseitasse missionários, mas antes com eles juntos me viessem destruir. Sabendo os Payacus este intento se anteciparão a mostrar sua fidelidade p^a que visse que não haveria quem pudesse persuadilos a tomar mais armas contra os vassalos de VMgde. e aesse requisito forão persyso dar neste Tapuyas Arius e o tinha mandado a este deligencia fosse castigar estes Tapuyas Caratiuzes, Icó e Caratis, visto não quererem sujeitarse a obediência de VMgde. e observar paz e amizade[...].²⁹⁰

Os conflitos se agudizavam a passos largos e nessa proporção foram envolvendo cada vez mais contingentes, especialmente os nativos aldeados. Em 1701, a Coroa, em resposta a uma representação do Padre Miguel de Carvalho, membro da Junta das Missões, sobre a necessidade de os Capitães mores alistarem nas aldeias índios aptos a lutar na guerra contra os tapuias daqueles sertões, deu a seguinte resposta.

Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, Eu El Rey, vos envio muito saldar. Mando ver no meu Conselho Ultramarino a representação que o Padre Miguel de Carvalho fez pela Junta das Missões sobre o muito que resultaria a meu serviço **ter os índios Aldeados, contentes e unidos para as ocasiões que se podem oferecer de guerra contra o Tapuia Barbaro**, me pareceu ordenar que os Capitães mores fizessem lista do que forem capazes para a guerra, e que dos mesmos façam Capitães, Alferes e mais Oficiais, procurando tê-los unidos e contentes para que quando aconteça ser necessário fazerem guerra a algúa nação barbara e nossa inimiga, os ache prontos, com declarações que os ditos Capitães mores não poderão fazer por si nem pelos índios, guerra que seja

²⁸⁸ PIRES, Maria Idalina Cruz da. *Op. Cit.*, p. 76.

²⁸⁹ Idem. *Ibidem.*,

²⁹⁰ AHU. Documentos para o Rio Grande do Norte. **Carta** do Mestre de Campo do Terço dos Paulistas, Manuel Alvares de Moraes Navarro, ao rei D. Pedro II, sobre o castigo que mandou dar aos tapuias Urius, Caratiuzes, Icó, e Caratís que não queriam sujeitarse a obediência ao rei de Portugal. Caixa 01. doc. 51, 1700. Ver ARAUJO, Soraya Geronazzo. *Op. Cit.*,

defensiva, por que para o fazerem ofensiva, vos hão da parte, e vos tereis junta daquelas pessoas que se tem determinado.²⁹¹

As argumentações do Padre sobre haver nos aldeamentos índios contentes e unidos para lutarem a favor do rei contra os ditos tapuias bárbaros assinalam importantes táticas para angariar recursos para os conflitos, momento em que tais apelos iam corroborar com as preocupações da Coroa, preocupada com a intensidade e o drama que as revoltas dos nativos dos sertões estavam tomando.

No entanto, mesmo derrotados e aldeados, os Paiacu continuaram a ser problema para as autoridades colônias, tanto que, em 1706, o Capitão mor Jorge de Barros Leite mandou fazer devassa aos mesmos.

Payacus que asistião na Aldea de Araré, foy asqueixas que os moradores daquela da Ribeira, do Jagoaribe, lhefizerão, dos roubos e tiranas mortes que os Tapuyas Paycus tinhão feito ao moradores daquela Ribeira, decuja devassa fizeraõ culpados os ditos Tapuyas e querendo a justiça prendellos [...]porém que ainda vos não tinna vindo Resposta, e representando me também que a Aldea dos Pauycus se achava muito diminuta degente a respeito de muitas mortes que outrageurra que lhederão os moradores porlhe roubarem o seus gado, mandando fazer o Capitão mo sem vosdar conta, nem esperar que na Junta das Missões se produzisse mas so com oparecer dos vaqueiros que não querem que haja Tapuyas [...].²⁹²

A paz com os Paiacu, nação que nunca fizera amizade com os brancos, mas agora, enfraquecidos, tentou se proceder na medida em que foram aliciados para firmarem alianças. Essa “união” era importante, pois os Icó e índios Kariri dominavam uma área que além de sua fertilidade se configurava num espaço estrategicamente importante para a comunicação entre as capitanias do Rio Grande, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Piauí e Maranhão. Território ainda por ser conquistado, a ordem era a guerra e o extermínio.

Embora a Metrópole recomendasse que só se poderia efetuar guerras defensivas, essa era apenas uma formalidade, pois o ritmo da expansão e os grandes embates nas fronteiras coloniais deixavam os sertões cada vez mais explosivos. A ferocidade dos ataques dos índios e o contra-ataque ainda maior dos não-índios geravam as guerras defensivas, as quais não, necessariamente, precisavam do aval da Junta das Missões.

²⁹¹ **Carta**, do Rei a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, recomendo para que os índios sejam sempre aldeados e unidos para servirem na guerra contra os Bárbaros em 11 de janeiro de 1701. In: **Coleção Prof. Limério da Rocha**, p. 155. Grifos meus.

²⁹² AHU. Documentos para Pernambuco. **Carta** do governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, ao rei D. Pedro II, informando o procedimento do Capitão mor do Ceará Jorge de Barros Leite, que tirou devassa aos Paiacús da ribeira do Jaguaribe e restituiu a liberdade aos índios Tapuias da Aldeia do Araré. Caixa 22. Doc. 2011. 1706.

2.6. A Guerra Contra os Icó e Kariri - os últimos baluartes naqueles sertões *barbarium*

Bastante peculiar, os desejos pelas terras dos Cariris Novos e Icó, sondadas desde meados do século XVII, mas só no início do XVIII é que se intensificaram as doações de sesmarias para os aspirantes a ocuparem aqueles sertões. Os nativos que ali habitavam eram, dentre outros, os Kariri, Icó, Cariú, Jucá, Calabaça, Icozinho, Exu. Estes protagonizaram fortes conflitos em defesa de seus territórios de férteis terras, configuradas com o principal refúgio aos indígenas em deslocamentos, empurrados pela frente colonial.

Quando o capitão-mor Plácido Azevedo Falcão, em dezembro de 1700, acompanhou o Padre João de Matos Serra, prefeito das Missões ao interior dos Sertões, para reduzir os Icó e Xixiró nos sertões do Icó, Médio Jaguaribe,²⁹³ intensificavam-se os embates entre os Kariri e os conquistadores nas fronteiras dos Cariris Novos. Daquele momento em diante, propagaram-se de forma rápida as expedições militares e as missões para os afluentes do Jaguaribe, especialmente para o Salgado e Riacho dos Porcos. Por todas as primeiras décadas do século XVIII, as autoridades coloniais buscaram mecanismos para enfrentar a resistência dos inúmeros nativos que habitavam aquelas ribeiras, em especial os de nações Icó e Kariri.

O resultado foi a criação de dispositivos legais que legitimavam uma guerra de extermínio.

É isso que nos confirma o documento datado de 1713, quando os povos nativos já estavam drasticamente reduzidos ou aprisionados e aldeados, no qual o governador de Pernambuco insiste ser ‘necessário continuar a guerra até extinguirem estes bárbaros de todo ou do menor ficarão reduzidos a tão pouco número que ainda que se queiram debelar o não possam fazer’²⁹⁴

Os Icó que se deslocavam em função do avanço das frentes de expansão colonial se aliaram aos Cariu para resistir a esse processo. Documentos da época apontam que esses nativos, reunidos em “bandos mais ou menos numerosos, assaltavam as habitações, devastavam as lavouras e destruíam o gado”²⁹⁵. Para enfrentá-los, várias expedições particulares, o chamado “sertanismo de contrato”, e aquelas financiadas pelo

²⁹³ STUDART, Barão de. **Datas e Fatos Para a História do Ceará**. (Fac-símile a edição de 1896). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 126.

²⁹⁴ PIRES, Maria Idalina Cruz da. *Op. Cit.*, p. 78

²⁹⁵ OLIVEIRA, Perdigão de. Um Capítulo da História do Ceará: a conquista indígena. In: **Revista do Instituto do Ceara**, 1890, p.118-154.

governo colonial, foram planejadas, organizadas e executadas. Dentre aquelas de cunho particular, destacaram-se as comandadas por Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Rodrigues Ariosa, da Casa da Torre, em 1703.²⁹⁶ Em 1705, a expedição sob o comando do Capitão mor da capitania do Ceará, João da Mota, demonstra bem esse panorama.

Rezisto de hu capitulo de hua carta do governador e Capitão geral de Pernambuco Francisco de Castro Morais vinda ao Capitão mayor desta Capitania João da Mota, feita em catorze de fevreyro de setecentos e cinco, em cuja virtude ordena ao dito Capitão mayor se punhão em prassa os quintos que tocam a sua Magestade que Deos goarde persedida das guerras que deu o dito Capitão mayor na era de setecentos e coatro ao gentio ico, e a que mandou dar na dita era ao gentio cariuhu.²⁹⁷

Essa atitude intransigente com os índios Kariri e Icó, fez parte da política de salvaguardar espaços economicamente importantes e estratégicos como os sertões dos Cariri. Tanto era importante assegurar aquele território que se cogitou transferir o forte da ribeira do Jaguaribe para aqueles sertões em 1707. Na ocasião, o Capitão da capitania de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, e moradores das ribeiras do Jaguaribe, propuseram a dita mudança.

Recebi de V.M de 23 de Junho, com uma justificativa junta dos moradores da Ribeira do Jaguaribe, que passaram aos sertões dos Cariris e Icó, do dano que lhe faziam nas ditas nações e nas pessoas e gados dos currais e que seria conveniente mudar-se o Presidio para eles de cuja condução teriam os gastos e o novo Arraial a sua custa. Este Presidio se manda recolher e o cabo deste está provido em nova ocupação e os soldados haviam de ser mudados por cuja causa nunca poderia fazer esta mudança, só quando convenha poder ir cá com novo cabo, e para o que me é necessário tomar todos as notícias e informações necessárias para resolver me ao que mais conveniente a esses moradores. Deus guarde a V.S mercês de muitos anos. Recife, 18 de setembro de 1707. Sebastião de Castro Caldas.²⁹⁸

Embora na carta não se defina o lugar onde seria construído o forte, o importante é compreender como as autoridades buscavam alternativas para contornar uma situação bastante complicada para inibir a revolta dos Kariri naqueles sertões, como foi discutido e deliberado na reunião da Junta das Missões de Pernambuco em vinte de agosto de 1714.

[...] Dom Joam por graça de Deuz Rey de Portugal, e dos Agaves, d' aquém e d'alem mar em Africa e Guine. Faço saber aos governadores da capitania de Pernambuco, que havendo visto a conta que me deste das mortes, Roubos e extroções que tem feito o Gentio das nações Annacé, Jaduins, e Cabore nos

²⁹⁶ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. [Fac-símile a edição de 1950] Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

²⁹⁷ OLIVEIRA, Perdigão. *Op. Cit.*, p.118-154.

²⁹⁸ APEC. **Petição** sobre mudar a Forte Real São Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe para os sertões dos Cariris e Icó. Registro de uma carta que escreveu a este Senado o Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, a qual foi aberta em câmara de 10 de outubro deste presente ano de 1707. In: **Coleção Prof. Limério da Rocha**, p. 199.

Arrayais, e Rybeiras da Paranaíba, e Assú, e sucesso que as nossas armas tiveram nos assaltos que lhe deu o Capitam mor das entradas com o Gentio manso, gente do Terço dos Paulistas em que ficaram muitos mortos, e prisioneiros e a mayor parte do Gentio levantado, e Rebelde destrohindo, pedindonos **pazes** os poucos que Restarão. Fuy servido haver por bem por Resolluçam de sinco de Dezembro do anno passado em Consulta do Conselho Ultramarino, se continue a guerra por ser justa até **se extinguirem** estes bárbaros de todo, ou ao menos ficarem Reduzidos a tam pouco numero, que inda que se queiram rebelar, o nam possam fazer [...].²⁹⁹

Mesmo os sobreviventes pedindo paz, a ordem era extinguir aqueles nativos, que rebelados estavam apenas tentando reconquistar o que era seu. Alguns até tentavam colaborar com os conquistadores, mas a liberdade em transitar pelos territórios sem serem coagidos a obedecer rigorosamente a delimitações espaciais era mais atraente que se aventurar em guerras e trabalhar sem sentido algum. Não aceitando essa nova situação muitos batiam em retirada a procura de novos *habitats*.

Muito embora as campanhas particulares resultassem em êxitos, sendo os nativos derrotados, aprisionados, e boa parte deles vendidos para a paga dos quintos à Coroa, ainda assim “não podia reprimir tantos danos”³⁰⁰ que os índios ocasionavam em suas resistências e contraofensivas. Diante desse panorama, outras mais foram financiadas pelo governo da Capitania do Ceará, onde a primeira, teve lugar em 1708, outra em 1713 sob o comando do Coronel João de Barros Braga, com uma cavalaria vestida de couro, como os vaqueiros, muitos deles conhecedores da geografia daqueles espaços e das táticas de guerras indígenas, adentrou pelo Jaguaribe até o Cariri, matando todos os indígenas que encontrou pelo caminho, sem distinção de sexo ou idade. Em 1727, esse mesmo coronel “subiu pela ribeira do Jaguaribe, e foi até limites do Piauí, afugentando os gentios e desassombrando os moradores da dita ribeira”.³⁰¹ Dessa Expedição em diante, “elles não aparecem mais reunidos em bandos para acometer as povoações, e as fazendas do gado; raros eram os assaltos, que os moradores da localidade repeliam”.³⁰²

No entanto, assim como foi nos outros sertões, nos Cariris Novos os índios que ali habitavam, para além das expedições acima mencionadas, sentiram fortes pressões dos colonos vindos do Médio São Francisco. O documento demonstra um pouco desses conflitos.

²⁹⁹ Livro dos Acento da Junta das Missões de Pernambuco. *Apud* GATTI, Ágatha Francesconi. *Op. Cit.*, p. 156. Grifos meus.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Perdigão. *Op. Cit.*, pp.118-154.

³⁰¹ Idem. *Ibidem.*,

³⁰² Id. *Ibid.*,

Entrando da parte do Rio de São Francisco quatrocentos homenzs armados pelo Certão do Cariry, sem temor de Deos nem da justiça, a razando e destruindo cazas e insultando os moradores da Ribeira do Jagoaribe havião povos com grande risco de vida, e despeza de fazenda, e levantandosse o gentio que estava vivendo entre as povoações daquela Ribeyra o fez presente, e pedindo ordens lhe foi dada, e com o juiz ordinário forão tomar conhecimento daquella violência, havendo com grande zelo sem reparar a gastos e achando-os em a Rayal fortificados deo posse do Cappitão-Mor do Ceará para se castigarem semelhantes absurdos, e estando levantado o gentio bárbaro, a que chamão Icó e Cariry, e debaixo de paz fizeram muitos latrocínios.³⁰³

Fechava-se assim, em parte, um dos mais violentos episódios da guerra de conquista, onde não só as expedições dos conquistadores foram responsáveis por essas campanhas. Os religiosos, um exército nessas batalhas para dentro, desempenharam importantes funções no auxílio da empresa colonizadora, tanto no reorganizar daquele espaço, quanto na implementação dos aldeamentos e aquisição de sesmarias. Ali, os eclesiásticos disputaram com o poder civil, e leigos, terras e nativos.

2.7. A Ocupação Colonial dos Altos Sertões – Icó e Cariris Novos

No início do século XX os historiadores do IHC fizeram um largo debate sobre o processo, e as temporalidades, da ocupação colonial dos sertões dos Cariris cearenses. Toda a controvérsia se processou a partir do estudo de João Brígido dos Santos, “*Apontamentos para a História do Cariri*”, de 1861, onde assegura que aquele espaço foi “descoberto e principiado a povoar por aventureiros bahianos partidos do Rio São Francisco de 1660 a 1680”³⁰⁴, em pleno contexto da guerra dos bárbaros. Afirmou, ainda, que teria existido um “negro, escravo da Casa da Torre, residente em uma fazenda de crear, na margem do São Francisco, pertencente então aquella Casa”³⁰⁵, foi aprisionado pelos índios Kariri quando este esteve numa expedição por aquelas terras. Foi esse escravo, diz o autor, que “ensinou aos portugueses o caminho do Cariri, e quem para aqui os conduziu por entre as hordas ferozes, as selvas impenetráveis, e os inumeráveis pântanos e ribeiros”³⁰⁶.

Sobre as frentes de conquista e povoamento, Brígido apontou três delas. Para efeito de reconhecimento, a *primeira* foi efetuada por aventureiros “que já tinham

³⁰³AHU. Documentos para o Ceará. **Memorial** de José de Barros Braga, aspirante ao posto de Capitão-Mor da Província do Ceará. Caixa 03. Doc.196. 1739.

³⁰⁴ SANTOS, João Brígido dos. **Apontamento para a História do Cariri**. (Fac-símile a edição de 1861). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007, p, 07. Sobre essa ocupação Cf: LIMA VERDE, Rosiane. **Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe – Nova Olinda-Ceará-Brasil**. (Tese). Coimbra: 2015.

³⁰⁵ Idem. Ibidem.,

³⁰⁶ Id. Ibid.,

explorado os sertões do São Francisco”, que, “descendo pela margem do Salgado, esta primeira bandeira foi acampar no Icó, dominado então pela tribo Calabaça” da nação Kariri. Essa se encontrou com uma que vinha pelo rio do Peixe, que também chegava para reconhecer aqueles sertões. A *segunda* bandeira parece ter sido conduzida pela família Mendes Lobato, a qual veio “diretamente ao Icó e d’ahi remontando o Salgado, que bem assignava o caminho seguido pelos primeiros invasores, vieram ter á Cachoeira, junto ao brejo Missão Velha”. A *terceira*, finalmente, foi a que fez “João Corrêa Arnoud, enviado da Casa da Torre, de quem tinha recebido uma doação dos terrenos do Carité, Burity-Grande e Cachoeira”.³⁰⁷

Ao refutar muitas dessas informações, os caminhos e o escravo que direcionou os conquistadores ao Cariri, as críticas de Antonio Bezerra recaíram mais acentuadamente sobre os historiadores que reproduziram quase as mesmas informações que Brigido havia discutido em sua obra. Esses historiadores foram o Senador Pompeu, Pedro Theberge, José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, Álvaro de Alencar e Tristão de Alencar Araripe. Apontando os erros na obra de cada um deles, foi enfático ao expor que o “que se escreveu sobre o Cariri não é digno de leitura”³⁰⁸. Em especial, Tristão de Alencar Araripe.

Do ponto de vista do ambiente natural, as nações Kariri que ali habitavam, estavam bem resguardadas do inimigo. Antonio Bezerra destaca que um dos primeiros obstáculos naturais a impedirem os colonos de chegarem aos Cariri antes do século XVIII, por outra via que não a do Jaguaribe, era transpor a chapada do Araripe. Segundo ele,

Na serra Araripe não são menos íngremes as subidas pois que a natureza da rocha e a disposição da montanha é a mesma. Do Crato para Santa Ana do Cariri, e dali para o Crato; da Barbalha para o Jardim pela ladeira de San Joaquim, e do Jardim para a Barbalha pelas ladeiras da Boca da Mata, e pela do Gravatá para o Calda; e ainda da Barbalha pela ladeira do Silverio para Porteiras, para Jardim pela ladeira do Vieira, e sobre todas a do Crato para o Exú, a mais difícil, são horrorosas as travessias, visto como as altitudes são as mesmas 800 a 1000 metros acima do nível do mar, razões que nos levam a não admitir a passagem do explorador Domingos Afonso Mafrense, por aquella serrania.³⁰⁹

Outro obstáculo teria sido a resistência dos índios Kariri, pois “emboscaram-se na serra do Araripe e dela só foram desalojados depois de inúmeras caçadas, o que deveria ter custado bastante”³¹⁰. Esses obstáculos, somados à ausência de sesmaria

³⁰⁷ Id. Ibid., p. 17-18.

³⁰⁸ BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.*,

³⁰⁹ Idem. Ibidem., p. 92.

³¹⁰ Id. Ibid.,

requeridas para o Cariri antes do século XVIII, não significando necessariamente colonos adventícios, persuadia o autor a defender que a única e possível via de conquista e colonização do Cariri era pelo Jaguaribe, pois, por ali seria, de acordo com Bezerra,

o único ponto por onde poderiam exploradores das capitanias vizinhas penetrar no Ceará por esse lado, pois que por outro lugar acima ou abaixo encontrariam o empecilho das serras do Pajeú, do Cachorro –Morto, das balanças ao sul de Umari, e serra do Padre Miguel, fronteiras desse Estado. Para o Ceará, nesse tempo só se conheciam três entradas, pelo Jaguaribe, pelo riacho do Figueiredo, no município do Limoeiro, e pelo rio do Peixe a sair em Umari, no município de Lavras.³¹¹

Fazendo o suposto traçado do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho pelos sertões de Piranhas e Piancó, assim escreveu:

Pelo Piancó, afluente à direita do Piranhas, tornou a este, e pelo caminho descrito pelo mesmo capitão mor (Domingos Jorge Velho), de terras ásperas e largas travessias sem água, é provável que subisse às nascentes do Patú, afluente à esquerda do referido Piranhas, se internasse as serras ásperas que formam essa região, vindo sair nas serras do riacho Umari, afluente à direita do Apodi; e contornando a serra do Porto-Alegre, transpôs o mesmo Apodi, e encontrou fácil acesso na serra desse nome, passando nos lugares hoje conhecidos por Passagem-Franca, riacho San Pedro, desceu pelo riacho Figueiredo até o Rio Jaguaribe e pelo curso deste abaixo até povoações. Por ali segue a estrada que vai do Ceará para Mossoró, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco sem notável elevação. Não sendo por essa passagem, só poderia ter entrado na capitania do Ceará pelo rio do Peixe, vindo sair à povoação do Umari, no município de Lavras, e descendo pelo riacho Pendência, chegaria ao Salgado, afluente do Jaguaribe a direita; mas por ai teria encontrado muita água, pois este rio era permanente até 1816, diz Dr. Marcos Macêdo no seu precioso livro. Acho cedo demais o caminho por ali antes de 1703, quando muito devagar se começou a povoar as terras de Missão Velha e Crato.³¹²

Ainda segundo o autor:

A exceção, pois, das sesmarias concedidas de 1678 a 1699 nos rios Juá, Ceará, Cocó, Pacoti, Choró, Pirangí, Jaguaribe, Banabuiú, e grande parte do território do Rio-grande, que foram dadas pela capitania do Ceará, estas em número de 49, que tive o trabalho de verificar entre 816 que possuo relativamente á parte do sul do Estado, todas as mais foram concedidas nos rios e seus afluentes desta capitania de 1700 em diante. Ora, por aqui se pôde avaliar que onde o colono não tinha o senhorio da terra, não havia imobilidade dos bens e por conseguinte apego ao solo. Não era até então conhecido o interior; e, como já disse começou-se a povoar o Ceará da vizinhança da fortaleza; assim do forte passou ao Aquiras, depois ao Cascavel, depois ao Pirangí, depois ao baixo Jaguaibe, e daí pelo rio acima ao vale do Cariri.³¹³

Dentro de um contexto em que os documentos encerravam a verdade dos fatos, Bezerra compreendeu que a colonização só se configurava com o oficial registro da posse de sesmaria. Mesmo que o território já estivesse povoado, ao que parece, em sua concepção não significava conquista e colonização. Dessa forma, dentre as sesmarias que

³¹¹ Ibid., p.93.

³¹² Ibid., p. 53-54.

³¹³ Ibid., p. 36-37.

Antonio Bezerra consultou, para alegar que a conquista e colonização do Cariri só poderia ter ocorrido pelo Jaguaribe, uma, em especial, foi a que Paulo Coelho de Souza e seus companheiros pediram, em novembro de 1682. A extensão dessas sesmarias ia do sertão do Açú às fronteiras do rio Salgado. Observemos:

Registro de data de Sesmaria de Paulo Coelho de Souza e os mais seus companheiros. Diz Paulo Coelho de Souza Jozeph Coelho de Souza Dona Catharina da Fonseca Dona Phelipa da Fonseca Dona Sebastiana da Fonseca todos moradores na capitania de Pernambuco e na da Paraíba que elles tem descoberto huma sorte de terra pera meterem seus gados; vacuns ebestas cavalares efeito sem dispêndio neste sertão de Asiu donde confronta pello Rio Salgado asima começando dacosta do mar confrontando com o sertão donde esta hua Serra chamda Cabigi edahi pera diante athe serem inteirada na sesmaria que pedem aVm. como verdeiro sesmeiro três legoas de terra em coadra acada hum em nome de S.Alteza qe. Deos gde. Fazendo pião do dito rio Salgado tanto de huma banda como deoutra que vem a ser legoa e meya por banda [...].³¹⁴

Se realmente essas sesmarias foram devidamente ocupadas e se a produção prosperou consideravelmente, sobretudo pelas ribeiras do Jaguaribe, é possível que em poucos anos os vaqueiros desses sesmeiros tenham alcançado os sertões dos Cariris, não no século XVIII, como defendeu Bezerra, mas ainda no século XVII.

Joaquim Alves, outro estudioso do assunto, consegue perceber uma grande mobilidade de indivíduos se deslocando nas fronteiras entre as capitanias da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Sul da do Ceará. Tal movimento se processou não apenas diante das inúmeras possibilidades de sobrevivência que os conquistadores passaram a vislumbrar, mas também dos índios Kariri que resistiam e também se deslocavam.

Rodeada como se encontravam, naqueles tempos, por uma população movediça, de bandeirantes que procuravam terras para instalação dos seus currais, só pode admitir que as ricas terras do Vale do Cariri não tivessem sido visitadas pois, encontrando-se do outro lado da serra, Exú, **os viajantes tiveram conhecimentos preciosos dos indígenas** habitantes da região. Os homens d'armas do Coronel Araújo de Carvalho que vieram das margens do São Francisco e estacionaram nos campos do Pajeú, continuando viagem até Piancó, receberam em virtude da própria missão que desempenavam, informações sobre as terras de Mauriti, distante 30 quilômetros das de Piancó, bem assim das de Milagres e Brejo Santo. Afirmamos que o Vale do Cariri foi visitado nas ultimas décadas do século XVII, por homens de Pernambuco e Baía, não só em virtude do que fica exposto, como igualmente, das datas de sesmaria queridas.³¹⁵

Foi para reforçar essa discussão e contestar os argumentos de Antonio Bezerra, que o Padre Antonio Gomes de Araújo, historiador caririense, realizou um minucioso estudo e defendeu a tese de que os baianos, provenientes do São Francisco,

³¹⁴ APEC. **Data** de Sesmaria de Paulo Coelho de Souza e outros. Vol. 01. Nº 30. Novembro de 1682, p.71-72.

³¹⁵ ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LIX. 1945, p. 94-133. Grifos meus.

foram pioneiros na conquista e colonização do Cariri. Irineu Pinheiro, outro estudioso do tema, em carta ao referido Padre, aceitou também essa ideia.

Crato, 4 de junho de 1950

Pe. Antonio Gomes.

Recebi hoje, a tese que o senhor apresentou ao “Primeiro Congresso de História da Bahia” e que, com muita justiça, foi aprovada. Reitero, aqui já lhe disse verbalmente: sua tese é trabalho valioso para a História do Ceará, especialmente para o Cariri, tanto mais valioso quanto se fundamenta, em boa parte, em dados colhidos, em primeira mão, no arquivo da Cúria do Crato. Em sua tese afirmou que o povoamento regular do Cariri, começou em 1703. Bem empregado o adjetivo regular. Realmente é muito possível, senão certo, que antes de 1703 “data tabu”, em sua expressão, outros tenham atingidos. Sua argumentação é convincente.³¹⁶

A tese de Padre Gomes, apresentada no congresso, em 1949, resultou no livro “*Povoamento do Cariri*”, publicado em 1973. Com o objetivo de tentar solucionar os problemas levantados por Antonio Bezerra, e pouco discutidos pelos historiadores cearenses na época, Padre Gomes passou a fazer um meticuloso levantamento de documentos, especialmente nos livros de registros de batizados e de casamentos da Freguesia de Missão Velha, e outros existentes nos arquivos baianos. Através desse levantamento, recolheu

mais de 400 nomes numa área correspondente aos territórios dos modernos municípios de Crato, Barbalha, Milagres, Brejo Santo e Juazeiro do Norte, área que registou 78 batizados de 1742 a 1747 o que representa u’ a média de 1800 a 2000 habitantes, tomando-se por critério a proporção racional de cem nascimentos anuais para um grupo de 2000 habitantes. Se considerarmos esses dados e mais o fato de a população apresentar-se muito mais rarefeita nas décadas anteriores à de 1740, concluímos não ter sido somente a cota de baianos integradas na formação do Cariri, exclusão feita das áreas atuais dos municípios de Quixerá, Araripe e Campos Sales, deu 600 batizados, de 1748 a 1763.³¹⁷

Esses caminhos foram responsáveis pelo estabelecimento de povoados onde hoje estão localizadas as cidades de Baixio, Ipaumirim e Umari, ambas no baixo vale do rio Salgado. Outras vias vinham da Capitania de Pernambuco. Sobre elas, é Pompeu Sobrinho quem melhor nos informa:

Algumas destas estradas do meio dia teriam passado por Vila Bela que fica à margem do rio Pajeú, por cujo vale subiam os agenciadores e perseguidores de índio do São Francisco. Partindo desta antiga fazenda, um caminho ia a Belmonte, e pelo vale do rio S. Cristóvão alcançava uma garganta na extrema do Ceará, cuja altitude se conhece atualmente: 550 metros. Dali chegava ao riacho dos Porcos (Macapá, hoje Jati). Do Pajeú, os desbravadores dirigiam-se para a bacia do Piranha, ao norte, no alto sertão da Paraíba. Entre 1690/95 já ali havia estado Domingos Jorge Velho, estabelecido no Piancó, com um

³¹⁶ **Carta** de Irineu Pinheiro ao Padre Antonio Gomes de Araújo, em 4, de julho de 1950. In: ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **A Cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1971, p.35.

³¹⁷ Idem., **Povoamento do Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia do crato. Coleção Estudos e Pesquisas. p.46-47.

considerável terço de homens de armas, provavelmente vindo do Piauí, volteando, ao que parece, pelo São Francisco.³¹⁸

Vila Bela é hoje a cidade de Serra Talhada em Pernambuco, na época colonial foi bastante importante, pois ficava no entroncamento dos caminhos que facilitavam o trânsito de mercadorias para as capitanias de Paraíba e Ceará. Existiam, embora não muito frequentadas, outras vias de possível penetração para aqueles sertões; a saber, por

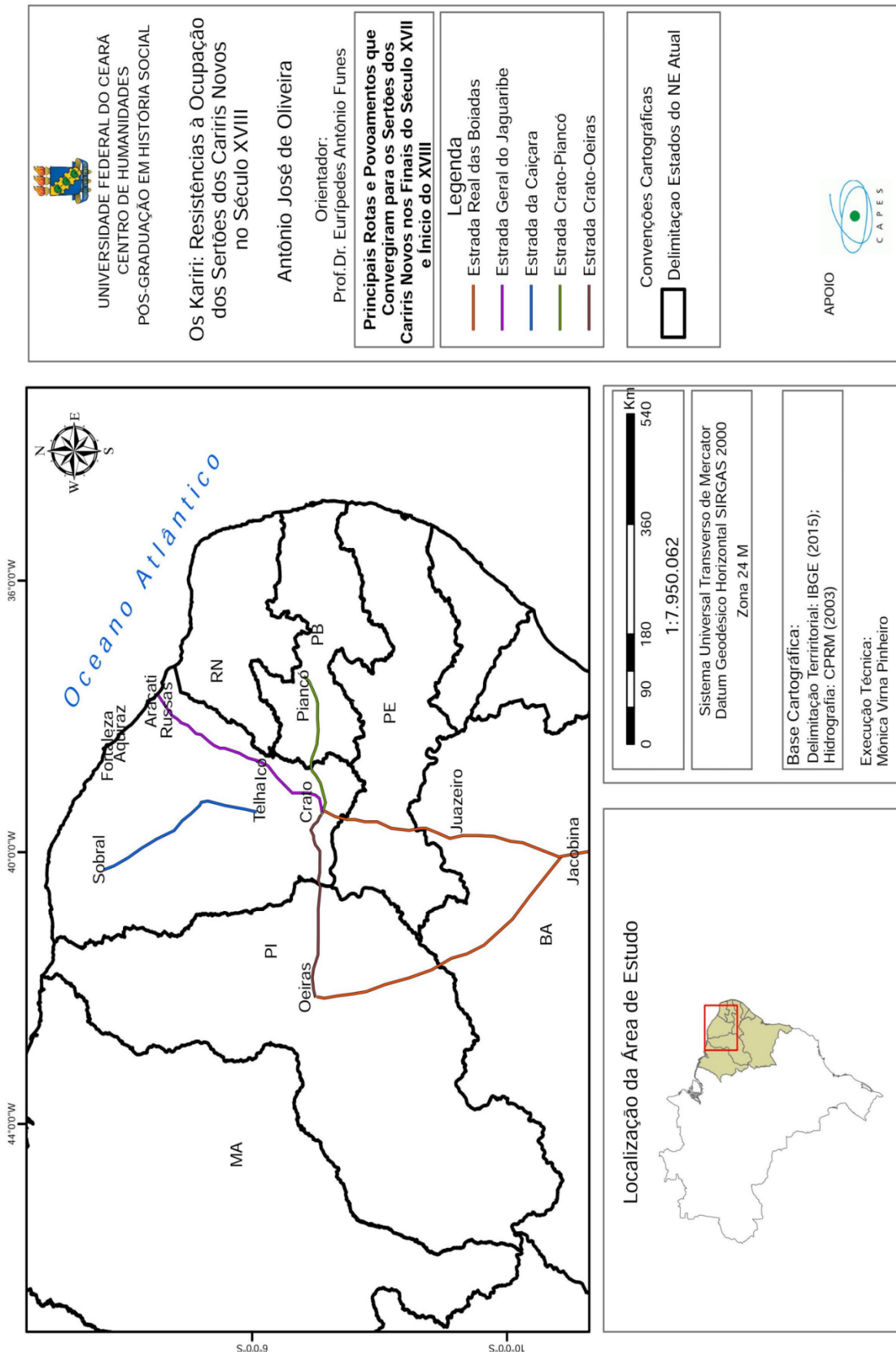
Um dos vales secundários do São Francisco, por onde também os bandeirantes subiam para o norte, é o do riacho Terra-Nova, em cujas cabeceiras está o velho lugar Salgueiro. Por ali passava uma antiga estrada para o Podimirim (trecho meridional do Riacho dos Porcos). Galgava a fronteira cearense, numa garganta com altitude de 480 metros e dirigia-se pelo pequeno vale do riacho Oitis para Macapá, e daí, subindo o riacho dos Porcos, alcançava a serra do Araripe. Todos êstes caminhos concorreram para o povoamento e secundário do Cariri, no comêço do século XVIII.³¹⁹

O mapa 6 a seguir ilustra um pouco esses caminhos que entrecortavam os sertões na época colonial.

³¹⁸ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Povoamento do Cariri. *Op. Cit.*,

³¹⁹ Idem. *Ibidem.*,

Mapa 6. Principais rotas e povoaamentos para os sertões dos Cariris Novos em fins do século XVII e início do XVIII. (Mapa elaborado pelo autor).

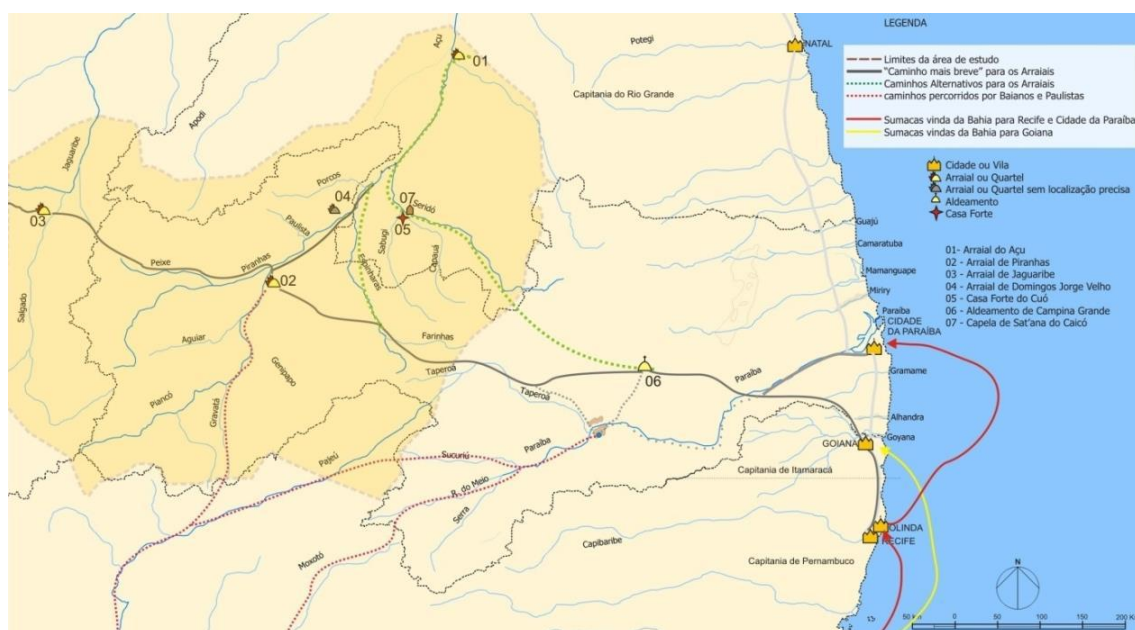


Como se observa, havia várias vertentes possíveis de penetração colonial para os sertões dos Cariris e Icós. Outra possibilidade, era a de que os conquistadores tenham vindo pelo Norte, sobretudo, quando Domingos Afonso Manfrense passou a conquistar os sertões onde hoje é o Piauí. Dali, provavelmente, percorreram algumas trilhas, mais tarde transformadas na estrada Oeiras-Vila Real de Crato. Além dessa vertente, o rio Brígida, no sertão da capitania de Pernambuco, constitui-se numa outra possibilidade. Pois “Exu, município nos baixos pernambucanos da Serra do Araripe, ocupado no século XVIII pelos colonizadores, ligava-se ao Cabrobó por uma estrada que margina o lado esquerdo do riacho da Brígida através das fazendas ‘Terra Nova’”.³²⁰

O certo é que, toda, se não quase toda porção territorial ao sul da Capitania do Ceará (hoje região do Cariri) teve seu povoamento colonial facilitado pelos velhos caminhos dos sertões baianos, de dentro, especialmente pelo do Médio São Francisco, dentre eles Rodela e Cabrobó. Por ali milhares de colonos, seguindo as pegadas deixadas pelos indígenas, subiram os afluentes do São Francisco, sobretudo o Pajeú, chegando no Alto Sertão da capitania da Paraíba (Piancó e Piranhas) e, precipitando-se para as ribeiras do rio Piranhas, alcançaram o curso médio do rio Salgado em Lavras da Mangabeira. Dali, bifurcaram-se subindo para a Serra do Araripe até as fronteiras da capitania do Piauí, já visto em capítulo anterior. Outros chegaram pelas ribeiras do Jaguaribe, nas esteiras da guerra contra os Tapuias. É o caso da família Mendes Lobato, proprietária de várias Sesmarias nos Cariris, procedente do Médio São Francisco, de onde saíram em meados do século XVII os Xocó, estabelecidos no sertão de Rodelas e depois no de Piancó/Piranhas. Ao que tudo indica, essa família seguiu, posteriormente, os mesmos caminhos feitos por esses Tapuias.

³²⁰ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. **Povoamento do Cariri**. *Op. Cit.*, p. 44.

Mapa 7. Caminhos formados a partir da Guerra dos Bárbaros



Fonte: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil, PROVÍNCIA DA PARAYBA. In: MORAES, Maria Simone. **Formação da Rede Urbana do sertão de Piranha e Piancó, da Capitania da Paraíba Setecentista.** (Dissertação). João Pessoa: UFPB, 2012.

As informações mais contundentes de que os colonos tenham chegado nos sertões dos Cariri, nos finais do século XVII, podem ser conferidas nas petições e doações de datas de sesmaria, pois, na escrita de muitas delas de que haviam sido pedidas há mais de dez anos, aproximadamente em 1688, e não haviam sido ocupadas pelos colonos, sendo novamente requeridas por outros sesmeiros. A título de exemplo, temos essa datada de trinta de janeiro de 1704.

[...] Senhor; consta dos livros dos rezistos que em meu poder estão serem dadas as terras q. os suplicantes pedem avarias pessoas a dezasseis anos poco mais ou menos as quais nunca delas tomarão posse nem menos a povoarão com q. estão dessertas edesaproveitadas sem rendimento nenhum a Real Coroa, histo he o q. poso informar Vm. Mandará o q. for servido Fortaleza trina de janeiro de mil setesentos e quatro [...].³²¹

Embora essas vertentes tenham sido importantes na formação e consolidação dos principais núcleos de povoamento naqueles sertões, a estrada Geral do Jaguaribe ou caminhos do gado, foi, a partir do século XVIII, a que mais concorreu para esse adensamento. Com uma considerável floresta (Araripe), onde nascia os rios dos Porcos, Salgado, Cariús, Rosário, dentre outros de menor porte; em pouco tempo, muitos colonos

³²¹ APEC. **Data** de Sesmaria de Maria da Assunção Pacheco e Sebastião Pacheco Pereira. Vol. 02. Nº 84. Ano, 1704.

foram requerendo ali muito mais sesmarias, que, para além da criação de gado, foram utilizadas, mais tarde, em áreas de brejos, como os do Salamanca, Bateiras e Miranda, para plantação da cana de açúcar – cuja produção a partir da segunda metade do século XVIII alavancou a economia daqueles sertões e atraiu cada vez mais um maior número de pessoas.³²²

Para contradizer Antonio Bezerra, Padre Gomes, mediante registros de batismo e de casamentos, identificou e elencou que, muitos filhos batizados nos sertões dos Cariris e Icós, e também os que contraíram matrimônios, eram, em sua maioria, oriundos de várias localidades dos sertões baianos, especialmente dos povoados de Jeremoabo, Cachoeira, Itapecuru, Inhambupe, Jacobina”³²³. Com isso, atestou que antes do século XVIII, os baianos já estavam fixados no Sul da Capitania do Ceará. A tabela (01) apresenta exemplos de indivíduos que vieram desses povoados.

Tabela I. Procedência dos indivíduos que contraíram matrimônio no Cariri-século XVIII

Ano	Cônjuge	Procedência do cônjuge
1748-1764	Antonio Rodrigues Vieira e Rosa Benta	Ele: Jeremoabo Ela: vila de Moxa-PI
	Ana Maria Vieira e Caetano Vieira	Ele: Pernambuco Ela: Cariri
	Ana(índia) batizada	Curral do Bois
	Antonio da Costa e Domingas de Almeida	Ele: Itapecuru Ela: Cariri
	Antonio Tavares e Maria Rodrigues	Ele: Missão do Miranda Ela: Missão do Miranda
	Antonio de Barros e Teodosia Lopes de Jesus	Ele: Pacé Ela: Missão do Miranda
	Antonio Pereira Freire e Antonia Nunes de Menzes	Ele: Cachoeira Ela: Jeremoabo
	Antonio Pereira e Maria de Oliveira	Ele: Maragogipe Ela: Pernambuco
	Marcos de Lima Barros e Antonia Maria	Ele: Brejo do Salamanca Ela: Pitanga
	Antonio de Araújo e Ana Maria	Ele: Pitanga Ela: Pitanga

³²² OLIVEIRA, Antonio José de. “Engenhos de Rapadura do Cariri”: trabalho e cotidiano - 1780-1850. (Dissertação). de Fortaleza: UFC, 2003.

³²³ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p. 47-87.

	Cap. Mor Luis de Figueiredo Adorno e Ana Faustina Pereira da Rocha	Ele: Brejo Salamanca Ela: Santiago
	Antonio de Pamplona Vasconcelos e Ana da Silva Hosana	Ele: Pitanga Ela: Pitanga
	Cap. Francisco Coelho e Antonia Maria da Rocha	Ele: Brejinho-Crato Ela: rio São Francisco
	Cap. Viturino Ribeiro e Ana Maria Madalena	Ele: Pernambuco Ela: Cachoeira(Bahia)
	Marcolino da Costa e Ana Barbosa	Ele: Serra do Araripe Ela: Canabrava
	Antonio Coelho Rezende e Quitéria Lobato	Ele: Salvador Ela: Cariri
	Miguel Pereira dos Santos e Antonia da Silva	Ele: Brejo Salamanca Ela: Inhambupe
	Luis de Macedo e Antonia Maria Barreto	Ele: Sitio Corrente-Crato Ela: Jeremoabo

Fonte: levantamento efetuado pelo Padre Antonio Gomes na obra **Povoamento do Cariri**, 1973.

Se bem observarmos as origens desses moradores, constataremos que a formação do Cariri colonial foi se processando mediante um mosaico de gentes oriundas de vários sertões adjacentes, e, principalmente, indígenas. Desse levantamento, o autor traçou os itinerários desses povoadores e constatou que muitos “seguidos por fundadores de currais e fazendas da mesma origem dominavam o Vale do Pajeú”³²⁴, e dali seguiram para o Cariri. Como se percebe, muitos desses novos moradores derivaram de importantes núcleos de povoações dos sertões baianos, Jeremoabo, Jacobina, Itapecuru, Inhambupe, apenas para citar importantes núcleos de dispersão para outras localidades, como já visto em capítulos anteriores.

A exemplo de *Itapecuru*, que em 1680 se torna Freguesia, é bem provável que, com a intensa mobilidade que havia na época a procura de melhores terras para o gado e a pequena agricultura, uma ou duas décadas depois muitos tenham chegado aos sertões dos Cariris; uma vez que “estes ajuntamentos nessas terras durão pouco, e em

³²⁴ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.16.

breve tempo se reduzem a taperas, que há bastante nessa freguesia, e nas fazendas povoadas há presente 2.674 pessoas de comunhão, sendo a maior parte escravos”.³²⁵

O intenso esvaziamento dos povoados, como observa o padre, era ocasionado, sobretudo, pelas secas periódicas, o que sempre forçava a muitos se deslocarem para outras localidades. Esses deslocamentos eram impulsionados também pela procura de metais preciosos, salitre e outros recursos naturais.

Considerando que essas povoações e missões, especialmente aquelas localizadas na “grande curva” do São Francisco, não tão distante dos Cariris Novos, bem como os constantes deslocamentos de muitos desses colonos e também de índios aliados, levaram Padre Gomes a não descartar a possibilidade de o Cariri, antes do século XVIII, ter conhecido a presença de não-índios, pois “no período de povoamento mais intenso, última década do século 17 e as três primeiras do seguinte, troncos baianos, que concorreram à formação da gens caririense e de sua civilização característica, surgem, numerosos, por toda a zona”³²⁶. Por sua vez, José de Figueiredo Filho destaca que:

O Cariri foi alcançado pelos povoadores do chamado ciclo da civilização do couro. Vieram da Bahia, de Sergipe e Pernambuco, pelo mesmo caminho palmilhado outrora pelos silvícolas na pré-história – o S. Francisco. Muitos alcançaram o riacho dos porcos, daí se bifurcando para o Jaguaribe, ou penetrando nos terrenos férteis ao sopé do Araripe. Alguns chegaram-nos pelo caminho do Pajeú, de Pernambuco, ou riacho da Brigida, afluente do São Francisco. No lado Pernambuco tínhamos povoação, fundada por capuchinhos, em 1705, tendo apenas a serra do Araripe de permeio.³²⁷

Essas considerações, e informações, reforçam a tese de Pompeu Sobrinho ao enfatizar que “as primeiras notícias do vale do Cariri datam seguramente das últimas décadas do século XVII”. Ainda segundo o autor:

Entretanto, os conquistadores colhiam informações mais ou menos seguras das terras da bacia do rio Salgado, no S-W do Ceará; e, certamente, divulgavam alhures as impressionantes condições físicas, a fertilidade do solo, a abundância da água- no verão e outras vantagens destas paragens privilegiadas. Sabia-se que, então, o rio Salgado levava perenemente um bom contingente líquido ao Jaguaribe, fazendo-o defluir até uma grande distância, naturalmente variável com a pluviosidade do ano. As crônicas registam que ainda no começo do século passado o Salgado corria todo ano até o Icó.³²⁸

Essas informações apresentadas por Pompeu Sobrinho fazem sentido se levarmos em consideração a conquista e colonização dos sertões vizinhos de Piranhas e

³²⁵ Informação sobre a extensão, logares, capelas, rios e pessoas de comunhão da Freguezia de Nossas Senhora de Nazareth do Itapecuru de cima, pelo Vigario José de Goes e Vasconcelos. Em 29 de dezembro de 1757. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Tomo XXXI. 1909, p. 222-223.

³²⁶ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.20.

³²⁷ FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. Vol. I. cap. I a V. [Fac-símile a edição de 1964]. Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p.18.

³²⁸ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *Op. Cit.*,

Piancó. Ali, a partir de 1679, *Bento Correia Lima*³²⁹, e demais companheiros pediram sesmarias. Mais tarde, 1703, o mesmo sesmeiro pediu também no riacho dos Porcos data e sesmaria. Vide anexo tabela 1

Não foi possível encontrar os registros de sesmarias para o período de 1710 a 1717, um momento em que as guerras atingem Icó e Cariris, dando continuidade ao processo de dominação das terras dos sertões da Capitania do Ceará. Todavia, temos os dados referentes às décadas seguintes quando se fecha a fronteira expansionista naqueles sertões. Vide anexo tabela 2

Ao analisar os dados das tabelas 1 e 2 em anexo, percebe-se um redesenho espacial decorrente das guerras de conquistas e o consequente apossamento das terras indígenas. Há um esquadrinhamento daqueles sertões pelos que ali chegaram na esteira do genocídio contra os Paiacu, Kariri, Icó e Cariu.

Entre 1703 e 1710 foram concedidas 48 doações de sesmarias, das quais em 23 havia a presença de militares, em especial de capitães. Dentre aquelas que tiveram a procedência dos solicitantes declarada, 17 eram de Pernambuco, 14 do Ceará e 1 solicitantes eram do Ceará, Rio Grande do Norte e São Francisco; o que nos dá uma dimensão das origens destes e seu envolvimento na guerra contra os Tapuias. Em 10 registros não foram identificadas as procedências dos requerentes. Os pedidos de sesmarias nos dois primeiros anos (1703-1705), provavelmente por colonos já ali estabelecidos, se concentraram no riacho dos Porcos. As cabeceiras desse rio se localizam no sopé da Chapada do Araripe, mais precisamente na cidade de Jardim, fronteira com a cidade de Cedro em Pernambuco, e que, dali, em poucas léguas, chega-se à cidade de Salgueiro, à época uma povoação que dava acesso às estradas de Vila-Bela-Cariri e Cabrobó-Cariri. Essas estradas “convergiam e se fundiam nas alturas de Macapa, hoje Jati (a margem do Riacho dos Porcos). Desse ponto de fusão, rumava-se para Jardim e terras dos atuais municípios de Porteiras, Brejo Santo, Milagres Mauriti e Missão Velha”³³⁰.

Observa-se que, no período de 1703 a 1710, os lugares primeiramente ocupados foram as ribeiras. Das 48 sesmarias, 19 delas estavam no rio dos Porcos; 13 no Salgado e 7 no riacho Figueiredo. Ressalte-se que os solicitantes em sua maioria

³²⁹ SILB. **Data** de sesmaria de Bento Correia Lima e demais companheiros. Arquivo de Sesmaria para Capitania da Paraíba-PB. nº 1140, 1679. In: Plataforma SILB. Disponível em <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acessado em 22 de março de 2017.

³³⁰ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.43.

estiveram frente a forças militares na guerra contra os Icó e os Kariri, como os Mendes e os Lobatos.

Pela procedência da maioria dos requerentes, a localização dos pedidos, pode justificar que muitos dos conquistadores vieram pelos sertões de dentro. Um dado interessante é que nesses primeiros anos de pedidos de sesmarias a maioria dos requerentes era de Goiana, capitania de Pernambuco. Quanto aos pedidos de sesmaria por moradores na capitania do Ceará, só a partir de 1708 é que há uma maior concentração.

Já para o período de 1715 até 1752 foram registradas 88 doações, havendo em 57 delas a presença de militares de diferentes patentes, sobressaindo os tenentes coronéis, capitães, alferes, comissários, religiosos, dentre outros. Homens que estiveram à frente das tropas sejam elas terços, particulares ou ordenadas pelo estado nas guerras de conquistas. Quanto à procedência dos requerentes, 43 eram do Ceará – sendo que, entre eles, 6 eram dos Cariris Novos, 5 do Jaguaribe e 3 do Icó – e em 40 pedidos não foram declaradas as origens dos solicitantes.

Na tabela número 2, em anexo, as ribeiras aparecem menos, mas não os lugares de água – brejos, olhos d'água, lagoas, nascentes, riachos, dentre outros marcos – denotando a importância dos recursos naturais existentes nos sertões dos Cariris Novos; e, por decorrência uma vegetação mais densa e terras férteis de brejo. Um oásis no sertão semiárido que atraía outrora várias nações Kariri, que ali configuraram suas territorialidades e seus modos de interagirem com a natureza. Oásis que atraiu também a voracidade da frente expansionista colonial que, ao adentrar aqueles espaços, forçou o deslocamento e desterritorialização, mais uma vez, daqueles que foram os últimos baluartes da resistência ao processo de colonização, naqueles ermos sertões.

São momentos de tensão e disputa que nos levam a perceber a existência de dois “paradigmas” quanto às questões territoriais, em especial, quanto ao sentido de posse, valor e uso da terra. Um que se torna hegemônico, capitaneado, sobretudo, por aqueles que veem o “espaço, como mera extensão a ser transposto e substrato a ser explorado, a terra percebida como instrumento de dominação, recurso meramente funcional, dentro de uma economia fundamentada no modelo agroexportador”. O outro, “contra-hegemônico”, liderado, sobretudo, pelos grupos, que veem o espaço, antes de mais nada, como um lugar vivido, concebido e tornado denso pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade/terra/natureza, um laço muito mais

denso do significado de pertencimento; ser da terra”³³¹. Um sentimento de pertença enraizado na sua ancestralidade que impulsiona esses sujeitos a lutarem pela posse, ainda que seja de forma legal.

Foi assim com os índios da Pacatuba ao solicitarem sesmarias, em suas próprias terras, reiteram sua ancestralidade, reafirmando o sentido de uso coletivo:

Diz o Capitão Thomé da Silva Campelim, índio e filho do principal verdadeiro do gentio a que chamam cabidellos, **que o seu avô era senhor e possuidor das terras da serra da Pacatuba, Jererahú até o Cocó**, donde fabricou sua aldeia por ordem dos senhores antecessores de V.M. e que hoje está existindo no sítio chamado de Paupina. **Os moradores brancos se foram apossando de todas as tais terras e foram correndo com os suplicantes e seus parentes para o centro dos matos**, em cujos lugares estão criando a seus filhos que desassossegados e porque os ditos brancos se estão entremetendo nos lugares que eles suplicantes buscaram para se retirar de dúvidas com os mesmos brancos. Pede novas terras para ele e seus parentes aldeados da dita aldeia da Paupina e seus descendentes, **para que possam criar seus filhos e sem serem constrangidos de brancos, portanto.**³³²

Em 1722, quando o principal velho da aldeia de Paupina e mais índios afirmam estarem

possuindo as terras da Pacatuba onde plantam suas novidades sem contradição de pessoa alguma e as houveram de seus antepassados, e no presente têm por notícia haver que se quer pedi-la por data, coisa que servirá de muito prejuízo a eles e a todos os índios da dita aldeia, pois todos plantam nas ditas terras. Assim querem que Vmerce lhes conceda, por data e sesmaria, **três léguas de comprido e meia de largo fazendo pião no sítio da Pacatuba**, em nome de Sua Magestade e em recompensa dos serviços que tem feito ao dito Senhor.³³³

Se para os nativos a terra é de uso coletivo – para caça, pesca, extrativismo e pequenos cultivos –, esta é também lugar do sagrado, de ancestralidade e de pertença. Todavia, para os chegantes, a terra é utilitária, apta para criar gado, plantar, gerar lucro e tributos. Todavia, para a execução de seus projetos torna-se necessário deslocar o outro; um processo sempre violento, como visto. A sesmaria doada em 1682, é exemplo daqueles solicitantes que chegaram na esteira da guerra de conquista. Composto por cinco pessoas da família Coelho e Souza, procedentes de Pernambuco e Paraíba, solicitaram terras no auge da guerra contra os Tapuias, nos sertões do Açu até o rio Salgado.

³³¹ HAESBAERT, Rogério. Espaço – Terra – Território – Dilema Conceitual Numa Perspectiva Latino-Americana. In: GAN, Elaine et al. **Provisões**: uma conferência virtual. Edição e Organização de Mabe Bethônico, Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2013, p. 54.

³³² **Data** de Sesmaria (capitania do Ceará) de Thomé da Silva em 27/11/1708. Livro 5, nº 339 das Sesmarias. APEC, p.175. In: ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena**: deslocamentos e dimensões identitárias. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2002, p. 120. Grifos do autor e grifos meus.

³³³ **Data** de Sesmaria (Capitania do Ceará) do principal da aldeia de Paupina e mais índios della em 12/01/1722. Livro 11, nº 11 das sesmarias. p. 20. In: ALBUQUER, Manoel Coelho de. *Op. Cit.*, Grifos do autor.

Os reflexos desses embates podem ser percebidos, em termos bastante recorrentes, nos pedidos de sesmaria, cujo significado não era atribuído à natureza selvagem, nem a outros empecilhos naturais; e, sim, a resistência dos nativos. Exemplo disso é o dos capitães Bento Correia Lima e João Dantas Aranha, que, ao pedirem suas sesmarias, argumentaram que

indo adescobrirem pello rio Jagoaribe acima terras com “*riscos de suas vidas e fazendas* descobrirão no riacho Salgado q. desagua no Jagoaribe hum riacho chamado dos Porcos que desagua no dito riacho do Salgado terras capazes e soficientes para poderem povoar.”³³⁴

É a representação do vazio humano.

Caso emblemático é o do Capitão Bento Correia Lima e seus companheiros que requereram, em 1679, por mercês, sesmaria nos sertões de Piranhas e Piancó; e em 1703 e 1704 os encontramos solicitando terras nos Cariris Novos – sendo uma junto com o Capitão João Dantas Aranha; outra com Simão Correia Lima; uma com José Correia de Lima e outra com o Capitão Antonio Barros de Leite. Todas elas situadas nas ribeiras do rio Salgado. Estes homens bateram os Tapuias naqueles sertões da Paraíba.

Em 1704, fora dado combate aos gentios da nação Cariu, por ordem do Capitão-Mor Capitania João da Mota, todavia, vamos encontrá-los, em 21 de junho de 1707, vivendo no rio Cariu, onde suas terras foram solicitadas por homens que se dizem tidos por moradores do “Siara”, Rio Grande do Norte e rio São Francisco. Todos integraram os terços que bateram os indígenas nas guerras, de Piranhas/Açu/Jaguaribe contra os Icó, Cariu e Kariri.

Registo de petisam de data e sesmaria de Joam de Montes e os mais companheiros Gabriel da Siva do Lago; Capitam mor da capitania do siara grande egovernador da Fortaleza denosa Senhora daSumpsam por sua Magestade q. Deus goarde etc, faço saber aos que esta minha carta dedata esismaria virem que avendo respeito doq. Me apresentou adizer esa petisam por escrito cujo theor he o seguinte; Senhor Capitam mor dizem **Joam de Montes, Pedro de Montes** e o comissário geral da cavalaria **Tehodorio de Grasmam, Paulo Baboza**, o Sargento *Manoel Pires*, Antonio Lopes, Francisco Alves Bastos, Manoel Martins Vieira, o Capitam **Gregorio de Grasmam, Jozeph de Souza**, moradores huns nesta capitania do siara e outros no Rio Grande e rio de Sam Francisco que elles tem seus gados vacuns e cavalares sem terem teras q. lhes bastam para os acomodar e criar e justamente em que possam fazer alguas lavoras e plantas e como nos **sertoins da ribeira do Jaguaribe e rio Salgado tem descoberto hum rio aquém o gentio chama Cariu em qual planta o gentio deste mesmo nome suas lavoras** oqual vem da parte do norte ecorre pelas beiras da Serra que parte com Piaugi oquela rio nunqua foi dado desismaria a pessoa algua e esta **inculto edesaproveitado** porfalta depovoadores e nelle sequerem os suplicantes

³³⁴ APEC. **Data** de Sesmaria (sertões dos Cariris Novos) dos Capitães Bento Correia da Silva e João Dantas Aranha. Vol 2. nº 125. Grifos meus.

acomodar sendo-lhes nelles concedido acada hum por doasam esismaria t rês legoas deterra decomprido com meya de largo para cada banda[...] para entre elles todos o repartirem por igual pegando da dita terra que pedem donde o dito gentio planta suas Roças pella beirada dadita Serra, que parte com o Piaugi para parte do norte medindo-se e emchendo se assim edmaneira q. correm os pastos capazes de criar gados.³³⁵

O documento elucida as dimensões contraditória e excludente da empresa colonizadora. Ao mesmo tempo em que se argumenta que os Cariu habitavam o território e plantavam suas lavouras, defende-se que as terras estavam devolutas e desaproveitadas. Ao longo do período colonial, é notória essa postura, que visava anular os nativos de seus territórios. Ali não havia negociação, tratava-se de ou se submeter aos chegantes ou resistir.

Um dos registros de sesmária mais significativos dessa sobreposição às terras indígenas é o de Rodrigo Lago e do Coronel *João de Barros Braga*, feito em 1706, no qual solicitaram terras nos sertões dos Cariris, numa Lagoa que os nativos denominavam de *Quichesi*. Esse capitão, no ano de 1713, comandara uma expedição contra os índios, leia-se Cariu, Icó e Kariri, nas ribeiras do médio Jaguaribe, abatendo a todos Tapuias que encontrassem pela frente, independente, da idade ou sexo. Um genocídio naquelas ribeiras.

À semelhança desse coronel, o ajudante Felipe Coelho de Moraes, um mulato pernambucano, em 1666, por ordem de João de Melo Gusmão, capitão-mor do Ceará, fez guerra aos Payacu, estabelecidos na Precabura. “Com trinta soldados que lhe entrego a incorporar e com as gentes das nossas aldeas junto dem guerra, e castigue aos Payacus que chegados sam ao sitio Peracabú, matando todos aquelles que armas puderem tomar”³³⁶. Nesse mesmo ano, comandou uma expedição a Jericoacoara e Ibiapaba para dar combate aos Tapuias Guanassé, tendo recebido por esse feito grandes recompensas:

notadamente uma data de dez léguas quadradas na terra do Comembe (Cambeba) [...] nela estando compreendida a aldeia Anacés, pois se estendia pela costa até o rio Siupé; e uma outra, de duas légoas, igualmente em quadra, com as lagoa Carúzinho, Payasara, Maracanaú, Jaupaba, Jaçanaú e Jauhiri, indo até a serra do Maranguape, em distancia de quatro léguas pouco Mais ou menos, que ele disse ter descoberto, certamente na ocasião daquela campanha, embora a respeito nada conste em seu requerimento aliás feito em parceria com Jerônimo Coelho.³³⁷

³³⁵ APEC. **Data** de sesmária para os Sertões dos Cariris Novos. Vol. 4, nº 231, 1704, p.88.

³³⁶ STUDART, Barão. Traslado do Regimento para o Ajudante Felipe Coelho de Moraes na Guerra que vai dar aos Payacus [documentos para a História do Brasil, especialmente do Ceará] 1922, p. 132. In: SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “**Minha Riqueza é fruto do meu Trabalho**”: Negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). (Tese). Fortaleza: UFC, 2015.

³³⁷ NOBRE, Geraldo Silva. **História eclesiástica do Ceará** – primeira parte. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 132. *Apud*: SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Op. Cit.*, p. 101.

Os familiares de Felipe Coelho de Moraes se tornaram senhores de grandes poderes nas ribeiras do Acaraú; das 83 sesmarias concedidas pela Coroa aos negros, 76 foram doadas aos familiares deste capitão.³³⁸

Nesse processo de redistribuição de propriedades, por mercês, ou não, as terras indígenas tornam-se devolutas, tidas por áreas improdutivas e desocupadas da presença humana. Nem mesmo as sesmarias doadas a nações indígenas escapam dessas categorizações. Embora as tensões com os Jaguaribara tenham sido contornadas, as relações não seguiram nada harmoniosas, como se esperava mesmo tendo sido concedido a eles terras em 1714 pelos serviços prestados. Bastava um atrito mínimo para que os referidos índios reagissem às vezes de modo violento, aos olhos dos colonos e administradores. Por mais ou menos cinco anos, esses nativos saqueavam as povoações dos sertões da capitania do Ceará, não se fixando na sesmaria, entenderam eles por suas práticas culturais, que seus territórios eram bem maiores que aqueles que lhes fora delimitado, terra solicitada por Joseph Souza Galvan, em 1717.

Snor. Capitam mayor diz Jozeph Souza Galvam q. ele tem seus gados vacums e cavalares enam tem terras adonde os possa acomodar e porque se acham devolutas edesaproveitadas huma legoa de terra que sua Magestade que Deos goarde foi servido conceder ao tapuyo Jagoaribara aqual demarcou o Juiz sesmeyro Christovam Soares Reimam para se aldearem os ditos tapuyos e com efeito se lhe deram as ditas terras sua Magestade q. Deos goarde destruindo matando e roubando os moradores desta capitania do Siara e como corre sinquo anos q. o dito tapuyo esta levantado e sumirgido por estes certoins na dita terra nam torna o dito tapuyo estando esta Legoa de terra devoluta e desaproveitada e sem rendimento algu nem para sua majestade [...] portanto pede a Vosa mec. Seja servido atendendo ao referido concederlhe a hele suplicante em nome de sua Magestade que Deos goarde toda a terra já medida para o tapuyo asima declarado assim e a mesma sorte que esta demarcada para elle suplicante e seus herdeiros ascendentes e descendentes plantarem e criarem gados vacumes e cavalares e mais criaçoins. Fortaleza vinte e sete de novembro de mil e sete sentos e dezasete.³³⁹

No processo de reorganização espacial há um ato constante de renomear os lugares o que se configura em legitimar o poder. A toponímia, diz Assis Carvalho,

sempre é a expressão de uma apropriação do Espaço por um grupo cultural e por isso se constitui em um poderoso elemento identitário. Nomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros tem um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais hegemônicos ou não.³⁴⁰

³³⁸ APEC. **Data** de Sesmaria (capitania do Ceará) de José Soares de Souza Galvão, de uma légua de terras, que foi pedida pelo Tapuya Jaguaribara. Vol. 6. Nº 369. 1717, p.16-17.

³³⁹ **Data** de sesmaria (capitania do Ceará) de José Soares de Souza Galvão, de uma légua de terras, que foi pedida pelo Tapuya Jaguaribara. Vol. 6. Nº 369, 1717.

³⁴⁰ CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a Palavra e o Chão**: Memória toponímica da Estrada Real. (Tese). São Paulo: USP, 2012, p.26.

De acordo com Durval Muniz, os espaços são desqualificados para serem enquadrados em outra lógica. Numa sociedade mercantil, o espaço precisaria ser conhecido, medido e reorganizado numa lógica mercadológica. Segundo o autor,

Isto implicou na desqualificação dos espaços naturais, ou daqueles que representariam a natureza, em detrimento dos espaços artificiais, aqueles organizados pelo olhar e pelas ações humanas. A natureza é valorizada quando transformada em paisagens, ou seja, quando ordenada, descrita e lida pelo olhar individual de algum humano, que lhe dá um sentido e significado particular; seja afetivo, seja emocional, seja estético, seja religioso, seja familiar, seja histórico etc.; ou quando transformado em territórios, recortes estabelecidos por coletividades a partir de um indício identitário, ou seja, um recorte político, religioso, cultural, demográfico e econômico, etc.³⁴¹

A exemplo do Brejo do Miranda, em alusão a Gil de Miranda, onde se instalou missão homônima.

Assim, lugares indígenas vão recebendo outras dominações, externando o novo senhorio daquelas terras. Podemos citar alguns exemplos dessa nomeação a lugares indígenas pelos não-índios: rio Piquiri, nomeado, também, de Jaguaribe-Mirim, hoje rio Salgado; Rio Quimami, que passa a ser denominado dos Porcos; Lagoa Quechasi, nomeada pelos colonizadores por lagoa dos Cariri, depois lagoa do Arioza, em referência a Manoel Roiz Arioza, da Casa da Torre, um dos primeiros sesmeiros daquela região. Esses lugares, diz Milton Santos, são “espaços, [e] assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, cultura e da política”.³⁴²

Entre aquelas sesmarias, cujas terras eram de índios, podemos citar como exemplo, além da dos Arioza, a do Capitão Augustinho Duarte Pinheiro, que recebera, em 1717, uns “*Citios de terras e huas lagoas que desagam no rio Salgado, a baixo do boquierão, a qual lagoa se chama porm Lingoa do gentio corô, e outra Periphery Gyarocom, e hum riacho carunhata, e a lagoa do ampoty*”. Outro exemplo, é a do Sargento Francisco Ferreira Pedroza, procedente do Jaguaribe, que recebera, em 1724, uma segunda sesmaria, localizada no Riacho Bastiam – “*hum olho d’ágoa corretnes e lagoas nas cabeceiras de huns riachos que os gentios chamam Avaram, e quinquilares*”. Também cabe mencionar a de Manoel Alves Mesquita e de Domingos Bizerra Monteiro e Bonifácio, que, em 1724, receberam por doação um brejo que nasce entre o sul e o norte e deságua no *riacho Aram*, cujo brejo se chama pelo nome do gentio *boriti*. Estes senhores

³⁴¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteiras**: história, espaço e identidade regional. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 56.

³⁴² SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.191.

receberam, ainda, mais duas posses com olhos d' água que ficavam no riacho *Quimcabatê*. Ver anexo tabela 2

Há também topônimos que representam lugares de embates, conquistas, naqueles sertões, marcos de uma guerra de conquista:

Na velha ribeira do rio Salgado, caminho que levava para a região do Cariri, ainda figura a toponímia que preserva um testemunho irrecusável de sangrentos episódios: “Batalha” “Pendencia”, “Matança”, “Juiz”, “Tropas”, “Emboscadas”... são alguns desses lugares. Na ribeira do Jaguaribe apareciam lugares chamados “Defuntos”, “Ossos”, “Trincheiras”, “Várzea da Perdição.”³⁴³

As marcas desses confrontos ficaram nas memórias dos descendentes de ambos os grupos e foram sedimentando cada vez mais ao longo dos tempos, fortalecendo o sinal da ancestralidade e das memórias dos grupos de nativos que ali foram hegemônicos, constituindo-se, por sua vez, em lugar de resistências, de memórias. Marcos destes tempos de guerras são as *casas-fortes*, moradias e de defesas, posteriormente, geradoras de núcleos urbanos naqueles sertões semiáridos.

Numa pesquisa histórico-arqueológica, Roberto Airon Silva, ressalta que as *Casas-Fortes*, num primeiro momento, atenderam mais precisamente ao caráter de moradia, e, sobretudo, como “marco definidor da posse e efetiva proteção das terras adquiridas na instalação dos engenhos no século XVI e início do século XVII”. Apenas nos finais do século XVII e início do século XVIII, essas unidades “tiveram caráter militarista e estratégico e estavam relacionadas a uma rede de relações de poder e a necessidade de defesa das terras na ocupação das principais ribeiras, durante as guerras contra os grupos Tapuia resistentes”.³⁴⁴

Numa perspectiva histórica, Muirakytan de Macedo, por sua vez, elucida importantes questões sobre as utilidades daquelas unidades, especialmente, a do Cuó, hoje cidade de Caicó. Segundo o autor, tais abrigos se diferenciavam das demais moradias coloniais por apresentar uma materialidade mais consistente, atendendo a dupla função: habitação e proteção. Ele destaca que:

A Casa de Pedra, com é hoje conhecida, é uma edificação colonial erguida às margens do Rio Seridó, em Caicó, mas que representa uma exceção na forma de moradia dos sertões do Rio Grande do Norte. Possivelmente foi uma construção da época da Guerra dos Bárbaros, dado seu estilo peculiar de

³⁴³ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes**: história da Família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.168.

³⁴⁴ SILVA, Roberto Airon. **Uma Arqueologia das Casas Fortes**: Organização Militar, Território e Guerra na Capitania do Rio Grande do Norte-Século XVII. (Tese). Salvador: UFBA, 2010, p.226.

residência fortificada: construção sólida de duas águas, beirais para frente e para trás, e empenas para as laterais.³⁴⁵

Para a capitania do Ceará, Valdelice Carneiro Girão define as Casas-fortes como casas grandes fazendeiras, observando que não foram muito frequentes naqueles sertões.

Só aqui e alí, perdidas nas imensidões das caatingas, encontravam-se casa enormes, baixas de paredes grossíssimas e madeiramento pesado – verdadeiras casas fortes – para atender as exigências de estabilidade e da segurança dos antigos donos de engenhos que situavam fazendas de criar nos sertões, com finalidade de satisfazer os seus interesses comerciais na zona açucareira. Tinham cobertura de telha em duas águas, vastos alpendres e paredes também grossas, levantadas com madeira, pedra e tijolo da própria fazenda.³⁴⁶

Por sua vez, Clovis Ramiro Jucá compreende que as casas-fortes, que as denomina também de casas-grandes fazendeiras, cumpriram papel tanto de defesa contra os índios como nas lutas entre os próprios fazendeiros por importantes localidades produtivas. As casas-fortes, observa o autor, “localizavam-se em pontos estratégicos dentro das sesmarias, muitas vezes em locais elevados e sempre próximo a um riacho ou rio”³⁴⁷.

Aqueles estabelecimentos da Paraíba e Rio grande do Norte situavam-se em locais de maior fluxo de expedições conquistadoras, onde se davam os maiores embates contra os Tapuias resistentes. Logo se tornaram base para fazer avançar a operação de ocupação e conquista de terras além das ribeiras do Piranhas, Piancó, Açu, Jaguaribe e seus principais afluentes.

Na região dos Cariris Novos, encontramos apenas um registro de casa-forte, construída no início do século XVIII por *Manoel Roiz Arioza e Manoel Carneiro da Cunha*. Edificada nas imediações da Cachoeira, à margem do curso do rio Salgado, que serviu de apoio para que mais tarde se construísse o aldeamento Missão Velha. Seu registro pode ser percebido no pedido de sesmarias feito pelo Comissário Geral Antonio Maciel e seus companheiros, em 1710, instante em que afirmam ter:

seus gados assim vacuns, como cavalares em que deprezente se acham sem terras para os poderem criar, e eles ditos descobrirão, **a custa de sua vida**, hum

³⁴⁵ MACEDO, Muirakytan K. de. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - século XVIII). Natal: Flor do Sal/EDUFRN, 2015, p. 142.

³⁴⁶ GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista a implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1989, p.32.

³⁴⁷ NETO, Clóvis Ramiro Jucá. **Primórdios da Urbanização no Ceará**. Editora BNB, Edições UFC, 2012, p. 204.

Riacho Chamado Rio Salgado em cima de **Caza Fortes**, sitio ou pertençam, do Coronel Manoel Carneiro da Cunha [...].³⁴⁸

Assim, as casas fortes que simbolizavam os marcos da ocupação colonial, com o passar dos tempos foram surgindo, mesmo em tornos destas casas fortalezas, ou em outros lugares estratégicos, em particular nas ribeiras, os arraiais, assinalando presença incisiva do poder da Coroa nas fimbrias das fronteiras, os primeiros traços de urbanidade sertaneja.³⁴⁹ Ali, o principal Arraial foi o do Bonsucesso, hoje Pombal. Ana Paula Cruz destaca que aquele núcleo, além de dar suporte a conquista dos territórios daquela capitania, “iria contribuir diretamente na conformação de uma rede segura que levaria a comunicação entre Pernambuco, a Bahia, e o Piauí, ou seja, favoreceria para o fortalecimento do “Novo Caminho do Brasil”.³⁵⁰ Isso é perceptível numa carta escrita em oito de abril de 1701, na qual o então Governador-Geral do Brasil ordenava ao Sargento Mor do Terço do paulista, José Manoel de Moraes Navarro, que construísse um Arraial que fosse útil para coibir a resistência dos nativos e desobstruir a comunicação com as capitanias mais ao norte.

Em execução do que, ordeno a Vossa Mercê que logo que receber esta, sem demora alguma levante o Terço do dito Sitio em que está, e com ele **marche para o sertão que fica entre o Ceará, e o Rio da Parnahiba**, aonde Vossa Mercê assentará o seu **Arraial**, no sitio mais comodo, assim para a conservação do Terço, como para se fazer guerra que sua Magestade ordena aos **Taramebeses**, e mais nações bárbaras daqueles sertões, evitando-lhe o impedirem a comunicação, deste Estado para o dito Maranhão, e as mais hostilidades que costumam ali fazer.³⁵¹

Aos poucos foi se intensificando a presença de arraiais nos pontos nevrálgicos daqueles sertões. Na capitania do Ceará, nas ribeiras do Jaguaribe, em 1709, por carta régia foi proposta a criação de um deles.

Eu El Rei, o capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva do Lago, em carta de 27 de junho de 1708, me deu conta de que constando-lhe das hostilidades e insultos que o **gentio bárbaro Icó** fazia aos moradores daquela ribeira e receioso de que estes desamparassem suas fazendas, os mandara socorrer e fazer *arraial* para a segurança dos povoadores, que ainda existiam, pondo freio às insolências que padeciam; indo o dito capitão a reduzir e apaziguar aquele bárbaro, o que **consequira, sem perda alguma de vassalo meu**, nem despesa de minha fazenda. E pareceu-me ordenar-vos examinareis se o dito capitão-mor obteve bem, neste particular, e se foi preciso a persistência desse Arraial

³⁴⁸ APEC. **Data** de Sesmaria para os sertões dos Cariris Novos. Vol. 11. n. 25, 1710. Grifos meus.

³⁴⁹ MORAES, Maria Simone. **Formação da Rede Urbana do sertão de Piranha e Piancó, da Capitania da Paraíba Setecentista**. (Dissertação). João Pessoa: UFPB, 2012.

³⁵⁰ MORAIS, Ana Paula Pereira da Cruz. **Entre Mobilidade e Disputas: o sertão do Rio Piranhas, capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750**. Fortaleza: (Tesse). Fortaleza: UFC. 2015, p 88.

³⁵¹ DBN. Documentos da Biblioteca Nacional. **Carta** para o Sargento-mor do Terço dos Paulistas José de Moraes Navarro. n° 39, pp. 139-140. Grifos meus. Ver também: SOARES, Maria Simone Moraes. *Op. Cit.*, e SILVA, Rafael Ricarte. **A Capitania do Siará Grande nas Dinâmicas do Império Português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)**. (Tese). Fortaleza: UFC, 2016.

para impedir as hostilidades dos Índios. A experiência tem mostrado que se aceitam, muitas vezes, este pretextos para se lhe fazer guerra menos justificadamente. Escrita em Lisboa, a 6 de junho de 1709. El-Rei.³⁵²

No curso médio do referido rio, foi criado o *Arraial Nossa Senhora do Ó*, depois *Icó*, uma localização estratégica, uma vez que daquele local se poderia seguir para os sertões dos Inhamuns, e, em especial, para os Cariris Novos, onde registros do primeiro Arraial datam de 1716, através do pedido de data de sesmarias de *José Gomes de Moura e seus companheiros*, moradores na freguesia do *Icó*. De acordo com que se “tem descoberto hum riacho por nome Caraz que nasce da serra dos cocos da parte do Carihu e dezagoa no rio Salgado fazendo barra acima do *Arrayal de São Luiz* confrontando com o [brejo seco em testadas de terras do defunto Manoel Roiz Arioza [...]]”.³⁵³ O Arraial São Luis, ao que parece, ficava situado nas fronteiras das terras de Manoel Arioza, possivelmente, porta de entrada para os sertões dos Inhamuns.

O *Arraial do Meio* é citado no pedido do Comissário Geral Antonio Mendes Lobato de Lyra e o Capitão Antonio Mendes Lobato. Sua localização ficava “nas Ilhargas de huma data do difunto Antonio de Brito e a cachoeira hum riacho que no rio faz barra o qual corre de sul p^a. o norte [...]”³⁵⁴. O *Arraial dos Padres*, que ficava situado na barra do rio Carius, é registrado em 1723, quando o Comissário Lourenço Alves Feitosa pede por sesmarias uns olhos d’águas nas ribeiras do dito rio Cariús. Assim,

diz o Comissario Lourenço Alves Feitosa, que ele supplicante tem seus gados vacuns e cavallares e não tem terras emque os possa acomodar, e tem descoberto com risco de sua vida e algum dispêndio de sua fazenda, hum olho de agoa nas ilhargas do rio carius donde elle se pode acomodar, assim compreendendo, dous mais que lhe ficam na mesma parte do dito riacho Carius, pegando do olho dagoa das canas brabas, e nos outros [...] que nasce na parte do sul, e fazem barra no Carius donde chamão *arrayal dos padres* para baixo por tanto.³⁵⁵

Essas construções são pertinentes para compreender não apenas as demarcações de conquistas espaciais e de fronteiras, mas, também, as várias formas de coibir e controlar a resistência não só dos nativos, mas de um contingente de novo sujeitos que cada vez mais ocupavam e disputavam as terras, bem como a exploração de outros meios de subsistência; ou seja, rios, florestas e lagos. Primeira marca da presença da administração colonial, nos distantes sertões.

³⁵² COUTO, Padre Francisco Assis de. **História do Icó**: sua genuína crônica. 1682-1720. p.25.

³⁵³ APEC. **Data** de Sesmaria para os sertões dos Cariris Novos. Vol. 11. nº 41, 1716. Grifos meus.

³⁵⁴ APEC. Vol. 11. nº 118, 1724. Grifos meus.

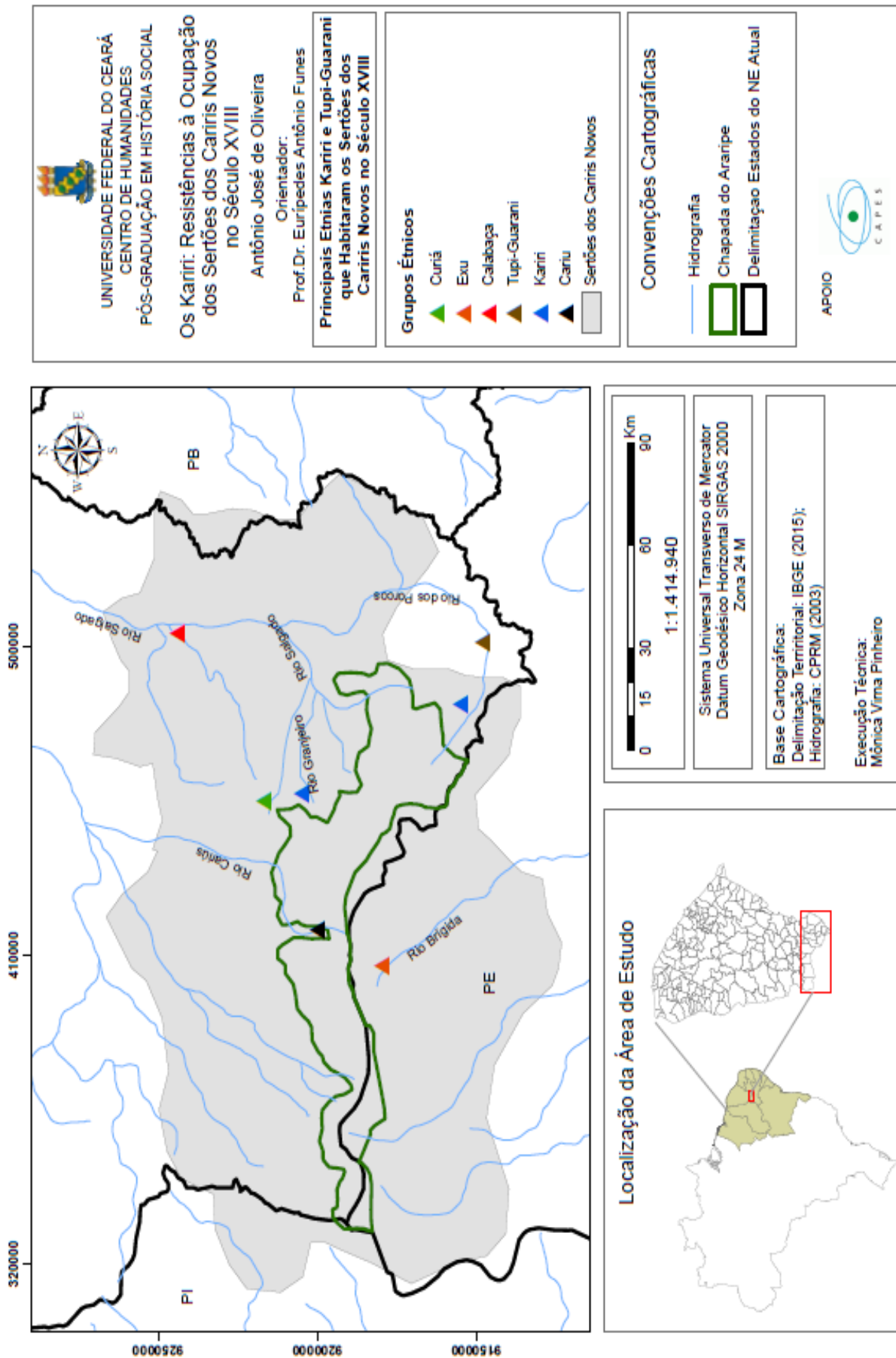
³⁵⁵ APEC. Vol. 11, nº 91, 1723.

Capítulo III – Os Kariri nos Sertões dos Cariris Novos - entre catequese e Aldeamentos: Século XVIII

Kariri, Calabaça, Curiá, Icó, Xixiró, Icozinho, Cariu, Asur, Exu, Human, Xocó, todos da nação Kariri. Alfonsin, Alfa, Quixelô e Umari, que não se sabe ao certo a que nação pertenciam, resistiram por mais de um século ao avanço colonial, ora defendendo seus territórios ante a invasão dos conquistadores, ora, migrando para os sertões a dentro em busca de outros espaços que, vivenciados, passam a configurar novas territorialidades indígenas. Assim, foi com esses diversos povos que num processo de desterritorialização, chegaram ao sul da capitania do Siará Grande, o Cariri, “uma estreita faixa de terreno sertanejo, com fontes que nunca secam. Viu-lhes o nome de seus habitantes primitivos, os índios Cariris”³⁵⁶; em sua maioria batidos nas primeiras décadas do século XVIII.

³⁵⁶ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. (Fac-símile a edição de 1950). Coleção Secult.Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

Mapa. 08. Principais Etnias Kariri e Tupi-Guarani que habitaram os Sertões dos Cariris Novos no século XVIII. (Mapa elaborado pelo autor).



Para enfrentar sua resistência, e melhorar a logística de ocupação daqueles territórios, forças militares foram coadjuvadas por um exército de religiosos Carmelitas e, especialmente, Capuchinhos Italianos, entre eles, Frei Carlo Maria de Ferrara que se destacou como principal clérigo na redução e evangelização dos Kariri. No início da década de 1730, muitos deles já estavam aldeados e outros tantos dispersos pelos sertões do entorno. Dos Aldeamentos construídos ali, os principais foram: Missão Velha, Missão Nova, Salamanca, Milagres, Miranda e Cachorra Morta, esta perdurando até as primeiras décadas do século XIX. Desses se originaram os primeiros núcleos de povoamento naquela região semiárida, localizada na última fronteira da expansão colonial pelos sertões das províncias do Norte.

Ao adentrar a segunda metade do século XVIII, esses aldeamentos passaram por transformações importantes, especialmente, pelo adensamento populacional em razão da descoberta de jazidas auríferas, tendo atraído muitos aventureiros em busca do enriquecimento fácil. Diante daquele panorama, as autoridades passaram a se preocupar com os problemas de indisciplinas e outros delitos cometidos por colonos ali estabelecidos. Para melhor organizar a administração, Missão Velha, por exemplo, foi elevada à categoria de Freguesia, com o nome de São José dos Cariris Novos; instituindo-se ali Juiz de Paz, Capitães de Milícias, Ouvidores, Almotacés, dentre outros. Da mesma forma aconteceu com o do Miranda, elevada à freguesia, depois como Vila de índio, em meados do XVIII.

Todo esse panorama de transformações veio a ser reforçado pelo Diretório Pombalino, que por decretos modificou toda a forma de gerenciamento e práticas até então recorrentes nos Aldeamentos administrados pelos religiosos. Os índios deveriam, desse momento em diante, ser instruídos na língua portuguesa, em detrimento de suas culturas, tornando-se, assim, aptos para conviverem como cristãos e civilizados. Boa parte da sociedade local acreditava nessa ideia e por todo o século XIX e XX foi se construindo uma representação sobre a invisibilidade indígena – nos Cariris não há mais Kariri.

3.1. Os Kariri Sob as Ordens Missionárias: Carmelitas

Os primeiros religiosos a atuarem junto aos Kariri, no sul do Ceará, antes mesmo da constituição da Missão de Miranda, foram os Carmelitas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo de Olinda. Vindos para o Brasil em 1580 “na armada de Frutuoso

Barbosa que atracou em Pernambuco com a missão de expulsar os franceses da Paraíba³⁵⁷; daí por diante, passaram a operar nas capitanias do Norte, sobretudo, nas de Pernambuco e Paraíba. Maria das Graças Souza Araújo destaca que na primeira metade do século XVII, os “Carmelitas construíram um sólido patrimônio composto por casas, engenhos, fazendas e terrenos. Os fiéis doavam dinheiro e terras em troca de benefícios dos regulares e, assim a Ordem se expandia”.³⁵⁸

Detendo esse patrimônio, conseguiram financiar seus integrantes para adentrarem os sertões distantes e catequizar os gentios que ali se encontravam, chegando aos Cariris Novos na virada do século XVII para o XVIII, pelo rio Salgado, importante caminho para os que vinham de Pernambuco e Bahia. Fixaram-se próximos a uma cachoeira e estabeleceram ali o primeiro aldeamento – Missão Velha, como atesta Figueiredo Filho:

Ficava às margens do rio Salgado, onde este forma uma cachoeira. Como tudo demonstra, foi obra dos Carmelitas também de Recife. Recebeu o primitivo nome de S. José dos Cariris Novos, consagrado ao orago muito da predileção dos Carmelitas – S. José, como todos os santos do Antigo Testamento. No Cariri há propriedades que pertenceram antigamente aos frades do Carmelo, como por exemplo Frecheirinha, hoje do Capitão do exército – João de Pinho Pereira.³⁵⁹

Ao mesmo tempo em que se erguiam as missões, esses Carmelitas recorriam à prática de solicitações de sesmarias. A principal justificativa, especialmente nos primeiros pedidos, era a de que haviam recebido gado *vacuns* por esmolas dos fiéis de Nossa Senhora do Carmo. Os freis Miguel da Assunção e Miguel de São Gonçalo, solicitantes de posses nos sertões dos Cariris, podem ser considerados os primeiros a atuarem junto àqueles nativos, nos finais do século XVII e princípios do XVIII. Aos pedidos feitos por esses sempre agregavam a Ordem, ou os “religiosos” às solicitações, como a feita pelo Frei Miguel, em 1705, procedente de Goiana/Olinda (PE), mas, chegados ali, depois de passarem pelos altos sertões da Paraíba, pelo rio do Peixe cujas ribeiras adentravam aquela província, onde hoje se situam as cidades de Cachoeira dos Índios e Cajazeiras.

Senhor Capitan Maior, dis frei Miguel da Asunsam, e os mais religiosos [...] que elles suplicantes possuem gados vacuns e cavalares [...] enam tem terra para osacomodarem e trassem por terras alheias recebendo muias percas tem elles

³⁵⁷ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial. In: **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC-SP. Março, 2010, p. 120-130. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv1-2010/r-brito.pdf. Acessado 17/08/2016.

³⁵⁸ ARAÚJO, Maria das Graças Souza Aires de. **Decadência e Restauração da Ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923)**. (Tese). Recife: UFPE, 2007, p. 58.

³⁵⁹ FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. vol. I. Cap. I a V. (Fac-simile a edição de 1964). Coleção Secult. Edições-URCA; Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p.34-35.

notisias que nas ribeiras dos **ecós** ai algumas terras **devolutas** como se ia hum riacho que corre na partedo rio do Peixe e dezagoa no Jaguaribe mirim e por outro nome rio Salgado ao coal riacho chama riacho do gil [...].³⁶⁰

Em 1706, Frei Manoel de São Gonçalo e mais religiosos do Convento do Carmo, procedente de Goiana/Olinda, receberam 3 léguas de comprido e uma de largo no riacho do Sangue. Em 1707, o mesmo, e mais religiosos, conseguiram outra sesmaria medindo “légua e meio de comprido e uma de largo, no riacho Figueiredo”.³⁶¹

As localizações das sesmarias, uma no rio Salgado, próximo ao Icó, outras nos riachos do Sangue e Figueiredo, afluentes do Jaguaribe, são significativas para se compreender a presença e a ação missionária na catequização dos índios da nação Kariri, bem como, perceber que as disputas por terras entre os colonos, nativos e ordens religiosas são de longa data.

Frei José Lobato do Espírito Santo, ao que parece, administrador Carmelita nos Cariris, de acordo com Pedro Theberge, foi quem, em meio aos conflitos e a resistência da nação Kariri, conseguiu pacificar algumas etnias da dita nação e os deslocou para as missões nos sertões dos Cariris Novos, dentre elas os Calabaça, os quais habitavam os territórios que hoje compreendem as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre. Segundo ele, este

Padre Lobato resolveu convencer os Índios Calabaças a adoptar a Religião de Christo, e os levou consigo para o Cariri, onde também tratou de catequizar os Cariris. E para não perder o fruto dos seus esforços, não querendo se encarregar d’estas missões, **enviou ao Bispo de Pernambuco uma deputaçã de gente sua, e de uma escolta de Índios**, para lhe dar parte dos seus trabalhos, e pedir-lhe Missionários, para tratar da catecheze e civilização dos seus protegidos.³⁶²

A presença desse vigário foi registrada por ocasião em que ele pede sesmarias nos Sertões dos Cariris Novos, em 1725, após os grandes massacres feitos aos Tapuias nas ribeiras do Jaguaribe, Assu, Peixe e Piranhas. Vejamos o pedido, junto com sua parentela, uma estratégia para se obter um maior número de posses:

Manoel Frances Capitam Mayor da Capitania do Ciara grande, a cujo cargo está o governo dela por sua Magestade que Deos guarde ett.^a Fasso saber aos que esta minha Carta de data de sismaria virem que a mim me representarão a dizer em sua petiçam por escrito o Capitam Antonio Mendes Lobato e o **Pe. Jozeph Lobato do Espirito Santo, o Capitam Joam Mendes Lobato, Dona Izabel Lobata, Dana Antonia Lobata**, que no Sertam dos Cariris Novos pegando das Engazeiras p^a. Sima pello rio Salgado a sim se achão muitas datas prescritas de eréos que pedirm com o Comissario **Antonio Mendes Lobato e Lira**, e as não

³⁶⁰ APEC. **Data** de Sesmaria para os Sertões dos Cariris Novos. vol. I nº 56, 1705. Grifos meus. In: **Índice das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006. 2 CD-ROM. APEC:

³⁶¹ APEC. **Data** de Sesmaria, Idem., vol. 03, nº 142 e Vol. 04, nº 216.

³⁶² THEBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará**. Tomo I (Fac-simile a edição de 1895). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcantara, 2002, p.93. Grifos meus.

povoaram, e há muito tempo estão devolutas, e desaproveitadas [...] pedem Vmercer lhe faça mercê conceder em nome de sua Magestade que Deos guarde por data de sismaria, três lagoas de terras de comprido pelo rio Salgado asima, nas paregens aos eréos prescritos cm hua e meya p^a. cada banda do dito rio p^a. eles e seus herdeiros asendentes e descendentes no que recebera mercê. Aos onze dias do mes de Agosto de mil e setecentos e vinte e sinco anos.³⁶³

Todavia, não se deve demarcar a presença desse religioso a partir das solicitações de sesmarias, uma vez que na época, era comum muitos indivíduos se apossarem primeiro de suas terras para depois as pedirem em datas. Levando isto em consideração, há possibilidades de que aquele já estivesse ali muito antes de 1725, especialmente a partir de 1714, ano em que se registra com maior intensidade os pedidos de sesmaria por parte da família Mendes Lobato, que se tornara uma das maiores proprietárias de terras nos Cariris Novos, já na década de 1710. O que significa que já estivessem estabelecidos há muito mais tempo, inclusive o referido Frei que se encontra nos três registros de 1725. Vide tabela abaixo:

Tabela 2 -Sesmarias da família Mendes Lobato – 1^a. metade do século XVIII

1714	10	22	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato	Ceara	Brejo da Barboza
1714	10	23	João Mendes Lobato e o Tenente Antonio Barreto de Jezus	Ceará	Rio corrente, detrás da Serra do Araripe e entre o rio de São Francisco
1717	10	46	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato e Lyra, Sargento Mor Manoel Coelho de Lemos, Tenente Mateus Pereira Pymentel, Sargento Mor Antonio Barreto de Jezus, Tenente João Alves Lima	Não declarada Ver pag. 12 cap V	Terras no rio Salgado para cima, começando nas Ingazeiras com toda largura athe o rio corrente vindo pelo carihu
1717	10	47	Felix da Fonseca Jaime, Antonio Medes Lobato e Lyra, Capitão Francsico Mirz. de Matos, Sargento Mor Vancellão do Monte Pereira, Thenente Coronel Jozeph Bernardo Uchôa,	Não declarada idem	Sertão do Cariry, começando nas ilhargas do Rio Salgado pegado da paragem chamada Ingazeiras com toda largura que se achar, buscando o sul athe atestar na serra grande chamada serra do Cariri, pella ribeira da Serra, athe entestar com os últimos providos do rio Salgado, e nascenças da lagoa Carithe, pella lingua do gentio.

³⁶³ APEC. **Data** de Sesmaria do Capitão Antonio Mendes Lobato e seus companheiros. Vol. 11, nº 137, 1725. Grifos meus.

			Capitão Gregorio do Montes de Souza		
1718	06	412	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato	Bahia	Riacho Jenipapeiro
1724	11	118	Comissario Geral Antonio Mendes Lobato de Lyra, Capitam Antonio Mendes Lobato	Sertam dos Cariris Novos	Hum riacho nas Ilhargas das terras do defunto Antonio de Brito entre a Fazenda Rayal do Meyo e Cachoeira
1725	11	137	Capitam Antonio Mendes Lobato e Lira e o Padre José Lobato do Espirito Santo, Capitam João Mendes Lobato, Donna Izabel Lobata e Donna Antonia Lobata	Sertões dos Cariris Novos	Pede datas prescritas, pegando das Ingazeiras para cima pelo rio Salgado
1725	11	138	Padre José Lobato do Espirito Santo, Capitam Antonio Mendes Lobato, Capitam João Mendes Lobato,	Sertões dos Cariris Novos	Rio corrente hindo para o rio San Francisco
1725	11	144	Capitam Antonio Mendes Lobato, Padre Joseph Lobato do Espirito Santo, Capitam Joam Mendes Lobato e Lira, Dona Izabel Lobato e Lira, Dona Maria Lobata, Dona Ana Lobata.	Sertam dos Cariris Novos	Datas prescritas cortando rumo direito as Serras hua parte , e outra do rio correndo para cima athe atestar com a Serra Grande. Nas cabeceiras do riacho Imbuzeiro para dentro da Serra da parte do rio de San Francisco

Fonte: APEC: **Datas** de Sesmarias para os anos de 1714-1725. Ceará: índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica\Wave Media, 2006. 2 CD-ROM.

A Ordem de Nossa Senhora do Carmo, pelo Reverendo Frey Luis de Sam Virginio, procurador do Convento, solicitou outra sesmaria, em 1739, no “Riacho da Palma fazendo barra com o rio Salgado no Citio Telha do dito Convento”. Esses pedidos teriam ocorrido em razão de já estarem há muito tempo de posse das terras e “procurando a data do dº (dito) doador nos Livros desta Capitania a nam achou, Razão q. ó (ora) precisa tirar novas datas das ditas”³⁶⁴. A renovação dessas solicitações nos é suficiente para se perceber que padres daquela Congregação, assim como outros solicitantes, já estavam ali muito antes da efetuação e registro das petições. Outros religiosos que, também, conseguiram seus quinhões naqueles sertões foram o padre Cura Domingos Dias da Silveira, de

³⁶⁴ APEC. **Data** de sesmarias. Vol. 14, n. 139.

procedência não declarada, que se estabeleceu, em 1717, no Riacho Mota, e, em 1719, o vigário Lopes Ribeiro, do Ceará, que obteve terras no Rio Bastiões.

Há de se destacar que enfrentar a resistência dos Kariri, mesmo com tantas posses, não era tarefa fácil, e José Lobato não estava disposto a realizar essa tarefa sem a ajuda de outros clérigos. Recorrendo a seu superior em Pernambuco, seu pedido foi acatado pelo Bispo, e na oportunidade enviou em seu auxílio o capuchinho italiano, Frei Carlo, do Convento da Penha do Recife. Segundo João Brígido dos Santos.

O padre Lobato mandou a Pernambuco uma comissão composta da sua gente e dos indígenas, pedindo ao bispo, que então era D. Estevão Brioso, um missionário. O bispo, atendendo a importância do pedido, mandou para a catechese dos índios o italiano **Frei Carlos** do convento da Penha, o qual abriu missão em Missão-Velha e depois em Missão-Nova e Miranda, **de onde se passou para o Crato, sendo mister construir-se uma ponte no riacho, que hoje se denomina Ponte entre Miranda e Crato, para que o frade pudesse passar.**³⁶⁵

Assim, a permanência dos Carmelitas naqueles sertões se registra até o início dos anos trinta do século XVIII, quando da chegada dos religiosos italianos, integrantes da Ordem Capuchinha de Santo Antônio, que apenas formalizaram sua presença naqueles sertões, pois já missionavam no Brasil, especialmente nos sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba³⁶⁶. No Ceará suas atuações foram mais efetivas nos Cariris Novos. Segundo Eduard Hoonart:

Para explicar a entrada dos capuchinhos no Ceará temos que contar duas histórias paralelas: a primeira acerca da triste sorte dos indígenas do Ceará depois de 1720; a segunda acerca das peripécias dos capuchinhos no Nordeste e de como estes chegaram até o Cariri. A triste sorte dos indígenas fica patente numa carta que o padre Domingos Ferreira Chaves enviou ao Rei de Portugal em 1720 na qual ele **diz que sobram tão poucos índios no Ceará que ele sugere apenas quatro missões para abrigar o que resta da numerosa população:** uma de Paiacu, no Jaguaribe; duas outras de Genipapo-açu (também paiacu) e Canindé; e **uma para os Cariri e o que ficou do Icó, Quixelô, Cariu, Caratiu, Curui e Jocás.**³⁶⁷

As informações do referido padre de que restava tão pouco índios no Ceará e de que apenas quatro aldeias poderiam abrigar os que restavam são válidas apenas para os índios missionados, já que a maioria deles continuava se deslocando para aonde ainda fosse possível se estabelecer, como, por exemplo, os sertões do Maranhão. Prova disso é

³⁶⁵ BRIGIDO, João. **Apontamentos para a História do Cariri.** (Fac-simile a edição de 1861). Fortaleza: Expressão Gráfica. 2007, p.10-11. Grifos meus. Estas informações foi, segundo o autor do Capitão-Mor Joaquim Antonio Bezerra de Menezes, que na ocasião contava com oitenta anos de idade.

³⁶⁶ GABRIELLI, Cassiana Maria Mingotti. **Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil:** estratégias políticas e missionárias (1642-1702). São Paulo: USP, 2009, p.74.

³⁶⁷ HOONAERT, Eduard. Catequese e Aldeamento. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1989, p. 52. Grifo meu.

que, na década de vinte do setecentos, os conflitos entre índios e não índios ainda eram muito latentes e se propagariam pelos decênios seguintes.

Nos Cariris Novos, os frades capuchinhos permaneceram por mais de vinte anos, como atesta Frey Plácido de Messina. Segundo ele,

Miranda nos Cariris Novos, dedicada a Nossa Senhora da Penha e a S.Fidelis, dos índios Tapuios, das nações Cariris, **Affojas, Callaboças, Cariris, Assús**, capitania do Ceará Grande; ahi habitaram seis Missionários na educação dos Índios, pelo espaço de mais de vinte anos; alcançaram terras, reunirão as ditas nações, que erão gentias, e baptisarão até mesmo os velhos.³⁶⁸

3.2. Franciscanos Capuchinhos nos Sertões dos Cariris Novos

Em 1679, chegaram à Bahia de Todos os Santos dois frades capuchinhos italianos, Fr. João Romano e Fr. Thomaz de Soria, que logo cuidaram da fundação do hospício consagrado à Nossa Senhora da Piedade. Entre 1705 e 1708, outros frades da ordem Capuchinhos de Santo Antônio chegaram a Pernambuco³⁶⁹, onde assumiram e administraram as aldeais deixadas pelos seus irmãos franceses, constituindo outras pelos sertões contíguos. Processo que se iniciou quando em 1710, assumiram o convento Nossa Senhora da Penha do Recife. De acordo com Joaquim Guennes,

em fim um nova aurora se deixara descortinar, e o mez de agosto de 1710 encheu de gallas e peito do christianismo. Era então governador de Pernambuco Sebastião de Castro, que logo fez entregar aos capuchinhos italianos a igreja e o hospício com tudo o que havia pertencido aos capuchinhos, que já lhe haviam mudado a invocação que tinha do – divino espírito Santo para a de Nossa Senhora da Penha, cuja igreja durante este interregno estivera trez anos entregue ao Vigário Geral e sete aos padres congregados, que com pezar o dizemos, deixaram o templo em adiantado estado de ruina.³⁷⁰

Tempos depois, em 1725, desvincularam-se da tutela da prefeitura episcopal da Bahia, sendo criada então a de Pernambuco, a qual

passaram a pertencer, entre outras, as aldeias de: Rodellas, Taipus e Araripe; outras, como as de Piancó, no boqueirão; Serra Branca, no rio do Peixe; Brejo,

³⁶⁸ MESSINA, Frei Plácido de. **Trabalhos Apostólicos dos Missionários Capuchinhos Italianos no Império do Brasil**. Tomo I. Pernambuco: Typografia de M. F. de Faria. 1846, p.07. (Biblioteca da Província Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil dos Frades Capuchinhos Italianos-Recife). Grifos meus.

³⁶⁹ MALHEIROS, Marcia. **Homens da Fronteira: Índios e Capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes-Séculos XVIII e XIX**. (Tese). Niterói: UFF, 2008, p. 190.

³⁷⁰ MELLO, Joaquim Guennes Silva da. **Ligeiros traços sobre os Capuchinhos**: contendo a descrição do novo tempo de Nossa Senhora da Penha. Recife: Typografia de M. Figueira. 1871, p. 56. (Biblioteca da Província Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil-Frades Capuchinhos italianos-Recife)

no rio Parahyba, Miranda, no Ceará, Apodi e Mipibu, no Rio Grande de Norte, foram criadas após a ereção da Nova Prefeitura.³⁷¹

Sistematicamente iniciava-se o ciclo de missões e edificações de aldeamentos capuchinhos pelos sertões das capitanias anexas à de Pernambuco. Nos anos trinta do século XVIII, a presença dos frades italianos se torna mais incisiva naqueles sertões, sobretudo, restaurando e construído aldeamentos nas localidades acima mencionada, dentre outras.

Foi o Capuchinho Fr. José Cavalltone quem em 1742 fez em Piancó a nova Igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição tendo sido o Hospício de Pedra e cal feito por Fr. Antonio de Julianni pelo anno de 1737. Em Mipibu Fr. Juvenal de Santo Albano acabou a Igreja, que havia tido sido começada por Mauro de Leçano e continuada por Fr. Christovão de Genova. Já Fr. Boaventura da Pontremolle havia começado o Hospício que seus sucessores concluíram. Passou-se isso de 1733 à 1734. No Apodi Fr. Próspero de Milão reconstruiu a Igreja de S. João Batista, fez o cemitério e outras obras necessárias à Igreja e a Aldêa de que mais tarde Fr. Fidelis de Pastana fez uma nova Igreja de abobada que ornou com três Imagens grandes. Foi Fr. Antonio Maria Modena quem em Taipu acabou a Igreja de S. João Baptista, principiada por Fr. Felix Maria Modena, fez o Hospício e a torre, assentou o sino, o órgão e outros ornamentos e arruou a aldêa chamando os Indios às verdadeiras regras sociaes.³⁷²

Eduardo Hoonart destaca que esse ciclo missionário expansionista da Ordem Capuchinha italiana se deu em razão da “maior parte das Ordens já terem província própria, e algumas completamente independentes do governo de Portugal.”³⁷³ Contudo, dada a carência documental sobre a ação desses religiosos, fica difícil traçar um diagnóstico mais preciso sobre o funcionamento dos aldeamentos construídos, sobretudo, aqueles dos Cariris Novos. A explicação para tal carência foi a perda de quase toda a documentação por um religioso responsável pelo transporte e entrega aos seus superiores em Roma. Sobre este problema, quem nos informa é Frei Fidelis de Primério:

No concernente a obra missionaria dos Capuchinhos no Brasil, além da retomada humilde e simplicidade dos mesmos – que lhes tolheram de alardear seus feitos ou de transmiti-los aos pósteros – temos a lamentat a perda desastrosa de numerosos documentos que deveriam fundamentar uma história dos Capuchinhos Missionarios em nossa terra. O Pe. Frei Pelino de castro Valva, em “Um missionário nel Brasileiro”, a página 18, conta-nos que poucos anos antes de 1870, o P. Frei Roque Cchia de Cesinale futuro Internuncio junto do Governo imperial – pedira aos superiores do Brasil, todos os documentos relativos ás missões, existentes no arquivo do país, para a história das Missões. Os superiores obedeceram. E, de Pernambuco, despacharam um caixão (grande cassa), de escritos e documentos preciosos de todo o Brasil. O caixão foi entregue, em Pernanbuco, a um religioso que ia para Roma; e que de lá o

³⁷¹ TAUBATÉ, P. Frei Modesto Rezende de, e PRIMÉRIO, P. Frei Fidelis M. O.M.C. **Os Missionários Capuchinhos no Brasil**. São Paulo: Convento da Imaculada Conceição, 1929, p. 97. (Biblioteca do Arquivo da Província Franciscana do Convento Santo Antonio do Recife). Grifos meus.

³⁷² MELLO, Joaquim Guennes Silva da. *Op. Cit.*, p. 58.

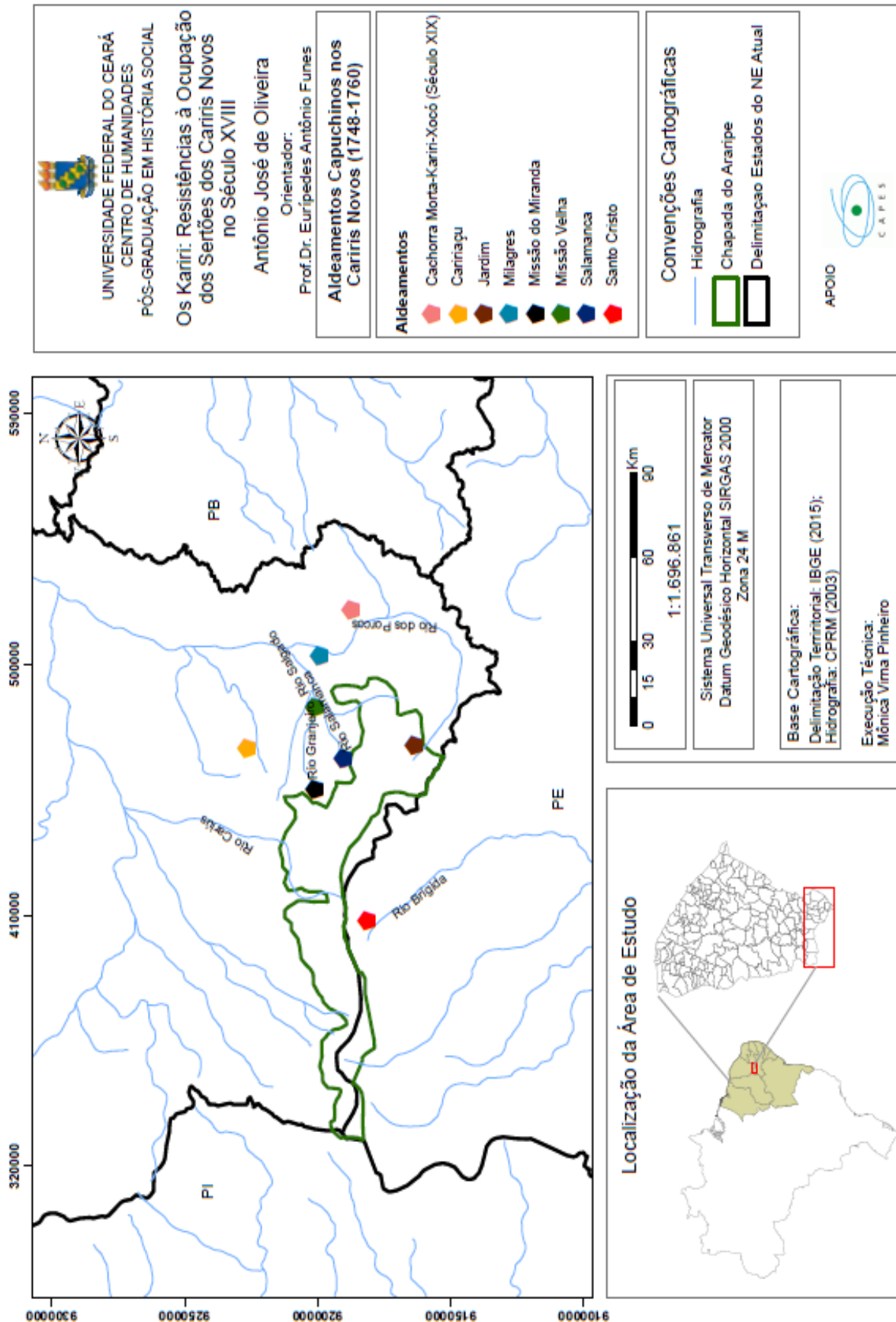
³⁷³ HOORNAERT, Eduard. **História da Igreja no Brasil**. Tomo 2. 2ª ed. Petropolis: Vozes, 1979, p. 221-222.

entregaria aos destinatários. O tal religioso chegou a Roma; mas, interpelado sobre os documentos que lhe haviam sido entregues, respondeu simplesmente que o dito caixão havia sido perdido durante a viagem marítima.³⁷⁴

No entanto, mesmo que não haja contundentes registros documentais, sobre as atividades desses clérigos nos sertões da Capitania do Ceará/Cariris Novos, isso não impossibilita se tentar compreender o contexto em que se desdobraram o doutrinamento e as tentativas de incorporar ao processo de civilização os índios Kariri ali aldeados.

³⁷⁴ PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. **Capuchinhos Em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p.145.

Mapa 09. Aldeamentos Capuchinhos nos Cariris Novos (1748-1760). (Mapa elaborado pelo autor).



Frei Carlo José de Spezia, da província de Genova, Itália, que esteve naqueles primeiros anos entre os Kariri pode ser considerado o precursor da presença dessa ordem naquela localidade. Pedro Theberge assegura que isso teria ocorrido entre 1678 – 1683. Todavia, há divergências quanto a estas datas e ao que expusera frei Fidelis de Primério, ao observar que aquele religioso teria chegado à Bahia apenas em 1716, onde:

trabalhou até 1725, ano em que, como prefeito, foi a Roma tratar de negócios da missão na Bahia. Renunciou ao cargo; mas em 1729 a Propaganda, em vista da insistência do povo de Pernambuco, reenviou-o ao Brasil, como prefeito, em Pernambuco. Aqui trabalhou mais de dez anos. Em 1740 voltou à Itália; mas a 22 de setembro de 1742 tornou a embarcar para o Brasil.³⁷⁵

A despeito dessas controvérsias, o período mais convincente em que frei Carlo poderia ter atuado, conjuntamente com o padre José Lobato na catequização dos Kariri, só poderia ter sido entre 1717 e 1724, pois em 1725, embarcou para Roma³⁷⁶, ficando lá até 1742. Tendo em 1740 enviado uma imagem de Nossa Senhora da Penha para colocar no Altar da capela, que estava em construção pelo Frei Carlo Maria de Ferrara. De acordo com Joaquim Guennes:

Frei Carlo Jose de Specie, reconhecendo que a imagem existente, então e que havia sido coloca pello Capuchinhos francezes, era em extremo pequena, e que não estava em proporção com o aumento que havia recebido o templo, colocou outra feita em Genova pello insigne sculptor Maranhão, que é a que presentemente existe – em Cariris Novos, cuja Capella tem a mesma invocação.³⁷⁷

Ao retornar para o Brasil, naquele mesmo ano, empreendeu missões pelas aldeias das capitanias anexas a de Pernambuco. No Ceará, realizou várias missões, especialmente em Camocim, Serra da Ibiapaba, Serra dos Cocos (limites com o Piauí), Aldeia dos Tremembé, Aquirás e Quexeramobim.³⁷⁸ Quando concluiu seus trabalhos no Aldeamento São João, administrado pelos clérigos de Santa Tereza, seguiu para a Aldeia de Mipibu, na Capitania do Rio Grande do Norte. Dali foi para os Cariris Novos. Segundo ele,

Da aldeia de Mipibu nos dirigimos para a aldeia dos Cariris, onde assiste o P. antonio Maria de Modena, meu prefeito, e depois de cinco dias de caminho sob a chuva, mas intensa no último dia, chegamos à aldeia; aqui tudo serenou pelos carinhos que nos dispensaram o P. prefeito e Frei Bernardo de Monese, que estava na companhia do prefeito. Aqui fiz longa estada, pois me entretive mais de quarenta dias, com minha suma consolação. Nesse lapso, pelas instancias

³⁷⁵ Idem. Ibidem., p. 175.

³⁷⁶ Spezia, Frei Carlos José de. *Apud* PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. *Op. Cit.*, p. 179. Ver também: MARTINS, Hermógenes. **Missionario ilustre**: apontamneto sobre a vida do frei Carlos José de Spezia. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Tomo LXXI, 1957, p. 96-102.

³⁷⁷ MELLO, Joaquim Guennes Silva da. *Op. Cit.*, p. 60.

³⁷⁸ PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. *Op. Cit.*, p.175-177.

do P. Prefeito, dei uma missão, a que acudiu muitíssimo povo: depois expedi próprio a Pernambuco, para ver si havia Cartas.³⁷⁹

A partir dos finais dos anos trinta do século XVIII, em diante, ao que parece a ameaça maior não era mais a dos índios ditos bárbaros, selvagens e de curso, embora alguns embates ainda ocorressem. Em 1739, na Capitania do Ceará e vizinhas, observa-se que há um grande número de aldeias concentrando índios deslocados. Dessa forma, as ações missionarais e a “diminuta” ameaça indígena “facilitaram” a ação dos clérigos capuchinhos, especialmente nos Cariris Novos, como atestou Mettodio de Nembro:

Nella zona sudorientale del Ceara, detta Cariri dagli antichi índios che l’abitarono, i cappuccini iniziarono illoro apostolato indiano intorno al 1730, costituendo nuclei reduzionistici in luoghi chiamati piu tardi **Barbalha, Missão Velha, Missão Nova, Crato, Milagres e probabilmente anche Brejo Santos**. Trattandosi di località situate al di qua della serra di Araripe con **tribù affini** a quelle aldeate nella missione di **Nosso Senhor Santo Cristo**, tali nuclei son forse da collegarsi, almeno inizialmente, alla catechesi pernambucana di cui s’è parlato nel paragrafo precedente; comunque, notizie sicure si hanno solo a proposito della più importante e celebre missione capuccina sorta nella zona e cioè Miranda nos Cariris Novos, dedicata a Nossa Senhora da Penha (lo stesso titolare dell’ospizio cappuccino di Recife) e a S. Fedele da Sigmaringen: da essa si sviluppò l’attuale città episcopale di Crato.³⁸⁰

Tabela 3 - Aldeamentos na Capitania do Ceará - 1739

Localidade	Ord. religiosa	Pe.responsavel	Nação indígena e o nº de cazais	Observações
Serra da Ibiapaba	C. de Jesus		Tabajara, Anace e outras nações	
Aldeia do Miranda, ribeira do Icó	Capuchinha	Fr. Carlos Maria de Ferrara	Careús, Assur, Cariris, Calabaças e Quixelôs	
Aldeia de boynabohiu entre a Serra do Uruque, no Rio Xoró	Clerigo	Zequiel Grangeiro	Genipapos; 30 casais e Canides; 40 e tantos	
Vila de Fortaleza	Sem Missionario		Anaces; 30 casais	Estes seriam unidos aos seus irmãos da Ibiapaba ou aos Paicus, ou Jaguaribara em Cascavel
Sitio Cascavel	Clerigo	Luiz	Jaguaribaras; Doze cazais	Deve-se juntar aos payacuos
Tabuleiro do Cascavel	Clerigo		Payacu	Madou Junta nas duas acima

³⁷⁹ SPEZIA, Frei Carlos Jose de. Apud PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. *Op. Cit.*, p.119.

³⁸⁰ NEMBRO, Padre Metodio de. **Storia Dell’Attività Missionaria dei Minori Cappuccini nel Brasile (1538-1889)**. Roma: Institutum Historicum Ord. Fr. Min. OAP. 1958, p. 148. (Biblioteca da Província Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil dos Frades Capuchinhos Italianos-Recife). Grifos mesu.

Moquei, Cabeceiras do Jaguaibe; Citio dos Henhamux	Clerigo	Padre Antonio Nunex Cabral	Jocazes 40 cazais; Condandux 18 cazais; Quixereuês, 15 cazais; Carateuês; 12 cazais.	Escolheu-se hum dos quatro citios das coatros naçoins e se entende que os Bastioins he o melhor
Aracatyimirim	Companhia de Jesus		Taramembés: Parnamirim; 100 cazais; Paupina, 80 cazais; Aldeia Nova, 70 cazais; Parangaba, 70 cazais; Qualcaya, 60 cazais	Dividir com os padres da Comapnhia quatro aldeias em seis e os índios de grajahu hirão para qualcaya

Fonte: AHU-PE. **Carta** do Governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luis Pereira Freire de Andrada, ao rei D. João V, que remeteu para o Conselho Ultramarino as copias das Juntas das Missões e a distribuição das Aldeias. Caixa 55. Doc. 4767. 1739.

Ao analisar os dados acima, percebe-se a atuação dos Capuchinhos da Ordem de Santo Antônio, apenas no sul da capitania, no Aldeamento de Miranda se concentram os índios Kariri, Assur, Calabaças e Quixelô. Como em outros, observa-se que muitas nações, outrora inimigas, foram “juntadas” em um mesmo espaço como, por exemplo, os Paiacu com os Jaguaribara. Essa prática pode estar de acordo com o que colocara o padre Domingos Ferreira Chaves, em 1720, já mencionado, ao afirmar que sobraram poucos índios no Ceará, em razão das guerras de conquistas; sugerindo quatro missões para abrigar o que restava da numerosa população indígena, como fosse suficiente.

Todavia, o que mais chama atenção nesses dados, e nos demais contidos nas tabelas abaixo, é o número de “cazais” reduzidos nesses espaços, demonstrando que muitos Tapuias continuavam a viver livres pelos sertões, ou, escravizados por outros senhores. E o mais significativo é a dimensão do genocídio a que essas nações indígenas foram submetidas.

Uma Aldeia estabelecida na capitania de Pernambuco, mas, com estreitas ligações àquelas dos Cariris Novos, foi a *do Santo Cristo*, hoje Exu, que ficava na vertente oriental da Chapada do Araripe, onde os nativos *Exu*, *Anansus*, *Umari* e *Carocoxoez*, da família Kariri, estavam aldeados. Esta foi uma daquelas que os capuchinhos italianos assumiram quando os seus irmãos de fé, franceses, foram expulsos da colônia nos finais do século XVII, em razão de conflitos entre Portugal e França. Foi “assistida por quatro Missionários em diversos tempos, que ahi edificarão Igreja, e pelo espaço de vinte e sete anos se empregarão com o fervor e zelo na instrução dos Índios”.³⁸¹ A tabela abaixo demonstra o número de aldeias e de índios administradas pelos frades italianos nos sertões

³⁸¹ MESSINA, Frei Plácido de. *Op. Cit.*, p.07.

da Capitania de Pernambuco, sendo que a do Santo Cristo pertencia a jurisdição do Médio São Francisco.

Tabela 4 - Aldeias da capitania de Pernambuco (médio São Francisco) 1739

Localidade	Ord. religiosa	Frei Responsável	Nação indígena e o nº de cazais	Obsevações
S. Francisco; vila de Penedo	Capuchinhos		30 cazais (não especificou a nação)	Podem de juntar aos índios que estão na Fazenda dos padres da Companhia de Jezus, que sera 17 cazais
Sorobabel	Capuchinhos		Carijou; 25 cazais	
Pambu	Capuchinhos	Pe. Angelo das Chagas	Tapuyas Careris	Havendo indos em Nossa Senhora da Conceição pode se juntar a essa Aldeya
São Felix	Capuchinhos	Frei Domingos de Brexe	Tapuyas Careris 60 cazais	
Aracapá	Capuchinhos	Pe. Fr. Simpliciano de Borjes(ver nome)	Careris; 100 cazais	
Varje	Capuchinhos	Fr. Domingos da Paz Coelho	Porcazes e Pancanrarez; 80 cazais	
Axara	Capuchinhos	Fr. Francisco Maria de Tode	Porcazes e Pancanrarez; 80 cazais	
Arapoã	Capuchinhos	Fr. Domingos de Sereda	Tapuyas Cariris; Cento e tantos Cazais	
Serra do Araripe; queixu	Capuchinhos	Fr. Hyacinto Francisco de Jenova	Anansus, Umari e Carocoxoez, passam de cem	

Fonte: AHU-PE. **Carta** do Governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luis Pereira Freire de Andrada, ao rei D. João V, que remeteu para o Conselho Ultramarino as copias das Juntas das Missões e a distribuição das Aldeias. Caixa 55. Doc. 4767. Em 10 de dezembro de 1739.

Outras aldeias construídas pelos Capuchinhos nas fronteiras dos Cariris Novos, com as quais tiveram estreitos relacionamentos foram as dos sertões de Piancó e Piranhas, na Paraíba, de onde vieram algumas frentes de ocupação colonial. Padre Antonio Gomes destaca que Frei Prospero de Milão, companheiro de Frei Carlo Maria de Ferrara, após auxiliar nos serviços eclesiásticos na Missão do Miranda “partiu em 1745 para a Missão do Araripe, onde, ali assistia Frei Juvenal de S. Albano. Frei Gio Francisco de Palermo, que chegara a Missão (Miranda) em agosto de 1750 e partiu em outubro do

ano seguinte para a Aldeia do Piancó”.³⁸² Esses intercâmbios eram importantes e favoreciam os deslocamentos dos índios por esses aldeamentos. Naqueles sertões a Ordem se fez presente nas seguintes localidades:

Tabela 5 -Aldeias dos Capuchinhos italianos nos sertões da capitania da Paraíba (1739)

Localidade	Ord. Religiosa	Frei Responsavel	Nação indígena e o nº de cazais	Observações
Rio do Peixe(serra branca)	Capuchinhos	Sem missionário	Jocazes	Vindos do jardim, pertende o Pe. Prefeito se mudem para aquella parte e o Ouvidor do Ceará impossível.
Boqueirão	Capuchinhos	Pe. João Antonio de Bergamo	Coremas; 60 cazais	
Caza Forte		Sem missionario	Panatis; 120 cazais	Podem se unir aos Coremas
Campina grande	Capuchinhos		Cavalcante; 40 cazais	Pode se juntar a Aldeya do Brejo dos Cariris Velhos ou aquelles a esta
Cariris Velhos	Capuchinhos	Frei Própero de Milão	Fagundes; 70 cazais	Pode se unir aos de Campina ou este a eles
Taipu, Cariris Velhos	Capuchinhos	Antonio Maria de Modena	60 cazais (não especificou a nação)	
Aldeia de Panati	Capuchinhos	Pe. Fr. José de Salvatona	Pegas; 60 cazais	Pode se juntar a dos Bananeiras que serão 40 fogos, são Sucureus
Bananeira		Sem missionario	Bananeira; 40 cazais	Pode se juntar com a aldeia acima

Fonte: AHU-PE. **Carta** do Governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luis Pereira Freire de Andrada, ao rei D.João V, que remeteu para o Conselho Ultramarino as copias das Juntas das Missões e a distribuição das Aldeias. Caixa 55. Doc. 4767. Em 10 de dezembro de 1739.

Observa-se nesses sertões a predominância da Ordem Franciscana de Santo Antonio, com as mesmas recomendações feitas naquelas do Ceará, juntar aldeias, deslocando índios aldeados entre elas, inclusive para outra capitania, como no caso dos Jocaz, que deveriam ser transferidos para a província vizinha, provavelmente, para Miranda, onde o principal agente missionário fora o frei Carlo Maria de Ferrara.

Ainda que, em 1730, segundo frei Metodio de Nembro, tenha-se os primeiros registros dos capuchinhos nos sertões dos Cariris Novos, só em 1737 apareceram indícios

³⁸²ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia, 1971, p.79

mais contundentes desses clérigos naqueles sertões. Num documento expedido pela Junta das Missões de Pernambuco, foi registrado que

aos dezoito de dezembro de 1737 foi superior e Missionário o R.P. Frey Carlo Maria de Ferrara o qual começou a zelar no ensino dos Índios e a unir as ditas nações e situar a Aldeia onde fes a igreja de pedra e cal em o anno de 1742. Teve como companheiro o Rdo. P. Fr. Prospero de Milão.³⁸³

Esses vestígios dão conta de que Frei Carlo Maria de Ferrara, fundador da Missão do Miranda, estava dando sequência à catequização dos nativos da nação Kariri e outras etnias.

Secondo il Reportorio a Fundação, la missione indígena dela zona venne unificialmente assegnata ai cappucini allorché la varie tribu cariri erano tutora disperse e divise tra loro... finché, ottenutosi il terreno necessário, si formò la missione com la 'riduzione' dei Cariri Afús, dei quali molti erano tutora pagani, ricevendo il batesimo nella vecchiaia. Il 18 dicembre 1737 vi fu destinato come superiore e missionário p. Carlo Maria de Ferrara, il quale incomineciò com grande zelo a catechizare gli índios riunendo le disperse tribù e creando l'aldeamento, dove costruì la chiesa in pietra e calce nel 1742.³⁸⁴

Esses dois religiosos tiveram o maior empenho em persuadir os Kariri a se estabelecerem nos aldeamentos em processo de construção. Segundo Padre Antonio Gomes,

Tendo como companheiro Frei Prospero de Milão, frei Carlos Maria de Ferrara consumiu os anos de 1733-39 em reunir os Índios das citadas nações (Cariris, Alfonsins, Calabaças, Alffas) e doutrina-los simultaneamente numa ação que cobriu o Sul do Ceara, *rios Salgado, Cariús e Bastiões*. Do mesmo passo, encaminhava-os, em levas sucessivas para a margem direita do riacho do Miranda.³⁸⁵

A evangelização dos índios Kariri e a construção dos aldeamentos nos sertões dos Cariris Novos, se confundem com a figura daquele capuchinho. Ali, teria concentrado em um só aldeamento: Kariri, Cariu, Calabaça, Curiá, Icó, Quixelôs, os Jucá, os Alfonsin e Alffas, que haviam sobrevivido aos confrontos com as expedições militares, nos finais do século XVII e princípio do século XVIII. Há possibilidade desses grupos terem habitado, também, as ribeiras do rio Bastiões, afluente do rio Carius, no sertão dos Icós.

³⁸³ Reunião da Junta das Missões de Pernambuco. Documento transcrito pelo Padre Antonio Gomes de Araújo. In: **A Cidade de Frei Carlos**, Faculdade de Filosofia do Crato, 1971, p. 82

³⁸⁴ NEMBRO, Padre Metodio de. *Op. Cit.*, p. 148.

³⁸⁵ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.79.

3. 3. Missão do Miranda

Mediante essas ações, frei Carlo Maria de Ferrara propôs à Junta das Missões de Pernambuco que fossem doadas terras para as nações aldeadas sob seu comando. Tal apelo, está numa carta resposta da Junta a ele, em 16 de setembro de 1739³⁸⁶: “pelo que toca a carta do Padre Fr. Carlos se assentou q. ordenasse o Ouvidor do Ceará faça a medição na forma das ordens de sua Mg. e dê providências no que pertencer”³⁸⁷. Um mês depois, em 18 de outubro, a referida junta apreciava novamente e despachou nos seguintes termos:

Propose a grande questam q. havia sobre o lugar em q. se devia citar a Mição do padre F. Carlo Maria de Ferrara [...] pelo que toca a carta de Padre Frei Carlo se assentou q ordenasse ao ouvidor do Ceará faça a mediçã na forma das ordens de Sua Mg. e dê providência [...] a aldeia do Miranda na Ribeira do Icó que se tem mandado formar de cercuz. Asur de careuz, de calabça e geixelos. Missionário o Padre Fr. Carlos Maria de Ferrara.³⁸⁸

Muito embora, em 1737, já houvesse construído uma Igreja de pedra e cal para aldear os Kariri, em 1743, assinalou o marco da construção do Aldeamento. Naquele ano, o Capitão Mor Domingos Alvares de Matos e sua esposa Maria Ferreira da Silva, doaram terras para a Missão. Chama atenção os termos finais do documento, uma espécie de cláusula, ficando estabelecido que se os índios abandonassem a missão, as terras voltariam para os antigos proprietários e seus herdeiros. Como veremos adiante, isso acarretará um grande problema aos Kariri a partir dos finais do século XVIII.

Escritura de doação que faz o capitão-mor Domingos Alvares de Matos, e como procurador bastante de sua mulher Dona Maria Ferreira da Silva ao rdo. Frei Carlos Maria de Ferrara, missionário do gentio Cariu e mais agregados, de um pedaço de terra **nas cabeceiras do Miranda dos Cariris Novos**, a qual fiz por me se distribuída. Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1743 anos, aos três dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Missão do Miranda, ribeira dos Cariris Novos, termo da vila nova de Nossa Senhora de Expectação do Icó, capitania do Ceará Grande adonde eu tabelião ao diante nomeado fui vindo, e sendo aí apareceram partes presentes, de uma o capitão-mor Domingos Álvares de Matos pos si e como procurador bastante de sua mulher Maria Ferreira da Silva como me custou de uma procuração que se acha lançada nos livros de notas, e da outra o rdo. Frei Carlos Maria de Ferrara, como procurador e administrador do gentio Cariu e mais agregados, pessoas de mim tabelião reconhecidas pelas próprias de que faço menção e de que dou fé, e logo pelo dito capitão-mor foi dito em minha presença a das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas, que eles entre os mais bens que possuíam e estavam de mansa e pacífica posse, era bem assim uma sorte de terras **nas cabeceiras do Miranda dos Cariris Novos**, da qual de si dava e doava tôda a terra que pertence as águas vertentes que quebram para a **Missão correndo**

³⁸⁶ Reunião da Junta das Missões de Pernambuco. Documento transcrito pelo Padre Antonio Gomes de Araújo. *Op. Cit.*, p. 80.

³⁸⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 80

³⁸⁸ Idem. *Ibidem.*, p. 81.

pela barreira e rumo do sul até a ponta da Serra do Araripe todo o saco ou enseada que ficar dentro e para parte do norte até o lugar onde faz barra ao riacho da mesma Missão, e daí dando as costas ao brejo, **cortando direto a uma ponta grande da serra para parte do rio São Francisco**, da parte do poente, da qual a terra poderá o dito gentio tomar posse, e o dito frei Carlos Maria de Ferrara para a situação de sua aldeia e missão, quer por si quer por autoridade da justiça e quer a tome quer não de hoje para todo o sempre os há por empossados pela clausula constitui, e que de si demitia toda a posse e domínio que na dita parte da terra tinham, e que em tempo algum poderiam renovar cousa alguma contra o que dito tinham, e que fazendo o contrario não queriam ser ouvidos em juízo nem fora dele, tanto por suas pessoas como por seus herdeiros, para o que se desforavam de todos os privilégios, isenções e liberdades e do juízo do seu fôro, e tudo o mais que a que seu favor faça, e só que esta velesse e se lhe desse todo inteiro cumprimento, como nela se declara para que pediam a justiça de Sua Majestade que Deus guardem façam muito inteiramente cumprir e guardar este instrumento assim da mesma forma que nêle se contém e declara, e logo pelo dito Frei Carlos Maria de Ferrara, como procurador e missionário do dito gentio, foi dito que êle aceitava a dita escritura na forma que nela se declara, e se obrigava nas ditas pessoas do dito gentio em tempo algum não inovar cousa algumam nem nêle haver arrependimento por serem muito contentes e amigável composição, porém com declaração que **largando o dito gentio a missão, tornariam as terras às antigas posse do dito doante ou de seus herdeiros e de como assim o disseram e outorgaram, estipularam e aceitaram**, eu tabelião como pessoa pública, estipulante, e aceitante, estipulei e aceitei.³⁸⁹

A missão foi, então, estabelecida nas cabeceiras das terras antes pertencentes à família Gil de Miranda, de onde vem sua denominação. Antonio Bezerra atesta que esse, junto com seu companheiro Antonio Lobato, conseguiram em 25 de fevereiro de 1707, sesmarias nos Cariris Novos, em razão do auxílio que prestaram ao vigário João de Matos Serra em pacificar os Tapuias Icós e Quixelôs. Tendo Gil se deslocado, em 1710, para as ribeiras do rio Quixeramobim, onde solicitara sesmarias. Mas, e o doador das terras Domingos Alvares de Matos? Provavelmente era genro de João Lobato de Lira, filho de Antonio Lobato, tendo recebido sesmaria pelo quinhão que coube à sua mulher Maria Ferreira.

A posse de Antonio Lobato “se situou nas testadas de Damásio de Azevedo, procedente de “San João ribeira do Jaguaribe”, cujas terras se localizavam no “Riacho Caiçara que dezagoa no rio Salgado”. Da Caiçara para cima, devia ter sido, até o sítio Tropas, de Gil de Miranda, “dos limites deste às extremas do sitio Cachoeira dos Cariris do Mestre de Campo Carneiro da Cunha”,³⁹⁰ que construía, no início do século XVIII, junto com Manoel Roiz Arioza, uma casa-forte nas imediações da Cachoeira, no curso do

³⁸⁹ Escritura de doação de terra do Capitão mor Domingos Álvares de Matos ao Frade Capuchinho Frei Carlos Maria de Ferrara em três de dezembro de 1743. In: PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. (Fac-símile da edição de 1963). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p.248-249. Grifos meus.

³⁹⁰ BEZERRA Antonio. **Algumas Origens do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 2009 (Fac-símile a edição de 1918), 2009, p.105.

rio Salgado. As terras do Gil de Miranda, ao que parece, abrangiam as nascentes do atual Sítio Coqueiro, no sopé da Chapada do Araripe, hoje Bel Monte, distrito da cidade do Crato, que, rumando no sentido norte-sul, abrangem hoje o atual Bairro Miranda; onde foi construído o Estádio Municipal, o Mirandão. No riacho do sítio coqueiro, existem hoje nascentes com consideráveis vazões de água que abastecem o rio Coqueiro, atestando que alimentavam na época o chamado *rio Miranda*. Moacyr Gondim Lóssio observa que o “rio Miranda começa na fonte do mesmo nome e recebe os riachos: - Constantino, Baixa e Lobo”³⁹¹.

Historiadores locais confirmam as assertivas de Antonio Bezerra, especialmente Padre Antonio Gomes de Araújo, ao afirmar que: “fica entendido que Gil de Miranda, capitão Antônio Mendes Lobato e Manuel Rodrigues Ariosa do Vale, titulares das primeiras sesmarias concedidas no Cariri Novo, de 1702 a 1703”.³⁹² Para José de Figueiredo Filho:

A Missão do Miranda, fundada primitivamente em local mais afastado e que conserva ainda hoje o nome de sitio Miranda, embora já envolvido quase que totalmente pela cidade. Até agora, diante dos fatos, podemos ligá-los ao sesmeiro Gil de Miranda, que aparece nas primeiras datas do Cariri, embora a região pelos documentos, fosse entregue primitivamente a Ariosa e aos Lobatos.³⁹³

Se desconhece o registro das datas de sesmarias de Gil de Miranda e Antonio Mendes Lobato, que se supõem terem pedido entre 1702 e 1707. Sobre esse desconhecimento, quem nos esclarece é Irineu Pinheiro:

não registaram a referida sesmaria de Antonio Mendes Lobato e Gil de Miranda nos livros da Secretaria do governo da Capitania [...] por culpa de escrivães deixaram de ser registadas nos livros competentes muitas datas pedidas pelos primeiros povoadores.³⁹⁴

Todavia, o primeiro registro referente a terras de Antônio Mendes Lobato é datado em 1714. Chama atenção área da sesmaria concedida a este e sua parentela, em 1725, entre eles o Padre Joseph Lobato do Espírito Santo, de umas datas prescritas, “cortando rumo direito as Serras hua parte, e outra do rio correndo para cima athe atestar com a Serra Grande. Nas cabeceiras do riacho Imbuzeiro para dentro da Serra da parte do rio de San Francisco”.

³⁹¹ LÓSSIO, Moacyr Gondim. Geografia do Crato. In: **HY HY TÊ**. Revista da Faculdade de Filosofia do Crato. Crato: Imprensa Gráfica. nº 7, maio de 1980, pp.03-53.

³⁹² ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.65.

³⁹³ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. Cit.*, p.33.

³⁹⁴ PINHEIRO, Irineu. *Op. Cit.*, p.34.

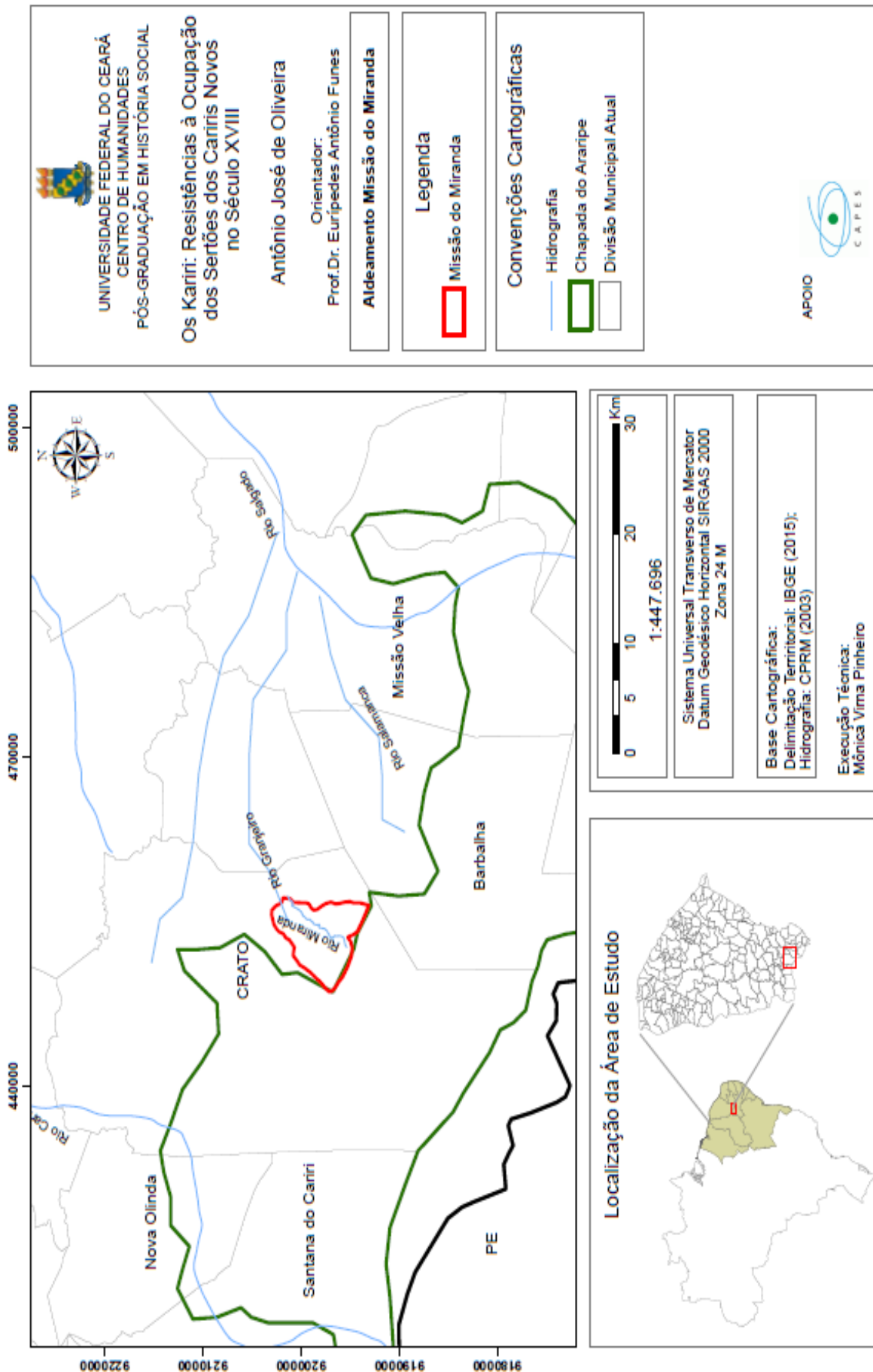
O rio da Ponte pode ter sido o limite entre as sesmarias de Gil de Miranda e Antonio Lobato das de Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Rodrigues Ariosa, uma vez que as terras desses começavam da “Caxoeira dos Cariris da parte dedentro pello Riacho asima athe atestar com o fim da lagoa dos Cariris”³⁹⁵, lagoa que, posteriormente, foi chamada Lagoa do Ariosa e que hoje se localiza no sítio São José, no município do Crato. O sítio *Clotário Macedo*, atualmente é o distrito de Muriti, a uma légua da referida cidade. Creio que por aí se pode vislumbrar a possível área da Missão. A ponte entre Miranda e Crato, que leva o nome de *rio da Ponte*, e que recebe as águas do *rio Miranda* e outros córregos, deságua no rio Itaytera, hoje Batateira. Sobre o rio da ponte, Moacyr Gondim Lóssio destaca que este

descende da fonte do Coqueiro e é o divisor do distrito da sede(Crato) com o de Muriti. Desce em procura do Rio Batateira, quase que em linha reta, isto é, sem os semi-circulos dos primeiros. Recebe pela margem direita, o riacho **Miranda** e outros riachos nascidos das depressões dos altos que margeiam. Sua embocadura no rio batateira se da a 200 metros depois da Ponte férrea no sitio **Clotário Macedo**.³⁹⁶

³⁹⁵ APEC. **Data** de Sesmarias do Capitão-mor Manoel Carneiro da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues Ariosa. Vol 4, nº 79, em 12 de janeiro de 1703.

³⁹⁶ LÓSSIO, Moacyr Gondim. *Op. Cit.*, p.03-53. Grifos meus.

Mapa 10. Aldeamento Missão do Miranda. (Mapa elaborado pelo autor).



A Missão do Miranda progrediu bem mais que o de Missão Velha, primeiro local escolhido para reduzir os nativos. O suposto declínio pode estar relacionado, tanto, aos ataques dos índios de corso, quanto às secas que quando muito prolongadas atingiam aquela região. José de Figueiredo Filho destacou que foi devido à seca (1723-1727) que, em 1725, os nativos daquele Aldeamento foram transferidos para outra localidade.

Em 1725, acossados pela sêca que já disseminava calamidades na região que nascia para a civilização, mudou-se para o local melhor servido de água. Ali João Mendes Lobato, filho do sesmeiro Antonio Mendes Lobato, fundou capela consagrada a Santo Antonio, em homenagem ao santo patrono genitor. O núcleo recebeu o nome de *Missão Nova* (hoje distrito da cidade de Missão Velha).³⁹⁷

Posteriormente, esses e outros problemas ocasionaram a transferência dos índios Kariri do Aldeamento *Santo Antonio de Missão Nova*, como também de Caririaçu, Milagres, Salamanca (Barbalha), Jardim, para o Brejo do Miranda e margens do rio Granjeiro, localidade que tinha maiores e melhores potencialidades para abrigar os nativos e seus dirigentes espirituais. Ali, além dos recursos hídricos serem mais favoráveis, a floresta proporcionava uma defesa natural contra os ataques de etnias inimigas, e colonos chegantes, bem como uma abundância de produtos extrativos e caças.

O aldeamento do Miranda, durante o tempo em que perdurou seu funcionamento, (1740-1762), ao que tudo indica, teve sua estrutura física edificada aos moldes das demais dirigidas pelos Capuchinhos italianos naqueles sertões. Relatórios como os de frei Carlo José de Spezia e Frei Anibal de Genova, que realizaram Missões naqueles locais, demonstram como eram suas composições físicas, organização social e, especialmente, as formas de catequização. Há de se destacar, conforme o Padre Gomes, que ela “reproduzia a fisionomia urbano-social de seus congêneres, fundados e dirigidos pelos ditos Capuchinhos da Penha naqueles sertões, dos quais o de Mipibu, no Rio Grande do Norte, se constituía o padrão”. Ele julgou que o aldeamento possivelmente tenha sido organizado, de “forma regular, com características típicas do aldeamento criado e dirigido no Brasil pelo Clero-de-catequese do índio, era “quadrado, com espaçosa praça ao centro”.³⁹⁸

Frei Anibal, quando esteve em 1761 no Aldeamento de Mipibu, na Capitania do Rio Grande do Norte, fez a seguinte descrição:

A aldeia foi edificada sob a direção dos nossos missionários à maneira de uma praça de armas, com casas todas ligadas entre si à semelhança de um quartel de

³⁹⁷ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. Cit.*, p.35.

³⁹⁸ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.127.

soldados, numa planície bastante extensa, com casas para oficiais nos cantos delas, estas um pouco mais altas que as demais, com duas portas, uma fronteira à outra para entrada e saída. Há nela também uma Igreja de um só náu regularmente grande e é fornecida de todas as alfaías necessárias e muito decente.³⁹⁹

João Brígido dos Santos, ao descrever as atividades cotidianas naquele aldeamento, nos dá uma ideia de como poderiam ser as edificações que compunham a aldeia do Miranda. Há de se destacar que se desconhece em que documentos João Brígido se apoiou para descrever aquela situação. No entanto, por se tratar de um estudioso que viveu por quase todo o século XIX (1829-1921), suas informações merecem crédito. Segundo ele,

Além dos exercícios religiosos para os quais eram chamados, os índios ocupavam-se da caça e plantavam em um brejo, que corria em frente do Arraial, que está hoje. **Além de uma capela e de uma cabana da palha no fundo desta servindo de aposento ao missionário**, algumas **escolas haviam**, (alias, as pioneiras da instrução primária no Cariri), em torno da lagoa, e mais ou menos onde foi a antiga ribeira, havia uma **longa casa igualmente coberta de palha com aviamento de fazer farinha**. Ai os índios homens e mulheres, trabalhavam por tarefa, debaixo do comando de um **feitor índio** e de um **diretor branco**. Ora fiavam para se vestir, ora manipulavam mandioca para se sustentar.⁴⁰⁰

Naquele aldeamento, Frei Carlo Maria de Ferrara mais tempo ficou no comando, de 1739 a 1750, sucedido pelos Freis Gio Francisco de Palermo (1750-53) e frei Joaquim de Veneza que permanecera até 1762, quando o Aldeamento foi elevado à categoria de Paroquia, depois Vila Real de Crato⁴⁰¹. Assim, no brejo do Miranda, foi sendo difundida definitivamente as primeiras diretrizes missionárias dos capuchinhos italianos e a evangelização dos nativos Kariri e demais pessoas que chegavam para ali habitar.

Em 1762, quando Frei Anibal esteve missionando, nos sertões dos Cariris, segundo Fidelis de Primério:

Não tardou que nosso missionário deixasse as terras do Rio Grande do Norte e Paraíba para se internar no Ceará, encaminhando-se para Miranda, já em terras cearenses, onde a Ordem dos Capuchinhos tinha o governo de uma aldeia. Era lugar próspero e abastado pela abundância de gado e a exportação; 5.103 pessoas comungaram então. Ali se demorou 15 dias, tendo enorme trabalho de confessorário. Espalhasse-a a notícia de sua chegada e vinha gente de enormes distancias ve-lo. Confessou-a de dia a noite, pois lhe causava verdadeira compaixão “a presença daqueles pobrezinhos que abandonando suas casas, vinham carregando a braços os filhos e aproveitar-se da palavra de Deus.” Foram 1.785 as comunhões e o capuchinho retirou-se comovido ao

³⁹⁹ GÊNOVA, Frei Anibal. In: PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. *Op. Cit.*, p. 195.

⁴⁰⁰ SANTOS, João Brígido dos. **Apontamentos Para a História do Cariri**. (Fac-símile a edição de 1861). Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007, p.25-26. Grifos meus.

⁴⁰¹ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.131-132.

último ponto, ao ouvir os seus missionados saudá-los à despedida com aclamação: “bem dito o ventre que te gerou”.⁴⁰²

Dali, frei Anibal foi até Minas Nova (Lavras da Mangabeira), onde “havia dois Sacerdotes, um dos quais capelão da tropa e outro, o pároco local. Foi a Missão frutuosa com 2.427 comunhões louvando o missionário e “ao Senhor por perceber a grande ânsia daqueles povos para ouvirem a palavra de Deus”.⁴⁰³

3.4. Os Kariri e os Métodos de Catequização dos Capuchinhos

Aldeia, lugar de orar, trabalhar e aprender a língua dominante. Nesse sentido, destacam-se também as formas de ação evangelizadora dos Capuchinhos nos mais longínquos territórios Sul da Capitania do Ceará, cuja proposta era reduzir o maior número de nativos naqueles aldeamentos a qualquer custo. Tal ação pode ser melhor compreendida numa provisão enviada em 14 de junho de 1750 pelo Prefeito das Missões da Capitania de Pernambuco e suas anexas, Frei Carillo José ao Frei Gil Francisco de Palermo, na época missionário na Aldeia do Miranda.

Al Rverendo Padre Gio Francisco de Palermo. Predicatore Capucino e Missiomario appostolico salute. Frei Carilo José prefeito da Missão de Pernambuco, devendo provedere la **nostra Missione situada nelli Caririno** de nassione Mirandas dun religioso il qual com fervore e espirito possa exercitar-ce nella cultura daquela vigna con arranca e distinguire quel este **maligno edificareis e piantareis devino vitu per la forza** daquele povore anime: afidato nella sua prudência, **virtude spirito sacrifico** e de próximo reconhecendo en voi sopediti predicatidi. Pernambuco, 14 de junho de 1750.⁴⁰⁴

Arrancar o *maligno*, *plantar as virtudes divina pela força ao povo*, significa, entre outros atributos, anular as práticas culturais indígenas em todas as suas dimensões; um *continuum*, etnocídio. Daí a invisibilidade dos nativos era um passo dado num caminho muito longo. Atitudes que frei Carlo José, Frei Prospero de Milão e frei Carlo Maria de Ferra tinham cometido no tempo em que ali missionaram. Agora, estaria sobre frei Gil a incumbência de levar em frente a doutrina Cristã-Católica naqueles Sertões, já que naquele ano, os freis Próspero de Milão e Carlo Maria de Ferrara deixaram o Aldeamento do Miranda e voltaram ao Recife para desempenharem funções administrativas e organizarem visitas às aldeias daqueles sertões.

⁴⁰² PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. *Op. Cit.*, p.189-190.

⁴⁰³ Idem. *Ibidem.*, p.190.

⁴⁰⁴ Provisão do Frei Carillo José ao Frei Gio Francisco de Palermo, missionário da Aldeia de Miranda. Em 12 de junho de 1750. In: BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.*, p. 229-230

Dessa forma, as atuações desses religiosos foram estruturando o aldeamento, e, ao mesmo tempo, possibilitando a viabilização da empresa colonizadora. E esta tratava de dominar por definitivo um território de fronteira; de terras férteis; de florestas, de abundância de água e, especialmente, de mão de obra. No entanto, para a eficiência desses domínios era necessário a eficaz ação dos missionários junto aos Tapuias ali estabelecidos, através dos métodos de doutrinação diário; ou seja, pelas missas, confissões, catecismo, dentre outras práticas que foram moldando dia a dia o cotidiano dos Kariri e da população ali residente.

Nos espaços do aldeamento, os religiosos foram levando os nativos à compreensão e adaptação a uma nova forma de se relacionar com as espacialidades das missões, seus sentidos, significados e usos, onde buscavam rearranjos e reelaborações culturais. Ali,

a rotina diária afastava de suas práticas culturais, mas introduzia outras, algumas bastante uteis na nova situação colonial. **Ler e escrever o português**, por exemplo, foi o instrumento eficaz para alguns reivindicarem suas mercês ao rei nos moldes bem portugueses. No cotidiano das aldeias, os padres preocupavam-se em preencher todas as horas livres do trabalho com ladainhas, rezas, missas, doutrinas, **aulas de ler e escrever**, contos festas religiosas, etc.⁴⁰⁵

Embora não se tenham elementos densos sobre essas operações entre os Kariri, dos Cariris Novos, à semelhança de outros congêneres, o aldeamento do Miranda foi palco de inúmeras formas de relações entre Tapuias e religiosos. Ali, a moral, a organização da família, a educação, a disciplina do trabalho e o controle do tempo, enfim, o complexo cultural da civilização ocidental europeia se firma sob a égide dos preceitos cristãos. O Padre Gomes, em sua euforia sobre a ação missionária chega a afirmar que naquele espaço: “consubstanciou uma síntese, uma célula socialmente orgânica, que evoluiria, exercendo a função de cabeça do organismo comunitário, para a nossa urbe de hoje metrópole da civilização no Cariri”.⁴⁰⁶

Em relação ao aldeamento do Miranda, a carência documental não nos permite adentrar, com maior intensidade, no intricado universo religioso dos Kariri que ali foram catequizados, afim de que se possa melhor compreender como fizeram essa tradução.⁴⁰⁷ Todavia, levando em consideração que o sistema de crenças dos Kariri tenha

⁴⁰⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfose Indígena: identidade e cultura nas aldeias colônias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 138-139. Grifos meus.

⁴⁰⁶ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p. 159-160

⁴⁰⁷ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 156.

sido comum em todos aqueles sertões, é possível que aqueles do Aldeamento do Miranda tenham tido postura semelhante aos que habitavam o Médio São Francisco; ou seja, a de traduzir suas formas de crenças para elementos do catolicismo, especialmente, objetos materiais como as imagens dos santos. Isso pode ser identificado no Mito da Imagem de Nossa Senhora da Penha. Há uma cristianização do imaginário indígena⁴⁰⁸. Assim, ali:

Os índios catecúmenos misturavam sua credence ao culto católico das imagens e julgavam-nas habitáveis pelas almas dos respectivos santos, senão moradas destes e sucetíveis de automovimento e autodeslocação. Dai a versão mítica de a imagem de N.S. a Penha da Missão do Miranda mudar-se do altar de sua igreja e postar-se sobre uma pedra convizinha da sede da Missão.⁴⁰⁹

Dela esperavam graças que fugiam ao controle dos missionários. Assim, foi se configurando uma nova experiência religiosa Kariri, externada sempre que necessária, dando a entender, aos olhos dos religiosos, que a efetivação de seus ensinamentos estavam se concretizando. Tal certeza, vinha atrelada a outras formas de domínio, ou seja, a de seus espaços de sobrevivência mesmo que em outras dimensões.

Todavia, isso só foi possível, em grande parte, mediante uma intersecção de traduções, mediadas por uma imposição da língua dominante. Só que os dominantes, antes, tiveram que aprender, apreender, a língua do outro, elaborando cartilhas e catecismos bilíngues.

Embora esse artifício tenha sido mais utilizado pelos religiosos, sobretudo nos aldeamentos, nas expedições de conquistas geralmente havia algum indivíduo que dominava a linguagem nativa, os chamados “sabedores da língua”. Traduzindo os códigos da comunicação, facilitavam o diálogo e o entendimento nas negociações entre conquistadores e indígenas, a exemplo de Martins Soares Moreno.

3.4.1. O Catecismo Dialogado

A partir da chegada do Padre Manoel de Nóbrega, e seus irmãos de fé, na Colônia em 1549, a proposta principal de expandir a fé católica ganha força e unidade. Para que houvesse essa “uniformização”, era necessário converter os ditos “selvagens” tornando-os civilizados” e “bons”, como bem entendia a sociedade europeia. Para isso, era primordial a compreensão da língua nativa. Sem esse esforço, os ensinamentos não

⁴⁰⁸ GRUZINSK, Serge. **A colonização do imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Século XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

⁴⁰⁹ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p. 103.

conseguiriam fluir com eficácia e os “desafios advindos dessa prática levaram a produção de artes gramaticais e catecismos”⁴¹⁰. Dessa forma,

A investida linguística empreendida pelos religiosos contribuiu para o paulatino processo de enculturação e silenciamento das nações indígenas, abrindo caminho para o aportuguesamento das regiões sob a tutela dos missionários. Nessa perspectiva, a política da catequese pela língua do outro atendia aos interesses lusitanos de “domesticação” do índio, cujo propósito era introduzir o nativo na sociedade colonial emergente, tornando-o um “cidadão útil e produtivo”.⁴¹¹

Durante o século XVI e primeiros decênios do Século XVII, a catequização dos nativos ficou circunscrita às áreas litorâneas, em especial, da Bahia e São Vicente, onde os Primeiros Jesuítas atuaram e construíram as primeiras instituições de ensino. Nesse contexto, foram elaborados os primeiros instrumentos de ensino e doutrinação, dentre eles a “*Arte da Grammatica* de José de Anchieta, em 1595, e do *Catecismo na Língua Brasílica*, de Antônio de Araújo em 1618”.⁴¹² No século XVII, com a expansão dos domínios coloniais rumo a outros territórios, especialmente, os do Maranhão

A abertura das missões na Amazônia estimulou a produção e publicação de novos manuais e catecismos, a começar pela **Arte da Língua Brasílica** do padre Luís Figueira, impressa em Lisboa em 1621 e reeditada em 1687. Neste mesmo período, o catecismo de Antônio de Araújo teve uma nova edição, agora com o título **Catecismo Brasílico da Doutrina Cristã** (1686), com acréscimos do padre Bartolomeu de Leão, e, no ano seguinte, foi publicado o **Compêndio da Doutrina Cristã na Língua Portuguesa e Brasílica** do experiente missionário João Felipe Bettendorf que, apesar de buscar uma proximidade com a língua geral da costa, já contemplava a vulgarização dessa língua em seu uso pelos índios e mestiços do Estado do Maranhão. De fato, uma outra versão manuscrita do **Compêndio**, arquivada na Universidade de Coimbra, avisa no título que a doutrina cristã encontra-se “traduzida em língua irregular e vulgar usada nestes tempos”.⁴¹³

No Nordeste, a partir da instituição da Junta das Missões de Pernambuco (1681), a expansão da fé católica ganhou mais dinâmica no alargamento fronteiriço rumo aos sertões semiáridos das colônias do Norte. A empresa evangelizadora, na esteira da guerra contra os bárbaros, outras vezes se adiantando a elas, como verdadeiros soldados de Cristo, travavam suas batalhas afim de converter a população nativa dita “bárbara”, “selvagem” e “arredia”, vivendo nas “brenhas” dos sertões e que ainda não conheciam a doutrina cristã católica. Mesmo que para isso fosse necessária a justa guerra. Assim,

Em pleno final do século XVII, os Tapuias dos Sertões ainda eram vistos como os selvagens, indolentes, hostis, incapazes de não receberem a fé Cristã,

⁴¹⁰ QUEIROZ, José Marcio Correia de. **Aspectos da Fonologia Dzubukua**. (Dissertação). Recife: UFPE, 2008, p.31.

⁴¹¹ Idem. Ibidem., p.31.

⁴¹² MONTEIRO, John Manoel. **Tupi, Tapuia e Historiadores**. (Tese de livre Docência). São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 42.

⁴¹³ MONTEIRO, John Manoel. *Op. Cit.*, p. 46. Grifos do autor.

portanto, adoradores do diabo e assim deveriam ser vistos diferentes dos índios Tupis catequizados, mansos e aldeados. Cabia aos Padres o mando sobre os índios, pois foi lhes dado a incumbência de transformá-los em homens.⁴¹⁴

Nesse aspecto, iniciando o século XVIII, por meio da Junta das Missões, as atitudes da Igreja Católica se tornam mais elásticas, passando cada vez mais a exigir a tutela sobre aqueles nativos. Os Tapuias seriam agora muito mais úteis nos aldeamentos do que há meio século atrás, quando muitos auxiliaram na expulsão dos holandeses e em outras atividades bélicas.

Uma das principais medidas desse projeto, semelhante aos do início do século XVI, foi a instituição de uma língua geral. No entanto, em meio à miscelânea de línguas existentes naquele espaço, o desafio de doutrinar os temidos “Tapuias” se tornava ainda maior. *Ao que tudo indica, os Kariri foram os escolhidos.* Sobre a importância de se produzir um Catecismo na língua daqueles nativos, o Jesuíta italiano, Luis Vicencio Mamiani, que catequizou os Kariri da Aldeia de Geru, Capitania de Sergipe entre os anos de 1669 e 1700, defendeu: “parece que já he tempo de se compor hum Catecismo também na língua Kiriri, como há nas outras línguas para facilitar aos novos missionários a conversão destes Bárbaros”.⁴¹⁵ Dessa forma, sua língua foi a primeira a experimentar as ações desse novo empreendimento catequético. Ao produzir o referido catecismo, no item ao leitor, observou que:

Há mais de vinte & sinco anos, que os religiosos da Companhia desta Provincia do Brasil desejosa de dilatar, conforme o próprio Instituto, as conquistas da Fé na Gentilidade Brasilica, & naõ satisfeito do que tinhaõ obrado com os **Índios marítimos de língua** geral, penetraraõ os Certões interiores deste Brasil para reduzir ao rebanho de Christo também os **Índios bravos, & Tapuyas,** & os primeiros que tiveraõ essa sorte foraõ os da Naçaõ, **a que vulgarmente chamamos Kiriris.**⁴¹⁶

O Catecismo de Mamiani assim como o de Bernardo de Nantes⁴¹⁷ 1709, tornaram-se os principais suportes para a instrução dos Tapuias, e, ao que parece, configurou-se numa proposta parecida com os da Língua Geral, executada na faixa litorânea. Bernardo de Nantes esclarece ao leitor as diferenças entre os Kariri, catequisados por ele no período de 1665 a 1667 no Médio São Francisco e aqueles com

⁴¹⁴ Idem. Ibidem., p. 46.

⁴¹⁵ MAMIANI, Luiz Vincencio. 1942 [1698]. *Catecismo Kiriri*. Lisboa. (Edição fac-similar, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional).

⁴¹⁶ Idem. Ibidem.,. *A Arte de Gramática da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*. 1877(1699). (Edição Fac-similar Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional). Grifos meus.

⁴¹⁷ NANTES, Bernardo de. 1896 [1709]. *Catecismo da lingua Kariris*. (Edição facsimilar, por Julio Platzmann, da primeira edição, 1709). Leipzig: B. G. Teubner.

quem Vicencio Mamiani conviveu, doutrinou e documentou, ressaltando uma diversidade de línguas, mesmo que tenham aproximações semânticas.

Aver o titulo deste Katecismo, poderá ser, amigo leytor se pareça logo ser obra inutil a vista de outro Katecismo na mesma língua, que poucos anos há sahio a luz; porem se quizeres tomar o trabalho de combinar hum com o outro, mudarás logo o parecer; porque verá que como há em Europa nações de diferentes línguas, como terem o mesmo nome, assim também as há no novo Orbe, como são os Kariris do Rio de S. Francisco no Brasil, chamado Dzubucua, que são estes **cuja língua he tão diferente das dos Kariris chamado Kippea**, que são os para quem se compoz o outro catecismo, como a língua portuguesa o he da castelhana, quer pella distancia das paregens entre essas duas nações, que he de cento & tantas legoas, quer pela diversidade das cousas, que cada terra cria, como são plantas, arvores, animaes, pássaros, peixes, que pela amyor parte são diferentes no ser, & pello consequente no nome; usando os Kariris do Rio de S. Francisco no tocante à pescaria, que exercitão, certas palavras, & modos de falar, que não uzão os outros, que não tem semelhantes exercicio; & quando a língua fora amesma, (coveniencia grandemente digna de ser desjada para se mais facilitar a tradição da doutrina Christã aos Indios).⁴¹⁸

Assim, as formas de instrução religiosa nos sertões dos Cariris Novos utilizando o catecismo é um dos instrumentos mais importantes para compreender esse jogo em que o emprego da língua se configura numa estrada de mão dupla na relação religioso/nativo. As formas de relacionamentos, as estratégias e táticas utilizadas entre os Tapuias e capuchinhos naqueles aldeamentos, especialmente a partir de 1740, onde Kariri, Icós, Calabaças, Carius, dentre outras, foram mesclando seus dialetos com os dos não índios e reelaborando outros significados para sua realidade sociocultural.

Entre as ações Missionárias, a palavra escrita, segundo John Monteiro, foi “talvez a mais notável e breve, porém expressiva tentativa de transformar diversos grupos Kariri em cristãos, sobretudo nas missões espalhadas ao longo do rio São Francisco”.⁴¹⁹ Quando ali foram aldeados, por Martinho de Nantes, de 1671 a 1680, este destacou “*que a escrita conservava a memória inviolável das coisas passadas*”.

Entre outras coisas, *admiravam a escrita*, que conserva tão fielmente a memória das coisas passadas. Porque eu lhe faltava da criação do mundo, com a Bíblia, que chamava o Livro de Deus. Mencionava nosso primeiro pai, Adão, e Eva, nossa primeira mãe, e seus descendentes e suas ações memoráveis, a vida que tiveram e o tempo de sua morte, comparando a Santa Escritura com o que eles me viam fazer, para me recordar de seus nomes, do nascimento, casamento e morte de seus filhos, pois que escrevia tudo para deixar a memória certa aos que viessem depois de nós, e dava tudo muitos pormenores, para os fazer compreender melhor, de modo que ficavam persuadidos de que a escrita conservava a memória inviolável das coisas passadas, **e que sem a escrita tudo acabava no esquecimento e se tomava o erro pela verdade, como eles**

⁴¹⁸ NANTES, Bernardo de. 1896 [1709]. *Op. Cit.*,

⁴¹⁹ MONTEIRO, John. *Op. Cit.*, p. 46.

podiam verificar pela experiência de todos os dias, esquecendo pouco a pouco o que haviam aprendido.⁴²⁰

Interessante observar no texto duas formas de preservação da memória – a escrita versus a oralidade. Se para o frei era necessário o registro dos fatos e das pessoas em documentos, para os Kariri o ato de registrar era inerente à sua sociedade através da tradição viva; o esquecido era o que não tinha importância social. Mesmo que viesse adotar a escrita do dominante, para “não esquecer”, sob a escrita estava a língua do dominado e sua forma de se expressar e lembrar das tradições de sua gente.

As reações a esse novo mecanismo de registrar acontecimentos do cotidiano eram mais admiráveis para os infantes que para os adultos, uma vez que, “a escrita não era uma prática social inerente às diversas etnias, já a tradição oral era de extrema importância, veículo dominante na herança de mitos, histórias e experiências transmitidos de geração em geração”⁴²¹. Através da escrita, todo esse arcabouço cultural passou a assinalar uma nova experiência de lidar com o passado, especialmente para as crianças que viram seus poucos conhecimentos adquiridos pela memória, sendo substituídos por novos códigos de comunicação, até então estranhos a elas.

Através da metodologia de ensino catequético dialogado, repetitivo, memorizado, através da palavra escrita, os religiosos aos poucos buscavam “erradicar” elementos do sistema de crenças dos nativos, edificado todo ele na tradição Oral. Exemplo ocorrido no aldeamento do Miranda. Mamiani, quando dialogava com os Kariri-Kipeá, destacou que: “manda que não demos crédito às observâncias vãs, e abusões dos vossos avós porque he dar crédito a sonhos: e todas as festas supersticiosas”.⁴²² Da mesma forma, Bernardo de Nantes se valendo dos diálogos com os Kariri-Dzubukua, cotidianamente, os interrogava:

Chamastes por ventura aos **feiticeiros**, para assoprar, e bufar sobre vossos parentes doentes? Consultastes *as bruchas, para advinharem?* semeastes cinzas á roda da cama dos doentes, para afugentar ao diabo? Trabalhastes algu domingo, ou dia de festa? Deixastes a ouvir missa de obrigação? Tivestes cuidado de mandar vossoss filho a missa? he pecado mortal faltar a ella sem razão. Desejastes pecar com mulheres? Quantas vezes com cazadas? Quantas vezes com solteiras? Pecastes com algua? Quantas vezes? **marcaste com nós**

⁴²⁰ NANTES, Frei Martinho de. **Relação de Uma Missão no Rio São Francisco**, vol. 368. (Fac-símile a Edição 1706). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 11.

⁴²¹ LEITÃO, Ana Rita Bernardo. **Problemática assistencial, sociocultural e educativa nas Aldeias e Missões do Real Colégio de Olinda (séculos XVII e XVIII)**. Contributos para a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil. (Tese). Lisboa: 2011, p. 824.

⁴²² MAMIANI, Padre Luis Vicencio. **Catecismo Kiriri**. p.83. Grifos meus. Um detalhe bastane interessante que não foi registrado no catecismo de Mamiani é a forma de contar dos Kariri do Médio São Francisco. Estes, davam nós em cordas. Tal prática era semelhante às sociedades Andinas, ali, se contavam através de nós em cordas, o qual era chamado de Kipu.

na cordinha(este he o modo de numerar entre os índios) procurastes-vos a molície? isto foi com vossos camaradas? ou vossas camaradas? Fizestes isso com vossa mulher? Ou vosso marido? Cometeu o pecado nefando?⁴²³

Nos quesitos considerados nefandos, aos olhos dos religiosos, vamos conhecendo as práticas culturais dessas sociedades. Os questionamentos indicam as tentativas de conhecer todo um universo de crenças nativas, revelando, assim, o supracitado dos confrontos ideológicos entre os religiosos e as lideranças Kariri; ou seja, os feiticeiros\encantados (*dwandzoli*) e, em menor escala, as bruxas\encantadas (*bydzamum*). Por defenderem o sistema de crenças de seu povo da ação catequética, muitos deles estavam sujeitos a condenações, em especial ao fogo do inferno, um lugar ausente na cosmogonia indígena.

Na capitania do Ceará, sobretudo, nas missões da Ibiapaba, a escrita como prática missionária chamou a atenção dos muitos nativos. Missionando naquela Serra, Padre Figueira destacou que muitos daqueles nativos “a nós nos pedirão q’ lhe ensinassemos seus filhos o papel (como eles dizem) q’rendo dizer q’ lhos ensinassemos a ler e cantar o nosso canto, o q’ nos cõ facilidade fizemos p^a. os domesticar [...]”.⁴²⁴

Estudando aqueles aldeamentos, Ligio Maia identificou que “o uso destas cartas e a maneira particular de guardá-las são fortes indicativos da capacidade indígena de se movimentarem na intrincada relação de poder entre as autoridades coloniais”.⁴²⁵

as correspondências oficiais recebidas ou enviadas, entre Principais e demais autoridades, no período colonial, ganhavam uma dimensão de significado que, em boa medida, tinha a ver com a própria legitimidade dos acordos a serem cumpridos. Os índios da Ibiapaba quase de imediato perceberam o valor da escrita, e Vieira constatou essa dimensão e dela fez uso como mecanismo de aproximação junto às aldeias, chegando até incluir essa pratica com conselho regulamentado aos missionários do Maranhão”.⁴²⁶

No aldeamento de Miranda, de acordo como Padre Gomes:

aprendia-se a ler, escrever, contar e cantar hinos religiosos, ao lado das noções básicas do catecismo. Os índios “recebiam o mínimo de conhecimentos exigidos pelas circunstâncias do meio”. “davam-se educação e instrução rudimentares. Não precisava de mais”. A educação profissional não era esquecida: a fiação, a tecelagem, entre outras artes manuais. Paralelamente à atividade agrofariadeira, havia a lavoura implementar do milho e feijões. Instrução, educação e trabalho, eis o trinômio que resumia os meios que se serviam os capuchinhos da Missão do Miranda para integrar os seus índios nos benefícios do cristianismo e da civilização.⁴²⁷

⁴²³ NANTES, Frei Bernardo de. **Katecismo da Língua Kariris**. p.130-141. Grifos meus.

⁴²⁴ FIGUEIRA, Padre Luiz. Relação do Maranhão, 1608. In: **Três documentos do Ceará Colonial**. Coleção História e Cultura, 1967, p.94.

⁴²⁵ MAIA, Ligio José de Oliviera. **Nas sendas da Vinha Sagrada**. p.89. (Livro no prelo)

⁴²⁶ Idem. *Ibidem.*, p.111.

⁴²⁷ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.128. Grifos meus.

Naqueles espaços em que os contatos com os elementos fundantes da proposta de “dominação” ideológica do catolicismo, os Kariri souberam se apropriar de muitos desses recursos, sobretudo nos ensinamentos das primeiras letras *nas escolas* ali construídas. Quando o Aldeamento foi instituído como Vila de índio em 16 de dezembro de 1762, na ocasião se escolheu o índio José Amorim para compor o quadro administrativo, ocupando o cargo de Juiz Ordinário. Segundo o Padre Gomes:

Inaugurada a Vila, foram logo criados, para fim de administrar a justiça, os dois primeiros juízes ordinários, cuja escolha recaiu nas pessoas do capitão Francisco Gomes de Melo e do **índio José Amorim, prova de que os ex-missionados dos capuchinhos realmente iam se tornando aptos à colaboração com os brancos na administração pública** da pequena comunidade que todos haviam criado num período de 25 anos.⁴²⁸

Embora o referido autor ainda registre que “a partir de 1745, muitos dos Kariri da Missão do Miranda vão-se tornando aptos para tomar parte nos negócios da administração da povoação, de acordo com os brancos”⁴²⁹, não se encontrou outros vestígios sobre a atuação de José Amorim no desempenho de suas funções na Vila de Crato, nem de outros indígenas letrados no exercício do poder administrativo. Porém, há de se destacar que Amorim atuou num contexto em que o Diretório pombalino estava em vigor, cujas principais ações buscavam integrar os índios à sociedade e participar do corpo administrativo das vilas recém-criadas, entre outros. De acordo com Maria Celestino Almeida:

a legislação pombalina ampliou consideravelmente essas oportunidades sobretudo quanto ao acesso a cargos e ofícios militares pois os índios deixavam de ser incluídos entre as chamadas raças infectas sujeitas às limitações impostas pelos estatutos de limpeza de sangue [...] dessa forma, acabar com a discriminação contra os índios e transformá-los em súditos iguais aos demais eram as metas que visavam também a criar condições para que os cargos administrativos das novas vilas fossem ocupados por índios.⁴³⁰

É nesta conjuntura que se pode compreender o lugar social de José Amorim. Ao assumir um cargo que tinha significativas atribuições e valor social, na ótica dos religiosos e de parte da sociedade não índia, um valor incomensurável. O capítulo LXV das Ordenações Filipinas, determinava que:

Os juízes ordinários e outros, que nos de fora mandarmos, devem trabalhar, que nos lugares e seus termos, onde forem Juizes, se não façam malefícios, nem malfeitorias. E fazendo-se, provejam nisso, e procedam contra os culpados com diligência. **Os juízes ordinários** trarão varas Vermelhas, e os juízes de fora brancas, continuamente, quando pela villa andarem, sob pena de

⁴²⁸ Idem. Ibidem., p.75. Grifos meus.

⁴²⁹ Id. Ibid., p.129.

⁴³⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.120. Ver também: XAVIER, Maico Oliveira. **Caboculos são os Brancos**, Dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX). Fortaleza: SECULT\CE, 2015.

quinhentos réis por cada vez, que sem ella forem achados. E, por que os **juízes ordinários** com os homens bons têm o **Regimento da cidade**, ou Villa, eles ambos, quando poderem, ou a menos hum, irão sempre à vereação de Camara, quando se fizer para com os outros ordenarem o que entenderem que he bem comum, direito e Justiça. E façam audiência aos tempos que devem, convem a saber nos conselhos. Villas e lugares, que passarem de sessenta visinhos farão dous dias na semana, e mais outros dous nos presos. E as de sessenta visinhos, e dahi para baixo farão audiência hum dia na semana e mais outra aos presos.⁴³¹

Conhecer o regimento da Vila, realizar audiências, dentre outras atribuições significativo para o índio juiz. Se desconhece as vantagens para os índios em ter um de seus pares na administração, mas para os religiosos significava o coroamento de sua doutrina, que, levada a efeito pelos seus ensinamentos, proporcionou a um indivíduo vindo das fileiras de uma sociedade dita selvagem e bárbara alcançar significativa posição. Essas práticas, especialmente sobre o ensino das letras e do trabalho, indicam a compreensão de que estas e outras atividades eram recorrentes em todos os aldeamentos.

Instrução, educação e trabalho são as categorias-chaves nesse processo. A relevância de educar os nativos nas primeiras letras pairava também na convicção de que a doutrina cristã-católica, em toda a sua dimensão, estaria sendo absorvida com maior eficácia e que se traduzia no mais importante método de conversão, ou seja, o do *Catecismo dialogado*. Bastante difundido no século XVI, esse método se tornou eficiente não apenas para os nativos, mas aos cristãos católicos como um todo. O Catecismo

no século XVI se disseminou em várias regiões do mundo e em muitos idiomas. O catecismo foi um tipo de obra privilegiada para difundir as propostas de reforma na Igreja. Os catecismos dialogados expressavam os vários debates religiosos em curso no século XVI e conservavam a linha pedagógica presente na Idade Média. **O diálogo** de perguntas e respostas como forma textual do catecismo estabelecia uma interface **com a oralidade** tanto no seu uso pelos protestantes quanto pelos católicos. O diálogo de perguntas e respostas mantinha o uso da memorização pela oralidade como forma de ensino do texto escrito.⁴³²

O exemplo mais contundente dessa prática foi efetuado entre os Kariri Kipeá e Dzubukua, no século XVII. A tabela abaixo demonstra um pouco a forma desse diálogo quando o Jesuíta Luiz Vicencio Mamiani aldeou os Kariri Kipeá na Aldeia de Gerú, na capitania Real de Sergipe.

⁴³¹BRASIL COLONIAL: Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acessado em: 01/04/2016. Grifos meus.

⁴³²RIBEIRO, Roberto Silva da. **O Catecismo Kiriri**: A lei de Deus e o Interesse dos homens. In: **Seculum. Revista de História** [13], João Pessoa: jul\dez, 2005. Pp. 39-51. Grifos meus.

Tabela 6 - Mandamentos Sacramentais

Língua Kariri	Língua portuguesa
Cinco yé suwaridzá Santa Madres Igreja dó cudeá	Os mandamentos da Santa Madre Igreja são cinco
1.Ubí dó Missam Tupã buyé	1.Primeiro: ouvir Missa aos domingos e festas de guarda
2.Vipabó sembohó cróbihébati	2. Segundo: confessar ao menos húa vez no anno
3. Dó Tupã mó becúbecú sembohó Paschoa	3. Terceiro: comungar pella Paschoa da Ressurreição
4. Wa wádámó simbambighi nó Santa Madre Igreja	4. Quarto: Jejuar quando manda a Santa Madre Igreja
5. Diwanhubatçá Tupã do unecá, dovdjé dehe; Di vbenu hodehé	5. Quinto: pagar dízimos e primícias

Fonte: MAMIANI, Luiz Vincencio. **Catecismo Kiriri** .1942 [1698].

Tabela 7 - Sacramentos Religiosos

Língua Kariri	Língua portuguesa
Sete Sacraments Igreja dó cudéa	Os Sacramentos da Santa Madre Igreja são sete
1.Waicutçú mó yebédzú Tupã	1. Batismo
2. Hé nó waré buyê dó nhendí Tupã	2. Confirmação
3.Cró ibújêwoho idchó ipri Jesu Christo mó becúbecú, mó yerunódehé	3.Eucaristia
4.Vipabó	4. Penitencia
5. Hé dinhátéri no waré dó nhendí Tupã	5. Extrema Unção
6. Widó waré	6. Ordem
7. Piwonhyé	7. Matrimonio

Por certo, os Kariris, em sua privacidade, perguntavam-se o que era e para que serviam esses ritos, em especial o matrimônio e a monogamia, para além de negarem suas práticas culturais/religiosas. É interessante observar a tradução para Tupã, divindade maior entre as sociedades, em especial as Tupinambá, ora considerado Deus e Jesus Cristo, ora aquele que paga tributos.

Tabela 8 - Pecados Capitais

Língua Kariri	Língua portuguesa
Sete ibuanghété dó oiberú, buáughété Whohoyé	Os pecados capitais, donde nasce todos os outros, são Sete
1.Netókiepribatisiné	1.Soberba
2.Ei coré Curby	2.Avereza
3.Ponhé	3. Luxuria
4.Iré	4. Ira
5. Nhú crúbycrúby	5. Gula
6.Unúisi móicáugheté detfahó	6.Inveja
7.Nhacoró só Tupã	7. Preguiça

Fonte: MAMIANI, Luiz Vincencio. **Catecismo Kiriri**. 1942 [1698].

Outro aspecto a ser considerado, são as transgressões, os pecados. Ressalte-se que os 7 pecados capitais, da fé católica, nada significavam para as sociedades nativas. Estas práticas pecaminosas nunca fizeram parte de suas crenças e hábitos. São invenções da cultura cristã ocidental, transportadas para os trópicos, onde até então não havia pecados.

3.5. Uma Língua Geral Para Os Kariri

O interesse em estudar os índios do Nordeste só viria a ocorrer na década de 1940, em especial, sobre os Kariri e suas línguas. Um desses estudos foi de Thomaz Pompeu Sobrinho, tendo publicado, em 1947, na Revista do Instituto do Ceará, o artigo “*Sistema de parentesco dos índios Cariris*”.⁴³³

No mencionado artigo, buscando compreender a organização social dos Kariri, especialmente os Kariri-Kipea e Dzubukuá, apoiou-se nos estudos efetuados por Charles Wagley, que, em colaboração com Eduardo Galvão, estudaram as tribos Tapirapé, do Brasil Central (Goiás) e os Tenetehara, do Maranhão; bem como nos de Virgínia Drew Watson, referentes a tribo Caiuá, do sul do Mato Grosso (fronteira com o Paraguai). Observou, ainda, que o método utilizado por esses autores, consistia na elaboração de listas de vocábulos dessas nações relacionando-os aos da língua geral Tupi-Guarani. O resultado foi que, apesar da grande distância que separavam os grupos estudados, as diferenças de parentesco entre si eram mínimas. Lançando mão dessa

⁴³³ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Sistema de parentesco dos índios Cariris. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LXI, 1947, p.163-180.

metodologia, Pompeu Sobrinho revelou que era seu o “desejo de contribuir com uma parcela de informação para esclarecer a organização social dos Cariri, *índios nordestinos completamente extintos*”.⁴³⁴

Com base nas suas pesquisas, Thomaz Pompeu destaca que os Kariri tinham uma língua bem definida, mas nada se conhecia de sua organização social.⁴³⁵ Com base nesses estudos, fez um mapeamento sobre o sistema de parentesco da família Kariri, no entanto não relacionou com a língua tupi-guarani. Eis algumas amostragens:

Tabela 9: Sistema de Parentesco da família Kariri, 1947

1º grupo: pais e filhos		2º grupo: avós e netos		3º grupo: irmãos		4º grupo: tio e sobrinhos	
Pai	<i>Padzu</i>	Avô	<i>Tó</i>	Irmão mais velho	<i>Popô</i>	Irmão do pai	<i>Payê</i>
Mãe	<i>dé</i>	Avó	<i>Niké</i>	Irmão mais moço	<i>Byrã</i>	Irmão da mãe	<i>Cucu</i>
Filho	<i>Nurâ</i>	Neto	<i>Té</i>	Irmã mais velha	<i>Dzedzé</i>	Irmã do pai	<i>Anhá</i>
Filha	<i>Nutidzé</i>	Neta	<i>Tiké</i>	Irmã mais moça	<i>Byké</i>	Irmã da mãe	<i>Dedenhé</i>
						Filho do irmão	<i>Nuanhá</i>
						Filho da irmã	Té
						Filha do irmão	nutidzonhá
						Filha da irmã	Bâké

Tabela elaborada através das informações de Thomaz Pompeu Sobrinho no artigo: **Sistema parentesco dos índios Cariris. 1947.**

Teoricamente, Pompeu Sobrinho estava envolvido com as concepções de aculturação dos povos nativos em debate naquela época, onde a maioria dos Tapuias,

⁴³⁴ Idem. Ibidem., p.163-180.

⁴³⁵ Id. Ibid., p.163-180.

especialmente os Kariri, fora decretada extinta por vários estudiosos. Assim, a única maneira de se conseguir elaborar uma suposta organização social desses povos era através da língua, pois, de todas as nações que habitavam os sertões, só os Kariri tiveram em sua língua dois Catecismos e uma Gramática.

O maior interesse em estudar os nativos do Nordeste, de uma forma mais complexa, inclusive suas línguas, só vem a se esboçar com maior intensidade na década de sessenta do século XX. Num relatório intitulado: “*Índios do Nordeste*”: *Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro*”, efetuado por Robert E. Meader, em 1961, publicado por Aryon Dall’Igna Rodrigues, quase quinze anos depois, em um “Seminário sobre Língua e Cultura do Nordeste”, realizado em Salvador, em 1975. Neste relatório foram levantadas quinze etnias – Pankaruru, Kambiwá, Tuxá, Kariri, Kaimbé, Pataxó, Baenã, Kamakã, Guerén, Potiguara, Xukuru, Xukuru-Kariri, Xokó, Wakoná e Natu – indicando as suas respectivas localidades. Segundo ele,

Em 1975, em intervenção no Seminário sobre Língua e Cultura do Nordeste, em Salvador, eu tive ocasião de fazer referência a este relatório, que proporciona informações não disponíveis em outros documentos, publicados ou inéditos. No mesmo seminário foi possível verificar o interesse de diversos antropólogos pelo estudo dos mesmos grupos de índios visitados há 15 anos por Pickering, Kroeker e Wagner. Todos eles certamente gostarão muito de dispor das informações dos três linguistas, mesmo nos casos em que elas são muito limitadas.⁴³⁶

Aryon Dell’Igna Rodrigues, em “*Notas do Sistema de Parentesco dos Índios Kiriri*”, 2012, muito semelhante a Pompeu Sobrinho, buscou através do sistema de parentesco e da cultura material, revisitar e tentar compreender a sociedade Kariri. Nesse estudo, elegeu especialmente os Kariri-Kipeá, pois segundo ele, com “o sistema de parentesco referente aos Kipea-Kirirí, mais a comparação dos termos das demais línguas poderá nos autorizar a estendê-lo a toda a família, ou a restringi-lo só a estes índios”.⁴³⁷

Tabela 10 -Relação dos termos de parentesco dos Kariri-Kipeá

1º grupo: pais e filhos		2º grupo: avós e netos		3º grupo: irmãos		4º grupo: tio e sobrinhos	
Pai	<i>Padzu</i>	Avô	<i>Tó</i>	Irmão ou primo mais velho	<i>Popó</i>	Tio, primo ou irmão do	<i>payê</i>

⁴³⁶ RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. MEADER, Robert E. **Introdução a “Índios do Nordeste”**: Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro. Tradução do Inglês por Yonne Leite e Revista por Aryon D. Rodrigues, Brasília: 13 de julho de 1976.

⁴³⁷ RODRIGUES, Aryon Rodrigues Dell’Igna. **Notas do sistema de parentesco dos índios Kiriri**. In: **Revista de Linguística Antropológica**, vol. 4, n. 2. Laboratório de Línguas indígenas. Instituto de letras da UnB. 2012, p. 237-250.

						pai(falando do homem)	
Mãe	<i>Idéinú</i>	Avó	<i>Nhiké</i>	Irmão ou primo mais moço	<i>Byræ</i>	Tio, irmão ou primo da mãe(falando da mulher)	<i>paidenhé</i>
Filho	<i>Nhú, nhunaræ</i>	Neto	<i>Té</i>	Irmã ou prima mais velha	<i>dzedzé</i>	Tia, irmã ou prima do pai	<i>Anhá</i>
Filha	<i>Nhutidzi</i>	Neta	<i>Teké</i>	Irmã ou prima mais moça	<i>Byké</i>	Genro	<i>Myté</i>
						Filho do irmão, ou do primo, ou filho da irmã ou da prima	<i>Nhuanh</i>
						Filho da irmã	<i>Tenha</i>
						Filha, sobrinha, ou primo do irmão	<i>Yehé</i>
						Filha da irmã	<i>Bâké</i>

Tabela elaborada baseada nas informações de Ayrton Rodrigues no artigo: Notas do Sistema de Parentesco dos Índios Kiriri, *Op. Cit.*, 2012.

Ayrton Rodrigues elaborou, ainda, um vocabulário dos termos da cultura material.

Vejamos alguns exemplos:

Tabela 11: Materialidade cotidiana dos Kariri-Kipeá e seus significados

Utensílios de caça e de guerra	<i>Significado</i>	Utensílios\Indumentária	<i>Significado</i>	Utensílio de barro	<i>Significado</i>
Arco	seridzé	Tecelagem		Cerâmica	
Flecha	buicú	Tear	woncuró	prato para fazer louça	wereté)
Virote	Cotó	Fuso	buruhú	prato de barro	aribá do bunhá
Cachaporra	tçoncopy	Roca	poponghi hó	Alguidar	Bubêhó
Anzol	yacróró	Fio			
Rede de pescar	muhé	Pano	Cruté		

		Algodão	Endi		
		Saia de pindoba	Sasá		
		Ornato de penas	Badí		
		Colar de osso	Bebá		
		Contas	myghy		
Atividades agrícolas	<i>Significado</i>	Alimentação\bebidas	<i>Significado</i>	Outros objetos	<i>Significados</i>
Roça	bechiẽ	Beiju	waræró	Cerca de paus	Dedi
Lavoura	uanhi	Bolo de mandioca assada	warudú	Paliçada	Mæná
Capoeira, roçado velho	bucunú	Carimã	sekiki	Cordão	Seti
Cavador	dehebá	Fogaça	pobebá	Cordea, embira	Dzítú
Mandioca	muicú	Milho assado	madzó	Jenipapo	Me
Milho	masichi	Milho cozido	cronhanhá	Urucu	bucrenké
Fumo	badzé	Farinha de milho fresco	mairú	Nadar	ponhú, bahá
Feijão	ghinhé	Papas de milho	burehé	Cortezia com o pé	Torá
		Assado em covas	Creyá	Balça	Eyemé
		Moquém	badzurú	Desejar fumo	Tané
		Vinho de milho	nhupy	Corrupio	Tereré

Tabela elaborada baseada nas informações de Ayrton Rodrigues no artigo: **Notas do Sistema de Parentesco dos Índios Kiriri**, 2012.

Ambos autores, identificaram em seus estudos semelhanças da língua dos Kariri, ao Tupi. No entanto, a língua Kariri, considerada autônoma, tinha diferença com esta, como deixou claro Baptista Siqueira, em “Os Cariris do Nordeste”, de 1957.

Tabela 12: Nomes e significados entre as línguas Tupi e Kariri

Lingua Tupy	<i>Significado</i>	Lingua Kariri	<i>Significado</i>
Ambé	Continuar de pé	Ambé	Paga
Anhá	Dente	Anhá	Tia
Byté	Contunar	Byté	Tornar

Cayá	Cajar, fruto	Cayá	Noite
Endy	Chama, brilho	Endy	Algodão
Erá	Nome	Era	Casa
Ibá	Ruim	Ibá	Carro
Itá	Pedra	Itá	Ser saboroso

Fonte - Tabela elaborada de acordo com os dados de Baptista Siqueira no livro: **Os Cariri do Nordeste, Rio de Janeiro: Cátedras, 1957.**

Todavia, há de se considerar que dado os intensos deslocamentos, essas línguas se misturaram. Kariri-Kipeá, Kariri-Dzubukuá, especialmente, foram se aglomerando no Médio São Francisco, mas, especificamente, nos sertões de Rodelas, pois ali era o espaço por onde os caminhos da expansão colonizadora rumavam sentido oeste-leste.⁴³⁸ Nesse espaço, o linguista José Marcio Queiroz realizou seus dois trabalhos: a dissertação, “*Aspectos da Fonologia Dzubukuá, 2008*” e a tese, “*Um estudo da Língua Dzubukuá, Família Kariri, 2012*”. Nesses trabalhos, o autor procurou aprofundar a fonologia da língua Kariri-Dzubukua, pois ali, os Dzubukua, “juntamente com outras etnias nativas, habitavam”⁴³⁹. O mapa abaixo ilustra a localização dos sertões de Rodelas onde, especificamente, a etnia Dzubukuá habitava. E de onde vários povos Kariri migraram para os Cariris Velhos, sertões de Piancó/Piranhas e Cariris Novos.

⁴³⁸ Geograficamente os Kipeá, situavam-se e ainda estão situados no Nordeste dos Estados da Bahia e do Sergipe, as margens do Rio São Francisco. Estima-se que atualmente perfazem um total aproximado de dois mil índios distribuídos em uma área de transição entre o agreste e o sertão nordestino. QUEIROZ, José Marcio Correia de. **Aspectos da Fonologia Dzubukua**. (Dissertação). Recife: UFPE, 2008, p.41.

⁴³⁹Idem. Ibidem., p.37. Grifos do autor.

Mapa 11: Espaço em que os Kariri-Dzubukuá atuavam



Fonte: José Marcio Correia de Queiroz. *Aspectos da Fonologia Dzubukua*. (Dissertação). Recife: UFPE, 2008.

Foi nesse espaço que Marcos Galindo destacou que havia uma certa homogeneidade cultural, uma convivência pancultural e pan-linguística, muito mais ampla que a que até hoje tem sido aventada”.⁴⁴⁰ Resquícios desse pan-culturalismo sobreviveram, e ainda sobrevivem, em muitas das manifestações culturais existentes no Cariri.

Pompeu Sobrinho no artigo “As origens dos índios Kariri”, publicado na Revista do Instituto do Ceará, destaca que provavelmente um dos quatro troncos linguísticos, *Kipea*, *Dzubukua*, *Sabuja* ou *Camaru* era base da língua própria dos kariri estabelecidos no sul do Ceará,⁴⁴¹ sem no entanto identificou qual tronco.

Todavia, fica impossível conjecturar qualquer afirmação. Contudo, compreende-se nessas discussões que, assim como a língua tupi-guarani foi utilizada para

⁴⁴⁰ GALINDO, Marcos. *O Governo das Almas: a expansão colonial no país dos tapuias*. 1651-1798. (Tese). Universiteit Leiden, 2004, p. 80-81.

⁴⁴¹ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. As origens dos índios Cariris. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tomo LXIV, 1950, p. 314-347.

doutrinar os nativos da costa, a dos Kariri se destacou também como elemento primordial para instruir o restante dos nativos dos sertões do Nordeste. Deve-se considerar também que tendo essa proposta evangelizadora para os sertões através da Língua Kariri põe em questão se a dita “Língua Geral” tupi-guarani era realmente falada em todo o território colonial até ser substituída por completo pela Língua portuguesa, em 1823. Estudiosos como José Ribamar Bessa Freire levantam questões pertinentes sobre essa questão. Segundo Bessa Freire,

Os **estudos preliminares** manifestam, como regra geral, uma certa tendência a generalizar, para todo o território brasileiro, aspectos que se limitaram ao litoral ou à região centro-sul, considerando os estados do Brasil e do Grão-Pará como se fossem uma única entidade. Assim, quando se referem à **Língua Geral**, confundem algumas vezes a **Língua Geral Paulista, com a Língua Geral Amazônica**, numa perspectiva de ‘unidade nacional’ e lingüística, que é, no mínimo, discutível.⁴⁴²

Suas observações fazem sentido se olharmos as dimensões do território colonial e os milhares de nativos que nele habitavam. Por esse ângulo, não se pode compreender a “homogeneização” de um idioma geral para todas as áreas, até porque, mesmo os nativos de origem linguísticas comuns, como os tupinambá, tinham suas diferenças. Nesse sentido,

O processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII teve de utilizar como instrumento fundamental para a dominação, línguas indígenas brasileiras. Embora homogeneizadora da atividade catequética – construiu um “tupi jesuítico” –, a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para a hegemonia do português no Brasil, juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios não só no litoral brasileiro, mas nas entradas paulistas; pelo nordeste teria sido uma língua geral **cariri** e na Amazônia a língua geral de base tupinambá é o antepassado do nheengatu, que persiste hoje em área de complexo multilingüismo no rio Negro, língua brasileira, fruto vivo da morte de outras línguas.⁴⁴³

Essa tentativa de “regionalizar” a língua consistia em escolher uma determinada língua de um apontando grupo de nativos para catequisar outros em algumas áreas, pode ter se configurado num suporte para melhor domínio sobre o restante dos Tapuias, contribuindo para a suplantação das demais línguas existentes naquelas respectivas áreas. Ainda segundo o autor, “pela grande extensão territorial e pela necessidade de comunicação necessária desde os primeiros anos de colonização, a possível presença de línguas gerais em outras áreas diferentes daquelas delimitadas por

⁴⁴² FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da língua Geral ao Português: uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia.** (Tese). Rio de Janeiro: UERJ, 2003, p. 28. Grifos do autor.

⁴⁴³ SOUZA, Hirão Fernandes Cunha. **O português kiriri: Aspectos fônicos e lexicais na fala de uma comunidade do sertão baiano.** (Dissertação). Salvador: 2011, p. 33. Grifos meus.

Aryon Rodrigues é bastante plausível”.⁴⁴⁴ O autor não explica o porquê da língua Kariri não ter se configurado como Geral para o nordeste e nem temos no momento elementos para melhor compreender. Grosso modo, a escolha de se instituir línguas gerais em áreas estratégicas de colonização, como o sertão de Rodelas foi, segundo Fernandes Hirão, a de

Eliminar a multiplicidade de línguas existentes no território brasileiro usando como estratégia a eleição daquela que, por ser predominante na costa e falada por um maior número de pessoas, seria satisfatória aos interesses do Estado português: uma língua ampla, geral, que desse conta do esforço da Coroa Portuguesa para efetivar a conquista do novo território.⁴⁴⁵

Dito isso, a língua Kariri, apesar de ter tido uma efêmera relevância na época e se constituída dentre as Tapuias a mais documentada, hoje é considerada como extinta. Após a instituição da língua portuguesa pelo Diretório Pombalino na segunda metade do século XVIII, só os descendentes do tronco tupi, e algumas etnias do Nordeste, como os Fulniô, conseguiram manter “originalmente” seus dialetos. Dentro desse panorama, o que se pode extrair de concreto em relação à “extinção” da língua Kariri pode estar relacionado a vários aspectos, dentre eles a interação com outras etnias e também com a sociedade não índia. Uma observação interessante sobre a postura dos Kariri em interagir com os adventícios foi feita por Pudsey, no século XVII. Segundo ele,

Os nativos deste país são povos de duas espécies, tão diferentes na proporção dos corpos como igualmente em suas disposições naturais. Um é chamado de tapuias o outro de brasileiros. Os tapuias são imensos de estatura, e uma gente extraordinariamente ativa e forte. Uma gente de uma estranha natureza desumana, de nenhuma maneira possível de ser trazida à sujeição ou a qualquer modo regular de vida. [...] destes há duas sortes de povos. Uns são os chamados tapuias, os outros os cariris. Estes cariri diz-se que antes foram franceses. Havendo vivido num lugar chamado Baía [do Rio] Grande e tendo sido expulsos por ocasião de guerras de seus redutos para os matos, no processo do tempo tornaram-se selvagens. E tendo-se cruzado com as mulheres tapuias hoje em dia se tornaram um só povo, exceto por não cortarem seu cabelo de uma só feição. [...] esta geração de tapuias e cariris considero-as uma só, porque suas mulheres fizeram-nas, com o passar do tempo, uma só mistura.⁴⁴⁶

No entanto, há de se compreender que essa interação tem seu outro lado; como Cristina Pompa muito bem definiu, ou seja, tem sua “tradução” que marca a

⁴⁴⁴ Idem. *Ibidem.*, p. 32.

⁴⁴⁵ Id. *Ibid.*, p. 32.

⁴⁴⁶ PUDSEY, Cuthbert. 2000. “Journal of a residence in Brazil”. Brasil Holandês. Volume III. Curthbert Pudsey. Diário de uma estada no Brasil. Ms. depositado na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro sob o nº de tomo “I.12.3.17”. Ed. fac-similar. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares (eds.). Trad.: Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Index: 2000; 16. Apud STUTZ, Ereni. Diversidade linguística: registro e representação no Brasil, primeira metade do século XVII. In: **Centro de documentação em Historiografia da Linguística**. CEDOCH. São Paulo USP, p. 179-194. Grifos do autor.

percepção e a devolução para outro, da nova realidade”.⁴⁴⁷ Dessa forma, “a língua é uma força ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais.”⁴⁴⁸

Nesse sentido, há de se considerar as ações missionárias que ao promover os deslocamentos e junções de várias nações Tapuias, num mesmo aldeamento, contribuindo mais acentuadamente para essa mistura linguística/cultural, aos poucos as línguas kariri foram se emaranhando. De maneira que, ao passar do tempo, esperava-se que os Kariri não mais conseguissem se reconhecer nessa forma de comunicação. Em especial após a elevação desse aldeamento à categoria de Vila, no período Pombalino, quando o ensino, e fala, no idioma português torna-se obrigatório. Todavia, nos espaços privados, cada povo uma língua, uma tradição e uma memória que os faziam sentir índios, mesmo num contexto social que lhes era adverso.

3.6. De Aldeia do Miranda à Vila do Crato

A constituição das Vilas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, tinha o objetivo de integrar econômica e administrativamente as freguesias e povoados e *os nativos* ainda dispersos pelos sertões. Não haveria apenas de construir Vilas. As freguesias que foram originadas de aldeamentos e que ainda tinha grande número de índios foram transformadas em Vilas de Índio, em 1759.⁴⁴⁹ “Como solução para o combate a dispersão e tentativa de organizar o crescimento da população, principalmente no sertão, área distante do controle metropolitano”⁴⁵⁰.

Isso fica patente em um ofício que o capitão mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, enviou ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 1782. Segundo o referido capitão:

Deve fazer-se o mayor esforço para atrair os Indios a viver em sociedades deixando os sertoes, em que habitão dispersos, persuadindo lhes as utilidades que dahi lhe resultão especialmente o sumo bem da religião; e para

⁴⁴⁷ POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. São Paulo: EDUSC, 2003, p.350.

⁴⁴⁸ BURKE, Peter. **A arte da conversação.** São Paulo: Unesp, 1995, 41.

⁴⁴⁹ Cf: SILVA, Isabelle Braz Peixoto. **Vilas de Índios no Ceará Grande:** dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. (Tese). Campinas: UNICAMP, 2003.

⁴⁵⁰ VEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes:** história da Família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.54.

estefim deve ser tratados com toda brandura, livrando os das oppressões que prezentemente padecem os já aldeados.⁴⁵¹

A fala do Governador aponta para dentre outras questões: os atritos da Igreja com o Estado, quando os Jesuítas foram expulsos e se instaurou o Diretório Pombalino em 1758. A preocupação com os índios que ainda estavam dispersos nos territórios da Capitania do Ceará e inevitavelmente estava tentando fazer valer o Diretório, ou seja incorporar os índios naquela sociedade e a crítica aos métodos de aldeamentos, por isso prometia tratar os índios com brandura em relação aos que ainda estavam aldeados. Em 1783, o referido Governador realizou um levantamento das vilas de índios e de brancos na Capitania do Ceará, sendo 7 vilas e 21 povoações de branco; 5 vilas e 3 povoações de índios. Vide tabela.

Chama atenção a Vila Real do Crato enquanto vila de brancos. Ao que parece nem chegou à categoria de vila de índio, a exemplo de Viçosa e Aronche; passando quase de imediato a status maior. Nesse processo, fica um sentimento de que os indígenas daquela antiga missão desapareceram.

Tabela 13. Villas, e Principaes Povoações de brancos, e Índios da Capittania do Ciará Grande com as denominações das ditas Villas e invocações dos Oragos das suas respectivas Matrizes e Cappelas feito em primeiro de Abril de 1783.

Nome das Villas dos Brancos	Orago das suas matrizes	Nome das Povoações de Brancos	Orago de suas Matrizes e Capelas
V. ^a . de Fortaleza-capital	N.Snr. ^a . d'Assunção e São Jozé de Ribamar	Quixeramobim	St. ^o . Antonio - Matriz
V. ^a . de Aquiraz-Cabeça de Comarca	S. Jozé de Ribamar	Arrayal dos Cariris Novos	São Jozé - Matriz
V. ^a . de Santa Cruz do Aracati	N.Snr. ^a . do Rozário	Inhamunz	N. ^a Snr. ^a do Carmo - Matriz
V. ^a de Icó	N.Snr. ^a . da Expectação	Arneiroz	N. ^a . Snr. ^a . Da Paz - Capela

⁴⁵¹ AHU. Documento para o Ceará. **Ofício** do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, encaminhando um relatório geral sobre a capitania. Caixa 09. Doc. 591. 1782

V. ^a Real de Sobral	N. Snr. ^a da Conceição	Serra dos Cocos ou Campo Grande	São Gonçalo - Matriz
V. ^a Real de Granja	São José	Russas	N. ^a Snr. ^a do Rosário - Matriz
V. ^a Real de Crato	n. Snr. ^a da Penha	Telha	Santa Ana - Capela
Total de Vilas de Brancos 7			
Nomes das Vilas de Índios	Orago das suas matrizes	Amontada	N. ^a Snr. ^a da Conceição - Matriz
		Cascavel	N. ^a Snr. ^a do Ó - Capela
V. ^a Viçosa Real	N. Sr. ^a da Assunção	São João	São João - Capella
V. ^a Real de Soure	N. Sr. ^a da Conceição	Jaguaribe Mirim	N. ^a Snr. ^a da Conceição - Capella
V. ^a Real de Arronches	Bom Jezus dia Aflitos	Mosoró	Santa Luzia - Capela
V. ^a Real de Messejana	N. Snr. ^a da Conceição	São João do Aracati	São Jozé - Capela não acabada
V. ^a de Monte Mor o Novo	N. Snr. ^a da Palma	Beruoca, ou Merruoca	Ainda não tem igreja
Total de Vilas de Índios - 5		Cajuaes	Ainda não tem igreja
		Serra da Uruburetama	Ainda não tem igreja
Nome das Povoações de Índios	Orago das Suas Matrizes	Siopé	N. ^a Snr. ^a da Soledade - Capella
Monte Mor o Velho	N. Snr. ^a da Conceição	Trairí	N. ^a Snr. ^a do Rozario - Capella

Almofalla	N. Snr ^a . da Conceição	Mata Fresca	N. Snr ^a . da Soledade - Capella
Bayapina	São Pedro	Jiqui	N. Snr ^a . da Conceiçam - Capella
Total das Povoçoens de Índios – 3		Catinga de Goes	Santa Ana - Capella
		Total da Povoçoens dos Brancos 21	

Fonte: AHU. Documentos para o Ceará. **Mapa** das vilas de brancos e índios no Ceará: Caixa 09. Doc. 591. 1783

O aldeamento do Miranda, em 1762, fora elevado à categoria de paróquia, vila de índio, e dois anos depois passou à Vila Real de Crato. Momento em que não mais os capuchinhos estavam mais à frente da administração e sim um vigário interino, “o padre Manuel Teixeira de Moraes, que até então exercera a função de pároco de São Mateus, hoje Jucá”⁴⁵².

Essa mudança de categoria em consequência dos Alvarás, com força de lei, emitidos pelo Secretário de Estado da Coroa portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que “afora abolir o poder espiritual e temporal, ordenava a criação de Vilas de índios; defendia a presença de brancos entre eles; proibia o uso de línguas nativas; regulamentava o trabalho indígena”⁴⁵³. Vejamos o Alvará emitido em 1758:

Sendo S.M.F. servido pelos alvarás com força de lei de 6 e 7 de junho de 1755 e 8 de julho de 1758 abolir a administração temporal, que os regulares exercitavam nas Aldêias d’este governo determino, em execução dos referidos alvarás, e para que se verifiquem as suas reaes e pias intenções, que haja em cada uma das sobretidas Povoções, enquanto os índios não tiverem capacidade para se governar, um diretor que nomeará o govenador e o capitão geral d’estas capitánias dotado de bons costumes, zelo, prudência, siencia da língua e todas as mais circunstancia necessárias serão um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas vilas ou logares o uso da língua portuguesa, não consentindo de modo algum, que os meninos e meninas, que pertencerem a Escola e todos aquelles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, uzem **da língua própria da** suas nações ou da chamada língua geral, mas unicamente da portuguesa, na forma que sua Magestade tem recomendado e a repetidas ordens, que até agora se não observão com total ruina espiritual e temporal do estado.⁴⁵⁴

⁴⁵² ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.133.

⁴⁵³ XAVIER, Maico Oliveira de. **Cabôcullos são os Brancos**; Dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX). (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2010, p. 98.

⁴⁵⁴ *BRASIL COLONIAL: Alvará* com que interinamente que se deve regular os índios das novas Vilas e lugares erectos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XLVI, 1883, p 121-124.

Nos sertões dos Cariris Novos, os índios aldeados sentiram a política pombalina. Ali, quando o aldeamento do Miranda passou a vila de índio, em 1762, e “por força do decreto do governo português, que retirava ao clero secular regular a administração temporal dos aldeamentos de índios no Brasil, frei Joaquim de Veneza passou a deter apenas o governo espiritual do Aldeamento Missão do Miranda”.⁴⁵⁵ Diante de tudo isso, os Kariri, mesmo que estivesse no cargo de juiz um nativo, ficaram vulneráveis aos potentados senhores de terras, que para cultivarem a cana e outras culturas, ambicionavam os territórios que lhes tinham sido doados em 1743.

Ao que parece, os senhorios locais, brancos e mestiços levaram ao fim e ao cabo as interpretações da lei. Segundo Antonio Bezerra a situação dos muitos índios que estavam aldeados piorou quando a rainha D. Maria Primeira assumiu o trono em 1779,

os brancos, que nunca lhe concedera um dia de descanso, conseguiram que contra eles representasse o Ouvidor José da Costa Dias e Barros, ao Governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, pedindo a extinção dos da vila de Crato e Arneiroz, afim de se tratar do aumento, regularidade e civilidade da mencionada vila, e mais de sua câmara.⁴⁵⁶

Em 23 de março, daquele ano, o Governador enviou uma Carta ao Ouvidor recomendando a remoção dos Kariri das vilas de Crato e Arneirós.

Achando-se justa a representação que Vmcê me faz da transmissão dos Índios da povoação de Arneirós e Crato para Arronches por ter fundamento utilidade da Fazenda Real e **bem comum dos ditos índios e o benefício publico dos moradores da referida villa do Crato**; aprovou a sua muda a qual Vmcê mandara fazer na forma que me expreça igualmente aprovo as providências que Vmcê, deu e constam do plano que me remeteu sobre o augmento com que Vmcê se **empenha para a civilidade da mencionada vila**. Recife, 23 de março de 1779. José Cesar de Menezes, Senhor Dr. José da Costa Barros.⁴⁵⁷

Chamam a atenção os argumentos que justificam a transferência dos Kariri; *unidade da Fazenda e bem comum dos índios e o benefício público dos moradores da vila e a civilidade*. Isso implica em indicar que os Kariri, mesmo aldeados, foram resistentes ao projeto de integração à sociedade, de conformidade ao proposto pelo Diretório pombalino. Simplesmente, a elite local forçou que abandonassem aquele território, já que, no documento de doação das terras para a missão, havia um termo alertando que se os Kariri saíssem dali as terras voltariam aos antigos proprietários ou aos seus herdeiros.

⁴⁵⁵ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.141.

⁴⁵⁶ BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.*, p.185.

⁴⁵⁷ **Carta** do Sr. Governador Geral de Pernambuco sobre a extinção dos Índios da villa de Crato e Arneirós, registada em 10 de maio de 1780. *Apud* BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.*, p. 233.

Como observou Figueiredo Filho:

O fato mais sensacional e mais injusto que ocorreu em Crato, no ultimo quartel do século XVIII, **foi a expulsão dos indígenas, espoliados de suas terras** doadas pelo capitão mor Alvares de Matos e sua esposa. Muitos dos indígenas roubados de suas terras, com direitos assegurados por doação pública, preferiram embrenhar-se pela serra do Araripe, ao deus dará. Já não existiam no pastoreio de almas seus amigos capuchinhos que, como os filhos de Santo Inácio, preferiram a luta aberta contra a prepotência da força, do mando e da riqueza, a deixar que seus catequizados fossem espezinados pelos colonos.⁴⁵⁸

A verdade é que, em 1780, os não índios finalmente conseguiram se apossar das terras dos Kariri aldeados. Por ordem do ouvidor José da Costa Dias e Barros foram descidos para as aldeias do litoral, especialmente as da Parangaba, Baturité e Almofala. Outros fugiram para as Matas da Serra do Araripe, de onde não mais regressaram”.⁴⁵⁹ Em outubro de 1780, os Kariri de Miranda

“foram espoliados de suas terras e expulsos para Aronches, hoje Parangaba, os índios do Crato, por ordem do ouvidor José da Costa Dias e Barros. Prova-o o seguinte documento: Atestação. Atesto que fiz executar esta ordem quanto aos índios da vila do Crato em 16 do corrente, dia em que saíram da mesma vila para a de Aronches o que tudo presenciei, e quanto aos de Arneirós declarou o tenente-coronel Eufrásio Alves Feitosa, a quem incumbi a diligência, ser 20 do mesmo mês. O Escrivão da provedoria da fazenda registre esta para contar. Vila do Crato, 28 de outubro de 1780.⁴⁶⁰

Esses acontecimentos levaram historiadores locais, como José de Figueiredo Filho, e aqueles do IHC, bem como grande parte da sociedade a acreditarem, e, ao mesmo tempo, construir uma narrativa da definitiva extinção dos Kariri, e, por decorrência, sua invisibilidade nos sertões a partir de então, pois, “em Parangaba, com nome mudado para Arronches, pela ação antibrasileira do Marquês de Pombal, os indígenas se definharam, até o desaparecimento completo, frente ao Diretório inativo dos índios”⁴⁶¹.

Há de se esclarecer que, em parte, esse processo de descimento foi em função do Diretório Pombalino, todavia, mesmo que, em 1780, Pombal fizesse parte do governo português, a política indigenista propugnada pelo Diretório permaneceu até após a independência do Brasil, mesmo que tenha sido abolido por D. Maria I, de acordo com carta enviada ao governador do Grão-Pará

D. Francisco de Souza Coutinho, do meu Conselho, Governador e Capitão General do Estado do Pará. Eu a Rainha vos envio muito saudar. Sendo a civilização dos índios, habitantes dos vastos distritos dessa Capitania, um objeto mui digno da Minha Maternal atenção, pelo bem real que eles, não menos do que o Estado, acharam em entrarem na sociedade, e fazerem parte dela, para *participarem igualmente com os outros meus vassallos* dos efeitos

⁴⁵⁸ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. Cit.*, pp.38-39. Grifos meus.

⁴⁵⁹ PRIMERIO, Frei Fidelis M. *Op. Cit.*, p.170.

⁴⁶⁰ PINHEIRO, Irineu. *Op. Cit.*, p.48.

⁴⁶¹ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. Cit.*, p.39.

do meu contente e [ilegível] interrompido desvelo em os amparar à sombra das saudáveis determinações [...] e assim não só de convidar aqueles índios que ainda estão embrenhados no interior da capitania a vir viver entre os outros homens, mas de conservar [ilegível] e permanentes aqueles que já hoje fazem parte da sociedade, servindo o Estado e conhecendo uma religião, em que vivem felizes, bem de outro modo que os primeiros, desgraçadamente envolvidos em uma ignorância cega e profunda até dos primeiros princípios da Religião Santa, abraçaram os últimos, por efeito da pias e benéficas disposições dos Senhores Reis, meus predecessores e minhas: e querendo igualmente que a condição destes índios, assim dos que já hoje tem trato e comunicação com os outros meus vassalos, como dos que deles fogem, seja em tudo a de homens em sociedade: Hei por bem abolir e extinguir de todo o *Diretório dos Índios* estabelecido provisionalmente para o governo econômico das minhas Povoações, para que os mesmos índios fiquem, sem diferença dos outros meus vassalos, sendo dirigidos e governados pelas mesmas leis, que regem todos aqueles dos diferentes Estados, que impõem (sic) a Monarquia, restituindo os índios aos direitos, que lhes pertencem igualmente como aos meus outros vassalos livres. Escrita no Palácio de Queluz em 12 de maio de 1798.⁴⁶²

Pelo que se depreende do documento, longe de favorecer a população nativa, sua situação ficou mais vulnerável à mercê de administradores laicos, que moviam as relações com os aldeados mais a sua vontade e interesses. Muitos deles perseguidos e/ou escravizados por grandes proprietários locais, que geralmente os acusavam de roubo de gado, justificando ações punitivas aos Tapuias. Uma continuada guerra Justa. Nos Cariris Novos, o mais implacável, de todos foi o Coronel Simplício Pereira da Silva, um tenente da Guarda Nacional, “o carrasco dos pobres indígenas”.⁴⁶³

Um contexto cada vez mais complexo como aumento da população adventícia diante de uma população nativa, que cada vez mais usurpadas de suas terras, de forma rápida foram incorporadas às novas atividades demandadas pela economia colonial, para além do pastoreio e cultivo da cana, e uma incipiente atividade mineradora.

3.7. “Oásis” em Disputa

A extração do ouro nos Cariris Novos se não foi tão lucrativa, pelo menos elevou o número de pessoas nos pequenos povoados, sobretudo no de Missão Velha, onde, segundo Figueiredo Filho, “começou a ter novo impulso após já não foi atraído pela civilização do couro e sim pelo fascínio das bandeira e entradas sul – a mineração”⁴⁶⁴.

⁴⁶² *BRASIL COLONIAL: Carta* da rainha d. Maria I ao governador e capitão general do Estado do Pará, d. Francisco de Souza Coutinho, estabelecendo uma série de ordens para que os índios daquela região - tanto aqueles que já habitavam as povoações quanto aqueles que viviam “embrenhados” - fossem integrados à sociedade. In: Arquivo Nacional e Biblioteca Luso-Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>>. Acessado em 23/01/2017.

⁴⁶³ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. Cit.*, p.38-39.

⁴⁶⁴ Idem. *Ibidem.*, p.35.

Quando, em 1752, noticiou-se que nos Cariris Novos havia realmente ouro, o então Capitão mor e governador da capitania do Ceará, Luís Quaresma Dourado; o Ouvidor Vitorino Soares e o Capitão mor do Icó, Bento da Silva de Oliveira, foram sondar e constataram oficialmente a existência do dito metal. No mesmo ano, Jerônimo Mendes da Paz, designado como Intendente das Minas, a mando do governo de Pernambuco, foi também conferir *in loco* e inspecionar o acontecido. Guilherme Studart observou que ele,

Jerônimo da Paz não se deixava ficar quieto, antes ia desenvolvendo admirável atividade, prestando rigorosa atenção a todos os serviços, e pondo em contribuição a possível energia, própria e dos companheiros, nas pesquisas de riachos, chapadas e tabuleiros, onde algum indício assinalava a presença do cobiçado metal. Depois de repetidas experiências nos riachos do Jenipapeiro de João Gomes e Vargem das Carnaúbas, sendo que naquele já tinha estado também a minerar Quaresma Dourado, guiado pelo capitão-mor do Icó, Bento da Silva de Oliveira, passou-se ele ao Salgado, riachos do Quebra e das Tabocas, olhos-d'água chamados do Padre Agostinho e dos Oitis, ambos tendo nascença no Quebra. Do olho-d'água dos Oitis prosseguiu a examinar diferentes riachos entre os quais os dos Amigos (com barra no rio Salgado), de Santo Antônio, dos Cavalos, do Catingueira (os quais unidos entravam no riacho das Antas), do Cumbe (com barra no Catingueira), do Barro e do Ovo, sendo que este último ficava perto de S. Luzia, distrito da Paraíba. Após os riachos do Ovo e do Barro seguiram-se experiências nos das Lajes e do Catole, em muitos outros córregos e riachinhos com água apenas de inverno, nos lugares chamados Volta do Siebra e Juiz (terras dos monges beneditinos), riachos do Juiz (fazendo barra no Salgado pela parte do poente), de S. Domingos e Traíras (desaguando am-bos no do Juiz), diferentes outeiros, chapadas e grotas, entre as quais uma a que foi posto o nome do S. Jerônimo por ter sido descoberta a 30 de setembro.⁴⁶⁵

A corrida ao ouro fez fluir para a região indivíduos de toda estirpe, o que logo dificultou a fiscalização. Também o extravio era um constante. Isso se agravou cada vez mais quando Luís Quaresma Dourado, publicou na Vila de Icó um documento no qual informava que qualquer indivíduo que tivesse condições poderia extrair ouro, desde que pagassem os quintos à Coroa. A razão para tal atitude foi a baixa lucratividades das minas, e que enquanto não se encontrasse ouro suficiente, o governo da capitania não haveria de investir em tal empreitada. Com isso, aumentou ainda mais o número de pessoas a procura do metal, por

um povo de emigrados e aventureiros, entregue a si mesmo, ou administrado por autoridades fracas e ignorantes, desenfreiados e quase bárbaro, era o que então povoavam as minas dos Cariris. Homens avião, que fazião profissão da coragem, batendo-se a cada passo e enchião de terror e inquietação o espaço, que a autoridade deixava vazio.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ STUDART, Guilherme. **Notas para história do Ceará**. Brasília: Edições do Senado Federal. Vol. 29. 2004, p. 43.

⁴⁶⁶ Idem., Exploração das Minas São José dos Cariris durante o governo de Luiz Jozeph Correia de Sá segundo a correspondência do tempo. In: **Revista do Instituto do Ceara**. Fortaleza: 1892, p.05-62

Em 12 de maio de 1758, em Pernambuco, se convocou e realizou uma reunião para avaliar e decidir se era viável ou não manter aquela atividade nos Cariris Novos. A extração do ouro era realizada pela *Companhia de Ouro São José dos Cariris Novos*.⁴⁶⁷ Abaixo a ata da referida reunião:

Aos doze dias do mês de maio de mil setecentos e cinquenta e oito, neste Palácio das Duas Torres, donde foram chamados à presença do Ilmo. Governador, e Capitão-General destas Capitâneas de Pernambuco, os DD. Ouvidores desta Comarca João Bernardo Gonzaga, e o da Paraíba Domingos Monteiro da Rocha, o Provedor da Fazenda Real João do Rego Barros, e o Dr. Procurador da mesma Caetano Ribeiro Soares, pelo Sr. General foi proposta a representação **que os caixas da Companhia das Minas de S. José dos Cariris lhe haviam feito** para mandarem retirar a Escravatura, de que se compunha a dita Companhia, fomentada a tal representação com uns certos, e multiplicados avisos, que tinham recebido não só do feitor da mesma Companhia mas de muitos homens particulares, que residiam nas Minas, **pelas quais se mostravam os poucos lucros** que elas prometiam, e a grande perda, que já tinha recebido a Companhia porque havendo despendido dois contos quatrocentos e vinte mil rs. com o sustento da Escravatura, só tinham tirado de utilidade setecentos e cinco mil rs. produto do ouro, que se tem tirado para a dita Companhia, ficando assim esta prejudicada não só no excesso da despesa mas também na perda do serviço dos seus escravos em quase dois anos de experiência, sobre o que também o mesmo Ilmo. E Exmo. Sr. General patenteou outros avisos particulares, que havia recebido de pessoas fidedignas, sobre a pouca utilidade, que podiam dar as ditas Minas a quem as cultivasse, e ponderado todo o sobredito, e sobretudo que a dita Companhia no Capítulo 12 das condições com que seestabeleceu só se obrigou a continuar nas experiências dos descobertos das ditas Minas por tempo de um ano, a que voluntariamente haviam continuado para maior desengano o tempo de quase dois anos, termos em que lhe era lícito desfazerem a dita Companhia, ainda que achassem lucros proporcionados à sua despesa, quanto mais experimentando consideráveis despesas e nenhum lucro, votaram uniformemente que S. Ex^a devia permitir à Companhia a faculdade que pedia de mandar retirar a Escravatura, e a haverem por finda a sua Sociedade, e de como assim se assentou mandou o dito Sr. General fazer este termo em que assinou com os sobreditos Ministros, e o Dr. Procurador da Coroa; e eu Antônio José Correia Secretário do governo o escrevi. Luís Diogo Lobo da Silva, João Bernardo Gonzaga, Domingos Monteiro da Rocha, João do Rego Barros, Caetano Ribeiro Soares”. Não houve, portanto, duas opiniões. E assim ficou decretado o aniquilamento da Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris, o que queria dizer a extinção das lavras no distrito do Ceará.⁴⁶⁸

Em 25 de novembro de 1758, segundo Theberge, “veio a ordem régia para não mais deixar extrahir ouro nas minas dos Cariris Novos sob pena de prisão aos contraventores, isto, porque não avultavam aos quintos reaes, provas de que não eram pagos”⁴⁶⁹.

⁴⁶⁷ A referida Companhia foi criada em agosto de 1756 e veio para o Cariri com 12 associados e 73 escravos.

⁴⁶⁸ **Ata da Reunião da Companhia São José dos Cariris Novos.** In: STUDART, Guilherme. **Notas para história do Ceará.** 2004, p.113-114. Grifos meus.

⁴⁶⁹ THEBERGE, Pedro. Extractos dos assentos do antigo senado do Icó- 1738 até 1835. In: **Revista do Instituto do Ceará.** p.222-285.

Outro fator que alavancou a economia e a população daquelas freguesias e que recrutou também uma diversificada mão de obra, foi o cultivo da cana de açúcar. Embora só venha ter maior proeminência a partir dos anos finais do século XVIII em diante, a montagem dos pequenos engenhos que eram especialmente para a fabricação da rapadura e da aguardente, incrementaram ainda mais a economia e o crescimento populacional daquele lugar.

O cultivo da cana, que já era executado nos pequenos brejos daquela localidade, passou a prosperar. Informações sobre seu plantio e beneficiamento nos engenhos datam da década de trinta do século XVIII, mais precisamente no riacho dos Porcos. Ali, em 1738, o Capitão mor Francisco Pinto da Cruz, comprou uma propriedade com gado, engenho, cana e mais lavouras, os quais estão registrados no documento abaixo:

Senhor capm. Mayor e Gor. Diz o capm. Mor Francisc^o. Pinto da Cruz que ele comprou huma propriedade de terras em Riaxo do Porcos no Careri novo desta capitania donde tem povoação de gado *Engenho de canas e mais Lavouras*; e p.q. quer mandar confirmar a data da d.^a terra p.^a melhor clarezado q. pesue quer haver outra nova Data de três legoas de comprido e hua de Largo pegando nas testadas ou Ilhargas das terras do campm. Bento Correya de Lima correndo pello comprido p.a pte. Do Moretzinho e Moreti grande ficando lhe de dentro do Riaxo das Tabocas e Brejinho do meyo e Riaxo dos Bacuruparis, e hum brejo q. lhe fica p.^a parte dos Piranhas q. tudo fica dentro das três legoas de comprido e huma de largo.⁴⁷⁰

Através dessas informações se tem melhores indícios de que ali, a produção da cana é de longa data. Noutro documento, há mais informações sobre essa atividade.

E por que o tempo do inverno, que he o mais oportuno para o trabalho das Minas, tão bem o he para a agricultura daquela Ribeira, do que se implica, ocasionando em tal cazo a falta de viveres: para prevenir esta, pareceme conveniente lembrar que os Cariris, [...] he tão fértil, que permite a cultura dos vegetais em todas as estaçoens pella exhuberancia de agoas de rega. Assim para haver este mantimento em abundancia, que venha a suprir nestas Lavras será conveniente, que determine por Ordem objetiva e inalterável, que **os lavradores daquele termo, que não possuírem de seu sete escravos de trabalho, não cultivem cannas, como abusivamente fazem, e menos tnhão as costumadas Engenhocas de rapadura**; Sim plantarem so a mandioca, o feijão, o milho e o arroz, para com isto suprirem os Mineiros, permitindo se livre suas vendas e Enquanto pareça bemexecutar se esta lembrança, de sorte algúa seja esta dilligencia incumbida ao Senado daquela Camara.⁴⁷¹

Contudo, não se sabe se o senado da Câmara do Crato atendeu ao pedido de não deixar que indivíduos que tivessem menos de sete escravos não investissem no cultivo da cana e na produção da rapadura. Tudo indica que não, pois os derivados da cana,

⁴⁷⁰ APEC. Data de sesmaria (Sertões dos Cariris Novos) do Capitão Mor Francisco Pinto da Cruz. Em 8 de setembro de 1738. Vol. 14. Nº 114. Grifos meus.

⁴⁷¹ “Memoria sobre as Antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da capitania do Siará.” In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 1912, p.364-371. Grifos meus.

especialmente a rapadura, davam suporte alimentar aos trabalhadores nas minas e, ao que parece, havia brechas para que os escravos, após as jornadas na extração de ouro, fossem tolerados ou orientados a não largarem aquela importante atividade. Numa carta do administrador da Companhia Aurífera São José dos Cariris, Antonio Jacó Viçoso, em 28 de abril de 1757, há indicativos dessa possibilidade:

As sessenta braças de terra que avisei estavam para se partir o guarda-mor e o seu substituto e escrivão José Roiz usaram de seu costume, pelo comandante não estar presente, tomando para si os seus adjuntos uma data rica, e o resto que nada tinha cederam à Companhia e ao povo, obrando o dito José Roiz na beta passada o mesmo, tomando voluntariamente o que quis para se acomodar a si e aos negros do guarda-mor, que entre ambos fazem tão boa harmonia que assim como a grandeza que para o terreno chamavam avultada lançam os negros todos aquela parte e acabada esta vão **plantar canas e roças de que ordinariamente** vivem, e só mineram como quem joga por negócio, enquanto aproveitam o que talvez usurpam à pobreza sem se repartir conforme o Regimento.⁴⁷²

Atrelada à pecuária, economia básica daqueles sertões, do ouro e da cana de açúcar e o contingente que a elas se agregavam, fez-se necessário a criação daquelas freguesias, que tinham, dentre outras funções, a de controlar e arbitrar os muitos interesses econômicos das velhas e novas demandas populacionais. Isso se revela, quando, o “governador geral do Pernambuco ordena ao senado do Icó, que mande um dos juízes ordinários residir nos Cariris, com um dos tabeliães e no ano seguinte nomear-se um almotacé, com seu escrivão”.⁴⁷³

Na medida em que os interesses hegemônicos avançam sobre as fronteiras territoriais dos nativos, forçando-os a se deslocarem cada vez mais para os sertões, os colonos tinham a oportunidade de atribuir novos feitios, valores e significados à natureza e aos territórios tomados aos nativos. Essa intervenção, vinha a reboque de um conjunto de mecanismos materiais, provocou uma descontinuidade na forma de como os indígenas estavam distribuídos espacialmente em seus territórios.

Dessa forma, o avanço sobre as fronteiras territoriais dos Kariri, Icó, Calabaça, Cariu, e outras etnias nos sertões sul da Capitania do Ceará, foi ao longo do tempo se configurando em uma nova espacialidade não índia. No século passado quem procurou definir e compreender os contornos geoespaciais daqueles sertões foi o sociólogo Djacir Meneses. Segundo ele,

Até 1690, pouco se conhece do interior cearense. Dos começos do século seguinte, o povoamento pela “ribeira do Jaguaribe” cobria 30 leguas rio acima, a partir da barra do Boqueirao das cunhas; a “ribeira do Icó” prolongando-

⁴⁷²STUDART, Guilherme. *Op. Cit.*, p. 88. Grifos meus.

⁴⁷³ THEBERGE, Pedro. *Op. Cit.*, ver também: **Revista do Instituto Historico Geográfico Brasileiro**, Tomo XXV, Vol. 25. 1862, p.62-125.

se dai a 90 léguas para o sul, abrangendo Missão-Velha, Crato, Inhamuns e Arneirós. A seção compreendida entre as nascentes do Jaguaribe ao afluyente Salgado era denominada ribeira do Quixelô; **“e ribeira dos Cariris, a faixa estendida entre o Salgado e as faldas do do Araripe.”**⁴⁷⁴

Numa escala mais diminuta, a abrangência e os limites dos sertões dos Cariris e Icós, bem como a compreensão das espacialidades em que as nações Kariri habitaram podem ser vislumbrados através das doações de sesmarias.

O Cariri, enquanto definição espacial-física, pode ser compreendido na primeira sesmaria registrada em 12 de janeiro de 1703, quando os Capitães mores Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Roiz Arioza pediram ali três léguas, cujas dimensões iam da cachoeira dos Kariri (hoje Missão Velha) até a lagoa (Quichesi) dos Kariri (atualmente, Distrito do Muriti-Crato). Observemos trechos da referida sesmaria

Senhor Capitão Mor, dizem o Capitão Mor Manoel Carneiro da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues Ariosa q. nas cabiceiras do Rio Salgado adonde abita hua **nação de gentio** por nome **Cariris** há terras capazes de criar gado as quais estão **devolutas e desaproveitadas** e porque eles suplicantes tem seus gado nesta Capitania e lhes faltam terras emq. Os pode criar e com eles querem povoar as referida portanto P. Vm. lhe faça merse conceder por data dexismaria em nome de sua Magestade de q. deos goarde três léguas de terra para cada hum na dita parte dos Cariris comesando da caxoeira dos Cariris da parte didentro pello Riacho asima athe entestar com o fim da logoados Cariris e receber Merse dep. O Escrivão da fazenda Real me informe do conteúdo dessa petição, Fortaleza dez de Janeiro de mil setecentos e três.⁴⁷⁵

Deve-se compreender que essa representação espacial passa a ser configurada mediante o seu processo de despovoamento tapuío, em função dos confrontos dos Kariri em defesa de suas terras contra os sesmeiros e a expulsão de muitos daqueles nativos no decorrer do século XVIII. Dessa forma, os pedidos e as doações de sesmarias passaram a conformar uma nova espacialidade que fora ocupada pelos gentios. Em outra sesmaria há novamente essa configuração não-índia:

Senhor Capitam Maior, Dizem Rodrigo do Lago eo Coronel Joan de Barros Braga, Capitam Antonio Fasanha, Frey Christovão de Jezus Motta[....]que elles tem muitos seus gados vacuns e cavallares e não tem terras em que os possam crear, Deos goarde eporque tem notisias que no **sertão do Cariry** nas cabeceiras do rio dos Porcos ilhargas do rio Salgado há algumas terras em que os suplicantes os podem acomodar principalmente enhua alagoa que chama **quechasi** a qual fica por entre o rio salgado pera parte do sul Vertente do serra [...].⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ MENESES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e politica do Nordeste de “civilização do couro” a suas implicações históricas nos problemas gerais.** 3ª edição, Fortaleza: Casa José de Alencar, 1995, p.47. Grifos meus.

⁴⁷⁵ APEC. **Data** de Sesmarias para os Cariris Novos. Vol. 2. nº 79., 1703. Grifos meus.

⁴⁷⁶ **Data** de Sesmria. Vol. 2 nº 105, 1706. Grifos meus.

Através dessas informações, têm-se de forma concreta os primeiros indícios do topônimo Cariri com sua identificação étnica e as primeiras configurações espaço-geográficas. As cabeceiras do rio Salgado e a lagoa Quichesi, por sua vez, assinalam o primeiro desenho da espacialidade dos sertões dos Cariri e os primeiros momentos de esquadramento do território não-índio.

Se bem observarmos, as cabeceiras do rio dos Porcos (Quimami) são acrescentadas pelo termo *sertão*. Isto denota que os conquistadores elegeram as cabeceiras do rio Salgado (Piquiri) como ponto de referência para avaliar a distância em relação às cabeceiras do riacho dos Porcos e outras áreas que viessem a conquistar. Nesse caso, a testa do rio Quimami e adjacências se assentam a outro recorte espacial, ou seja, *sertão* que ao juntar com os dos Cariri denominou-se sertão dos Cariris.

Materializados mediante as sesmarias, se vislumbra o desenho de dois espaços com suas respectivas denominações. Se olharmos em conjunto, essas primeiras formas de demarcações territoriais compreendem hoje a bacia do Salgado, que tem como afluentes os “rios Batateiras, Granjeiro, Carás, que compreende hoje os limites entre Crato e Juazeiro do Norte; os rios Salamanca e Santana em Barbalha, também os agregam.”⁴⁷⁷ Nas cabeceiras do rio Quimami (dos Porcos) até então sertão, além dele o “rio Seco em Missão Velha drena os municípios de Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Porteiras, Jardim e Jati”.⁴⁷⁸ O mapa seguinte, ilustra um pouco essa discussão.

⁴⁷⁷ AGUIAR, Robério Bôto de. Et al. **Projeto** Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas: relatório diagnóstico Aquífero Missão Velha, Bacia Sedimentar do Araripe. Belo Horizonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2012, p.21.

⁴⁷⁸ Idem. Ibidem.,

Mapa 12: Projeto de Transposição do São Francisco -1850



Fonte: BNRJ. Mappa topographico da comarca do Crato provincia do Ceará indicando a possibilidade de hum canal tirado do rio de S. Francisco no lugar da villa de Boa Vista para comunicar com o rio Jaguaribe, pelo riaxo dos Porcos e o rio Salgado e figurando a planta de huma estrada para Ico, e a tapagem do Boqueirão no rio Salgado por M. A. de Macedo. Rio de Janeiro: Lithographia Archivo Militar [s. d.]. 1 mapa. 33 x 24 cm. In: OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O Rio e o Caminho natural: Proposta de Canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886).** (Dissertação). Belo Horizonte: UFMG, 2015.

Com a dinâmica da conquista, outras áreas foram sendo incorporadas aos sertões dos Cariris. Uma delas era a terra em que habitavam os Cariu, da família Kariri, hoje supostamente porção territorial dos municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Altaneira e Assaré. O nome dessa etnia foi atribuído a um rio (Carius) que tem suas nascentes nas terras correspondentes, hoje, a cidade de Santana do Cariri; o qual deságua no rio Bastiões dali no Jaguaribe. Segundo Nogueira, a etimologia do nome Kariu significa: “água sahida do mato, de kaa-ry-hu, alusão às cabeceiras, que ficam n’uma serra das mais cobertas de mata”.⁴⁷⁹

O sertão do Cariri abrange, também, a vertente oriental da Chapada do Araripe, hoje compreendendo territórios de Pernambuco. A julgar pelo topônimo indígena de alguns municípios e localidades como os de Exu (Enxu), Caririmirim, Araripina (*pequenas Araras*) e Ipubi (*Poço ou fonte verde*) e o rio Brígida, que juntamente com outros, como Gravatá, Carnaúba, Cariri-mirim, Jenipapo, deságuam no São Francisco. Este rio em tempos remotos seguia pelo que foi denominado riacho dos porcos desaguando no Jaguaribe. Cariris e Icós, dois topônimos, dois lugares de memórias que nos levam a revisitar sua historicidade e compreender suas relações com esse espaço, entender seus deslocamentos, “situá-los” em suas áreas geo-ambientais, como também “alcançar” seus demarcadores culturais, e ainda traçar os possíveis contornos das áreas em que os Kariri habitaram.

⁴⁷⁹ NOGUEIRA, Paulino. Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará. Com explicações Etymológicas, Orthográficas, Topograficas, Históricas, Therepeutas. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano I, Tomo I, 1887, p.209-434.

CAPITULO IV – De Índio a Caboclo. De Caboclo a Índio

A elevação da aldeia de Miranda à categoria de vila, em 1762, deixou os índios missionados mais vulneráveis ao poder dos novos dirigentes leigos; os diretores, e as terras da missão sujeitas ao apossamento pelos colonos chegantes. A partir de então, há um verdadeiro desmonte daquele território. Os Kariri ali aldeados foram transferidos para outras vilas de índios, como já mencionado, e aqueles que não aceitaram esse novo processo de desterritorialização empreenderam fuga pelas matas da chapada do Araripe, se auto-“desaldeando”, juntando-se àqueles que nunca vivenciaram práticas missionárias.

Assim, na virada do século XVIII para o XIX, os povos da nação Kariri foram se tornando invisíveis aos olhos da administração da capitania e, em particular, da sociedade local; ao mesmo tempo em que, a região dos Cariris Novos passa a ser considerada como lugar propício à prosperidade e às terras férteis tornam-se objeto de disputas cada vez mais acirradas, entre os senhorios ali chegantes e os índios errantes, considerados quase sempre um problema para as autoridades administrativas.

Maico Xavier destaca o momento em que se ativou a questão indígena na agenda política do Império, foi na Assembleia Constituinte de 1823. Na ocasião, muitos debates se sucederam, com vários pontos de vistas e propostas de civilizar os índios e definir seu lugar no que se chamou *novo pacto social*.⁴⁸⁰ Por ocasião das discussões na constituinte de 1823, havia propostas de que as terras das missões indígenas deveriam ficar sob o domínio dos latifundiários, uma vez que estes eram os “únicos capazes de fazer produzir racionalmente aquelas áreas ocupadas pelos nativos”. Sobre essa questão, Maria Hilda Paraiso observa que

Constituíam-se, portanto, um dever dos bem intencionados filantropos promover a nova ordem civilizada e iluminada e a ocupação/civilização da fronteira/selva, onde não se havia constituído a sociedade e as atividades econômicas calcavam-se no desperdício e na baixa produtividade porque as terras não eram exploradas de forma racional. Para que a civilização atingisse essas áreas inóspitas deveriam ser viabilizadas a ocupação e a colonização através das atividades agrícolas, da exploração da natureza e da apropriação da terra, sua repartição e acumulação por homens mais bem-dotados intelectualmente e previdentes que seus ocupantes indígenas.⁴⁸¹

⁴⁸⁰ XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social**: os índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. (Tese). Fortaleza: UFC, PPGHIST, 2015, p. 41.

⁴⁸¹ PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Construindo o Estado de Exclusão: os Índios brasileiros e a constituição de 1824. In: **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**. n. 28. v.2, 2010, p. 1-17.

Ao que parece, os debates, para além de considerarem os nativos como brasileiros ou não, giravam, sobretudo, em torno do apossamento das terras. Nem mesmo o projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva conseguiu sensibilizar os parlamentares, em sua maioria grandes proprietários. Propunha ele, dentre outros pontos relativos à questão indígena, que deveria haver uma:

firme intervenção do recém emancipado Estado brasileiro na vida dos inúmeros povos indígenas que habitavam nas terras brasílicas, sobretudo dos que ainda estavam vivendo de maneira autônoma, totalmente isolados dos brancos ou com esses mantendo mínimos contatos.⁴⁸²

Em 1845, pelo Regulamento das Missões, foi criada a Diretoria Geral dos Índios, vinculada ao Ministério dos Negócios do Império, e, em 1860, suas atribuições foram transferidas para a Diretoria Geral das Terras Públicas e Colonização; alocada no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. No entanto, esses rearranjos administrativos pouco alteravam as políticas indígenas do governo imperial e o que estava reservado para a população nativa. Catequese e civilização dos índios “continuavam a ser tratadas como parte das ações empreendidas para promover a colonização, o aproveitamento de braços e, particularmente, da ocupação das terras”.⁴⁸³

A defesa dessas concepções tinha forte razão ideológica. Na época, estavam em efervescência as teorias evolucionistas e raciais. Através delas se buscava compreender, sobretudo, o grau de evolução das sociedades nativas em relação à civilização europeia. Nesse sentido, Manuela C. da Cunha destaca que: “essa época, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução e que eram, portanto, algo como fósseis vivos que testemunhavam do passado da sociedade ocidental”⁴⁸⁴. Na Província do Ceará, estas ideias estavam, também, em pauta nos debates travados pelas autoridades e intelectuais que as defendiam, e publicavam em livros, jornais e, em outros meios de comunicação, apregoando a inferioridade do índio.

4.1. Da Invisibilidade à Visibilidade Kariri

A invisibilidade indígena no Ceará foi reforçada pela produção dos intelectuais do Instituto Histórico, ao formularem discursos e imagens de um rápido

⁴⁸² XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*, p. 61.

⁴⁸³ Idem. *Ibidem.*, SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial**, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.195-196.

⁴⁸⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982, p.10.

processo de extinção dos nativos. Perduram nessas obras os mesmos conceitos dos tempos dos primeiros contatos com os colonos – bárbaros, selvagens, incivilizados –, justificando que em um futuro próximo estariam dizimados ou fundidos numa etnia inventada, a cabocla. Tristão de Alencar Araripe, dentre outros, assegura que a

população indígena é insignificantíssima na província e tem quase totalmente desaparecido. Internando-se nos bosques uns, retirando-se do solo da província outros, mesclando-se os demais com as raças branca e preta, hoje os aborígenes já não se fazem notados pelo número.⁴⁸⁵

Mesmo a administração provincial, ao proceder um levantamento da população, no início do século XIX, não registrou a presença de indígenas. É o que se observa num relatório apresentado pelo então Presidente José Martiniano de Alencar à Assembleia Legislativa, em 1836:

Srs. he bem a meo pesar, que ainda nesta Sessão me veja obrigado a dizer-vos quase o mesmo, que na passada, isto he, que o arrolamento de 1813 he o único, que temos para conhecer-se a população de nossa Província. Exigi, e muito a tempo dos Parochos, e depois dos Juizes de Paz, pelo intermédio dos Juizes de Direito, os dados necessários para dar-vos hua Idea mais exacta da nossa população. Apenas chegarão ao tempo alguas relações remetidas pelos Juizes de Direito d'esta Comarca, e do Crato, desta mesma mandei organizar há relação, e dela vereis que estas duas Comarcas tem há população de 69:324 almas livres e 5:154 captivas.⁴⁸⁶

Não figurando nesses relatórios, bem como em outros documentos oficiais da administração, os indígenas se tornariam uma categoria social invisível perante aos olhares dos poderes constituídos e da sociedade provincial. A esses mecanismos de exclusão, veio juntar-se a concepção de que na conquista e colonização os índios teriam sido praticamente extintos, por ocasião das guerras barbaras; sendo os sobreviventes reduzidos nos aldeamentos, ou, o juízo mais recorrente, haviam se “acaboclado”.

Uma vez tornados invisíveis, em não havendo índios, não há soluções a serem adotadas em relação a estes povos e nações. Um grupo sem expressividade no conjunto de uma população misturada, cabocla, com a qual os nativos eram confundidos, como se percebe nos relatos dos naturalistas que estiveram pelo Ceará, dentre eles João Câmara, que passou pelo sul da capitania sem deixar registros sobre os moradores que encontrara, especialmente, os indígenas. Já João da Silva Feijó, que realizou estudos sobre a história

⁴⁸⁵ ARARIPE, Tristão Alencar de. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. [1858] 2002. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, p. 61.

⁴⁸⁶APEC. Arquivo Público do Estado do Ceará. Relatório de Presidente de Província. **Informações apresentada pelo então Presidente José Martiniano de Alencar, na Sessão realizada em primeiro de agosto de 1836**, p. 3 e 4.

natural do Ceará, bem como a organização da exploração de salitre em diversas regiões, sobre a “qualidade” da população da Capitania relatou:

porque huns são índios **originários do Paiz**, Entes de si mesmo **ineptos** para se felicitarem, ou para fazerem a felicidade, dos outros ou seja por natureza e sua constituição física, ou por **falta de educação**, ou por algum capricho particular; outros **são provenientes destes com os negros**, cuja raça indigna constitue o maior numero dela, conhecido com a vil denominação de **Cabras**, outros são nascidos dos mesmos índios com os Brancos, que faz huna diminuta parte da população, verdadeiros **Mamalucos**, porque ha outra raça impropriamente assim chamada, proveniente da mistura de todas as outras classes entre si; a outra classe em fim a mais diminuta he a dos **Brancos**, oriundos de Portugal e huns, e outros porque o Paiz lhes he favoravelissimo, por lhes subministrar com liberalidade multiplicados meios de fácil subsistencia, na abundância de raízes ou batatas, e de infinitos frutos silvestres e de immensa Caça, e Pesca, por isso mesmo de ordinário muito preguiçosos, e indolentes, com **particularidade os índios, Cabras, e Mamalucos, que são em extremo vadios, disolutos nos costumes, e cheios dos vicios que pôde produzir no coração humano huma vida livre e licenciosa no centro da mais crassa ignorância, donde provém nelles a falta de sentimentos, e de virtudes moraes, e outros vicios já pouco estranhados contra todo os direitos da natureza e da Sociedade.**⁴⁸⁷

O naturalista elenca duas categorias étnicas na sociedade da capitania do Ceará, no final do século XVIII: o branco e o índio, já um tanto miscigenado como sugerem suas categorias: mameluco e cabra.⁴⁸⁸ A forma pejorativa com que descreveu esses grupos serviu de subsídio para o governo colonial desenvolver mecanismos que pudessem definir o lugar que cada um daqueles grupos deveria ocupar socialmente naquele contexto.

Em 1838, esteve nos Cariris Novos o botânico inglês George Gardner, segundo o qual a maioria da população era miscigenada, predominando os traços indígenas. Para o mesmo, seus moradores “são famigerados por sua rebeldia às leis”.⁴⁸⁹ Esse viajante registrou a presença de aproximadamente 150 indígenas das nações **Xocó** e **human**, situados na Vila Barra de Jardim, limites com a Vila de Crato.⁴⁹⁰ De acordo com Gardner,

⁴⁸⁷ FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Seara. In: **O Patriota: Jornal Literário, Político e Mercantil do Rio de Janeiro**, n° 2, março\abril, p.18, 1814. Grifos meus. Cf. OLIVEIRA, Antonio José Alves de. **João da Silva Feijó e os Dilatados Sertões: Pensamento Científico e Representações do Mundo Natural na Capitania do Ceará (1799-1816)**. (Dissertação). Florianópolis: UFSC, 2014.

⁴⁸⁸ Sobre essas categorias Cf. CORTEZ, Ana Sara Parente Ribeiro. **O Cabra no Cariri Cearense – A invenção de um conceito oitocentista**. (Tese). Fortaleza: UFC, 2015. _____. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri cearense (1850-1884)**. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2008.

⁴⁸⁹ GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 93.

⁴⁹⁰ Idem. *Ibidem.*, p. 107.

Há duas pequenas tribos de índios não civilizados no distrito de Barra do Jardim; mas seu número vai diminuindo rapidamente. Uma das tribos, os **huamães**, com cerca de oitenta indivíduos, habita geralmente a umas sete léguas a sudoeste da vila. A outra, a dos **xocós**, em número de setenta mais ou menos, tem moradia habitual acerca de treze léguas para o sul. Embora normalmente inofensivos por índole, tinham sido, pouco antes de minha visita, apanhados a roubar gado nas fazendas vizinhas. Aparecem às vezes na vila. Diz-se que têm hábitos pouco limpos e, na falta de melhor alimento, comem cascavéis e outras cobras.⁴⁹¹

Quase trinta anos depois passou por aqueles sertões, em 1860, a *Comissão do Ceará*, também, chamada de “Comissão das Borboletas”, presidida por Francisco Freire Allemão, que por mais de dois anos (1859-1861) explorou os sertões da Província, onde além das descrições sobre a fauna e a flora, deixou suas considerações sobre a população local.

Agente toda que tenho visto, os homens são, ou foram vaqueiros; quase todos trazem o chapéu e gibão de coiro, outros em vestimenta completa. São afáveis, obsequiosos, francos, e me pareceu de boa índole. Os meninos são bonitos, e espertos. Quase todos têm cor morena, e vermelha, bons dentes, bonitos olhos; alguns são claros, loiros. As mulheres aparecem pouco.⁴⁹²

Freire Alemão, também apresenta uma população bastante miscigenada, reafirmado quando de sua chegada em Icó, onde, “há mais escravos que indígenas; assim o povo é composto de brancos, pretos, mulatos – cabras – e poucos indígenas e mamelucos”.⁴⁹³ Nas ribeiras do Salgado, sertão dos Cariris Novos, os índios quase não figuram em seu relatório. Os nativos que aparecem em seus escritos são os Xocó, no distrito de Jardim, onde fora o poeta e cientista Gonçalves Dias responsável pela parte etnográfica na referida Comissão, para averiguar as informações acerca da existência daqueles índios “não civilizados” na Serra do Salgadinho, conforme asseverou, Capanema seu colega de viagem: “O Dr. Dias tinha quer ir ver os restos de uma tribo indígena ainda numerosa em 1848 e que hoje se acha na Serra do Salgadinho”. Segundo Freire Allemão,

Ontem a noite em casa do Sr. Franklin de Lima, caindo a conversa sobre índios, disse o Sr. Franklin que o resto de tribo (cujo nome não se sabe) que hoje reduzida a uns 50 ou 60 existe ali por Milagres, pertenceu a uma nação que habitava por Piancó, Brejo Verde e Pajeu de Flores, onde ainda em 1816 existia inteira; e foi nessa ocasião aldeada pelo Padre Frei Ângelo, que ali fez uma

⁴⁹¹ Idem. Ibidem., p. 107. Grifos meus.

⁴⁹² Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão: Catálogos e Transcrições: In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**: Vol. 81, 1964, p. 280. Ver também: SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado**: a Comissão Científica de 1859. Dissertação. Fortaleza: UFC, 2011.

⁴⁹³ Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão: *Op.Cit.*, p. 285

grande casa quadrada com pátio dentro, onde êle os doutrinava; morreu o missionário, cessou esse ensino.⁴⁹⁴

As conversas de Sr. Franklin apontam para uma realidade em que muitos dos índios ficaram após os embates, e resistências, nas guerras bárbaras e a dispersão geral dos aldeamentos. Dispersos, vagavam pelas circunvizinhanças das melhores terras que outrora lhes pertenciam, mesmo dentro da Missão de Miranda. O Frei de que fala o dito Franklin, era Frei Ângelo Mauricio de Niza, que, em 1803, substituiu ao Frei Vital de Frescarolo nos referidos Aldeamentos.⁴⁹⁵ Ainda sobre essa etnia, temos a narrativa da cunhada do Sr. Franklin, aqui transcrita na íntegra.

A Senhora D., cunhada do Sr. Franklin, disse que seu avô foi capitão de bandeira desses índios; que os tratava com humanidade; e por sua parte os índios agradecidos respeitavam o gado que trazia a sua marca, fazendo porem estragos nos gados das fazendas vizinhas. A fazenda do seu avô, era denominada Mary.

Os índios vinham muito a sua caza e pediam para o **festejar com suas danças. Cantos e musicas**, e diz a Senhora que não deixava de ser coisa engraçada. **Andavam todos nus, trazendo apenas uma tanga; lançavam de si uma catinga insuportável, catinga d' arara**, diz ela. As meninas eram as que si consentiam vir a caza e apresentarse à família, pela indecência com que os homens se mostravam. Entre elas haviam algumas bonitinhas, andavam nuas, *mas compostas, com uma tanga tecida de fios de cruá, tinto de varias cores, e curiosamente tecidos. Traziam mais pelos braços e outras partes laços de fitas tirdas também da casca fina do cruá e tinto de cores.* Traziam o **corpo também curiosamente pintado**; os cabelos longos até as curvas caíam de redor da cabeça sobre os ombros, pelas costas e peitos, abrindo adiante e deixando ver o rosto bonitinho enquadrado pelos cabelos negros corredios, e grossos, os quais com o movimento da cabeça fazia um som particular, como xi-xi. sentavam-se acoradas de um modo particular e não deixavam ver nadaque as enverganhasse; e porque uma vez, um filho de seu avô gracejando com uma a quisera tirar daquela posição, aíndia deu um salto, e sumiu-se, como se fosse uma onça. Passado alguns dias vieram armados os índios a pedir satisfação, e com dificuldade se acomodarma; mas ficando sempre inimigo desse moço, e o ameaçavam pôr toda a parte de o fazer dar a embigada no mandacaru. Isto é muito significante e **mostra quanto os índios eram ciosos, e respeitavam, a inocencia e o pudor das moças.** Diz a Sra. D. Franklin, que as índias apareciam muitas vezes em casa, e que era admirável a sutileza com que o faziam; sem serem percebidas mostravam-se de repente entr elas acoradas; e também quando se retiravam, porque desapareciam instantaneamente. As vezes era ao som de um assobio ou apito trêmulo e apenas perceptível pela gente da casa, e vindo de fora, que as índias desapareciam imediatamente. Tiveram duas dessas índiazinhss em casa, uma se criou gordinha, era muito inteligente, e servia muito bem, e fugiu de casa aqui da fortaleza, quando para aqui vieram, provavelmente aconselhada; a outra, logo que chegou cobriu-se de um fuá (caspa) e a emagrecer até que morreu, o que foi atribuído a mudança de alimentação. Com enfeito diz a senhora que quando comiam as comidas temperadas eram logo afetadas de diarreia; que comiam com muita dificuldade a comida temperada; arroz entravam a quebar os caroços, metiam nos dentes e lançavam fora. Quando em caza fazia matulagem (se matava rês) as índias se vinham por em roda esperando ansiosas que lhes desse um pedacinho, e quando recebiam iam as duazinhas muito

⁴⁹⁴ Idem. Ibidem., p. 285.

⁴⁹⁵ PRIMERIO, Frei Fidelis M. de. **Capuchinos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII. XVIII e XIX.** São Paulo: Livraria Martins. 1942, p. 171-174.

satisfeitas conversando em sua língua, para a cozinha, **lançavam a carne sobre as brasas apenas sapecadas, e sem sal a devoravam sôfregas. Comiam toda qualidade de bichos; era para elas quando apanhavam um calangro (lagartinho) uma festa; lançava-no no fogo inteiro com tripas, e o devoravam.**⁴⁹⁶

A narrativa aponta hábitos significativos dos Kariri/Xocó. Mesmo que a dança, o canto, o odor, o tipo de alimentação, a forma de se comunicarem e a honra causassem repulsa àqueles com quem conviviam, não abriam mão desses costumes, demonstrando que, conquanto estivessem contato com os não-índios, não hesitavam em preservar traços afirmativos de sua cultura, especialmente sua língua. Ao serem retirados de seu habitat e inseridos num contexto “civilizado”, as reações eram as mais diversas desde a contração de doenças às fugas. Tais práticas, na compreensão dos adventícios, significavam sinais da bestialidade daquela gente. No entanto, tudo o que era estranho aos olhares daquela sociedade, para os nativos era marca de sua ancestralidade, de sua identidade, do ser índio Xocó/Kariri.

Nesse sentido, concordamos com Maico Xavier, para quem “a negação das identidades indígenas implicava na negação de outras várias coisas, dentre as quais, naturalmente, o direito à posse coletiva da terra”.⁴⁹⁷

4.2. Mas, quem são estes Kariri-Xocó?!

Como se argumentou em capítulos anteriores, os Xocó estiveram sempre presentes no processo de deslocamento indígena pelo semiárido das capitanias do Norte, frente à expansão colonialista, configurados como Tapuias da nação Kariri. Saídos do Médio São Francisco ao longo das guerras bárbaras se deslocaram para os sertões de Piancó/Piranhas, próximos aos Cariris, onde foram combatidos. Todavia continuaram a circular como índios de corso que eram, após a efetiva ocupação colonial. Praticavam a caça e a coleta, e mais uma vez foram vistos como uma constante “ameaça” aos curraleiros, estabelecidos em territórios outrora Kariri/Xocó. Praticavam a caça e a coleta, e mais uma vez foram vistos como uma constante “ameaça” aos proprietários, estabelecidos em territórios outrora Kariri/Xocó.

Com o fim do aldeamento do Miranda e outros mais no sertão dos Cariris Novos, tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, como por exemplo o de Exu, os missionados foram transferidos para outras vilas de índios, como já visto. Aqueles que

⁴⁹⁶ Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão: *Op. Cit.*, p.313-315. Grifos meus.

⁴⁹⁷ XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*, p. 225

resistiram a mais um deslocamento forçado e se juntaram a outros Xocó e a grupos indígenas “errantes” dos sertões fronteiriços daquelas Províncias. Foram esses Tapuias, a última pedra de uma grande muralha sertaneja, que resistiram à dominação colonial, numa guerra de mais de dois séculos.

Depois de quase quatro décadas da desestruturação da missão de Miranda, em 1802, o capuchinho italiano frei Vital de Frescarolo, deparou-se com “índios não catequisados”: os Pipipão, Umão, Vouê e Xocó, circulando pelas capitanias de Pernambuco, sujeitos, como tantos outros às espoliações, violências e arbitrariedades cometidas por autoridades e senhorios locais, em especial os curraleiros. Talvez, inspirados nas experiências de outrora recorreram a este religioso buscando se aldearem e, assim, protegerem-se de seus algozes. Diz ele que

[...]foi servido encarregar-me da importante diligencia de pacifical-os, instruil-os, baptizal-os e aldeal os, até pôl-os no caminho do céu, e ao serviço do rei [...]. Aos 7 de Julho sahi de Pernambuco, e aos 31 do dito cheguei na **capela de Jeritacó, ribeira do Moxotó**, e no primeiro de Agosto, que era o dia de Sant’Anna, depois de ter celebrado a santa missa, lá vierão dous dos ditos gentios a ter fala comigo, porque já estavam notificados pelos moradores da dita ribeira; com muito agrado os recebi, e perguntando eu por toda a sua gente, responderão, que estavam todos juntos no mato, esperando por mim, mas que não sahião n’essa ribeira por medo da muita gente que lá havia, e que só indo eu ao **logar chamado Jacaré**, por ser este logar muito retirado, sem falta todos lá sahirião; e por eu saber que esta é uma **gente muito desconfiada**, e só com paciência, prudência e caridade se vence, lhe fiz a vontade, e com todo rigor da **seca e da fome**, do melhor modo que pude, aos 12 de Agosto, ao sol posto, cheguei n’este logar Jacaré, sem achar gentio nenhum; e aos 13, ás 5 horas da tarde, é que aparecerão 4 correios dos ditos gentios, e um d’elles era o seu capataz; e chegando, como sinal de respeito e de entrega, logo encostarão seus arcs e frexas ao meu pobre ranxo. Com agrado e alegria os recebi, e perguntando eu aonde estava a sua gente, respondeu o lingua e capataz, que a gente **vinha muito devagar em razão da fome**, dos velhos e dos meninos, mas que amanhan, até depois, sem falta estavam todos n’este logar. Com efeito aos 15, dia da gloriozissima Assumpção de Maria Santissima ao céu, ás 4 horas da tarde, é que tive o inexplicável contentamento de ver-me cercado, e ter na minha presença **114 gentios brabos, que é o numero total d’elles, entre maxos e fêmeas, grandes e pequenos. Uns tantos d’elles mostravão no semblante que nenhum medo tinhão; mas uns tremião de modo que não posso explicar, e principalmente as mulheres**; porém assim mesmo uns tantos encostarão os arcs ao meu ranxo, e outros m’os derão para guardar [...] e por fim lhes dei a benção com o Santo Cristo, e os mandei arranjar no mato. No dia seguinte os chamei todos á minha presença, e por **meio de 10 linguas**, que tem todo este ranxo de vermelhos, principiei a explicar-lhes qual era a cauza da minha vinda a estas brenhas: **que era mandado de Deus, do rei e do governo para elles se aldearem, baptizar, instruir na fé católica, servir ao rei e nunca mais viver como bixo no mato, mas sim como christãos em aldeia para se salvarem. A isto responderão todos que este sempre foi o seu dezejo, mas que tinhão medo dos brancos, e que esta não fosse falsidade minha, como já foi aquella do riixo do Navio, do Brejo do Gama e outras, que dice a V. Ex. Revma o anno passado, quando aldeei os indios brabos do Olho d’agua da Gameleira, na freguezia do Cabrobó, que debaixo da capa de paz e da santa missa fizerão d’estes miseraveis tão**

horrenda carnagem de prender, atirar, xumbar, acutilar, espancar, matar e picar, como si não fossem gente da mesma especie como nós.⁴⁹⁸

Chama atenção no documento o número de “bárbaros”, 114 gentios, e a pluralidade de línguas, 10, “que tem todo esse rancho de vermelhos”; a prática de constantes deslocamentos; a presença de vários grupos distintos compartilhando vivências e práticas culturais, assimiladas ou não, adotando estratégias, nos aldeamentos ou fora destes; as táticas contra as adversidades impostas pela sociedade colonial, etc. Instruir na fé católica, socializar, aprender a língua do dominante, tornar-se sedentário e adequar-se ao trabalho agrícola continuavam a ser a tônica racional do processo de aldeamento. Tratava-se, a seguir a lógica colonial, de liberar as terras cultiváveis, em especial para o criatório.

É interessante ressaltar que muitos desses “selvagens” já haviam experimentado a vida de aldeados e, sobretudo, a violência dos não índios, em especial as mulheres. As histórias de massacres lhes eram muito próximas e constantemente vivenciadas. Daí porque

tinham medo dos brancos, e que esta não fosse falsidade minha, como já foi aquella do riacho do Navio, do Brejo do Gama e outras [...] o anno passado, quando aldeei os indios brabos do Olho d’agua da Gameleira, na freguezia do Cabrobó, que debaixo da capa de paz e da santa missa fizeram d’estes miseraveis tão horrenda carnagem de prender, atirar, xumbar, acutilar, espancar, matar e picar, como si não fossem gente da mesma especie como nós.⁴⁹⁹

Ao que tudo indica, o Frei Vital de Frescarolo foi, em 1803, substituído pelo Frade da Penha, Ângelo Mauricio de Niza, que, em 1809, recebeu ordens do presidente da capitania de Pernambuco para catequizar aqueles índios. Todavia, a missão não foi à frente e pouco tempo depois os índios aldeados voltaram a circular por aqueles sertões, caçando animais selvagens e gados, atacando várias propriedades, tornando-se, desse modo, uma de prejuízos aos criadores; daí a necessidade de um combate incessante a tais “bárbaros”.

As ações repressivas a essas nações indígenas foram de certa forma orquestradas pelo governador da Capitania do Ceará, Manoel Ignácio de Sampaio, buscando sempre somar forças com aqueles da Paraíba e de Pernambuco. Já, em 1814, foi ordenado que se dirigisse “um destacamento que combinado com alguma tropa vinda

⁴⁹⁸ MACEDO, Heitor Feitosa - **Massacre aos Índios Xocó no Cariri Cearense**: Documento Inédito, Blog <http://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com>. Publicação 12/05/2017, consulta feita no dia 18/05/2017. Grifos meus.

⁴⁹⁹ Idem. Ibidem.,

de Pernambuco e da Paraíba, os obrigou a procurar abrigo em mais remoto sertão”.⁵⁰⁰ Em 1º. de março de 1819, em mensagem a Luiz Rego Barros, governado de Pernambuco, afirma-se ter:

Vários moradores do termo da vila do Crato me dirigiram há pouco o requerimento da cópia inclusa, cujo narratório se acha comprovado pelas informações do Ouvidor da Comarca também junta por cópia. Por falta de registros nada consta nesta Secretaria a respeito do que em outras semelhantes ocasiões se tem praticado para expulsar o Gêntio, de quem se queixam; **mas a tradição geral combina exatamente com o que se propõe o Ouvidor da Comarca na sua informação. Tenho por tanto ordenar a Gregório do Espírito Santo que passe a perseguir aquele Gêntio, prendendo os que puder colher, e afugentando os outros.** Dignando-se V. Ex. querer concorrer para o sossego dos povos limítrofes das três Capitâneas de Pernambuco, Paraíba e Ceará, livrando-se daquele flagelo, seria para desejar que V.Ex. ordenasse ao Oficial encarregado por V.Ex. desta comissão, que entendesse com o sobredito Gregório do Espírito Santo, assim como também com o Oficial, que da parte da Capitania da Paraíba tiver semelhante ordem.⁵⁰¹

Ao que tudo indica, não conseguiram se livrar do flagelo. Em 1838, Gardner, como já mencionado, encontra os Xocó e Humon, agora com aproximadamente 150 indivíduos, “normalmente inofensivos por índole”, antes de sua chegada ao distrito de Barra do Jardim, que tinham sido “apanhados a roubar gado nas fazendas vizinhas”. Fato este documentado no relatório do presidente da Província, João Antônio de Miranda, em agosto de 1839:

Nos sítios que servem de limites a esta Província com a da Paraíba e Pernambuco, no termo de Jardim, uma tribo índia [a dos Xocós] em distância de 6 a 8 léguas da referida vila, os quais fazem numerosos prejuízos aos criadores da vizinhança. Tem-se feito toda a diligência para civilizá-los mas baldos tem sido todos os esforços para este fim empregados. [...] O mesmo tentaram debalde alguns cidadãos de jardim. O terreno que habitam não lhes oferece comodidades para a vida; vivem da pesca e da caça, e naqueles sítios não há lagoas, nem rios, nem abundância de caça, chegando apenas para o tabaco de que são muito apaixonados e pouco mel e cera que apanham, donde se deduz não haver vantagem alguma que os convide para aldearem-se, tendo sido estas as vistas do referido sacerdote, cuja delicadeza e prudência os contiveram, como disse, por pouco tempo reunidos na Baixa Verde [1802 e 1809]. É esta a única tribo que me persuado existir nesta Província e que me informam constar de 25 homens de arco, além de mulheres e meninos, bem pela antiguidade dela pelo exposto me inclino a crer que maior deve ser o seu número.

A razão e a humanidade exigem que chamemos estes infelizes ao seio da religião e da sociedade. **Eles conhecem e veem frequentemente os nossos homens, eles têm a ideia de um aldeamento ou de uma povoação visto que a ingratidão dos lugares por onde erram não tolera a sua reunião e o seu**

⁵⁰⁰ STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo LXXVII, Rio de Janeiro, 1963, p. 214. Cf: MAGALHÃES, Elói. “Faroeste Caboclo”: catequese e civilização de índios chocós na província do Ceará. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 402. Grifos meus.

⁵⁰¹ STUDART FILHO, Carlos. *Op. Cit.*, p. 214. Ver: MAGALHÃES, Elói. *Op. Cit.*, p. 403. Grifos meus.

repouso, e nem seja a política e próprio de cristãos expeli-los com as armas, como já se tem pretendidos, desta pátria agreste que não ousam trocar pelos dissabores da sociedade, seria meu entender que os acenássemos com o Evangelho, com afagos e com todos os meios possíveis para chama-los à Vila de jardim, onde se curasse da sua sustentação e civilização. É necessário uma missão, são necessárias despesas; mas o objetivo é tão justo, motiva tanto interesse e simpatias que me persuado ocupará alguns instantes a vossa atenção.

Que importa, porém, senhores, **que arranquemos estes infelizes dos sertões em que vagam**, se por ventura lhes não oferecemos vantagens que os não façam arrepender da permuta? Se não de vir entre nós passar a vida miserável que carregam os seus irmãos civilizados, os descendentes de outros índios, se não de vir serem espectadores e vítimas do desleixo, do abandono e da pilhagem, **melhor será então deixá-los entregues à sua vida selvagem fazendo-os internarem-se por esses extensos bosques ou tirá-los pela força os meios de nos fazerem prejuízos**".⁵⁰²

No presente documento, ressalta-se a continuidade da errância daqueles indígenas, as práticas da caça, coleta de mel e pesca, atividades que lhes exigiam constantes deslocamentos, o que o aldeamento lhes restringia, principalmente no contexto em que se propõe serem aldeados em terras particulares. Destaca-se entre outras práticas a paixão pelo tabaco, e provavelmente pela Jurema. Por fim, as opções dadas no trato com esses selvagens eram arrancar ou "*estes infelizes dos sertões em que vagam*" ou "*deixá-los entregues à sua vida selvagem fazendo-os internarem-se por esses extensos bosques ou tirá-los pela força os meios de nos fazerem prejuízos*". Novos contextos e mesmas estratégias dos agentes colonizadores.

Esses são os Xocó/Kariri, nativos descendentes daqueles que foram catequizados pelo capuchinho italiano Frei Vital de Frescarolo, nas aldeias de *Gameleira* e *Jacaré*, na vertente oriental da Serra do Araripe, no início do século XIX, que segundo Carlos Studart:

Encontrando invencíveis dificuldades para se sustentar dos produtos naturais da região, furtavam gado dos moradores da vizinhança, que, em revide, lançavam mão de todos os meios destruí-los. Alguns fazendeiros iam ao ponto de organizar, com seus agregados, verdadeiras caçadas de índios. Renovam, desse modo, os cruéis morticínios que, em séculos anteriores, haviam feito a glória das primeiras bandeiras paulistas.

Atocaiados como feras pelos brancos, os nativos reagiam atacando casas e viajantes que, não raro, assassinavam traiçoeiramente [...] em 1843, redobrando as perseguições movidas contra eles, os Xocós, unidos aos Humons e aos Quipapá, de Pernambuco, invadiram decididamente o termo de jardim, matando os moradores, roubando e incendiando fazendas, o que fizeram nas províncias vizinhas de Pernambuco e Paraíba. O epílogo do terrível drama foi ainda mais comovedor.

Tendo os prejudicados feito a comunicação dos trágicos sucessos ocorridos no Jardim às autoridades locais, saíram as três províncias assoladas a restabelecer a ordem fortes contingentes da guarda nacional. Não obstante as ordens que

⁵⁰² Idem. Ibidem., MAGALHÃES, p. 403-404. Grifos meus.

levaram, para agir com prudência, estes se houberam com a maior crueza, desbaratando completamente os nativos.⁵⁰³

Esses ocorridos foram registrados em relatórios e falas dos presidentes provinciais José Joaquim Coelho (1841-1843) e José Maria da Silva Bittencourt (1843-1844). Como ação, buscando resolver a situação conflituosa entre os indígenas errantes e a população das vilas do sul da província:

os deputados restabeleceram o Diretório dos Índios que fora criado por ato de 3 de maio de 1757, e autorizaram o governo a fazer o regulamento necessário para a sua execução; assim como alterar as disposições deste diretório que se achassem em antinomia com a Constituição do Império, e as leis do Estado.⁵⁰⁴

4.3. O Aldeamento da Cachorra Morta

Embora o fato de o aldeamento da “vila de Milagres se ter constituído como problema aos olhos da administração do governo da província no final da década de 1850, de modo a demandar sua consideração na definição do “orçamento das despensas”, o processo de civilização já era sentido pelos “Chocós” de longa data”.⁵⁰⁵ Em 1845, com base no Diretório das Missões, foram estabelecidas nas províncias as “diretorias gerais de índios”. No Ceará foi nomeado para o cargo o capitão-mor Joaquim José Barbosa, e na vila de Jardim foi:

[...] incumbido dessa missão o maior inimigo dos índios, o coronel Simplício, sendo, por conseguinte, bem triste a lembrança dessa nomeação, que dando-lhes antes um carrasco do que um administrador, todavia, bem ou mau grado deles, conseguiu reuni-los em aldeia, perto ou naquela vila, onde se conservaram até o ano de 1846, época calamitosa em que, havendo falta absoluta de meios para sustenta-los, foram autorizados a retirarem-se para onde melhor lhes aprouvesse, a fim de proverem os meios de sustentar a sua existência, como lhe fosse possível. Voltaram então outra vez às florestas.⁵⁰⁶

Em 1859, Dr. Pedro Theberge encarregado de uma comissão médica para examinar e ministrar os primeiros socorros ante a calamidade provocada pelo “Cholera Morbus” chegou à Milagre. Em seu relatório, encaminhado ao presidente da Província, afirma sobre o encontro que teve,

com uma tribo de índios selvagens, que viviam nas matas que servem de limites entre esta Província e a da Paraíba, e as providências e esforços, que empregou para chama-los ao grêmio da sociedade, conseguindo inspirar-lhes

⁵⁰³ Idem, STUART FILHO, Carlos, p. 213-214, MAGALHÃES, Elói, p. 405.

⁵⁰⁴ Idem. Ibidem.,

⁵⁰⁵ MAGALHÃES, Elói, *Op. Cit.*, p. 402.

⁵⁰⁶ STUART, p. 214.

confiança e obtendo deles promessas deixarem a vida errante, mediante certos favores e proteção do Governo.⁵⁰⁷

À época seriam aproximadamente 28 indivíduos de ambos os sexos e idades. As informações até então sobre aqueles indígenas apontam para um decréscimo daquela população: de 150 (Gardner), depois 50 a 60 (Freire Alemão), para 30 ou 40 (Studart) e, por fim, alcançando a cifra de 28. Tal baixa pode ser decorrência da epidemia do cólera. Todavia, mesmo com esse declínio os dados, por si só, colocam em cheque a tese do total desaparecimento dessa etnia no Ceará, ao mesmo tempo em que, revela a condição desses “últimos” Tapuias naqueles sertões.

Theberge recomenda a indicação de um capelão, um professor de primeiras letras e a nomeação de Manoel Jose de Sousa como diretor dos índios; a mesma indicação feita por Gonçalves Dias, quando ali esteve em 1859. Considerado por ambos como homem em quem os Xocó confiam e “que efetivamente se tem esforçado em protegê-los e em inspirar-lhes o amor ao trabalho”. Mesmo animado com a possibilidade de assumir o cargo sugerido, Manoel se diz impossibilitado em razão da falta de meios pecuniários para tal, no que esperava do governo dotação orçamentária para cobrir os custos que demandavam essa empreitada.

De acordo com Elói Magalhães, é importante sublinhar

Em tais sugestões a forma apontada de “proteção do Governo” imediata ou pertinente ao caso: o “sistema das colônias”. Nesse sentido, no âmbito da discriminação das terras públicas – orientação pelo influxo da lei de terras de 1850 – observa-se, simultaneamente, a implantação de disposição do trabalho agrícola, de incentivo à imigração estrangeira, de um gradual abolicionismo da escravidão, bem como a fundação de diferentes colônias (militares, civis, particulares, por conte do Estado.⁵⁰⁸

Em ofício datado de 16 de março de 1860, encaminhado ao Ministério do Império, o então presidente da Província, Marcelino Nunes Gonçalves, afirmava:

Tudo isso reclama despesas para as quais não há crédito concedido, acrescento ainda que, tendo-as determinado por aviso de 24 de agosto de 1847, que ficassem sem efeito as nomeações feitas para esta província de conformidade com o decreto No. 426 de 24 de julho de 1845, que criou os Diretorias de Índios, foram por portaria de 10 de novembro demitidos todos os diretores, entro em dúvida se pode ter agora lugar a nomeação de um Diretor parcial com as honras e atribuições concedidas pelo mesmo Decreto, e bem assim a do capelão & Rogo portanto à V. Exa., que digne-se de esclarecer-me sobre este negócio, autorizando-me a fundar uma colônia e a despende até a quantia de

⁵⁰⁷ APEC. **Livro** de Ofícios do governo da província ao Ministério do Império, 1858-1891, livro n. 139, fls 66-67. Ver MAGALHÃES, Elói, *Op. Cit.*, p.391.

⁵⁰⁸ MAGALHÃES, Elói, *Op. Cit.*, p. 394.

500\$000 rs dentro do corrente exercício com o pessoal dela com os objetos destinados aos índios.⁵⁰⁹

Em 11 de junho de 1860, o governo do Ceará recebeu autorização, por parte da Divisão Geral das Terras Públicas, para o estabelecimento da “nova aldeia, devendo indicar a localidade, que escolher para a sede da mesma, e a extensão de terras, que na forma do art. 72 do Regulamento de 30 de janeiro de 1834 convém reservar-se”. Ato contínuo foi a nomeação de Manoel José de Sousa como Diretor de índios daquela aldeia, de conformidade com “o art. 2º. Do Decreto de 24 de julho de 1845, sendo ainda “aberto um crédito de 1:000\$000 para despesas do aldeamento”, tendo saído como “verba de Catequese”, um dos “serviços sob a inspeção do Ministério dos Negócios do Império”.⁵¹⁰ Ressalte-se que a aldeia foi estabelecida em terras do referido diretor.

Nesse contexto, buscando inteirar-se acerca da população indígena no país, a Diretoria Geral de Terras expediu circular para os presidentes provinciais, em 28 de agosto de 1861, solicitando todas as informações possíveis, de acordo com vários quesitos, dentre outros: o número de aldeamentos em suas respectivas jurisdições e datas de fundação; o total da população indígena; as “inclinações e os costumes” daqueles povos; “de que desenvolvimento intellectual e moral são os Indios susceptíveis” e quais “meios são necessários para conseguil-o”; [...] Que “relações mantem os aldeamentos com as povoações circunvisinhas”; qual “cultura” (no sentido do cultivo da terra) seria “applicavel ao seu torraõ”; se algum “patrimonio foi annexado a cada aldeiammento”; e se existiam tribos “no estado de selvagem” e o que fazer para “chamal-os a Civilisaçaõ”. As terras que em “cada aldeia tem sido conservadas, ou usurpadas, e se arrendadas, aforadas ou vendidas, e por que autoridade”; “se tiverem sido usurpadas, em que data, exacta ou provavel, se effectuarão essas invasões, e por quem”, e, ademais, “que providencias tem-se dado para reprimir os abusos commettidos contra os Índios”.⁵¹¹

⁵⁰⁹ APEC. **Livro** de officios do governo da provincia ao Ministério do Império, 1858-1861, livro n. 139, fls. 66-67. Ver, também, MAGALHÃES, Elói, p. 392.

⁵¹⁰ APEC. **Livro** de avisos do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao presidente da provincia do Ceará, 1860-1862, livro n. 14. Ver MAGALHÃES, Elói, p. 395.

⁵¹¹ **Aviso** Circular do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, para o presidente do Ceará, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, e outros presidentes de provincias. 28/08/1861. Localizado no ANRJ. Fundo: Série Agricultura. Código do Fundo: 8T. Códice *IA617; e, também, no APEC. Fundo: Ministérios. L 24 (1860-1862). In: XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*, p. 220. Ver também VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Aldeamentos indígenas no Ceará do Século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estêvão Martins. (Org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará.

Em dezembro daquele ano o presidente do Ceará, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, de forma sucinta informou que na Província havia apenas, “**28 indivíduos** de um e outro sexo, únicos que restam da numerosa **tribu dos Chocós**, que habitavam uns confins desta província com a da Parahiba”, como lhe informara Pedro Theberge.⁵¹²

Tendo os Xocó sido aldeados pela última vez, em 1860, de acordo com as determinações vigentes, isso deu a Manuel Antônio Duarte, em 1861, a razão para afirmar em seu relatório que no Ceará não existia mais nenhuma tribo em estado selvagem:

e que desde o ano de 1833, época em que foram extintas as diretorias a que estavam sujeitas as diferentes aldeias estabelecidas na Província, extinguíram-se estas, ficaram os índios confundidos na massa geral da população civilizada, sendo incorporada nos próprios nacionais a parte devoluta dos terrenos, que haviam sido designados para patrimônio das mesmas aldeias [...] o pequeno aldeamento do termo de Milagres em terras do cidadão Manoel José de Sousa, nomeado Diretor da nova aldeia.[...] Não tem ela patrimônio, que conviria anexar-lhe, tendo a sua sede em terrenos de propriedade particular, por que não os há devolutos no termo em que se acha estabelecida. Os índios, abandonando a vida errante, e apesar das atrocidades e que foram vítimas em tempos anteriores, conservam-se acomodados e acessíveis a todos que os querem visitar, pela confiança que lhes inspira o Diretor, a quem atendem e [trecho deteriorado: falta aproximadamente uma palavra] com submissão; são a bem disso dotados de um caráter dócil e pacífico, tem boas inclinações, e parecem suscetíveis de receberem os benefícios da civilização. Para que fossem adquirindo os hábitos do trabalho, tem o Diretor procurado persuadi-los a abrirem roças, em que já cultivam os cereais do país, fazendo delas e de caça a que ainda se entregam, o seu sustento, e aprendam as 1.ª letras e a doutrina cristã com um indivíduo, que foi contratado para dar-lhes esse ensino mediante a gratificação mensal de 20\$000. **Tendo sido expedidas terminantes ordens no sentido de serem reprimidos os abusos que eram cometidos contra os índios, há toda a probabilidade de que eles se civilizem e não voltem às matas em que viviam, receosos das maldades que tanto reduziram a sua numerosa tribo;** entendo, p.m, que por ora não podem dispensar a tutela do diretor, até que, perdidos de todo os preconceitos do seu espírito tímido e desconfiado, se capacitem de que são bem recebidos na sociedade. São estas informações que posso transmitir a V. Exa. Em cumprimento do aviso que dirigiu-me.⁵¹³

Sucumbido em razão do cólera, juntamente com 4 indígenas e o professor que ensinava a língua portuguesa e catequizava os aldeados, em 1866, assumiu como Diretor do aldeamento, Manoel José de Sousa, filho de Manoel.

⁵¹²MAGALHÃES, Elói. *Op. Cit.*, p.390.

⁵¹³ APEC. **Fundo:** Governo da província do Ceará. Série: Ofícios ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ofício do presidente Manuel Antônio Duarte de Azevedo, enviado ao ministro Manuel Felizardo de Sousa e Melo. 27/12/1861. L 133 (1861-1872). In: XAVIER, Maico Oliveira. *Op. Cit.*, p. 222. Grifos meus.

4.4. Crônica de Uma Morte Anunciada – Última Batalha de Uma Guerra Barbara

A terra em processo de valorização, nos Cariris, dado ao avanço agropastoril, especialmente a cana de açúcar, tornando-se objeto de disputa e de poder, os *nativos Kariri* que ainda viviam sobre elas foram cada vez mais expropriados. As tensões entre os “índios errantes”, agora aldeados, e a população vizinha continuavam acirradas, havendo constantes agressões contra os indígenas, sempre descritos como “indigentes, infelizes, miseráveis”.

Aldeados na serra do Sobradinho, na aldeia da Cachorra Morta, os Xocó viviam da agricultura, porém, suas lavouras estavam sendo invadidas por gados de alguns curraleiros. Para resolver a situação, a administração da Vila de Milagres, por lei, estabeleceu multa para os criadores que não retirassem seu gado daquele espaço. Todos obedeceram a determinação, exceto José Inácio da Silva, que devido a sua contumácia foi multado, tendo, no entanto, “apelado” para o juiz de direito e conseguido a “absolvição” da multa. O que demonstra ser favorecido por autoridades locais e assim, continuar criando seu gado, livremente, naquela serra. Em reação a esse procedimento, os Xocó começaram a “maltratar” algumas rezes, causando descontentamentos a esse senhor.

Frente aos desmandos cometidos pelos indígenas, José Inácio da Silva passou a arquitetar um plano para matar ou, no mínimo, escorraçar os índios e, assim, eliminar o “flagelo” que dificultava a sua atividade criatória naquelas terras. Nesse sentido, forjou uma ordem para que o delegado lhe entregasse uma “força” composta por 72 “praças”, o que fora feito na madrugada do dia 28 de abril de 1867, invadindo de surpresa a aldeia, contrariando a disposição do Decreto Nº 426, de 24 de julho de 1845 e as determinações do governo provincial.

Durante a invasão as choupanas foram destruídas, e cometidas várias formas de violência e “excessos nas famílias”, provavelmente com estupros de mulheres. Não encontrando os principais dos indígenas, exceto o índio Mariano, que foi amarrado e conduzido a um lugar próximo da aldeia, onde “se abarrancarão”, esperando que os demais viessem socorrê-lo. Como esperado, passados poucos minutos, quatro índios apareceram pedindo sua soltura, momento em que os soldados abriram fogo contra os Xocó, resultando na morte de um deles e ferimentos em outros. Houve, ainda, um dos soldados, que faleceu atingido por “fogo amigo”.

O Governo provincial, em ofício de 6 de junho de 1867, solicitou informações em relação “aos acontecimentos que se deram no lugar Cachorra Morta entre os índios aldeados e uma escolta expedida para a prisão dos designados”. No dia 18 de fevereiro, em resposta ao ofício mencionado, o diretor pedia sua exoneração do cargo, o que não foi aceito pelo presidente Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Ocorre que o “processo judicial” estava parado e, por conseguinte, o crime não havia sido apurado devidamente, ficando os criminosos impunes, os quais, em suas defesas, pretextavam que haviam ido até a aldeia apenas para tomar as armas de caça dos índios. Diante do descaso, o Vice-Presidente da Província do Ceará exigiu que as autoridades competentes averiguassem com rigor o caso para que os culpados fossem punidos.

Vejamos toda esta trama urdida, conforme documento abaixo, que optamos por transcrever na íntegra aqui, devido sua importância, para o entendimento desta história.⁵¹⁴

Copia Reservado = Juizo Municipal de Milagres em 20 de julho de 1867 = Ill.^{mo} Ex.^{mo} Senõ = Quando me achava fora desta Comarca no gozo de uma licença concedida por essa Presidencia, deo-se neste termo um grave conflicto no lugar Cachorra Morta entre os índios ali aldeados e uma força comandada por José Ignacio da Silva, e a elle fornecida pello Deleg.^{do} de Policia e Tem.^{te} Coronel do Batalhão de infantaria deste Municipio Manoel de Jesus Conceição Cunha, do qual resultou haverem duas mortes e alguns ferimentos graves e leves. Ter sido com vistas ao Promotor Publico, mas que até o presente ainda não subio á minha audiência, e pelo que me acho inhibido de tomar a iniciativa desse facto criminoso, aguardando-me porem para proceder a respeito as diligencias que as **(fl. 01)**

Leis me autorizo quando me for presente dito processo. E é tal o patronato que tem apparecido aos verdadeiros criminosos, que o tal processo se acha [abafado], e por tanto paralisado a acção da justiça. Reclamo por tanto de V.Ex.^a providencias no sentido de prosseguir o Delegado de Policia nos devidos termos desse sumario crime, afim de que possa eu tomar conhecimento de tão bárbaro e premeditado crime, de modos que não fiquem empunes seos verdadeiros autores. É tal empenho com que se procura ocultar a verdade deste facto criminoso e os meios empregados afim de que não possa eu tomar a iniciativa ou mesmo conhecimento desse processo, que até o proprio Doutor Juiz de Direito desta Comarca Americo Militão de Freitas Guimarães, de quem se devia esperar imparcialidade que so por lhe constar que eu procurava [sejudicar] e informar-me desse facto, apressou-se em dirigir-me o officio, que por copia junto verá V.Ex.^a = Ex.^{mo} Senõ, o lamentável acontecido do dia 28 de abril do corrente anno na aldeia dos índios Cachorra-morta deste Termo, foi um crime premeditado. Pretendeo-se exterminar a esses infelizes, e levou-se a effeito seos tenebrosos planos. = Aldeados e catequisados esses índios na

⁵¹⁴ Documento: **Ofício** do Juiz Municipal do Termo do Jardim e Milagres = O Juiz de Direito Antonio Lopes da Silva Barros, ao Vice-Presidente da Província, Sebastião Gonsalves da Silva. Paleografia realizada por Heitor Feitosa Macêdo dos manuscritos que se encontram no Instituto Cultural do Cariri (ICC). CRATO/CE, 25/08/2014. Ver Blog: <http://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com>.

Serra denominada Cachorra-morta pelo finado Major Manoel José de Souza foi pelo Governo Imperial nomeado director (**fl. 01v**)

dos mesmos, e depois de sua morte foi nomeado seu filho Manoel Fortunato de Souza, actual director. = A Serra denominada Cachorra-morta sendo composta de terrenos proprios para a agricultura, era todavia invadida e muito [combatida?] de gados, que nella criavão muitos fazendeiros, de modo que não podia prosperar ali a agricultura. Nestas circunstancias a Comarca Municipal desta Villa impôs, sob pena de multa, aos fazendeiros a retirada de seus gados da serra, todos os creadores respeitarão as disposições Municipais, retirarão seus gados, a excepção de José Ignacio da Silva que, menosprezando a lei Municipal, não quis retirar seus gados. = Por essa sua obstinação já lhe foi imposta pelo Fiscal em correição a multa respectiva, que não querendo sujeitar-se, e sendo processado apellara para o Doutor Juiz de Direito, e este o absolvera da multa. Já então contava José Ignacio com a benevolência de certas autoridades com menosprezo da lei e em prejuizo dos índios e da lavoura da serra Cachorra-morta. José Ignacio continuou a crear seus gados na serra e estes dannificando a lavoura dos índios, aconteceu por vezes que os índios maltratassem algumas rezes daquelle e dahi a rixa e entrega de José Ignacio contra os pobres índios. = Era preciso extinguil-os, e reduzir a cinzas essa pequena (**fl. 02**)

aldeia, afim de que José Ignacio podesse continuar a criar seus gados na serra. = José Ignacio vem a esta Villa, combina-se aqui tenebroso plano de extermínio desses infelizes; o Ten.^{te} Coronel e Delegado de Policia Conceição Cunha fornecesse a José Ignacio uma força de setenta e duas praças, contra a disposição de lei, finge-se uma ordem do Subdelegado do distrito do Coité José Leite Furtado á José Ignacio inimigo dos índios, entrega-se esta força e na madrugada do dia 28 de abril José Ignacio invade com ella a aldeia dos índios e sem previa sciencia e consenso de seu Director tudo contrario as disposições da lei/ Decreto Nº 426 de 24 de julho de 1845 e os principios de humanidade; e ao passo que essa força evadindo e violando as choupanas desses infelizes ia cometendo toda a sorte excessos nas famílias dos mesmos e não tendo encontrado aos chefes dessas familias a excepção do indio Mariano a este mesmo prenderão, e amarrarão e o conduzirão para um lugar proximo da aldeia, onde se abarrancarão, esperando sem duvida seus infelizes companheiros, victimas de suas innocencias e lealdades a seus irmãos. O plano não falhou e de feito d'ahi a poucos minutos ex que se apresentão quatro índios pedindo a soltura de seu companheiro, a cuja resposta, postos de baixo do cerco, forão (**fl. 02v**)

espingardeados, do que resultou a morte de um indio e ferimentos graves e leves em outros, e tambem a morte de um soldado, victima não dos índios, mas das balas de seus proprios companheiros, segundo a posição do cerco que as balas de um iam ofender a outros, tanto assim que a infeliz victima [indigitrava?] antes de morrer o soldado seu proprio companheiro que lhe havia dado a morte. São estas pois Ex.^{mo} Senõ, as informações que tenho colhido desse facto criminoso e que posso ministerial-as a V.Ex.^a = Não querendo por em duvida a imparcialidade e exactidão das informações que me consta estar tomando o Doutor Juiz de Direito desta Comarca acerca desse deploravel acontecido, toda via sendo ellas dadas, segundo me consta pelo proprio José Ignacio e pellas autoridades culpozas jamais poderão attingir ao fim desejado, isto é, a punição dos verdadeiros criminozos. = É sob' maneira frivolo o pretexto de que se valem os autores desse crime, isto é, de que esta força ia em procura de designados ou tomar armas dos índios, por quanto nenhum designado ali havia que fosse conhecido, e quanto as armas [esse] infelizes as tinhão é verdade mas somente armas finas próprias de caçar de que fazem esses infelizes profissão e parte de sua alimentação. = Não se diga também (**fl. 03**) Que o Director dos mesmos não cumpria com o seu dever acerca da catequização e civilisação desses índios, por quanto é muito sabido a ascendencia, zelo e interesse que tem para com os mesmos e ninguém ainda reclamou pela falta de policia dos mesmos que se tenha em portado com boa conduta e applicado a seus trabalhos de agricultura. Digne-se pois V.Ex.^a de

aceitar ao menos como subsidiaria estas minhas informações que só tem por fim o descobrimento da verdade desse facto criminoso e que em abono da justiça deseja vel-os punidos. Aguardo pois a tal respeito as ordens de V.Ex.^a = Deos Guarde a V.Ex.^a = Ill.^{mo} Ex.^{mo} Senr D.^{or} Sebastião Gonsalves da S.^a M. D. Vice Presidente da Provincia. O Juiz Municipal - Antonio Lopes da Silva Barros = (fl. 03v)

Copia Juizo de Direito da Comarca do Jardim 18 de Julho de 1867. = Ill.^{mo} Senr. = Constando-me que por esse juizo Municipal se vai tomar conhecimento dos deploráveis acontecimentos que se deram em Cachorra-morta deste Termo no dia 28 de Abril deste anno; tenho por conveniente remeter-lhe incluzas para seo conhecimento e governo copias do officio do Ex.^{mo} Vice Presidente desta Provincia, dirigido ao Doutor Chefe de Polícia; e o deste a mim tambem dirigido, relativos a esses mesmos acontecimentos, devendo previnil-o que ja tenho procedido, e continuo a proceder a sindicancia recommendada = Deos Guarde a V.S.^a Ill.^{mo} S.^f Dr Antonio Lopes da Silva Barros = Juiz Municipal do Termo do Jardim e Milagres = O Juiz de Direito Americo Militão de Freitas Guim.^{es} Conforme O Escrivão do Crime e Cível. Deonizio Eleitherio Bezerra de Menezes. (fl. 04)

Ao que tudo indica, o aldeamento da Cachorra Morta sobreviveu a esse ataque, já que referências a este aparecem em relatórios de presidentes provinciais e em vários documentos como este, de 21 de maio de 1872, em que o:

Exo. Sr. Presidente da Província, manda acusar a recepção de seu officio de 10 de abril próximo findo, e declarou a V. Mce que, nesta data, se dirige ao 1.^o Sbst. Do Juiz M.al desse termo, Ten. E Cor.el M.el de Jesus Conceição Cunha, recomendasse de que não consinta, de forma alguma, q' continuem a ser perseguidos os **indigentes** do aldeamento da Cachorra Morta, sob sua direção convindo que V. Mce. Prossiga em proteger a sorte dos mesmos indígenas, aplicando-os, entretanto, aos trabalhos agrícolas, evitando, destarte que conservem na ociosidade. Deus G.e a V. m.ce – O Secretar.o J.e Bernardo Galvão Alcântara do J.or.⁵¹⁵

No relatório do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Jr., em 3 de março de 1875, vem a declaração final, de que no Ceará: “não há aldeamento propriamente dito”.⁵¹⁶ Depois desse ano, fica cada vez mais reforçada a invisibilidade indígena e seus descendentes estariam misturados à sociedade colonial.⁵¹⁷ O Ceará estaria finalmente livre daqueles sempre considerados bárbaros, selvagens, incultos. Um “flagelo”. Todavia, concordando com Maico Xavier, torna-se necessário entender um pouco mais a respeito da situação desses índios, que, “invisibilizados” no discurso oficial, não deixaram de gravar suas marcas na história cearense do final do período oitocentista e século subsequente. Buscar uma historicidade para além de uma memória fixada em representações gráficas como aquela que ilustrava o jornal “O Araripe”, 1855-1865,

⁵¹⁵ STUDART FILHO, Carlos. **Os aborígenes do Ceará**, *apud*, MAGALHÃES, Elói, *Op. Cit.*, p. 408.

⁵¹⁶ Idem. *Ibidem.*,

⁵¹⁷ SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. O Relatório provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2011, p.334-335.

portanto, antes do ocorrido na aldeia da Cachorra Morta. Esta deve ser a última “imagem” de um Xocó/Kariri.

Imagem 1 – Kariri-Xocó: Ilustração do Jornal “O Araripe” -1855



Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Cariris e Icós; dois topônimos, dois lugares de memórias que nos levam a revisitar sua historicidade e compreender suas relações com esse espaço, entender seus deslocamentos, “situá-los” em suas áreas geo-ambientais como também “alcançar” seus demarcadores culturais, bem como traçar os possíveis contornos das áreas em que os Kariri habitaram.

4.5. Evidências e Emergências Kariri nos Cariris

A presença dessa história encoberta liga o presente com vários séculos de memórias culturais, que, para além das características adquiridas nas diversas regiões, dão conta de fenômenos que não podem ser explicados integralmente a partir das concepções oficializadas nas ciências sociais e na análise política.⁵¹⁸

A própria condição humana no mundo vivido configura-se num grupo de transformações. Assim, no caso dos Kariri,

⁵¹⁸ ARGUMEDO, Alcira - **Los Silêncios y las Voces em América Latina**: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Colihue, 1993, p. 15.

podemos, ainda, lembrar de outro elemento transversal da uma extensa rede, a prática do uso do tabaco, substância obtida pela partilha de conhecimentos sobre plantas, tecnologia de fabricação e o sentido xamânico para os grupos da região. A extensão dessa rede também alcança os coletivos de outras famílias linguísticas, a exterioridade sustenta qualquer formação identitária.⁵¹⁹

Isso nos remete ao catecismo dialogado e na circularidade de uma língua “geral” Kariri, bem como o uso do fumo e da beberagem.

Resquício dessa tradição pan-culturalalista se apresenta, como vimos, nos mais diversificados meios de manifestações mítico-religiosa no vale do Cariri. Ali, ramificações da cultura Kariri denunciam essa conexão, especialmente com o Médio São Francisco. Talvez esse pan-culturalismo Kariri tenha sido o motivo para que os capuchinhos que aldearam os Kariri, nos sertões do Médio São Francisco e nos Cariris Novos, utilizassem a língua Kariri como suporte para a dominação e doutrinação das demais etnias que habitavam os distantes sertões. Uma cultura manifesta sua autonomia em diversos recursos culturais, que são de ordem material, epistemológica, simbólica, comunicativa e afetiva ou subjetiva⁵²⁰. A língua constitui um dos principais elementos definidores de uma cultura. Em grande medida, é por meio daquela que esta se produz e reproduz. Através da língua, uma cultura pode perpetuar-se. Daí ser alvo da vontade de saber dos colonizadores, de que os capuchinhos faziam as vezes. É pela língua que se nomeia a natureza e o sagrado, ambos, amiúde, participando do mesmo universo simbólico-material. Dominar o outro implica atingi-lo naquilo que o constitui como mesmo, como próprio de si, que é capaz de dizer o seu entorno material e simbólico a partir de uma língua que é sua e foi de seus ancestrais. Compreender os recursos culturais dos Kariri significava entender, e ser capaz de obstaculizar isso, por meio do quê estes manifestavam capacidade de decisão enquanto grupo, conquanto diverso etnicamente. A cultura autônoma, o que não quer dizer pura, representa, conforme Guillermo Bonfil, o âmbito fundamental de toda cultura. Nas suas palavras, “sin él no existe cultura distintiva y, en consecuencia, no puede haber una identidad social diferenciada”. Portanto, “a partir de la cultura autónoma se dan los procesos de resistencia, innovación y apropiación”⁵²¹. Nesse perspectiva, a língua constitui-se numa dimensão identitária e de

⁵¹⁹ APARICIO, Miguel e SANTOS, Gilton Mendes dos. (Org). **Etnografia das Redes Indígenas no Médio Purus**. Introdução ao livro *Redes Arawa – ensaios de etnologia do Médio Purus*. EDUA, 2016, p. 9.

⁵²⁰ BONFIL, Guillermo. Los pueblos índios, sus culturas y las políticas culturales. In: CANCLINI, Néstor García (ed.). **Políticas culturales en América Latina**. 2. ed. México, D. F.: Editorial Grijalbo, S.A, 1990, p. 108.

⁵²¹ Idem. *Ibidem.*, p. 108.

resistência cultural. Além da comunicação oral, outras práticas e técnicas são elementos fundamentais para acessar um contexto cultural.

Como afirma Witteman,

A observação minuciosa das fontes históricas permite enxergar detalhes – às vezes aparentemente insignificante ou mesmo incompreensíveis – que podem dar a chave para a análise de um contexto cultural [...] Ressalte-se que por meio da oralidade se reconstróem lógicas vivenciadas no presente, [...] São povos que narram, desenham ou mesmo cantam sua história.⁵²²

Somam-se a essas fontes, aquela de origem arqueológica, que tem remetido a uma história recente da nação Kariri. Em seus estudos arqueológicos, Roseane Lima Verde encontrou, em várias localidades da chapada do Araripe, uma quantidade significativa de objetos, principalmente içaçabas, machados e cachimbos, atribuídos à cultura Kariri.⁵²³

Esses artefatos podem nos levar a entender não só as manifestações da vida material dos Kariri, mas também parte do seu sistema de crenças. Analisando-os como parte de uma complexidade sociocultural construída e vivenciada por aqueles nativos, esses objetos, sejam de uso cotidiano ou ritualístico, de alguma forma, refletem as práticas culturais de diversos grupos que ali se estabeleceram, uma vez que “não se deve levar os objetos em si mesmo, mas sim os usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural”⁵²⁴. Por sua vez, Ulpiano Meneses argumenta que:

finalmente, não se pode desconhecer que os artefatos — parcela relevante da cultura material — se fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções, etc), fornecem também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu.⁵²⁵

Em relação à *Cerâmica*, esse tipo de utensílio, na observação de Jacionira Coelho, é um dos mais utilizados, especialmente pelos arqueólogos, para diferenciar muitas etnias, uma vez que, “associada a uma agricultura, mesmo incipiente, a cerâmica

⁵²² WITTEMANN, Luisa Tombini (org) **Ensino (d)e História Indígena**. Autêntica: Belo Horizonte, 2015, p.19.

⁵²³ LIMA VERDE, Rosiene. **Os Registros Rupestres na Chapada do Araripe Ceará-Brasil**. (Dissertação). Recife: UFPE, 2006.

⁵²⁴ BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagem**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.30.

⁵²⁵ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Cultura material no estudo das sociedades antigas. In: **Revista de História**. São Paulo, n.115 (Nova Série), julho-dezembro de 1983, p.103-117.

funcionou como diferenciador cultural na pré-história ao servir como característica do ‘neolítico’ na América do Sul, entre os povos marginais às grandes áreas culturais”. Esse tipo de artefato, segundo a autora, “só poderia ser utilizado pelo grupo que estabelecesse um assentamento em caráter permanente, que produzisse os alimentos em quantidade suficiente para armazenagem e pudesse utilizar os frágeis artefatos, difíceis de transportar em constantes deslocamentos”.⁵²⁶

Não se conhece com profundidade estudos que analisem o tipo de cerâmica que os Kariri, em geral, produziram. Quando se faz menção a esse elemento dizem que

Os Kariri faziam redes e uma cerâmica “rudimentar, semelhantes à dos Shucuru de Cimbres”. Sobre a manufatura da cerâmica, Estevão Pinto (1938:152-153), cita Marcgrav que descreve o processo da seguinte forma: A todos os vasos dão principio em cima duma folha de bananeira sobre os joelhos; depois assentam-nos num prato grande pulverizado de cinza, sobreo qual acabam de lhe dar forma e o enfeite. Elas mesmas (refere-se as mulheres) procuram, acarretam, amassam o barro, e vão buscar a lenha no sábado à noite á cozerem a obra da semana, em grandes fogueiras num terreiro, sem que os maridos lhe dêem o menor adjuntório.⁵²⁷

Tal predominância é destacada também nos estudos que Lourdes Bandeira realizou no início da década de 1970, junto aos descendentes de Kariri, em Mirandela, Bahia. Segundo a autora, “ali a cerâmica é uma especialização feminina, passa de mãe para filha”. Quanto aos objetos, às formas e às técnicas de fabricação, ela descreveu que

Potes, panelas e porrões são vasos de boca conscripta. Os aribés, cuscuzeiros e frigideiras têm boca ampliada. As pinturas utilizam linhas e pontos. Motivos geométricos. A cerâmica depois de confeccionada deve secar ao sol por tempo mínimo de um dia. Em seguida queimada em forno próprio. Para sustentar a vasilha do forno, preparam arcos de cipó cobertos com barro e diâmetro variados. Os arcos são dispostos em ordem crescente debaixo para cima e a vasilha é encaixada na armação. O fogo é aceso embaixo da armação que fica suspensa à altura da boca do forno.⁵²⁸

Como em Mirandela, os estudos sobre esse aspecto da cultura material ainda é um desafio para outras áreas em que os Kariri habitaram. Nos sertões do Cariri cearense, como vimos, a cerâmica encontrada revela variedades técnicas como também uma diversidade de cores e formatos. Padre Antonio Gomes de Araújo, esboçou algumas descrições daquela cerâmica. Segundo ele

⁵²⁶ SILVA, Jacionira Coelho. **Arqueologia no médio São Francisco**: Indígenas, vaqueiros e missionários. Recife, 2003, p.266.

⁵²⁷ OLIVEIRA, Cláudia. Perspectiva Etno-histórica no Estado do Piauí-Brasil. In: **Clio Arqueológica**, Recife, nº 15, 2002, p.171-188.

⁵²⁸ BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Os Kariri de Mirandela**: um grupo de indígena integrado. Estudos baianos, São Paulo, UFBA, nº 6, 1972, p. 60-61.

A arte cerâmica dos descobertos do “Fernando”, da Praça da Sé e da Rua Coronel Antonio Luiz, tras-nos à lembrança, por semelhanças, a cerâmica marajoara. Não é a expressão do estágio de cultura essencial da arte Cariri no momento da chegada dos brancos – se são exatas as observações de qualificados conhecedores no assunto, os quais consideram “rudimentar e grosseira” a cerâmica dos referidos índios.⁵²⁹

Quanto ao formato, especialmente as urnas funerárias, Padre Antônio Gomes Araújo assim o descreveu:

Material da urna: tabatinga, avermelhado, com areia e bem queimado. Forma elipsóidica, Extremo do bordo: saliente na parte externa. Lisura externa: grosseira e interna, perfeita. Ornato: tênue camada de tinta branca cobrindo a superfície da zona inferior, dotada de gregas. Desenhos: gravados. Nos interstícios serpenteados. Na zona superior interna da urna: retas paralelas, circulares, em côres, vermelha e preta. Nos intervalos: linhas paralelas de quadriculos de traços verticais, em côr preta. Modelagem e acabamento: sem rigor artístico. Dimensões da urna: comprimento tomado do centro, cm. 59x48. Profundidade, tomada do centro, 17 cm. Espessura.; da extremidade do bordo, 4 cm.; da extremidade inferior do beijo, 1 cm. **O cachimbo.** Material; tabainga, negro, expurgado de areia, compacto e muito queimado. Reproduzia a cara humana em traços estilizados, enérgicos, austero e artistico. A cabeça, assimetizada, formava um todo único com o dispositivo de sucção de fumaça.⁵³⁰

A presença atual de uma rica e diversificada forma de artesanato cerâmico na região aponta que ali grupos ceramistas Kariri se estabeleceram, como também pode ser observado nos hábitos da culinária, cestaria em fibras naturais, dentre outros. Figueiredo Filho observou que

Muitos dos utensílios domésticos nos vieram dos habitantes primitivos das selvas. A Cerâmica é filha do tósco Cariri. No mato, as populações se servem ainda de cabaças, cúias e coités, tal qual os nossos remotos antepassados do mato. O pilão de socar, a urupemba, abano, esteiras de palha de palmeira e mil e outras coisas que se integram à civilização sertaneja e mesmo das capitais, viram-nos do selvagem.⁵³¹

Em relação aos *Cachimbo*s, estes podem nos levar ao universo mais complexo da cultura dos Kariri na região; ou seja: *imaterial*. O cachimbo e as ervas (fumo) que nele se colocavam era um dos componentes mais utilizados nos rituais, não só dos Kariri, mas das comunidades nativas em geral. Assim

A simbologia dessa prática remete a cerimônias religiosas e sua utilização em cachimbos tiveram início nas Américas, no período pré-colombiano quando eram mascaradas e até usadas como supositório. A antiguidade do cachimbo ultrapassa, os 3.000 anos. A principal razão para o consumo era mística: o

⁵²⁹ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1971, p.140.

⁵³⁰ ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *Op. Cit.*, p.138-139. Grifos meus.

⁵³¹ FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. Vol. I. Cap. I a V. (Fac-simele a edição de 1964). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p.08.

tabaco permitia um contato com espíritos. Presente nos rituais sagrados dos povos ameríndios, significava, para algumas culturas, a união do mundo terrestre (representado pelas folhas) com o celeste (representado pela fumaça).⁵³²

4.5.1. O Uso do Tabaco

Na cosmologia Kariri do Baixo e Médio São Francisco, Badzé é o deus do fumo. Quando o Jesuíta Vicencio Mamiani e os Franciscanos Martinho de Nantes e Bernardo de Nantes aldearam os Kariri observaram um mito de que se banqueteariam da caça imploram a volta do Grande pai ao seu convívio. “Cheios de caça”, anota Martinho de Nantes, “fizeram grandes banquetes à custa de seus filhos transformados em javalis. Em seguida, rogaram para que voltasse a companhia deles. Mas ele não os quis atender e lhes deu *o fumo* como compensação”⁵³³. De acordo com o relato, “eles o denomina Batzé. Essa é a razão pela qual fazem oferendas com *o fumo* em diversas ocasiões”. Martinho de Nantes, ao presenciar os rituais, especialmente os de cura, efetuado por um Pajé Kariri, afirma que

Havia entre eles feiticeiros ou, para dizer melhor, impostores, que adivinham o que eles pensavam. Prediziam coisas futuras, curavam doenças, quando não as produziam. Podia-se acreditar que alguns deles tinham entendido com o Diabo, pois não usavam, como remédio, para todos os males, se não a *fumaça do tabaco* e certas rezas, contando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra.⁵³⁴

Além de *Badzé* mais duas divindades foram identificadas pelos religiosos: *Wanaguidze* e *Politão*, formando, assim, a tríade divina Kairiri. Martinho de Nantes percebe isso ao tentar doutrinar os Kariri com as seguintes indagações: “lebraste-vos de vossos antigos deuses, Badze, Wanaguidze, & Politão? Fostes fazer vossa confissão antiga ao mato”⁵³⁵

Na região do Cariri, na literatura de cordel, nos contos e no imaginário popular, lendas e mitos como os do pai da mata, caboclinha, caipora, só para citar algumas

⁵³² SOARES, Adriana Mayra de Almeida; AQUINO, Crisvanete Castro de. Cachimbos Cerâmicos dos Sítios Aldeia do Carlos-Parque Nacional Serra da Capivara. Piauí-Brasil. Disponível em: <http://docplayer.com.br/36020241-Cachimbo-ceramicos-do-sitio-aldeia-do-carlos-parque-nacional-serra-da-capivara-piaui-brasil.html>. Acessado em; 2016.

⁵³³ NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no rio São Francisco**. 1979(1706). São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 101. Grifos meus.

⁵³⁴ Idem. Ibidem., p.04. Grifos meus.

⁵³⁵ NANTES, Bernardo de. 1896 [1709]. **Catecismo Kariris**. Edição facsimilar, por Julio Platzmann, da primeira edição (1709). Leipzig: B. G. Teubner, p. 129.

que ainda são presentes e remetem a tempos imemoriais.⁵³⁶ Um desses entes sobrenaturais está relacionado ao cachimbo e, conseqüentemente, à manipulação do fumo: a Caapora ou Caipora. Diz a lenda que, para o caçador ter êxito nas caçadas, ele deve deixar em locais reservados porções da dita erva para aquela entidade. Rosenberg Cariry, estudioso local, embora de forma sucinta, ao reunir lendas, contos e outras narrativas, tentou esboçar como o fumo estava relacionado à Teogonia Kariri do Médio São Francisco. Segundo ele,

Afirma a tradição que o Cariri era o território de Badzé – **o deus do fumo** e civilizador do mundo. No principio era a trindade: Badadzé enviou Poditã, o seu filho preferido, para a terra Cariri e esse ensinou aos índios a reconhecer os frutos, a caçar animais, a fazer farinha de mandioca, a preparar utensílios de uso cotidiano, a cantar e fazer rituais de pajelância. Poditã ensinou então aos pajés, que invocando proteção a Badzé, **fumassem seus cachimbos** com ervas mágicas e tomassem o vinho da **jurema** preta para ter visões proféticas, entrando, assim, em contato com o mundo dos encantados.⁵³⁷

Uma prática ainda recorrente nos sertões, em especial pelos benzedores, os que fazem curas e espantam os maus espíritos.

4.5.2. *Beberagem – Jurema*

Além do fumo, Rosemberg, quando discorre sobre a mitologia Kariri, afirma ser a jurema bastante utilizada nos rituais entre aqueles que habitavam as capitânicas do Norte, na época colonial, assim como na contemporaneidade, em particular em rituais de cura, benzeduras, e nos cultos religiosos como o Catimbó.

João Azevedo Fernandes, em recente estudo, *Selvagens Bebedeiras: Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (séculos XVI-XVII)*, 2011, identificou que “as bebidas fermentadas, ocupavam, e ocupam um lugar central nos sistemas culturais indígenas”, principalmente os tupinambá⁵³⁸, em especial em práticas ritualísticas.

Na referida obra, é possível identificar que os produtos e as formas de preparação das bebidas variavam de acordo com as sociedades. Em coletividades, sejam

⁵³⁶ Sobre estes assuntos ver. BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. **Oralidade, Memória e Tradição nas Narrativas de Assombrações na Região do Cariri**. (Dissertação). Fortaleza: UFC, 2011.

⁵³⁷ CARIRY, Rosemberg. Cariri: a nação das utopias. In: CAVALCANTE, Maria Juaraci, QUEIROZ, Zuleide Fernandes de, et. Al. **História da Educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais**. Fortaleza: 2008, p. 364-397. Grifos meus. Ver também em: **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 nov 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=594331>>. Ver também: LIMA VERDE, Rosiane. **Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe-Nova Olinda-Ceará, Brasil**. (Tese). Coimbra: 2015. Grifos meus.

⁵³⁸ FERNANDES, Azevedo João. **Selvagens bebedeiras: Alcool, Embreaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 45.

elas mais ou menos sedentárias, como a Tupinambá, as beberagens eram essencialmente produzidas com gêneros provenientes de suas roças, especialmente o milho e a mandioca. Noutros povos com predominância da caça e da coleta, as bebidas eram fabricadas a partir das seivas das árvores, do mel de diferentes espécies de abelhas, das frutas, como o ananás, o umbu e o caju. Isso se configura também numa certa diferença entre as sociedades caçadoras-coletoras, uma vez que “ao expandir os limites de sua colônia pelos sertões do Brasil, os portugueses encontraram outros povos, outras bebidas e outros modos de se embriagar”⁵³⁹. Dessa forma, Azevedo ressalta que nas sociedades semisedentárias ou não

encontraremos com maior facilidade os hidroméis entre aqueles povos que cultivavam ou que não dispunham de quantidades apreciáveis de matérias-primas mais favoráveis à fermentação. Tal é o caso dos tapuias do sertão, e de boa parte dos povos do Brasil Central e de regiões contíguas, como a área das Missões, sociedades que sobreviviam, em grande medida, da coleta e da caça.⁵⁴⁰

Além dos produtos já indicados para a fabricação dessas beberagens, **a jurema** não foi, pelo autor, destacada nesse universo etílico. Embora destaque, a partir de Margrave, que os Tapuias, “por exemplo, reuniam-se periodicamente para consumir ‘acauí’ (cauim, álcool de mandioca) e ‘aiipii’, começando pela manhã e, entregando-se a bebedeira, cantarolando e dançando quase sem interrupção”⁵⁴¹.

Tal ausência pode estar relacionada ao diminuto interesse, sobretudo dos religiosos, em conhecer e documentar as várias manifestações culturais dos nativos que ocupavam os sertões do nordeste colonial; o estrito cuidado com que a referida planta era manipulada e utilizada pelos nativos ou pela dura perseguição às plantas que ocasionavam alucinações, pois, “todas as plantas americanas possuidoras de *N-Demitilriptamina*⁵⁴² e sagradas para os indígenas, foram alvo de perseguições pela Igreja Católica e pela administração colonial”⁵⁴³. Os juremeiros se valem de todas as partes da árvore da Jurema para fazer banhos de limpeza, infusões, unguentos e a bebida, vinho, para fins ritualísticos, em particular, na Umbanda e no Catimbó.

⁵³⁹ Idem. Ibidem., p. 201.

⁵⁴⁰ Idem. Ibidem., p. 60.

⁵⁴¹ MARGRAVE, Jorge. História Natural do Brasil, *Apud*, FERNANDES, Azevedo João. *Op. cit.*, p. 201.

⁵⁴² Segundo Henrique Carneiro, no artigo as plantas sagradas na história da América, a N-Dimetilriptamina, substância alucinógena identificada pela primeira vez numa planta (a jurema, *Mimosa hostilis*), em 1946, no Brasil.

⁵⁴³ CARNEIRO, Henrique. As plantas sagradas na história da América. In: **Revista Varia História**, nº 32, 2004, p.102-119.

Embora os nativos tivessem sempre a preocupação de proteger seus elos mais significativos de manifestações culturais, cite-se aqui a Jurema, na medida em que a sociedade colonial vai se tornando complexa, mais difícil ficava de proteger esses e outros segredos da cultura cristã chegada. Em relação à jurema, no início do século XVIII, segundo Guilherme Medeiros, têm-se nos registros oficiais denúncias e tentativas de extinguir o uso dessa árvore pelos nativos e por parte de qualquer pessoa. Assim, em

1739, por ocasião de uma reunião da Junta das Missões de Pernambuco, onde a principal preocupação era dos representantes eclesiástico e estatais, ali presentes foi a de procurar os meios mais eficazes para reprimir e extirpar aquela prática que então estava ocorrendo no âmbito das aldeias missionárias da Paraíba, e considerada “diabólica” e “deturpadora” dos “verdadeiros” princípios expostos pelo catolicismo.⁵⁴⁴

Na mesma capitania, em 26 de novembro de 1740, o então governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrade, escreveu ao rei informando a prisão de alguns feiticeiros. Embora não mencione de que categoria social eram, suspeitamos que fossem índios, pois estava sobre a alçada da Junta das Missões, a qual regulava as atividades dos mesmos nas aldeias. Vejamos o documento:

Dom Juan Por Graça de Deus Rei de Portugal dos Algarves de quem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, faço saber muy o Governandor e Capitam mor da Capitania de Pernambuco que se vio a carta que me deo o Capitam mor da Parahiba em carta de dezanove de dezembro do ano passado que com esta sevos remetia copia assignada pelo secretario do meu Conselho Ultramarino sobre ser conveniente que naquela capitania haja uma Junta de Missões e duvidas que lho fazem a servirem várias aldeyas como se tratou na Junta das Missões desta capitania insinuando juntamente as partes que rezultarão da **prisão que se mandou fazer a huns feiticeyros** encomendando o Bispo esta diligencia a hun vigário.⁵⁴⁵

Um ano depois, anexo ao mesmo documento, em primeiro de julho, confirma-se que os feiticeiros eram nativos, que, além de praticarem seus rituais contrários aos preceitos católicos, usavam também a Jurema. Segundo o Governador,

[...] só posso enformar a V.Magde. que expondo na Junta de Missões o Reverendissimo Bispo que **nas Aldeyas Uzavão a mayor parte dos Indios de huma bebida chamada Jurema** com que perdendo o sentido se lhe representavam várias visões repetindo os depois, e crendo nas tais os mais índios e como cineraculo(?)aque avistão todos os missionários vendosse a pprovisão junta por copia emque V.Magde. esta matéria pertence a Junta de

⁵⁴⁴ MEDEIROS, Guilherme. O uso ritual da Jurema entre os índios do Brasil colonial e as dinâmicas das fronteiras territoriais do nordeste no século XVIII. In: **Clio Arqueológica**, Recife: UFPE, 2006, p. 123-150.

⁵⁴⁵ AHU. Documento para Pernambuco. **Carta** do Governandor da capitania de Pernambuco, Henrique Luis Pereira Freire de Andrade, ao rei d. João V, sobre o uso que fazem os índios uma bebida chamada jurema. Informar a prisão de índios feiticeiros em nome do Santo Ofício, e a conveniência de se criar uma Junta das Missões na Paraíba. Caixa 56. Doc. 4884. 1741. Grifos meus.

Missões se acentô nella como seve dacopia do acento q. se tomou na mesma se deixou este exame e castigo e arbitrio ao Reverendo Bispo por ser o **Canto de feitiçaria** eq. Madando devaça na visita o mesmo pelo seu visitador estes cosntandolhes ser cabeça desta seita **hum tal Índio** mandara prender deixando esta ordem a hum capitão.⁵⁴⁶

Embora o documento não especifique de que nação eram esses ditos “feiticeiros”, o importante é entender que essas práticas foram duramente perseguidas, especialmente pela Igreja, que como expõe o documento, as penalidades a serem aplicadas deveriam ser da competência dos clérigos. Complementando esses exemplos, em 1755, quando o Marquês de Pombal instituiu regulamentos que ditavam as condutas dos índios e demais habitantes nas vilas de índios, a proibição desses rituais e da utilização da jurema foram prioridades.

Advirto aos diretores, que para desterrar dos índios as ebriedades, e os mais abusos ponderados, uzem dos meios de suavidade e brandura, para que não suceda, que, degenerando a reforma, em exasperação, se retirem do grêmio da Igreja, aque naturalmente os convida de sua parte o horror do castigo, e da outra a inclinação aos bárbaros costumes, que seus pais lhe ensinarão com a instrução e exemplo, não consentido o uzo de aguardente mais do que para o curativo, **e abolindo inteiramente o da Jurema contrario aos bons costumes e nada útil, antes prejudicialíssimo à saúde das gentes.**⁵⁴⁷

Em relação à manipulação da jurema, Brandão destaca que

Da casca de seu tronco e de suas raízes se faz a bebida magico-sagrada que alimenta e da força aos encantados de “outro mundo”. É também essa bebida que permite aos homens entrar em contato com o mundo espiritual e os seres que ali residem. Tal árvore, se constitui enquanto símbolo magico-sagrado, o núcleo de várias práticas magico religiosas de oriegem ameríndia.⁵⁴⁸

Assim como a beberagem da jurema, uma outra prática cultural indígena viva nos sertões semiáridos do Nordeste é a do Torem ou do Ouricuri.

4.5.3. *Toré ou Torem*

Marco Tromboni Nascimento, ao estudar a história dos descendentes dos Kiriri no Município de Banzaê-BA, (Badzé, deus do fumo) observou que “o vinho da Jurema é o principal elemento comum a todas as formas rituais disseminados

⁵⁴⁶ AHU. Documento para Pernambuco. **Carta** do Governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luis Pereira Freire de Andrade, ao rei d. João V, sobre o uso que fazem os índios uma bebida chamada jurema. Informar a prisão de índios feiticeiros em nome do Santo Ofício, e a conveniência de se criar uma Junta das Missões na Paraíba. Caixa 56. Doc. 4884. 1741. Grifos meus.

⁵⁴⁷ *BRASIL COLONIAL: Alvará* com que inteiramente se deve regular os índios das novas Vilas e lugares erectos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XLVI, 1883. p.129. Grifos meus

⁵⁴⁸ BRANDÃO, Maria do Carmo e NASCIMENTO, Luis Felipe Rios. O Catimbó-Rurema. In: **Clio Aqueológica**, 1998, pp. 71-94.

pelo nordeste, que junto com o *Toré*, constituem variantes do que chamamos, por isso mesmo de “complexo ritual da Jurema”⁵⁴⁹. O autor define como complexo ritual da jurema em função da planta ter sido utilizada não apenas pelos nativos Kiriri (Kariri), mas por “abarcando toda a região e cuja difusão atinge inclusive formas rituais não especificamente ligados a reivindicações étnicas embora toda a bebida feita a partir da planta Jurema esteja ligada a alguma representação do índio”.⁵⁵⁰ Por sua vez, Guilherme Medeiros ressalta que,

Entre os culturais que unem essas populações, encontramos a expressão do *Toré* e a centralidade do uso da jurema com elemento ritual, mitológico e cosmogônico. Esses dois elementos estão presentes nos universos culturais de todos os povos, entretanto cada um deles apresenta variações próprias, que funcionam como marcadores de fronteiras, de diferenciação entre um e outro grupo específico.⁵⁵¹

Ainda segundo o autor,

É importante destacar, algumas considerações acerca das origens étnicas do uso da Jurema. Se por um lado, a expressão “jurema” é derivado do Tupi *Yurema*, que significa “espinheiro suculento” por outro, esses usos não parecem ter sua origem entre os povos de língua Tupi, mas, pelo contrário, entre os povos do tronco linguístico macro-gê, incluindo os Kariri, que foram historicamente chamados de tapuias.⁵⁵²

Sobre a suposta⁵⁵³ utilização da referida planta pelos Kariri do Médio São Francisco nas suas atividades festivas, Martinho de Nantes, nos finais do século XVII, também registrou que, “para serem felizes na caça ou na pesca, os chefes de cerimônia faziam beber aos jovens o suco de certas ervas amargas”⁵⁵⁴. No mesmo contexto, Bernardo de Nantes, quando catequizou os Kariri na Aldeia do Jeru, na capitania de Sergipe Del Rei, no catecismo que produziu, também menciona elementos que apontam para essas bebedeiras. No diálogo com os Kariri, pergunta: “fostes cantar o Soponhiu? (e cantar dissoluto, & bárbaro quando banqueteão) tomaste -vos de vinho nele?”⁵⁵⁵

O auge das festas se traduziam nas danças que perduravam dias, ou seja, o *Toré*, que na atualidade ainda é um dos mais importantes demarcadores culturais de

⁵⁴⁹NASCIMENTO, Marco Tromboni S. de. **O tronco da Jurema**: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste – o caso Kiriri. (Dissertação) Salvador: UFBA, 1994, p.23.

⁵⁵⁰ Idem. Ibidem., p. 23.

⁵⁵¹ MEDEIROS, Guilherme. *Op. Cit.*, p. 123-150.

⁵⁵² Idem. Ibidem., p. 123-150. As etnias que utilizavam a jurema no ritual do *toré* eram: Pankararu, Pankararé, Xukuru, Kambiwá, Tuxá, Xocó, Pipipã, Tumbalalá, Tremembé, Okren, Kiriri-Xukuru, Kariri-Xocó, Karri. A esta lista pode acrescentar: Fulniô, Kapinawá, Atikun, Pataxó, Hã-Hã-Haê e Potiguara.

⁵⁵³ Martinho de Nantes não cita se era a jurema que os kariri utilizavam em seus festejos.

⁵⁵⁴ NANTES, Martinho de. *Op. cit.*, p. 08. Grifos meus.

⁵⁵⁵ NANTES, Bernardo de. *Op. Cit.*, p. 129.

muitos povos. Para o Ceará, Gerson Augusto de Oliveira, ao estudar os Tremembé de Almofala, nos finais dos anos oitenta do século passado, identificou que as primeiras informações desse ritual datam do século XIX. Em relação à utilização de bebidas, o autor não identificou o uso da jurema, só destacou que se utilizava a aguardente em substituição ao mocororó.⁵⁵⁶

Marco Tromboni, ao descrever o Toré como ritual de unificação cultural dos nativos e o uso da Jurema que o acompanhava, conseguiu enxergar que o Toré era apenas uma versão simplificada de um ritual mais complexo, ou seja, o *Ouricuri*⁵⁵⁷. Segundo ele;

O **Ouricuri** é o ritual indígena do nordeste que mais chamou a atenção dos etnólogos, provavelmente por apresentar algumas características mais "tipicamente" indígenas, e também por ser essa a marca reconhecida do grupo que o realiza com maior grau de elaboração, os Fulni-ô de Pernambuco, que ainda preservam bem visíveis, como já foi dito, muitos aspectos de sua cultura pré-contato - evidentemente em comparação com os outros grupos do nordeste, e sem que estejamos insinuando que tais aspectos tenham permanecido intocados, em sua "pureza original".⁵⁵⁸

Em um relatório efetuado por Antonio Carlos de Souza Lima, coordenador Técnico do *Laboratório Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento-LACED*, e composto por um grupo de pesquisadores em Antropologia do Estado da Paraíba, com o objetivo de mapear as situações de áreas indígenas do Nordeste, publicado pelo Museu Nacional em 2002, registrou que os Kariri-Xocó ainda realizam esse ritual.

A representação do sagrado é feita na área extensa a aldeia, o Ouricuri. Esta área representa os laços do grupo com o passado do mesmo. Lugar privilegiado por uma natureza "virgem", no qual se representam os laços de antiguidade com os índios do passado. Esta área é privilegiada para o ritual do Ouricuri porque se mantém "pura de alma", ou seja, não abriga construções de nenhum tipo. Neste espaço de mata virgem, apenas o "terreiro" (espaço aberto na mata) marca o lugar como de ocupação índia. Qualquer presença não permitida acarreta a ira do grupo, que responde por "histórias" de loucura de brancos que "viram o que não se é pra ver", quando não são acometidos de morte súbita. O trabalho no Ouricuri é feito basicamente usando a *Jurema*, bebida sagrada feita da raiz de arbusto de mesmo nome, bem como da dança ritual chamada de *Toré*.⁵⁵⁹

⁵⁵⁶ OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto de. **TORÉM: Brincadeiras de índios velhos**. São Paulo: Ana Blume, 1998.

⁵⁵⁷ NASCIMENTO, Marco Tromboni S. de. *Op. Cit.*, p.159.

⁵⁵⁸ Idem. *Ibidem.*, p.159. Grifo meu.

⁵⁵⁹ PALIOT, Estêvão Martins; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre Santos dos. *Relatório de Viagem: Índios do Nordeste (AL, PE e PB). Laboratório de Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento-LACED*. Museu Nacional/ UFRJ. Supervisão técnica e apresentação: Rodrigo de Azeredo Grünwald. Campina Grande: setembro de 2002.

Estevão Pinto, nos anos cinquenta do século passado, fez um importante estudo junto aos Fulniô, e por ser o ritual também bastante sigiloso descreveu apenas os seus preparativos: segundo ele,

Nos meados de agosto, o Pajé reúne, em sua casa, alguns dos mais importantes membros da tribo, anunciando o próximo início dos officios religiosos. A partir de então, alvoraça-se a colmeia dos Fulniô – em poucos dias, quase que por encanto, constrói-se uma verdadeira aldeia de choças de palha e os teréns mais necessários (roupas, panelas, animais domésticos), são, em seguida, transportados para a nova taba. O pátio do “Ouricuri” divide-se em três partes distintas: a) a aldeia, onde se abriga a população nativa; b) o terreiro periforme, reservado às danças, com local proprio para o cacique, o pajé, as mulheres e a fogueira; c) o sitio do juazeiro sagrado, privativo dos homens, divididos por um cercado, na parte sul, atrás do qual se vestem os dançarinos. O ritual se prolonga todos os anos por três longos meses – setembro, outubro e novembro. O ritual é rodeado de muitas precauções e sigilos. Nessa ocasião, é proibido a visita de estranho à aldeia, inclusive a dos filhos ou descendentes dos Fulniô casados com outras “raças”. Mesmo durante o dia, quando as atividades religiosas estão suspensas, não se permite, sem licença especial, a entrada aos “bancos”. Essa restrição abrange os próprios indivíduos pertencentes a certos grupos indígenas, à exceção dos remanescentes de Porto Real do Colégio – os Natu, os Carapotó, os Shocó, e alguns poucos Kariri, - simbiose religiosa que parece provir da incorporação de uma parte daqueles restos à cabilda dos Fulniô.⁵⁶⁰

Esse “ciclo ritual que se estende, no caso Fulniô, por cerca de três meses”⁵⁶¹ é a marca mais distintiva desses nativos. Estevão Pinto destaca que essa etnia tinha estreitas ligações com os Kariri-Xocó⁵⁶² de Porto Real do Colégio em Alagoas, onde esses nativos também praticavam esse ritual, e que, segundo o autor, é o “único *Ouricuri* que os Fulni-ô, (por serem considerados) seus "parentes" reconhecem.⁵⁶³ Ainda que não se tenha tanta certeza de que os Fulniô apresentem filiação direta com os Kariri, o *Ouricuri* também constitui ponto principal da alteridade dos Kariri em geral.

Na mesma localidade, a antropóloga Clarice Novaes da Mota realizou estudos bastantes significativos sobre os descendentes da etnia Kariri. Em “*Os Filhos da Jurema na Floresta dos Espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do nordeste*”, 2007, além de pesquisar os **Kariri-Xocó do Porto Real do Colégio**, estudou também os Xocó da Ilha de São Pedro em Sergipe. Através das memórias dos descendentes dessas duas etnias, a autora procurou identificar diferenças entre esses povos, e entender,

⁵⁶⁰ PINTO, Estevão. **Etnologia Brasileira** (Fulniô – Os últimos Tapuias). 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 145-146.

⁵⁶¹ NASCIMENTO, Marco Tromboni S. de. *Op. Cit.*,

⁵⁶² Cabe esclarecer aqui que vamos tratar os Kariri enquanto etnia antes da fusão com os Xocó no século XIX. Assim quando falar de Kariri-Xocó nos remetemos aos Kariri enquanto Nação e Kariri-Xocó e Xocó como filiados a ela.

⁵⁶³ NASCIMENTO, Marco Tromboni S. de. *Op. Cit.*, p.164.

especialmente, o significado de uma área de floresta preservada pelos Kariri-Xocó para o ritual do *Ouricuri*.

A autora identificou que a preservação da floresta era fundamental para manter os elementos materiais e simbólicos que fundamentaram e ainda fundamentam seus universos de crenças. Denominada de *a floresta sagrada*, naquele espaço era onde se realizava e ainda se realiza o ritual do *Ouricuri*. Para muitos Kariri-Xocó, identificou Clarice, a perda⁵⁶⁴ desse importante território era muito mais que material, significaria romper o elo com seus ancestrais, com sua história, com sua identidade. Foi o que aconteceu com os Kariri da Ilha de São Pedro que não conseguiram preservar a floresta sagrada.

Nos Cariris Novos, testemunha e guardiões desses e muitos outros segredos, no início do século passado ainda se registravam etnias Kariri realizando aquele ritual. Segundo José de Figueiredo Filho,

Em 1903, Paulo Gernol presenciou em Tabocam distrito exuense, que faz parte da órbita de Crato, mesmo sendo pernambucano, a dança indígena do Toré. Os caboclos dançavam em duas filas e aos pares. Os passos assemelhavam-se a pessoas que marcam e o canto era em língua portuguesa, porque desde há muito tempo estavam domesticados. O índio vestia calça curta e túnica encarnada, enquanto o elemento feminino trajava saio, com calças de homem por baixo. Ambos usavam capacete, arrodado de penas, talvez modificação do cocar. As filas de 12 pares ao se encontrarem dobravam na extremidade uma da outra e trocavam de lugar.⁵⁶⁵

Compreendendo a floresta como sendo um dos elementos significativos do “elo com o passado, com os ancestrais e, portanto, uma ligação para o futuro com um povo de origem tribal”⁵⁶⁶, a Chapada do Araripe, nos sertões dos Cariris Novos, foi também um desses nichos sagrados para diversas etnias Kariri realizar ali o *Ouricuri* \ *Toré*.

⁵⁶⁴ Segundo a autora, os Xocó da Ilha de São Pedro não dispõem mais da sua floresta sagrada, e o ritual que realizam não configura propriamente o *Ouricuri* como os dos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio.

⁵⁶⁵ FIGUEIREDO FILHO, José de. **O Folclore no Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitárias do Ceará, 1960, p. 63-64. Gerson Augusto de Oliveira Junior, em. *Op. Cit.*, destaca que registro dessa dança data do século XVIII, efetuado especialmente pelos Padre Antonio Tomaz, executada pelos Tremembé em Almofala, freguesia de Acaraú. No século XIX, na Serra da Ibiapaba, diz o autor, registros dessa dança estão num “relatório de viagem elaborado pelos integrantes da comissão técnico científica para pesquisar e conhecer as províncias ainda pouco exploradas”. OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto de. *Op. Cit.*, p.35.

⁵⁶⁶ MOTA, Clarice Novaes da. **Os Filhos da Jurema na Floresta dos Espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do nordeste**. EDUFAL, 2007, p.75.

4.6. Floresta Lugar de Encantarias do Sagrado

A floresta do Araripe não inspirou apenas a construção da região como um oásis em meio ao semiárido, ela alimentou também a razão das permanências e mudanças de muitos mitos como atestou Figueiredo Filho

no Cariri, superpovoado, com matas quase totalmente extintas, não resta mais lugar para aquele caboclinho azucrinador de caçador, a pedir-lhe cachaça e fumo, açoitando-o, no caso de uma negativa. Mãos invisíveis já não açoitam mais o devedor do mato brabo bem como, sua degradação foi denegrindo também a história de muitos outros mitos e lendas.⁵⁶⁷

No século passado, nas inúmeras manifestações culturais existentes na região, ainda era possível identificar elementos de cunho material utilizados nos rituais dos Kariri. Pastoris, lapinhas, bandas cabaçais, dentre outras, denunciavam essa assertiva. Festejado na época do natal, esses folguedos ao que tudo indica tinham alguns artefatos de usança Kariri, especialmente *cabaças* e *maracás*. Sobre essas festividades quem ainda nos informa é José de Figueiredo Filho. Segundo ele,

O auto, de procedência lusitana, foi acrescentada muita cousa de fonte indígena como os caboclos, a canção da formosa *tapuia*, ou temas inteiramente abasileirados. A visita que se seguia era a do pastorzinho, com chapéu de palha, calças curtas, blusa, cajado à mão direita e *cabaça* pendurada à cintura.⁵⁶⁸

Sobre o Tapuia ele observa que

O tapuia saía das selvas e ia adorar o Deus que nascera. Na lapinha não são somente os pastores e os Reis Magos os adoradores do Menino Jesus. Caboclos em magotes também o reverenciavam com cânticos e oferendas do mato. Mas o tapuia vinha isolado, com cinta de penas sobre o vestido curto, cocar à cabeça e com arco e flecha às mãos. Cantava a modinha antiga, bem conhecida no século passado, e cheia de encanto e sentimentalismo.⁵⁶⁹

Resquícios desses elementos culturais dos Kariri no Cariri se conectam com muitas práticas culturais dessas nações Kariri estudados pelos autores supracitados, constituindo-se, como afirmou Galindo, numa cultura Kariri que integrava grande parte dos sertões do Nordeste. Segundo ele,

O relato etnográfico permite-nos destacar uma possível unidade de tradições pancultural Cariri, atuante principalmente na cultura material, e nas tradições mítico-religiosa. Neste aspecto identifica-se uma vasta difusão de práticas ritualísticas particularmente da celebração à divindade *Uiraquidzan*, notada desde o Ceará até os sertões de Jacobina, na Bahia muitas vezes sob

⁵⁶⁷ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. Cit.*, p. 23.

⁵⁶⁸ Idem. *Ibidem.*, p.33. Grifos meus.

⁵⁶⁹ Id. *Ibid.*, p. 36.

nomenclaturas diferentes, todavia conservando no substrato uma linha narrativa comum.⁵⁷⁰

Narrativa que nomeia a natureza e o sagrado nos processos de inovação e apropriação. Assim, se olharmos sob essa ótica, o topônimo Cariri, na atualidade, além de ser identificado com seus elementos naturais é *compreendido também como o lugar dos Kariri*. Porém, este lugar, significa para grande parte da sociedade apenas uma memória do que foram os Kariri. Nesse sentido, “a perpetuação de um nome geográfico é visto como fruto de embates simbólicos entre grupos, sendo este denominador, um indivíduo que representa politicamente uma comunidade; pode ser um grupo de habitantes do espaço em questão ou ainda um denominador anônimo, perdido no tempo”.⁵⁷¹

⁵⁷⁰ GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas: a expansão colonial no país dos tapuias. 1651-1798.** (Tese). Universiteit Leiden, 2004, p. 80.

⁵⁷¹ SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **De Cirigype a Sergipe: os topônimos nas cartas de semsarias (1494-1623).** (Dissertação). Sergipe: UFS, 2012, p. 25.

CONCLUSÃO

O topônimo Cariris, para muitos é a memória do que não mais existe, os indígenas, um povo desprovido de historicidade. Para outros, os que hoje buscam reafirmar sua identidade, aqueles sertões foram os territórios de seus ancestrais. O ato de nomear lugares antes de tudo é um exercício de poder, este é um elemento plausível para compreender as lutas não só pelo espaço de sobrevivência material entre nativos e colonos, como também pela sobrevivência de memórias.

No entanto, os índios Kariri, assim como outras sociedades nativas não foram passivos aos obstáculos impostos pela sociedade não índia. Apesar das adversidades, jamais deixaram de resistir e existir. Presos nos aldeamentos, mantendo alianças com os não índios ou vagando pelas florestas, o sentimento de pertença a seus territórios e de os quererem sempre retomá-los nunca cessou, isto por que, as complexas relações e experiências vividas com os adventícios, lhes proporcionaram vários dispositivos de resistências, cujo elemento mais importante foi a luta pela preservação de sua memória. Porém, essa memória não operaria mais como antes. Segundo Viveiro de Castro,

A memória e a tradição são o mármore identitários de que é feita a cultura. Estimamos, por fim, que uma vez convertidas em outras que si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm volta. Não há retroceder, a forma anterior foi ferida de morte; o máximo que se pode esperar é a emergência de um simulacro inautêntico de memória, onde a “etnicidade” e a má consciência partilham o espaço da cultura extinta.⁵⁷²

O texto de Viveiro de Castro, ajuda a reconstruir a trajetória cultural desses nativos, que diante do turbilhão social em que cada vez mais os Kariri eram envolvidos, os forçavam “refundar” ou reorganizar sua realidade, a história de seu povo e a sua historicidade.⁵⁷³ Foi criando vários mecanismos de resistência que estes nativos foram conseguindo enfrentar a força avassaladora de uma concepção de mundo totalmente alheio aos seus, que os forçavam a repensar e exercer cotidianamente novas atuações para melhor sobreviver a novos cenários sociais que se anunciava em cada contexto. Tais atuações, possibilitaram sua sobrevivência ao longo do tempo, e como já se disse, nos finais do século XIX, eles estavam visivelmente atuantes em luta contra os usurpadores de suas terras.

⁵⁷² CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2002.p.195

⁵⁷³ POMPA, Cristina. Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII. In: **Revista Antropológica**, ano 7, Vol. 14. (1e 2): 2003, p. 7-33.

Mesmo resistindo aos não índios, os discursos das autoridades locais e a produção historiográfica que não lhe deram visibilidade e muito menos as autoridades tentaram resolver sua situação; a compreensão de grande parte da sociedade era a de que os nativos que ali habitavam estavam definhando a passos largos, uma vez que “foi-lhes fatal, o trato com o homem civilizado, a quem tiveram de submeter-se a bem e a mal”⁵⁷⁴ aos principais mecanismos de exclusão, sobretudo, através dos Aldeamentos e do descimento.

Durante todo o século XX, os intelectuais que estudaram a conquista e colonização daqueles sertões, dentre eles Irineu Pinheiro, destacou que “desses nossos líticos antepassados, os Cariris não restam hoje representantes”.⁵⁷⁵ Essa ideia foi se cristalizando na mentalidade daquela sociedade até se crer de que ali não mais havia deles nenhum descendente. Será que não?!

A emergência desse fenômeno é apontado por muitos estudiosos dentre outros fatores, o “crescimento demográfico das populações indígenas, ou seja, a chamada “emergência” de grupos considerados até há pouco tempo por extintos - principalmente no nordeste.”⁵⁷⁶ Pacheco de Oliveira, entende que esse “novo” ressurgimento faz parte de todo um processo de “territorialização dos índios do nordeste que se iniciou a partir do anos 1970-80 do século passado, momento em que chegaram ao público suas reivindicações e mobilizações que não era reconhecidos pelos órgãos públicos nem estavam descritos na literatura etnológica.”⁵⁷⁷

A presença desta história encoberta “liga o presente com vários séculos de memórias culturais, para além das características adquiridas nas diversas regiões, dão conta de fenômenos que não podem ser explicados integralmente a partir das concepções oficializadas nas ciências sociais e na análise política”⁵⁷⁸

É inegável que os resultados da guerra contra os Tapuias foram devastadores, todavia, no Ceará, na atualidade, três grupos se identificam como descendentes dos Kariri e buscam seu reconhecimento pelos órgãos oficiais: um localizado no sitio poço Dantas

⁵⁷⁴ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. (Fac-símile a edição de 1950). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC 2010, p. 10

⁵⁷⁵ Idem. Ibidem., p. 10

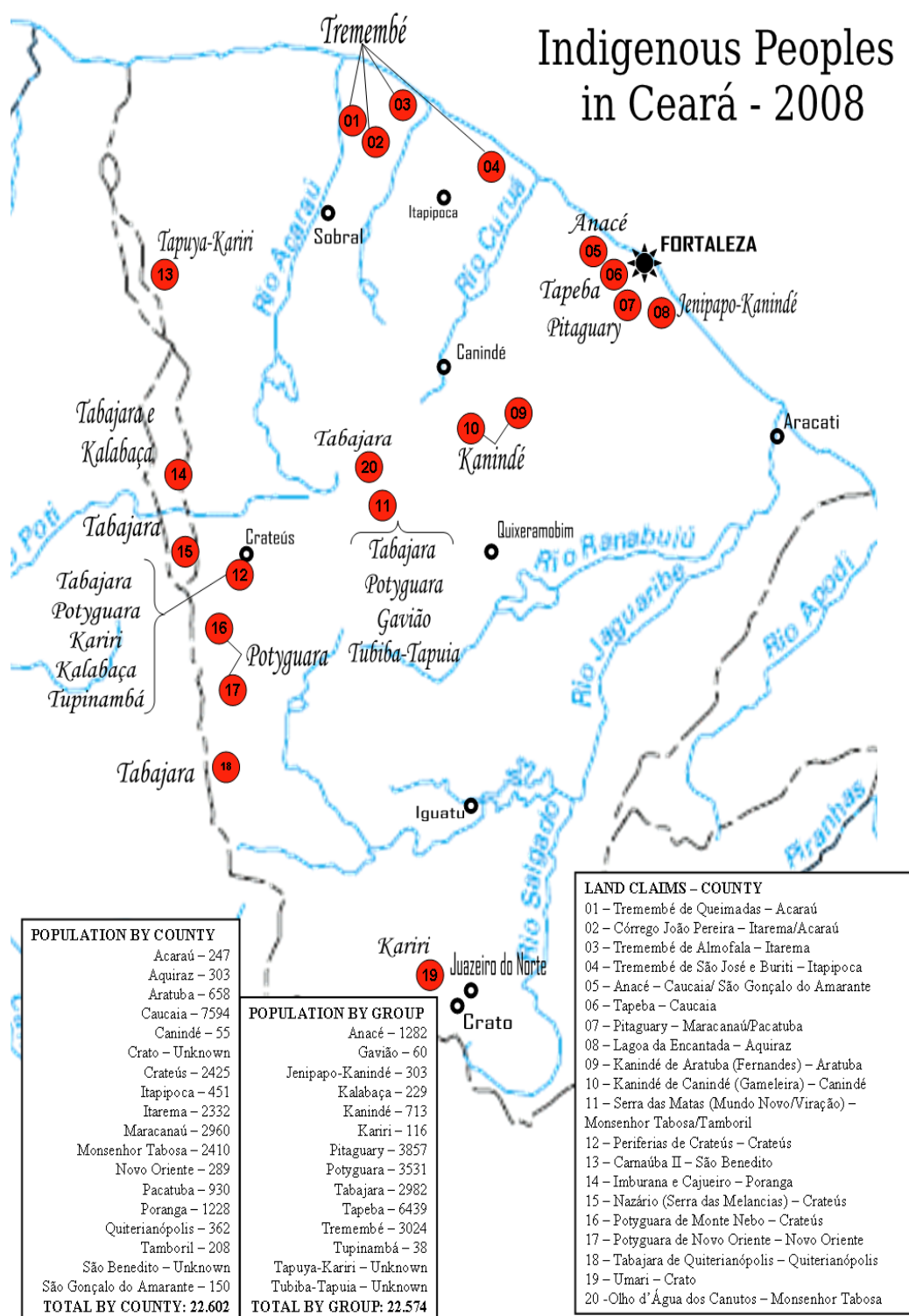
⁵⁷⁶ POMPA, Cristina. *Op. Cit.*, p.22.

⁵⁷⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ . (Org). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. pp.13-41

⁵⁷⁸ ARGUMEDO, Alcira. **Los Siléncios y las Voces em América Latina**: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Colihue, 2004, p.15

a 20 quilometro da sede do município do Crato, e os outros dois em Crateús e São Benedito. No mapa abaixo se tem a localização desses grupos.

Mapa – 13. Presença Indígena no Ceará Contemporâneo



Fonte: www.siaraindigena.wordpress.com/2012/10/30/indigenas-no-ceara/ Acessado em 19/02/2016.

Assim, os Kariri, ao contrário do que se pensava ainda resistem e estão se organizando para reivindicarem seus direitos de reconhecimento da etnia e de seus territórios. E para quem defendia a ideia de que estes há muito tempo tinham sido extintos o *I Encontro dos Índios Cariri*, ocorrido nos dias quatro a cinco de setembro de 2008 no Sítio Poço Dantas, Município de Crato, prova o contrário. Ali vive Joana Avelino de Sousa, que disse: “*meu pai era índio, o pai dele era índio mermo, era da aldeia, da mata de Missão Velha*”.⁵⁷⁹

Imagem 2- Família Kariri: Poço Dantas - Crato



<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/indios-kariri-lutam-por-reconhecimento-da-tribo-1.127736>. Acessado em 19/02/2016

Nas narrativas orais vamos encontrando outras pontas desta história, e deste panculturalismo Kariri. O médico Irineu Pinheiro registrou uma antiga tradição cultural, para além do uso do fumo já mencionado, o hábito de limar os dentes, recorrente dos mais idosos, provavelmente uma prática de origem “ancestral”. Todavia, os elementos que ligam o tempo presente ao passado são perceptíveis nas falas dos avós de hoje sobre os seus avós ao revelarem: “*minha bisavó foi pega a dente de cachorro*”, como me revelou a mãe de meu pai, minha avó. Essas narrativas e práticas culturais, aqui colocadas, dão a certeza de que os indígenas não desapareceram, mesmo misturados, *como eu*, continuamos a ser Kariri.

⁵⁷⁹ Entrevista em 21 de maio de 2016. In: FERREIRA, Luís Gustavo Santos dos. “**Fui pegada a dente de cachorro**”: a construção e afirmação da etnicidade Kariri. (Monografia). Crato: URCA. 2016, p. 34.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Documentos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Documentos para Pernambuco.

Alvará do Rei Felipe II ordenando a fortificação da cidade de Salvador e da Fortaleza do Recife, da Capitania de Pernambuco, e que os mesmos utilizem suas imposições para tal feito. Caixa 01. Doc. 26. Ano; 1607.

Carta do (ex-governador geral do Estado do Brasil) Gaspar de Sousa, ao rei (D. Filipe III) sobre a perda de um navio que perseguia corsários na Bahia, informando a impossibilidade de se fazer a conquista do Maranhão por falta de rendimentos da capitania de Pernambuco. Caixa 02. Doc. 94. Ano; 1620.

Carta do Capitão nomeado a Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque, ao rei D. Filipe II, fazendo denúncias acerca do comportamento dos oficiais da fazenda real, provedor e escrivães da Alfândega da dita capitania, que recebem tributos em dinheiro referente aos negros de Angola, transportando nos navios que vem à dita capitania ou fazem nela escala; do assento dos soldados que se matriculam de novo nesta capitania; e solicitando as punições devidas para tais oficiais. Caixa 02. Doc. 71. Ano; 1620.

Representação do povo da Capitania de Pernambuco, por seus procuradores, Francisco Taveira da Neiva, Pero da Cunha de Andrada e outros, ao rei (D. Filipe III), pedindo que as sobras das imposições pagas em Pernambuco, não fossem enviados à Bahia, por ferir o que se institui nas cartas de doação e foral passadas ao donatário de referida Capitania. Caixa 02. Doc. 83. Ano; 1623.

Consulta do Conselho da Fazenda ao Rei D. Filipe III, sobre o pedido do Capitão mor da Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque, no qual solicita que se remetam homens, armas e munições para o socorro da mesma. Caixa 02. Doc. 101. Ano; 1624.

Carta Régia (minuta de capítulo) do rei d. Filipe, ao Conselho da Fazenda ordenando o envio de quatro esquadras das duas Coroas, com homens, armas e munições, para socorrer a Capitania de Pernambuco impedindo que o inimigo se espalhe pelas capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Grão-Pará. Caixa 02. Doc. 127. Ano; 1634.

Requerimento do Capitão Agostinho Cardoso ao rei D. João IV, pedindo um dos hábitos das três ordens, com comenda, tença ou pensão, em remuneração dos serviços prestados na guerra da Capitania de Pernambuco. Caixa 4. Doc. 314. Ano; 1642.

Carta do governador da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco, Cosmo de Castro Passos, ao rei D. João IV, sobre as vitórias contra os holandeses e solicitando apoio para o restabelecimento das Fortalezas da Capitania de Pernambuco. Caixa 4. Doc. 327. Ano; 1645.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a recuperação de Recife pelos portugueses. Caixa 4. Doc. 326. Ano; 1645.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a carta do assistente real na Inglaterra, Antonio de Sousa Macedo, relatando as conquistas portuguesas na capitania de Pernambuco, e alertando acerca da preparação da reação holandesa. Caixa 5. Doc. 330. Ano; 1646.

Ofício do Mestre de Campo João Fernandes Vieira relatando em que se encontra a guerra na capitania de Pernambuco, informando a chegada do general das Armas Sigismundo Schkoppe com 19 naus e soldados holandeses e, pedindo que se envie homens, armas e munições para socorrer a capitania de Pernambuco. Caixa 05. Doc. 340. Ano; 1646.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre os excessos de jurisdição dos mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, conturbando a tentativa de se estabelecer a paz por parte dos governos envolvidos. Caixa 5. Doc. 363. Ano; 1647.

Carta do Capitão D. Diogo Pinheiro Camarão, do Tenente Antonio pessoa e do Sargento mor Domingos Tavares ao rei d. João IV, sobre os maus tratos que tem recebido a sua Companhia Militar pelo Mestre de Campo geral Francisco Barreto, e pedindo justiça para sua gente. Caixa 5. Doc. 404. Ano; 1650.

Carta do Capitão da Capitania de Pernambuco, Henrique Dias, ao rei D. João IV, sobre a má administração exercida pelo Mestre de campo geral da dita Capitania, Francisco Barreto e que este o trata com palavras indecentes e não lhe paga o soldo devido. Caixa 5. Doc. 406. Ano; 1650.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, sobre a forma de governo político da Capitania de Pernambuco. Caixa 07. Doc. 466. Ano; 1654.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, sobre as informações que o tenente da Torre de Belém obteve de um flamengo que veio da Suécia, Holanda e Inglaterra, de que os Holandeses e Ingleses estavam armando esquadra contra o Brasil, e da necessidade em socorrer agente daquela praça e da praça de Angola. Caixa 6. Doc. 497. Ano; 1654.

Carta do Marquês de Cascais, D. Álvaro Pires de castro, ao rei D. João IV, sobre as ordens proibindo os donatários as Capitánias de Itamaracá e Pernambuco tomarem decisões sem conhecimento régio. Caixa. 6. Doc. 526. Ano; 1655.

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a repartição das terras das capitánias do Norte entre os oficiais da capitania de Pernambuco que lutaram contra os holandeses. Caixa 7. Doc. 587. Ano; 1657.

Carta dos Oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei (Dom Afonso VI), sobre o zelo com que o governador da dita capitania tem tratado a administração pública, principalmente no que se refere às obras das pontes do Recife, Afogados e dos Carvalhos, bem como nas áreas da Justiça com a domesticação dos Tapuias e a aquietação dos negros dos Palmares; pedindo para se reformar uma parte da milícia de Infantaria afim de desonerá-los do peso

das contribuições e poderem colaborar com o dote da Rainha da Inglaterra e Paz da Holanda. Caixa 7. Doc. 1700. Ano; 1663.

Carta do governador da capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, ao rei (Dom Afonso VI), sobre a situação das contribuições dos dotes da Rainha da Grã-Bretanha e Paz de Holanda na dita capitania. Caixa 8. Doc. 740. Ano; 1664.

Carta do governador da capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, ao rei (Dom Afonso VI), sobre a situação das contribuições dos dotes da Rainha da Grã-Bretanha e Paz de Holanda na dita capitania. Caixa 8. Doc. 740. Ano; 1664.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe regente D. Pedro, sobre a necessidade de acréscimo de mais um novo capítulo nos regimentos que se estão fazendo para o governo geral do Estado do Brasil e da Capitania de Pernambuco. Caixa 10. Doc. 909. Ano; 1670.

Carta do governador da Capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente(D. Pedro), sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo as forças militares, e analisando homens capazes para guerra com os ditos negros. Caixa 10. Doc. 917. Ano; 1671.

Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao Príncipe regente D. Pedro, sobre os muitos delinquentes existentes naquela Capitania, e pedindo o mesmo direito que tem o Rio de Janeiro para condenar os malfeitores até a morte natural. Caixa 12. Doc. 915. Ano; 1672.

Resposta do Rei ao Capitão mor e superintendente da Capitania de Pernambuco João Fernandes Vieira, que escreveu pedindo jurisdição sobre as cinco Capitânicas do Norte: Pernambuco, Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e Ceará. Caixa 10. Doc. 1006. Ano; 1674.

Carta do (superintendente das Fortificações da Capitania de Pernambuco), João Fernandes Vieira, ao príncipe regente (D. Pedro), sobre a averiguação de minas em Taboiana, Povoamento da Capitania de Pernambuco, sob jurisdição da Bahia, e acerca da reforma das fortalezas da dita Capitania. Caixa 10. Doc. 1006. Ano; 1674.

Requerimento do Capitão da Fortaleza da povoação de Recife, Francisco de Moura, ao rei (D. Filipe III), pedindo habilitação para o cargo de Capitão morda carreira da Índia, para o qual foi nomeado por seu Pai Alexandre de Moura. Caixa 02. Doc. 75. Ano; 1675.

Requerimento do proprietário do ofício de Amoxarife da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Sargento mor Roque Antunes Correia, pedindo licença para nomear seu filho Manoel Antunes Correia, no dito ofício Caixa 11. Doc. 1040. Ano; 1675.

Carta do superintendente das fortificações da capitania de Pernambuco, João Fernandes Vieira, ao príncipe regente D. Pedro, sobre reparo das fortalezas da dita capitania, solicitando casais de açorianos para ocupar terras da costa afim de prevenir invasões; pedindo, também, mestres artesãos a fim suprir ausência de mão de obra especializada; informando também acerca das expedições enviadas para descobrir novas terras nos sertões da mesma. Caixa 11. Doc. 1019. Ano; 1675.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe D. Pedro, sobre uma consulta da Junta das Missões para dar aos Padres da Congregação do Oratório de Santo Antonio de

Pernambuco, uma ordinária para sustento de seus missionários... Caixa 12. Doc. 1156. Ano; 1679.

Memorial de Fernão Carrilho: In: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de Capitão mor no Ceará. Caixa 01. Pasta. 01. Doc. 25. Ano; 1681.

Consulta do conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de Pessoas para o Cargo de Capitão Mor do Ceará. Caixa 01. Doc.25. Ano; 1681.

Aviso do Secretário de Estado Pedro Sanches Farinha ao Secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavor, ordenando que se envie uma relação dos serviços do Capitão de Infantaria de um dos terços da capitania de Pernambuco, Bento Coreia de Figueiredo. Caixa 13. Doc. 1272. Ano; 1684.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de pessoas para o posto de Sargento mor das Ordenanças da Praça da Capitania de Pernambuco, que vagou por falecimento de Clemente da Rocha Barbosa. Caixa 13. Doc. 1273. Ano; 1684.

Aviso do Secretário de Estado Pedro Sanches Farinha ao Secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes ordenando que se envie uma relação dos serviços do capitão de Infantaria de um dos terços da Capitania de Pernambuco, Bento Correia de Figueiredo. Caixa 13. Doc. 1272. Ano; 1684.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de Pessoas para o posto de Sargento mor das Ordenanças da Capitania de Pernambuco, por falecimento de domingos Gonçalves Freira. Memorial de Belchior Álvares Carvalho. Caixa 14. Doc. 1356. Ano; 1686.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do Padre João do Rozário da Congregação do Oratório de Santo Amaro de Pernambuco em nome dos demais clérigos da dita Congregação, acerca informando as dúvidas existentes com relação a se unir aquela Casa com a da Congregação do Recife, e também acerca do procedimento do Bispo de Pernambuco D. Matias Figueiredo. Caixa 15. Doc. 1467. Ano; 1689.

Consulta da Junta das Missões ao rei D. Pedro II sobre as cartas do Bispo de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima, e do Governador da dita capitania, Caetano de Mello Costa, acerca da falta de Igrejas e párocos nos presídios dos Palmares e sertão de Rodelas, dos delitos cometidos na região, e da dissolução em que vive o mestre de campo do presídio de Alagoas. Caixa 17. Doc. 1732. Ano; 1697.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do Padre Miguel de Carvalho, como tutor do Capitão mor dos índios da nação Porcaz, do Sertão de Rodelas, Francisco Dias Mataroá, pedindo duas praças de soldados uma para ele e outra para seu filho, Manoel Dias de Carvalho. Caixa 18. Doc. 1764. Ano; 1698.

Carta Régia (cópia) do rei D. Pedro II ao governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Mello de Castro, ordenando as normas para o povoamento e assentamento de datas de terras no sertão. Caixa 18, doc. 1771. Ano; 1699.

Ata(copia)da reunião da Junta composta pelo governador D. Francisco Martins Mascarenhas de Lencastro, o Bispo D. Frei Francisco de Lima, o ouvidor geral Manoel da Costa Ribeiro, o provedor da Fazenda Real, Ignacio de Moraes Sarmiento e o procurador da Coroa e Fazenda Antonio Rodrigues Pereira, da capitania de Pernambuco, sobre a forma que se deve ter com as datas das sesmarias, for e arrecadação. Caixa 18. Doc. 1777. Ano; 1699.

Consulta do conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, acerca da situação das Junta das Missões. Caixa 19. Doc 1864. Ano; 1701.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do governador geral do Estado do Brasil, D. Rodrigo da Costa, acerca do aviso do governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro de Moraes a respeito da guerra contra o gentio da nação Mancarus, habitantes das terras da região do Salitre do Rio São Francisco, da parte da capitania de Pernambuco. Caixa 20. Doc.1941. Ano; 1703.

Requerimento do Padre Ferreira Chaves, Prefeito das Missões do Ceará a pedir 40 índios para partir em missão para Parnaíba. Caixa 01. Doc. 47. Ano; 1703.

Carta do governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, ao rei D. Pedro II, informando o procedimento do Capitão mor do Ceará Jorge de Barros Leite, que tirou devassa aos Paiaçús da ribeira do Jaguaribe e restituiu a liberdade aos índios Tapuias da Aldeia do Araré. Caixa 22. Doc. 2011. Ano; 1706.

Carta do Bispo de Pernambuco D. Manoel Álvares da Costa, ao rei do João V, sobre o tratamento dado pelos Senhores de Engenho, lavradores de terra e roças aos seus escravos doentes os quais são jogados ao mato, e se escapam tornam a recolhê-los, e os que morrem lá ficam sem receber os sacramentos. Caixa 23. Doc. 2134. Ano; 1710.

Carta do Governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luis Pereira Freire de Andrada, ao rei D. João V, que remeteu para o Conselho Ultramarino as copias das Juntas das Missões e a distribuição das Aldeias. Caixa 55. Doc. 4767. Ano; 1739.

Carta do Governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrade, ao rei d. João V, sobre o uso que fazem os índios uma bebida chamada jurema. Informar a prisão de índios feiticeiros em nome do Santo Ofício, e a conveniência de se criar uma Junta das Missões na Paraíba. Caixa 56. Doc. 4884. Ano; 1741

Carta do bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima, ao rei D. José I, remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que tem o Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma delas. Caixa 126. Doc. 9545. Ano; 1777

Documentos para a Capitania do Ceará

Carta do Capitão mor do Ceará, Martins Soares Moreno, ao rei D. Felipe II, a pedir o envio de cinquenta soldados para a construção de uma fortificação. Caixa 1. Doc. 6. Ano; 1621.

Requerimento do Capitão mor do Ceará, Martins Soares Moreno, ao Rei D. Filipe II, a pedir que a referida Capitania passe a pertencer ao Estado do Brasil. Caixa 01. Doc. 09. Ano; 1629.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre requerimento de João de Melo Gusmão, provido em Capitão Mor do Ceará; em que pede mantimentos para ir com sua família a e dois casais povoar a referida capitania. Caixa 01. Doc. 19. Ano; 1662.

Requerimento de Jorge Correia da Silva ao rei D. Pedro II, a pedir o posto de Capitão-Mor do Ceará. Caixa 01. Documento 23. Ano; 1676.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de Capitão mor no Ceará. Caixa 01. Pasta. 01. Doc. 25.1 Ano; 1681.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o que escreveu o padre João Leite acerca do seu trabalho nas missões do Ceará. Caixa 01. Doc. 34. Ano; 1696.

Extrato de ordens reais que determinam o recolhimento dos Índios do Ceará à Capitania do Maranhão. Caixa 01. Doc. 46. Obs: Sem data, o documento é mais ou menos dos finais do século XVII e primeiros anos do XVIII.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre as cartas do Desembargador Cristovão Soares Reimão em que se queixa da revista que se fez aos seus oficiais na diligencia da medição das terras de Jaguaribe, bem como do procedimento do capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lagos, para com ele. Caixa 01. Documento 57. Ano; 1710.

Requerimento dos Índios da Serra da Ibiapaba ao rei D. João V, a pedir o alargamento das suas terras, da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna; ordem para os missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios. Caixa 01; doc. 65. Ano; 1720.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre as ordens para que o Desembargador Pedro de Freitas Tavares Pinto a ir ao Ceará executar as diligências referentes às devassas das sublevações e mortes que ali ocorreram. Caixa 2. Doc. 117. Ano; 1730.

Requerimento de Francisco de Oliveira Ledo, ao rei D. João V, solicitando passar carta patente de confirmação do posto de Capitão mor do sertão do Cariri da Paraíba. Caixa 9. Doc.187. Ano; 1735.

Memorial de José de Barros Braga, aspirante ao posto de Capitão-Mor da Província do Ceará. Caixa 03. Doc.196. Ano; 1739.

Consulta ao Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Sobre a Nomeação de Pessoas para o Posto de Capitão Mor do Ceará. Caixa 03. Doc. 196. Ano; 1739.

Carta de Vitorino Pinto e Mendonça ao Capitão Mor do Ceará, João de Teives Barreto de Meneses, dando informações sobre os índios. Caixa 04. Doc. 231. Ano; 1744.

Carta de Antonio José Correia ao Governador de Pernambuco. Luis Correia e Sá acerca da existência de ouro no Cariris Novos. Caixa 06. Doc. 360. Ano; 1752.

Carta do Capitão Mor do Ceará, Luís quaresma Dourado, datada de 15 de maio de 1753 ao rei D. José I, o qual também reclama da intervenção do governador de Pernambuco sobre sua jurisdição. Rolo. 6. Pasta. 2. Doc. 339. Ano; 1753.

Carta do Capitão Comandante e Intendente das Minas São José dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco. Esta carta está danificada, mas se consegue perceber que existe uma expressiva preocupação dos representantes da Coroa em proteger a mão de obra indígena das ambições dos colonos. Rolo. 6. Pasta. 02. Doc. 367. Ano; 1753.

Carta do Capitão Mor do Ceará, Luis Quaresma Dourado, ao rei D. José I- Sobre as Minas do Cariris Novos. Caixa 06. Doc. 363. Ano; 1753.

Carta do Capitão Jerônimo Mendes da Paz, ao Governador de Pernambuco, Luis Correia e Sá, sobre as Minas dos Cariris Novos e acerca dos negros fugidos e criminosos. Caixa 06. Do. 362. Ano; 1753.

Carta do Capitão Comandante e Intendente da Minas dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco, Luis José Correia e Sá, sobre a demanda de pedras de prata num lugar chamado Salamanca e sobre o Cativoiro dos Índios. Caixa 06. Doc. 367. Ano; 1753.

Carta de Manuel Dias da Silva ao Capitão Mor Domingos Bezerra Cavalcante sobre as Minas dos Cariris Novos. Caixa 06. Doc. 376. Ano; 1754.

Carta do Capitão e Intendente das Minas dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da paz, ao governador de Pernambuco, Luis José Correia e Sá, sobre as Minas dos Cariris Novos. Caixa 06. Doc. 382. Ano; 1754.

Ofício do Capitão Mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a Capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca limitando-se à criação de gado. Caixa 09. Doc. 590. Ano; 1782.

Ofício do Capitão-Mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri ao Secretário de Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, dando conta do relatório geral sobre a Capitania do Ceará. Caixa, 09. Pasta 03. Doc. 457. Ano; 1782.

Ofício do Capitão-Mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri ao Secretário de Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, dando conta do relatório geral sobre a Capitania do Ceará. Caixa 09. Doc. 591. Ano; 1782.

Certidão do Secretário do governo do Ceará, José de Faria, atestando o registro do bando do Capitão mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, sobre as povoações indígenas. Caixa 09. Doc. 593. Ano; 1783.

Mapa das Vilas de brancos e Índios da Capitania do Ceará. Caixa 09. Doc. 03. Ano; 1783.

Lista dos Minerais existentes no Ceará. Caixa 11. Doc. 639. Ano; 1786.

Carta do Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto Avelar a rainha D. Maria I, sobre a situação econômica da referida Capitania. Caixa 11. Doc. 644. Ano; 1787.

Carta dos Párocos das Igrejas Matrizas do Ceará ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Martinho de Melo e Castro, contendo denúncias do Capitão Mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri. Caixa 13. Doc. 651. Ano; 1787.

Ofício do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães pinto de Avelar, ao Secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, remetendo amostra de alguns produtos da história natural do Ceará. Caixa 12. Doc. 659. Ano;1788.

Carta dos oficiais da Câmara de Fortaleza à Rainha D. Maria I, sobre a representação feita pelos moradores das Ribeiras do Canindé, Coxitorê e Serra de N. Senhora da Penha de Uruburetama e Supuê, em que se queixam da falta de administração dos sacramentos de primeiras necessidades e pedem um hospício dos religiosos Mendicantes, preferindo em primeiro lugar os Religiosos Capuchinhos italianos. Caixa 12. Doc. 674. Ano;1790.

Carta Regia ao governador do Ceará, Francisco Ignacio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares dos mesmos, e sobre os Mapas e Sítios. Caixa 12. Doc. 705. Ano; 1797.

Carta do governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao Secretário de Estado dos Negócios e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que descreve pormenoriza mente a referida capitania em aspectos relativos à população, agricultura e comércio. Caixa 13. Doc. 745. Ano;1799.

Listas de Homens brancos que habitam a Vila de Fortaleza. Caixa 13. Doc.721. Ano; 1799.

Decreto do Príncipe D. João a nomear João da Silva Feijó para Sargento mor de Milicias do Ceará. Caixa13. Doc. 727. Ano;1799.

Ofício do Governador do Ceará Bernardo Manuel de Vasconcelos ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a nomeação do bacharel Francisco Luis de Maris Sarmiento para secretario de governo da referida capitania, bem como sobre a ordem régia que ordenava que se fizesse uma descrição geográfica e topográfica da Capitania e seus limites. Caixa 14. Doc. 785. Ano;1800.

Documentos para Capitania da Paraíba

Carta do Corregedor do crime da Relação do Porto, Lourenço Coelho Leitão, ao rei Filipe III, informando as condições dos navios, soldados, munições de provimentos a serem enviados à Paraíba para auxiliarem na restauração de Pernambuco. Caixa 01. Doc. 23. Ano; 1634.

Carta Régia (cópia) do rei Filipe III, ao presidente do Conselho da Fazenda, conde de Miranda, mandando dar as ordens necessárias para que o Capitão João Guedes Alcaforado levante uma Companhia de 200 homens entre Douro e Minho, para embarcá-los nos navios que estão na cidade do Porto, que irão em socorro à Paraíba e que lhe dê o dinheiro e mais coisas necessárias para a condução daquela gente. Caixa 01. Doc. 22. Ano ; 1634.

Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, em que solicitam provisão para os moradores da capitania não serem executadas as suas dividas, por tempo de seis anos, para que tenham condições de administrar suas fazendas e engenhos danificados na época da guerra contra os holandeses. Caixa 01. Doc. 43. Ano; 1658.

Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o posto de Capitão mor da Paraíba, vago por falecimento de Miguel Nunes. *Memorial de Manoel Pereira da Silva*. Caixa 02. Doc. 131. Ano; 1684.

Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei Pedro II, sobre a carta do Capitão-Mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da gente e munições que deu ao Capitão-Mor dos Sertões das Piranhas e Piancó, Teodosio de Oliveira Ledo, para entrar no sertão contra o gentio tapuia. Caixa 03. Doc. 226. Ano; 1699.

Requerimento de Francisco de Oliveira Ledo, ao rei D. João V, solicitando passar carta patente de confirmação do posto de Capitão mor do sertão do Cariri da Paraíba. Caixa 9. Doc.187. Ano; 1735.

Carta do Capitão mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei D. João V, sobre o requerimento dos moradores do Piancó, solicitando a mudança dos Tapuias Coremas do Sítio do Boqueirão para o riacho do Aguiar. Caixa 10. Doc. 798. Ano; 1736.

Carta do Capitão mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei D. João V, sobre as desordens e violências decorrentes da falta de demarcação das terras, e solicitando a demarcação das terras dos Índios e a colocação de marcos nos limites da Capitania com a de Pernambuco e a do Rio Grande do Norte. Caixa 10. Doc.800. Ano; 1736.

Documentos para a capitania do Rio Grande do Norte

Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, em que solicitam provisão para os moradores da capitania não serem executadas as suas dividas, por tempo de seis anos, para que tenham condições de administrar suas fazendas e engenhos danificados na época da guerra contra os holandeses. Caixa 01. Doc. 43. Ano; 1658.

Requerimento do Sargento mor Pedro Borges Pacheco e do Capitão Francisco de Abreu de Lima, ao príncipe D. Pedro pedindo confirmação de carta de sesmarias de terras na Ribeira do Ceará Mirim, passada pelo governador geral do Brasil Alexandre de Sousa Freire. Caixa 01.Doc. 10. Ano; 1667.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos oficiais da Câmara de Natal e carta do Capitão mor Antonio de Barros Rego, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos. Caixa 01. Doc. 12. Ano;1670.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos oficiais da Câmara de Natal e carta do Capitão mor Antonio de Barros Rego, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos. Caixa 01. Doc. 12. Ano; 1670.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta dos oficiais da Câmara de Natal, acerca da repartição desigual das sesmarias e da má administração das Aldeias dos Índios pelos padres da Companhia de Jesus. Caixa 01. Doc. 18. Ano; 1681.

Carta do Mestre de Campo do Terço dos Paulistas, Manuel Alvares de Moraes Navarro, ao rei D. Pedro II, sobre o castigo que mandou dar aos tapuias Urius, Caratiuses, Icós, e Caratís que não queriam sujeitarse a obediência ao rei de Portugal. Caixa 01. doc. 51. Ano; 1700.

Sesmarias do Império Luso-Brasileiro -SILB. (On-line)

APEC- Arquivo Publico do Estado do Ceará: Cartas de Sesmarias para os Sertões dos Cariris Novos-1703-1752.

APEC- Coleção de Documentos - Prof. Limério Moreira da Rocha

Alvará de Filipe II para Martins Soares Moreno construir um reduto no Ceará. Alvará de 14 de outubro de 1620. p. 10-11.

Carta do Capitão mor da capitania do Ceará, João Freitas da Cunha. Carta de 12 de outubro de 1697. p.84-85.

Carta de Fernão Carrilho a dar conta dos moradores do Ceará tratarem mal aos Tapuias da Nação Anacés, e deles haverem pedido padre para os ensinar. Carta de 22 de agosto de 1696. p.70.

Carta, do Rei a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, recomendo para que os índios sejam sempre aldeados e unidos para servirem na guerra contra os Bárbaros. Carta de 11 de janeiro de 1701. p. 155-156.

Carta Patente passada ao Capitão João da Mota, para o posto de Comandante do Forte e Presídio da Ribeira do Jaguaribe. Carta de 09 de setembro de 1699. p.75-77.

Carta do Capitão mor da capitania do Ceará, João Freitas da Cunha. Carta de 12 de outubro de 1697. p.84-85.

Carta, do Rei a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, recomendo para que os índios sejam sempre aldeados e unidos para servirem na guerra contra os Bárbaros. Carta de 11 de janeiro de 1701. p. 155

Carta do Capitão mor do Ceará, Domingos Simões Jordão. Carta de 08 de março de 1736. p.285-187.

Carta de André Vidal de Negreiros a El Rei sobre o estado da capitania do Ceará. Carta de 08 de julho e 1655. p.34-36.

Criação do posto de Coronel no Ceará. Patente de Coronel passada a Bento de Brito Freire. Criado em 19 de agosto de 1699. p.102-104.

Petição sobre mudar a Forte Real São Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe para os sertões dos Cariris e Icós. Registro de uma carta que escreveu a este Senado o Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas. Petição de 10 de outubro de 1707. p.199

Petição de Pedro Lelou a El-Rei sobre entrega da Material para o Forte do Jaguaribe. Petição de 23 de outubro de 1696. p.78-79.

Sobre Martim Soares Moreno que vai com Governador do Ceará. Carta de 28 de janeiro de 1621. p.12

Departamento Histórico Diocesano Padre Antonio Gomes de Araújo-(DHDPG) Crato-Ce

Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Missão dos Cariris Novos. Livros 16 e 17. 1748.

Livro de Registro da Vila de Icó. Anos: 1732-1747.

BIBLIOTECA NACIONAL: (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional do rio de Janeiro-ABNRJ

BRASIL COLOONIAL: Lei sobre a liberdade do gentio do Maranhão. Livro Grosso do Maranhão. 1ª parte. ABNRJ. vol. 66, 1948, p. 57-59.

Carta de Diogo de Menezes feita em Bahia a 1 de Março de 1612. Vol. XXVI. 1904/1905. p. 307-310.

Carta de Gaspar de Sousa a El Rey em que fala nas diferentes matérias do Governo e da fazenda, e trata da conquista do Maranhão, e do modo com que se deve proceder nella, visto estar da sorte que se acha feita. Olinda, em 31 de janeiro de 1615. Vol. 26. 1904/1905. P.312-320.

Capítulo 22 da Instituição da Companhia Geral de Comércio. Documento 713, ano de 1651. In: Inventários dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar. Rio de Janeiro -1616-1719. Vol. XXXIX. 1917, p. 78.

Consulta do Conselho Ultramarino, sobre o estado das missões do certão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de Parachos e missionários. Em Lisboa, 18 de dezembro de 1698. Assingnado pelo Conde dos Arcos, Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva. Vol. XXXIX. p.21-22. 1917.

Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco: Pernambuco conquistado. Livro Primeiro Cap. 5. Vol. XXIV. 1904. P. 28-37. Transcrito por Domingos do Loreto Couto.

Informação de Martim Soares Moreno sobre o Maranhão. Tomo XXVI. Vol. 26. 1904/1905. 148-154.

Descrição, e conquista da capitania do Piancó, Piranhas e Cariry no sertão de Pernambuco. Vol. XXIV. 1902. p 28-37.

Idea da população da Capitania de Pernambuco e da suas anexas desde o ano de 1774. Vol. XL. 1918\1923. P.08-111

Informação sobre a extensão, logares, capelas, rios e pessoas de comunhão da Freguezia de Nossas Senhora de Nazareth do Itapecuru de cima, pelo Vigario José de Goes e Vasconcelos. Em 29 de dezembro de 1757. Vol. XXXI. 1909. p. 222-223.

Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão: Catálogos e Transcrições: Vol. 81. 1964.

Pareceres do Conselho de Estado da Espanha a respeito da empresa do Maranhão. Vol 26. 1904/1905. p. 299-304.

Provisão régia pela qual se proibiu o uso do vinho de mel da aguardente de assucar e cachaça em todo Estado do Brasil, com exceção da Capitania de Pernambuco. Documento 723. Vol. XXXIX. 1917. p. 79.

Relação da Freguezia de São João Baptista de Jerimoabo do sertão de cima, do Arcebispo da Bahia. Vol. XXXI. 1909. p. 231.

Relatório do Desembargador Thomaz Roby de Barros Barreto, dirigido ao Rey D. José, sobre os exames, que fora mandado na Serra dos Montes Altos para se avaliar a produção de salitre, a exploração e estudar os melhores meios de condução para a Bhia e outros portos da Costa. Em 14 de dezembro de 1758. Vol. XXXI. 1909, p.314.

Relação da Freguezia do Divino Espirito Santo do sertão do Inhambupe de Cima, pelo Vigario encomendado Joaquim de Sant'Ana. Vol. XXXI. 1909. p.25-17.

Relação da Freguesia de João Baptista de Jerimoabo do Certão de Cima, do Arcebispo da Bahia, pelo Padre Jerônimo José de Sousa Pereira. Em 29 de dezembro de 1757. Vol. XXXI, 1909. p.230.

Relação das Aldeias, que há no districto d'este Governo de Pernambuco e Capitania da Parahíba sujeitos à Junta das Missões d'esse Bispado. Informação Geral da Capitania de Pernambuco. Vol.28, 1906, p.419-425.

Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Marciel Parente. Vol. 26. 1904\1905. p. 355-359.

Sobre se criarem Juizes nas Freguezias do Certão para administrarem Justiça, aos Corregedores serem obrigados a visita-las uma vez cada triênio. Informação Geral da capitania de Pernambuco-1749. Vol. XXVIII. 1906.p.343-344.

Sobre se erigir a Junta das Missões.“Informação Geral da Capitania de Pernambuco. vol.28, 1906, p.379-380.

Documentos impressos digitalizados

ADOLFO, Francisco Varnhagem de. Os índios perante a nacionalidade, discurso preliminar. In: **História Geral do Brasil**. Tomo segundo. Rio de Janeiro: 1887. p.XV-XXVIII.

ANDRADE, Delmiro Pereira. *Evolução Hsitória da Paraíba do Norte*. Rio de Janeiro: Editor Alameda, 1946.

ANCHIETA, Padre José de. Cartas do Brasil- 1554-1595. Informações, Fragmentos Históricos e Sermões. In: **Cartas Jesuítas III**. Civilização Brasileira. 1933.

ANTONIL, João André. **Cultura e Opulência do Brasil**: por suas drogas, e minas. Lisboa: 1711.

ARARIPE, Tristão Gonçalves de Alencar. História da Província do Ceará – **desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza; 2ª edição 1858.

BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a História do Cariri**. Fortaleza: Edição gráfica e Editora (Fac-símle da 1ª edição, [1888] 2007.

CARDIM, Padre Fernão. **Tratado da Terra e da Gente do Brasil**. Introdução e Notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro: Editores J. Leite e Cia. [1601]1925.

COUTO, Francisco de Assis Pe. **A História de Icó**: sua genuína crônica. Primeira Parte (1682-1756). Crato: Tipografia de A Ação, 1961.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação Indigenista no século XIX**: uma compilação (1808-1989). São Paulo: USP, 1992.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**, principalmente nas províncias do Norte e nos dostritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução. Milton Amado. São Paulo: UNESP, 1975.

HERKMAN, Elias. “Descrição Geral da Capitania da Parahyba”. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco** (Sessão especial de 9 de maio de 1886). Recife: junho de 1886.p. 279. Disponível na Biblioteca digital Curt Nimuendaju. http://biblio.etnolinguistica.org/herkman_1886_parahyba. Acessado em 10/05/2014.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Rio de Janeiro. Tipografia do Jornal do Comércio, 1892.

MAMIANI, Luiz Vincencio. **Catecismo Kiriri**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (Fac-símile a edição Rio de Janeiro). [1698]. 194

_____. **Arte da Gramátia da Língua Brasília da Nação Kiriri.** 2ª edição, (com nota introdutória de Batista Caetano), 1877[1698]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

MOREAU, Pierre, ROULOX, Baro. **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias.** Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Ed. USP, 1979

Navegação de Lisboa a Ilha de São Thomé. Escrita por hum piloto Portuguez. Cap. VII. In: “Coleções de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses”. Publicada pela Academia Real de Sciencias. Tomo II, 2ª edição. Lisboa: Typographia da Academia. 1867. Traduzida do Italiano. Biblioteca José Mindlin. Brasileira: USP.

Navegações do Capitão Pedro Álvares Cabral escrita por hum piloto Portuguez. Cap XVI. In: “Coleções de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses”. Publicada pela Academia Real de Sciencias. Tomo II, 2ª edição. Lisboa: Typographia da Academia. 1867. Traduzida do Italiano. Biblioteca José Mindlin. Brasileira: USP.

NANTES, Frei Bernardo de. **Relatório da Missão dos Índios Kariri do Brasil, situados no grande rio São Francisco do lado sul 7º (graus) da linha do Equinócio.** 12 de dezembro de 1702.

_____. **Catecismo da Lingua Kariris.** Edição facsimilar, por Julio Platzmann, da primeira edição (1709). Leipzig: B. G. Teubner. Lisboa: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional).1846 [1698].

NANTES, Padre Martins de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco.** vol. 368. Fac-símile a Edição [1706].1976.

NÓBREGA, Padre Manoel de. **Cartas do Brasil - 1549-1560.** In: Cartas Jesuíticas I. Oficina Industrial Gráfica. 1931.

PITA, Sebastião Rocha da. **História da América Portuguesa.** Belo Horizonte: vol 32. Ed. Itatiaia. São Paulo: USP, [1730]1976.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil-1500-1627.** Nova edição revista por Capistrano de Abreu, 1918.

STADEN Hans. **Suas viagens e captivo entre os selvagens do Brazil.** Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Typografia da Casa Eclectica. 1925.

STUDART, Guilherme. **Notas para história do Ceará.** Brasília: Edições do Senado Federal. Vol. 29. 2004.

STUDART, Barão. **Datas e Fatos para a História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, [1938]2001.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Apresentação de Leonardo Silva Dantas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, [1587]2000.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-RIHGB

ALMEIDA, Horácio de. **Confederação dos Cariris ou a Guerra dos Bárbaros**. 1977, vol. 316. p. 407-433

BRASIO, Padre Antonio. **O problema missionário do Brasil no século XVIII nos manuscritos de Casa Cadaval**. vol. 319. 1978. p. 49-64.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória chronológica, histórica e corographica da Província do Piahy**. Tomo XX. Vol. 20. 1857. p. 05-164.

DIAS, Gonçalves A. **Emigrações dos Indígenas do Brasil**. Tomo XXX. p. 07-192. 1867.

THEBERG, Pedro. **Extrato dos assentos do antigo Senado do Icó, desde 1738 até 1835**. Tomo XXV. Vol. 25. 1862. p.62-125.

_____. **Actas da Camara do Crato – de 11 de maio de 1817 a 27 de janeiro de 1823**, p. 43-61. Do itinerário do Presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação do Juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Dita sobre a antiguidade do Cariri. Tomo XXV, p. 62-125. 1862.

IHGB - Documentos

BRASIL COLONIAL: **Alvará** com que interinamente que se deve regular os índios das novas Vilas e lugares erectos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas. Tomo XLVI. Parte I. 1883. pp. 121-171.

Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões: se converia seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo ou se outros do qual se esperem resultados do que os actuais. 3ªEDICÇÃO. Tomo II, 1840[1916] p. 3-18.

Arquivo\Biblioteca da Província Nossas Senhora da Penha no Nordeste do Brasil-Recife -APRONEB

“Frei Anibal de Genova.” In: PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. **Capuchinhos Em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MELLO, Joaquim Guennes Silva da. **Ligeiros traços sobre os Capuchinhos**: contendo a descrição do novo tempo de Nossa Senhora da Penha. Recife: Typografia de M. Figueira. 1871.

MESSINA, Frei Plácido de. **Trabalhos Apostólicos dos Missionários Capuchinhos Italianos da Província de Messina no Império do Brasil**. Tomo I. Pernambuco: Typografia de M. F. de Faria. 1846.

NEMBRO, Padre Metodio de. **Cappucini nel Brasile: Missione e Custodia del Maranhão. (1892-1956)**. Milano: Centro Studi Cappucini Lombardi. Ord. Fr. Min. O.A.P. 1957.

_____. **Storia Dell'Attività Missionaria dei Minori Cappucini nel Brasile (1538-1889)**. Tomo XVI. Romae: Institutum Historicum. Bibliotheca Sheraphico-Cappucina. Ord. Fr. Min. O.A.P. 1958.

PRIMERIO, P. Frei Fidelis de. **Capuchinhos Em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

Arquivo\Biblioteca da Província Franciscana do Convento Santo Antonio do Brasil-Recife - APROFCSB

TAUBATÉ, P. Frei Modesto Rezende de; PRIMÉRIO, P.Frei Fidelis Mota. O.M.C. **Os Missionários Capuchinhos no Brasil**. São Paulo: Convento da Imaculada Conceição, 1929.

REGNI, Pietro Vitorino. **Os Capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a Igreja na Bahia**. 1ª Edição. Salvador: 1988.

Artigos e Documentos da Revista do Instituto do Ceará - RIC

Artigos

Araújo, Padre Antonio Gomes de. **Os Arnoud no Cariri**. Fortaleza: Tomo LXVII. 1953. p. 68-80.

ALVES, Joaquim. **O Vale do Cariri**. Fortaleza: Tomo LIX. 1945. p. 94-133.

FEIJÓ, João da Silva. **Memória Sobre a Capitania do Ceará**. Fortaleza: Ano III, Tomo III, 1889, pp. 03-27.

MARTINS, Hermógenes. **Missionário Ilustre**: apontamento sobre a vida do frei Carlos José de Spezia. Tomo LXXI, 1957, pp. 95-102.

NOGUEIRA, Paulino. **Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará**. Fortaleza: Ano I, Tomo I. 1887. p.209-434.

NOGUEIRA, Paulino. **O Naturalista João da Silva Feijó**. Fortaleza: Ano II, Tomo II, 1888. p.247-276.

OLIVEIRA, Perdigão F.B. de. **Um Capítulo da História do Ceará**: a conquista indígena. Fortaleza: Ano IV. Tomo. IV. 1890. p.118-154.

OLIVEIRA, Tácito Theófilo Gaspar de. **Martim Soares Moreno**, o Capitão do Ceará. Fortaleza: 1987, pp 31-48.

GOEJE, C.H. de. **O Cariri (Nordeste brasileiro)**. Traduzido do Alemão por Osvaldo de Oliveira Riedel. Fortaleza: Tomo LXIV, 1950. 210-251.

POMPEU SOBRIHO, Thomaz. **Pré-história cearense**. Fortaleza: Tomo: LXVI, 1952. 36-181.

_____. **As origens dos Índios Cariris**. Fortaleza: Tomo LXIV, 1950. p. 314-347.

_____. **Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herkman**. Fortaleza: Tom XLVIII, 1934. p. 7-28.

_____. **Sistema parentesco dos índios Cariris**. Fortaleza: 1947, p.163-180.

_____. **Índios Tremembés**. Fortaleza: 1951. 257- 267.

_____. **População do Ceará**. Fortaleza: Ano III, Tomo III, 1889. 78-104.

_____. **Povoamento do Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: tomo LI, ano LI, 1937. p. 107-162.

STUDART FILHO, Carlos. **Nota Histórica Sobre os Indígenas Cearenses**. Fortaleza: Tomo XLV. 1931, p.53-103.

_____. **Resistencia Indígena à Conquista e Povoamento da Terra: a Guerra dos Bárbaros**. Fortaleza: Ano LXXIII. 1959. p.29-70.

_____. **A Guerra dos Bárbaros**. Fortaleza: Tomo LXXV, 1961, pp. 49-57.

STUDART, Barão de. **Martim Soares Moreno: fundador do Ceará**. Fortaleza: Tomo XVII. 1903, p.177- 228.

STUDART, Guilherme. **“Exploração das Minas São José dos Cariris durante o governo de Luiz Jozeph Correia de Sá segundo a correspondência do tempo.”** Fortaleza: 1892, p. 05-62.

Documentos

Bando do Capitão Mor da capitania do Ceará, Jorge Correia da Silva. Fortaleza: Tomo IV. 1890. p.118-154 doc. IX, X, XI.

Carta do Capitão mor João Correia da Silva. Fortaleza: Fortaleza: Tomo IV, Ano IV., 1890.

Carta do Capitão mor João Correia da Silva. Fortaleza: Tomo IV. 1890. p.118-154.

Carta do Senado da Câmara de São José de Ribamar ao Rei. Fortaleza. Tomo IV, 1890, p.118-154

Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro. Notícias para um capítulo novo da história cearense. Fortaleza: Tomo XXX. p. 350-364, 1916 e Tomo XXXI, p. 162-223, 1917.

Informações sobre os índios bárbaros dos Sertões de Pernambuco em [04/09/1802]. Fortaleza: Tomo XXVII. 1913. p. 203-219.

Memória sobre os índios no Brasil. Fortaleza: Tomo LXXIX, p. 343-348, 1965.

Memoria sobre as antigas Lavras do Ouro da Mangabeira na Capitania do Ceará. Fortaleza: XXVI, 1912. 364-371.

Patente de nomeação no posto de Capitão de infantaria, de Francisco Dias de Carvalho, soldado da Companhia do Capitão Antonio da Silva Barbosa, terço do Mestre de Campo Zenobio Achioli de Vasconcelos para fazer guerra ao gentio. Fortaleza: 1923, p. 30.

Traslado de hua proposta que se pôs em junta sobre a guerra que há de dar aos Bayacus a Rogo dos Principais da Aldeya da Parangaba como também a peditório da nação dos Joguiribaras. Fortaleza: Ano II. Tomo II. 1888, p.152-156

Traslado do Regimento para o Ajudante Felipe Coelho de Moraes na Guerra que vai dar aos Payacus. Fortaleza: 1890. 131-137.

Traslado de hua proposta que se pôs em junta sobre a guerra que há de dar aos Bayacus a Rogo dos Principais da Aldeya da Parangaba como também a peditório da nação dos Jogiribaras. 1888, p.152.

Traslado do auto de exame feito no Riacho do Genipapeiro dos Cariris Novos. Fortaleza: Tomo LXXXI, 1968. 211-251.

Outros documentos consultados

Ata da Reunião da Companhia São José dos Cariris Novos. In: STUDART, Guilherme. Notas Para a História do Ceará. p.113-114.

APEC. Relatório do Presidente da Província do Ceará. **Informações apresentada pelo então Presidente José Martiniano de Alencar, na Sessão realizada em primeiro de agosto de 1836.** p. 3 e 4.

APEC. Relatório do Presidente da Província do Ceará **Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** 1863.p. 19 e 20.

APEC. **Aviso** Circular do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, para o presidente do Ceará, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, e outros presidentes de províncias. 28/08/1861. Localizado no ANRJ. Fundo: Série Agricultura. Código do Fundo: 8T. Códice *IA617. IN: XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social:** os índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. Fortaleza\CE. **Tese** de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2015.

APEC. **Livro** de avisos do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao presidente da província do Ceará, 1860-1862.

APEC. **Fundo: Governo da província do Ceará.** Série: Ofícios ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ofício do presidente Manuel Antônio Duarte de Azevedo, enviado ao ministro Manuel Felizardo de Sousa e Melo. 27/12/1861. L 133 (1861-1872).

BRASIL COLONIAL. Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juizes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acessado em 01\04\2016.

BRASIL COLONIAL: Carta da rainha d. Maria I ao governador e capitão general do Estado do Pará, d. Francisco de Souza Coutinho, estabelecendo uma série de ordens para que os índios daquela região - tanto aqueles que já habitavam as povoações quanto aqueles que viviam “embrenhados” - fossem integrados à sociedade. In: **Arquivo Nacional e Biblioteca Luso-Brasileira.** Disponível em <https://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br> Acessado em 23\01\2017.

Carta do Sr. Governador Geral de Pernambuco sobre a extinção dos Índios da villa de Crato e Arneirós, registada em 10 de maio de 1780 (a carta foi escrita em 1779). In: BEZERRA, Antonio. **Algumas Origens do Ceará.** p. 233.

Carta de Irineu Pinheiro ao Padre Antonio Gomes de Araújo, em 4, de julho de 1950. In: ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **A Cidade de Frei Carlos.** Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1971. p.35.

Carta do Senado da Câmara de São José de Ribamar ao Rei. Transcrito por Oliveira, Perdigão. Um capítulo de História do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: Tomo IV, 1890, p.118-154.

Cartas de Duarte Coelho ao El Rei. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. In: MELO, José Antonio Gonçalves de e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. 2ª edição. Recife: FUNDAJ, Massagana, 1997. p.39-43.

Carta de doação de terra pelo Capitão mor Domingos Álvares de Matos ao Frade Capuchinho Frei Carlos Maria de Ferrara em três de dezembro de 1743, ao capuchino Frei Carlos Maria de ferrara. In: PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri.** (Fac-símiles da edição de 1963). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010, p.248-249.

Carta de Irineu Pinheiro ao Padre Antonio Gomes de Araújo, em 4, de julho de 1950. In: ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **A Cidade de Frei Carlos.** Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. 1971, p.35.

Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1889\1960, vol. 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

Escritura de doação de terra do Capitão mor Domingos Álvares de Matos ao Frade Capuchinho Frei Carlos Maria de Ferrara em três de dezembro de 1743. In: PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri.** [1963] 2010. p.248-249.

Ofício do Juiz Municipal do Termo do Jardim e Milagres = O Juiz de Direito Antonio Lopes da Silva Barros, ao Vice-Presidente da Província, Sebastião Gonsalves da Silva.

Paleografia realizada por Heitor Feitosa Macêdo dos manuscritos que se encontram no Instituto Cultural do Cariri (ICC). CRATO/CE, 25/08/2014. Ver Blog; estoriasehistoria-heitor.blogspot.com

APEC. **Livro** de Ofícios do governo da província ao Ministério do Império, 1858-1891 livro n. 139, fls 66-67. In: MAGALHÃES, Elói. Faroeste Caboclo”: catequese e civilização de índios chocós na província do Ceará. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

APEC. **Livro** de ofícios do governo da província ao Ministério do Império, 1858-1861, livro n. 139, fls. Idem.,

Massacre aos Índios Xocó no Cariri Cearense -Documento Inédito. Disponível em: Blog estoriasehistoria-heitor.blogspot.com. Publicação 12/05/2017. Acessado em: 18/05/2017.

Provisão do Frei Carillo José ao Frei Gio Francisco de Palermo, missionário da Aldeia de Miranda. em 12 de junho de 1750. In: BEZERRA, Antonio. **Algumas Origens do Ceará**. [1918] 2009, p. 229-230

Reunião da Junta das Missões de Pernambuco. Documento transcrito pelo Padre Antonio Gomes de Araújo. In: **A Cidade de Frei Carlos**. Faculdade de Filosofia do Crato; 1971, p. 82.

Relatório de Viagem Índios do Nordeste (AL, PE e PB) efetuado pelo Laboratório de Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento-LACED. Museu Nacional/ UFRJ. SANTOS, Estêvão Martins Palitot Santos, Marcos Alexandre dos. Campina Grande: setembro de 2002.

Jornais

ESTADO DO CEARÁ: Índios Kariri lutam por reconhecimento da Tribo. **Diário do Nordeste**. Caderno regional, disponível Em https://www.cdpedh.org.br/noticias/arq/n13_povosidigenas_ceara.html. Acessado em 17/09/2010. Cof. Também <https://www.diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=530422> Acessado em 20/09/2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Memória sobre a Capitania do Seara escrita da Ordem Superior pelo Sargento Mar João da Silva Feijó, Naturalista Encarregado por. S. A. R. das Investigações Filosóficas da mesma Capitania *O Patriota*. Jornal Literário, Político e Mercantil do Rio de Janeiro, nº 2, março\abril, 1814

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 2ª ed. Brasília: 1998.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteiras: história, espaço e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfose indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Luis Savio de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Lopes Juliana (Orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas II**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2000.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de João Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru: Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas**. UFAL, Imprensa Universitária, 1973.

_____. **Índios do Nordeste: temas e problemas III**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2002.

APARICIO, Miguel e SANTOS, Gilton Mendes dos. (Org). **Etnografia das Redes Indígenas no Médio Purus**. Introdução ao livro Redes Arawa – ensaios de etnologia do Médio Purus. EDUA, 2016.

ARGUMEDO, Alcira - **Los Silêncios y las Voces em América Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular**. Buenos Aires: Colihue, 1993.

ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. **Povoamento do Cariri**. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas. Faculdade de Filosofia do Crato, 1973.

_____. **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas. Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Os Kariri de Mirandela: um grupo de indígena integrado.** Salvador: UFBA. Estudos baianos, nº 6, 1972.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: herança e poder indígena no Nordeste-séculos XVI-XVII.** Recife: Ed. UFPE, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagem.** 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. 1962.

BARKTHIM, Mikhael. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais.** 6ª. ed. São Paulo: HUCITEC: Brasília: Ed. UNB, 2008.

BALDUS, Herbert. **Bibliografia comentada de Etnologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Souza, 1954.

BEZERRA, Antonio. **Algumas Origens do Ceará.** (Fac-símile da edição de 1918) Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.

BONFIL, Guillermo. Los pueblos índios, sus culturas y las políticas culturales. In: CANCLINI, Néstor García (ed.). **Políticas culturales en América Latina.** 2. ed. México, D. F.: Editorial Grijalbo, S.A

BOXER, Charles R. **O império marítimo português - 1415-1825.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

BURKE, Peter. **A arte da conversação.** São Paulo, UNESP, 1995.

_____. BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

CARIRY, Rosemberg. “Cariri: a nação das utopias.” In: CAVALCANTE, Maria Juraci; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. Et. al. **Historia da Educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais.** pp. 364-397.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado.** Francisco Alves. 5ª Edição, 1990.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify. 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** I Petrópolis: vozes, 1994.

CORDEIRO, Celeste. “O Ceará na segunda metade do século XIX.” In: **Uma Nova História do Ceará.** (Org.). SOUZA, Simone de. Fortaleza: 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEL PRIORE, Mary. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: 2000.

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Vicente Pizón e a descoberta do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooksp. 2000.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: Evolução Urbana e Arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Expressões Gráfica e Editora, 2007.

FAULHABER, Priscila. **Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema**. In: BIB, São Paulo: n 51 1º semestre de 2001. p.105-125.

FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª edição, revista e revisada. Editora Globo, 3ª edição, revista, 2001.

FETZ, Marcelo. “Expedições científicas no século XIX: O universo da Ciência e a diversidade cultural”. In: **Cadernos de Campo**. São Paulo: USP, p. 39-54.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, Mito e Realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERRAZ, Bartira Barbosa. **Paranambuco: herança e poder indígena Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife: Ed. Universitária-UFPE, 2007.

FERNANDES, Azevedo João. **Selvagens bebedeiras: Alcool, Embreaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Alameda, 2011.

FERRARI, Afonso Trujillo. **Os Kariri, o crepúsculo de um povo sem história**. Publicações avulsas da Revista de Sociologia. nº 3, São Paulo: 1957.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri vol. I**. Cap I a V. (Fac-símile da edição de 1964). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

_____. **Engenhos de Rapadura do Cariri**. (Fac-símile da edição de 1958). Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC. 2010.

_____. **O Folclore no Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitárias do Ceará, 1960.

_____. **Cidade do Crato.** (Fac-símile da edição de 1955). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

FONTANA, Ricardo. **O Brasil de Américo Vespúcio.** Tradução de Edilson Alkmim Cunha e João Pedro Mendes. Brasília: 1994

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fatima. **Na trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “A Formação da economia colonial no rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊIA, Maria F. Silva (orgs) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Et. al. **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O Brasil colonial-1443-1580.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a vida e a Paisagem no Nordeste do Brasil.** São Paulo: 7ª edição 2004.

_____. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 34ª ed. Rio de Janeiro, 1998.

FUNES, Eurípedes Antonio; RIOS Kênia Sousa, et. al. **Natureza e Cultura: capítulos de História Social.** v.10. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

_____. “Comunidades Mocambeiras do Trombetas”. In: GRUPIONI,, Denise Frajado; ANDRADE, Lucélia M, M. de. **Entre Águas bravas e mansas- índios & quilombolas em Oriximiná.** São Paulo: Comissão pró índio de São Paulo. 2015, pp. 16-61.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil: As origens do homem brasileiro; o Brasil antes de Cabral; Descobertas arqueológicas recentes.** São Paulo: Contexto, 2005.

GAMBINI, Roberto. **O Espelho do Índio: os Jesuítas e a destruição da Alma indígena.** Rio de Janeiro: 1988.

GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUEDES, Roberto. (Org.). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governo, fronteiras, poderes, legados: sec. XVII-XIX.** Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. “Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Ceará”. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: UFC. 1989.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: UFC, 1984.

GRUPIONI, Luis Donizete Bnzi. (Org.). **Índios no Brasil. Brasília**: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

HASBERT, Rogério. Espaço – Terra – Território – Dilema Conceitual Numa Perspectiva Latino-Americana. In: GAN, Elaine et al. **Provisões: uma conferência virtual**. Edição e Organização de Mabe Bethônico, Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2013.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: a conquista dos Índios Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. “Os índios e a fronteira colonial”. In: BETHEL, Leslie. (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**. vol. II. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. “Os Índios do Brasil em 1500”. In: BETHEL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. vol. I. São Paulo: Edusp. 2008.

HOORNAERT, Eduard, et. al. **Historia Geral da Igreja na América Latina: história da Igreja no Brasil. Primeira Época**. Tomo 2. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. Catequese e Aldeamento. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **Historia do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1989.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial**. Vol.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

HESPANHA, Antonio Manuel. As construções do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, F. Maria, GOUVEIA, Maria de Fatima (Orgs.). **Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Primórdios da Urbanização no Ceará**. Editora BNB, Edições UFC, 2012.

JUNQUIRA, Carmen. **Antropologia Indígena: uma introdução, História dos Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 1991.

KURY, Lorelai. “História natural, utilidade e felicidade no Iluminismo francês:” In: FUNES, Eurípedes Antonio; RIOS, Kenia de Sousa. Et. al. **Natureza e Cultura: capítulos de História Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p.9-21.

LAIMA, Mesgravis. **O Brasil que os europeus encontraram: a natureza, os índios, os homens brancos.** São Paulo: Contexto, 2000.

LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao Plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio – história dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 5ª. reimpressão, 2011.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco: uma sociedade de Pastores e Guerreiros.** 2ª ed. revista e aumentada. Livraria Progresso Editora. Salvado: 1960.

LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimento: História Social nos sertões do Brasil.** Brasília: Paralelo15. 1996.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, Colonos e Missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 2003.

MACEDO, Muirakytan K. de. **Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - século XVIII).** Natal: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MAIA, Oliveira Ligio. **Nas sendas da Vinha Sagrada.** (livro no prelo).

MAIOR, Mario Souto. (Org.). **A Paisagem pernambucana.** Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

MARTINS, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** 3ª ed. Recife: UFPE. 1999.

MARTINS, José de Souza - **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açú e Seridó.** Brasília, 1984.

MELO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MENESES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais.** 3ª edição. Fortaleza: Casa José de Alencar. 1995.

MORAES, Padre Moisés Siqueira. **Província São Francisco Das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e Piauí.** Fortaleza: Editora Multigraf, 2000.

MOTA, Clarice Novaes da. **Os Filhos da Jurema na Floresta dos Espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do nordeste.** Alagoas: EDUFAL, 2007.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. (Org.). **Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Arcádia, 2011.

_____. Curraleiro, Crioulo, Peduro: A pecuária como fator da formação socioeconômica do semiárido. In: **Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Editora Arcádia, 2011.

NEVES, Frederico Castro de. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NOBRE, Geraldo Silva da. **João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará**. Fortaleza: 1978.

NOVAIS Fernando Antonio. “O Sistema Colonial.” In: MARQUES, Ademar; BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. (Orgs.). **História Moderna Através de Textos**. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. LACED. 2004.

_____.(Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro; Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio no mundo dos Brancos**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto de. **TORÉM: Brincadeiras de índios velhos**. São Paulo: Ana Blume. 1998.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. (Org.). **As marcas do Homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da mata atlântica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na Mata do Sabiá: Contribuição sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult. Museu do Ceará-IMOPEC, 2ª Edição, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense. Reedição; Editora Pallotti. 1997.

PEREIRA, Soares, Moacyr. **Índios Tupi-Guarani na Pré-História: Suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Maceió; EDUFAL, 2000.

PETER, Linebauch; RIDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PIRES, Maria Idalina Cruz da. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDART, 1990.

PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos indígenas e colonos na disputa pelo território.” In: SOUZA, Simone de. (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2000.

_____. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. (Fac-símile da edição de 1950). Coleção Secult. Edições-URCA. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

_____. **Efemérides do Cariri**. (Fac-símile da edição de 1963). Coleção Secult. Edições-URCA, Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

PINSK, Carla Bressanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Estevão. **Os Índios do Nordeste**: Introdução ao estudo da vida social dos indígenas do nordeste brasileiro. 1935.

_____. **Etnologia Brasileira** (Fulniô – Os últimos Tapuias). 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **A grandeza índia do Ceará**. Coleção Secult. Fortaleza: Edições-UFC, 2010.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil – 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelynes. **Teorias da Etnicidade**: seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011.

RAMINELLI, Ronald. “Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Império de várias faces**: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado- o cerrado na cultura de Minas Gerais**. Vol. II, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROBIN, M. Wright (Org.). **Transformando os deuses**: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Airon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro**. Tradução do Inglês por Yonne Leite e Revista por Aryon D. Rodrigues, Brasília: 13 de julho de 1976.

RÊGO, Luís Flores de Moraes. **O Vale do São Francisco**: ensaios de monografia geográfica. São Paulo: Editora Renascença. 1935.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A América Latina colonial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Burocracia e Sociedade: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STUDART FILHO, Carlo. **Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Coleção História e Cultura. Editora do Instituto do Ceará. 1965.

_____. **Páginas da História e Pré-História**. Editora do Instituto do Ceará. 1966.

SANT'ANA Denise B. **Cidades das Águas: Usos de Rios, Córregos, Bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SANTOS, João Brígido dos. **Apontamento para a História do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica. (Fac-símile da edição de [1861]). 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e técnica**. 3ª Ed. Hucitec. São Paulo. 1999.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: 2008.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; e SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.195-196.

SILVA, Leonardo Dantas; MAIOR, Mario Souto (Orgs.). **A Paisagem pernambucana**. (Estudo introdutório de Leonardo Dantas Silva). Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. O Relatório provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2011. p.334-335.

SILVA, Orlando Sampaio. **Os Tuxá: Índios do Nordeste**. 1ª edição, São Paulo: ANNABLUME, 1997.

SIQUEIRA, Baptista. **Os Cariris do Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora Cátedras, 1978.

SOARES, Luiz Carlos. “As guerras comerciais no século XVII: uma “longa guerra” entre as potências europeias.” In: BENTES, Rodrigo; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2009.

SOUSA, Vânia F. Paiva de. **As fronteiras do ser Xucuru**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Inferno Atlântico: demologia e colonização, séculos XVI-XVIII**. Companhia da Letras, 1993.

_____. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçarias e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

TEIXIERA, Francisco Carlos da Silva. “História e Paisagens” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THEBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará**. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, [Fac-símile a edição de [1895]2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **El Miedo de los Bárbaros – mas allá del choque de civilizaciones**. Barcelona: Editora Galaxia Gutemberg, 2008.

URBAN, Greg. “História da Cultura brasileira segundo as línguas nativas.” In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia da Letras. 1992.

VALLE, Octaviano Guilherme Carlo do. “Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico”. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na Mata do Sabiá: Contribuição sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult. Museu do Ceará-IMOPEC, 2ª Edição, 2009.

VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Bentes (Orgs.). **Império de várias faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. "Idolatrias luso-brasileiras. "Santidades" e milenarismos indígenas". In: **América em tempo de conquista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: história da Família no sertão (1780-1850).** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

WEFFORT, Francisco C. **Espada e Fé: as origens do Brasil.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WACHTEL, Nathan. "Os Índios e a conquista Espanhola." In: BETHEL, Leslie. (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial.** vol. I. São Paulo: Edusp. 2008.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial.** 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WESTHELLE, Vitor. **Voces de protesta en América Latina.** México: CETPJDR, 2000

WITTEMANN, Luisa Tombini. (Org). **Ensino (d)e História Indígena.** Autêntica: Belo Horizonte, 2015.

WOOD, A.J.R. Russel. **História do Atlântico Português.** São Paulo: UNESP, 2014.

XAVIER, Maico Oliveira. "**Caboclos são os Brancos**": Dinâmica das relações socioculturais do índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX). Fortaleza: SECULT, 2012.

Teses, Dissertações, Monografias, Artigos

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros grupos indígenas nas fronteiras do sertão: as práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás - século XVIII.** Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\Recife, UFPE, 2005.

ARAÚJO, Maria das Graças Souza Aires de. **Decadência e Restauração da Ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923).** Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2007.

BORGES, Cláudia Cristian Carvalho dos. **Uma narrativa pré-histórica: O cotidiano de antigos grupos humanos no sertão do Seridó\RN.** Assis\SP. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Ciências e Letras-Campus -Assis, Universidade do Estado de São Paulo\UNESP, 2008.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real.** São Paulo\SP. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo\USP, 2012.

CARVALHO, Reinaldo Forte. **Governanças das Terras: poder local e Administração da Justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)**. Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2015.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. **Territórios em confronto: A dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão**. Fortaleza\CE. Tese doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará\UFC, 1999.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. São Paulo\SP. Tese de Doutorado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo\USP, 2013.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Salvador\BA. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2008.

FLORES, Katia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Belo Horizonte\MG. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais\UFMG, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da língua Geral ao Português: uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro\RJ: Tese de Doutorado em Literatura Comparada do Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro\UERJ, 2003.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O Cabra do Cariri Cearense: A invenção de Um conceito oitocentista**. Fortaleza\CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2015.

LIMA, Marcos Galindo. **O Governo das Almas: a expansão colonial no país dos tapuias. 1651-1798**. Lieden\Holanda. Tese de Doutorado em História, Universiteit Leiden, 2004.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe-Nova Olinda-Ceará, Brasil**. Coimbra\PT. Tese de Doutorado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Urbanização do Ceará setecentista: **As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Salvador\BA. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2007.

LENK, Wolfgang. **Guerra e Pacto colonial: exercito, fiscalidade, e administração colonial da Bahia (1624-1654)**. São Paulo\SP. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Universidade de Campinas\Unicamp, 2009.

LEITÃO, Ana Rita Bernardo. **Problemática assistencial, sociocultural e educativa nas Aldeias e Missões do Real Colégio de Olinda (séculos XVII e XVIII)**. Contributos para

a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil. Lisboa\PT. Tese de Doutorado em História da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011.

LOPES, Juan Ignacio Jurado – Centurión. **Os Franciscanos na Nova Espanha.** Crônica de uma experiência humanista através do seu epistolário. 1523 – 1583. Recife\PE. Tese de Doutorado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2011.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre Fronteiras:** terras indígenas nos sertões fluminense (Rio de Janeiro, 1790-1824). Niterói\RJ. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF, 2010.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Equus Rusus:** A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654). Salvador\BA. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2010.

MAIA, Oliveira Ligio José de. **Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios:** Vassalagem e Identidade no Ceará colonial-século XVIII. Niterói\RJ. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF, 2010.

MALHEIROS, Marcia. **Homens da Fronteira:** Índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes-Séculos XVIII e XIX. Niterói\RJ. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF, 2008.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O descobrimento dos outros:** povos indígenas no sertão nordestino no período colonial. Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE. 2000.

MILFONT, Magna Lícia Barros. **A urbanidade no século XVIII:** Villa do Recife e o Arraial de Tijuco. Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, Recife: 2010.

MORI, Klara Kaiser. **Brasil:** Urbanização e Fronteiras. São Paulo\SP. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo\USP, 1996.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas:** o sertão do rio Piranhas, capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. Fortaleza\CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupi, Tapuia e Historiadores.** São Paulo\SP. Tese de Livre Docência em Etnologia, História Indígena e do Indigenismo, Departamento de Antropologia da Universidade de Campinas\UNICAMP, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários:** Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia. 1750-1850. Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2003.

NEVES, Rita de Cássia Maria. **Dramas e Performances:** o processo de reelaboração étnica Xukuru nos rituais, festas e conflitos. Florianópolis\SC. Tese de Doutorado em

Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina\UFSC, 2005.

NETO, João Leite. **Índios e Terra-Ceará**. 1850-1880. Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2006.

OLIVEIRA, Elizângela Ferreira. **Entre Vazantes, Caatingas e Serras: trajetórias famílias e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Salvador\BA. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Bahia\UFBA, 2008.

PARESI, Rosana Soares Bertocco. **Xukuru-Kariri: a reconstituição da trajetória de um grupo indígena remanejados e suas habitações em “novaterra”**. São Carlos\SP. Tese de Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Carlos\SC, 2008.

PESSOA, Ângelo Emilio da Silva. **As ruína da tradição: A Casa da Torre de Garcia D’Ávila- Família e Propriedade no nordeste colonial**. São Paulo\SP. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Humanidades da Universidade de São Paulo\USP, 2003.

QUEIROZ, José Marcio Correia de. **Um estudo Gramatical da língua Dzubukuá, família Kariri**. João Pessoa\PB. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2012.

RIBEIRO, Wilma da Silva. **Histórias que os Xukuru contam: uma abordagem em semiótica das Culturas**. João Pessoa\PB. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2010.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e Trabalhadores no Cariri cearense: terra, Trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Fortaleza\CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2014.

STUMPF, Roberta Giannubilo. **Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas**. Brasília\DF. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília\UNB. 2009.

SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750**. São Paulo\SP. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Humanidades da Universidade de São Paulo\USP, 2010.

SANTOS, Juracy Marques dos. **Cultura Material e Etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetado por barragens: um estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil**. Salvador\BA. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2008.

SANTOS, Juvandi Souza de. **Cariri e Tarairiu: Culturas tapuias nos sertões da Paraíba**. Porto Alegre\RS. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul\UFRS, 2009.

SILVA, Edson Heley. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira\PE), 1950-1988.** Campinas\SP. Tese de Doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas\UNICAMP, 2008.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índio no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino.** São Paulo\SP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas\UNICAMP, 2003.

SILVA, Jacionira Coelho da. **Arqueologia no Médio São Francisco.** Indígenas, Vaqueiros, Missionários. Recife\PE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE. 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. **“Nas Solidões Vastas e Assustadoras” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco no século XVII e XVIII.** Recife\PE. Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2003.

SILVA, Marilda Santana da. **Poderes Locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica. 1760-1808.** Campinas\SP. Tese de Doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas\UNICAMP, 2003.

SILVA, Rafael Ricarte da. **A Capitania do Siará Grande nas Dinâmicas do Império Português: Políticas sesmarias, Guerra Justa e Formação de uma Elite conquistadora (1679-1720).** Fortaleza\CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2016.

SILVA, Roberto Airon. **Uma Arqueologia das Casas Fortes: Organização Militar, Território e Guerra na Capitania do Rio Grande do Norte - Século XVII.** Salvador\BA. Tese de Doutorado em Antropologia\Arqueologia do Programa de Pós-graduação e Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2010.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **“Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho”:** negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). Fortaleza\CE. Tese de Doutora em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2015.

VIANA JUNIOR, Mario Martins. **Masculinidade compósita nas capitanias do Norte da América Portuguesa (século XVI e XVII).** Florianópolis\SC. Tese de Doutorado em História, Centro de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina\UFSC. 2013.

XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do Império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão.** Fortaleza\CE. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará\ UFC, 2015.

ALBUQUERQUE, Manoel Coelho: **Seara indígena: deslocamentos e dimensões indenitárias.** Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2002.

ALBUQUERQUE, Emanuel James. **Roulox Baro e o “país dos tapuias”**. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. Rio de Janeiro\RJ. **Dissertação** de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro\UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Rafael Antunes. **O que é um humano?** Anotações sobre duas controvérsias. Belo Horizonte\BH. **Dissertação** de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais\UFMG, 2010.

ARCANJO, Jozelito Alves. **Toré e identidade étnica:** os Pipipã de Kambixuru (índios da Serra Negra). Recife\PE. **Dissertação** de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2003.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **O Muro do Demônio:** economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII. Fortaleza\CE. **Dissertação** de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2007.

ARAÚJO, Ricardo Souza. **Análise histórica do processo de expansão urbana das cidades de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte-CE.** Juazeiro do Norte\CE. **Dissertação** de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro de Pesquisa e Pós-graduação do Semiárido, Universidade Federal do Cariri\UFCA, 2013.

ARRAES, Esdras Damião Araújo. **Curral de reses, Curral de Almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX.** São Paulo\SP. **Dissertação** de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo\USP, 2012.

ARRUDA, Emmanuel Conserva de. **A Ação colonizadora produzindo Espaço:** de aldeia indígena à Alagoa da Perdição (1766-1816). João Pessoa\PB. **Dissertação** de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2010.

AZEVEDO, Ana Elizabeth Lago de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco.** Recife\PE. **Dissertação** de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2004.

BATISTA, Adriel Fontenele. **Sumario das Armadas:** Guerras, Missão e Estratégias discursivas na conquista da Paraíba. Natal\RN. **Dissertação** de Mestrado em História e Espaço, Universidade Federal do Rio Grande do Norte\UFRN, 2012.

BRASILEIRO, Sheila. **Organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri.** Salvador\BA. **Dissertação** de Mestrado em Sociologia, Faculdade e Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba\UFBA, 1996.

BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. **Oralidade, Memória e Tradição nas narrativas de Assombrações na Região do Cariri.** Fortaleza\CE. **Dissertação** de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2011.

BEZERRA, Emundo Cunha Monte. **Migrações Xukuru do Ororubá: Memória e História (1950-1990)**. Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2012.

CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. **Espíritos inquietos e orgulhosos: os Frade Capuchinhos na Amazônia Joanina (1706-1751)**. Belém\PA. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Pará\UFPA, 2009.

CESAR, Thiago Groh Melo de: **A política externa de d. João IV, e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos. 1641-1648**. Rio de Janeiro\RJ. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF, 2011.

CORTEZ, Ana Sara Parente Ribeiro. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense**. Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2008.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. **Memórias descarrilhadas: O Trem na cidade do Crato**. Fortaleza\UFC. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2008.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Disciplina e Invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)**. Teresina (PI). Teresina\PI. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Piauí, 2012.

CUNHA, Leonardo Campos Mendes da. **Toré – da Aldeia para a cidade: musica e territorialidade indígena na grande Salvador**. Salvador\BA. Dissertação de Mestrado em Musica, Programa de Pós-graduação em Musica da Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2008.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. **“Práticas e prédicas em nome de Cristo...”:** Capuchinhos na “cruzada civilizatória” em Sergipe (1874-1901). Salvador\BA. *Dissertação* de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2011.

DIAS, Carlos Rafael. **Da Flor da Terra aos Guerreiros Cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855–1980)**. Campina Grande\PB. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande\UFCG, 2014.

DANTAS, Maria Albuquerque. **Dinâmica social e estratégias indígenas: Disputas e Alianças nos Aldeamentos do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco-(1860-19200)**. Niterói\RJ. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF, 2010.

FERREIRA, Lorena Melo de. **São José de Barreiros: Uma aldeia indígena no Império**. Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFP, 2006.

FERREIRA, José Talmo Virginio. **Conflitos jurisdicionais no sertão do Ceará (1650-1750)**. Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2013.

FEIJÓ DE SÁ, Yacê Carleial. **Os homens que fizeram o Tupinambá moer:** Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri (1945-1980). Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2007.

FREIRE, Glaucia Souza de. **Das “feitiçarias que os padres se valem:** circularidades culturais entre os indígenas Tarairiu e Missionários na Paraíba setecentista. Campina Grande\PB. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande\UFCG, 2013.

GATTI, Agatha Francesconi. **O tramite da Fé:** A atuação da Junta das Missões de Pernambuco, 1681-1759. São Paulo\SP. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Humanidades da Universidade de São Paulo\USP, 2009.

GABRIELLI, Cassiana Maria Mingotti. **Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil:** estratégias políticas e missionárias (1642-1702). São Paulo\SP. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo\USP, 2009.

GUEDES, Paulo Henrique Marque de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba:** agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730). João Pessoa\PB. Dissertação de Mestrado em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da natureza, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2006.

GOMES, José Eudes Arraes Barroso. **As Milícias Del Rey:** Tropas Militares e Poder no Ceará setecentista. Niterói\RJ. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF. 2009.

GRAMACHO, Derval Cardoso. **Toré:** uma tradição inventada na etnogênese dos Kiriri. Santo Antonio de Jesus\BA. Dissertação de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional-Campus -V, Universidade do Estado da Bahia\UNEB, 2010.

KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em Busca da Honra:** a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco-1641-1683). Niterói\RJ: Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

KRÓS, Cinthya Valéria Nunes Mota. **Etnais, Fluxos e Fronteiras:** processo de Emergência Étnica dos Kariri no Piauí. Teresina\PI. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí\UFPI, 2015.

LIMA, André da Silva. **A Guerra Pelas Almas:** Alianças, Recrutamentos e Escravidão Indígena (do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615-1647). Belém\PA. Dissertação em História, Universidade Federal do Pará\UFPA, 2006.

LIMA, Clarissa de Paula Martins. **Corpos abertos:** sobre enfeites e objetos na vila de Cimbres (T.I. Xukuru do Ororubá). São Carlos\SP. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade de São Carlos\SC, 2013.

MACHADO, Luna Daniel. **Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antonio e Olho d'Água do Pau, Mauriti-Ce.** Recife\PE. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Conservação do Patrimônio, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2010.

MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição: Índios e Terras no Império do Brasil.** Niterói\Rj. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense\UFF, 2006.

MAIA, Oliveira Ligio José de. **Cultores da Vinha Sagrada: Missão e Tradução na Serra da Ibiapaba (século XVII).** Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2005.

MARTINS, Guilherme Saraiva. **Entre o Forte e a Aldeia: estratégia de contato, negociação e conflito entre europeus e indígenas no Ceará holandês (1630-1654).** Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2010.

MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da Aldeia...Índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais.** Recife\PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 1994.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias de política de defesa portuguesas (o caso de Pernambuco (1654-1701)).** Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2006.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750.** Campina Grande\PB. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande\UFCG, 2009.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro).**Rio de Janeiro\RJ. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro\UFRJ, 2010.

NASCIMENTO, Marco Tromboni S. de. **O tronco da Jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste – o caso Kiriri.** Salvador\BA. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 1994.

NEVES, Juliana B. Barroso. **Colonização no Paraguaçu-Bahia, 1530-1678.** Salvador\BA. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2008.

NOGUEIRA, Ana Caroline Costa. **Diagnóstico Ambiental participativo: estudo de caso na comunidade indígena Xucuru-Kariri em Caldas-MG.** Poço de Caldas\MG. Dissertação de Mestrado em Ciências e Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG, 2015.

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. **Entre a Pré-História e a História:** em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano. João Pessoa\PB. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2009.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de Rapadura do Cariri:** trabalho e Cotidiano-1790-1850. Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará, 2003.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O Rio e o Caminho Natural:** Propostas de Canais de do São Francisco: aspectos físicos fluviais e dinâmica políticas no Brasil Império (1846-1886). Belo Horizonte\MG. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais\UFMG, 2015.

OLIVEIRA, Paulo Celso de. **Gestão territorial indígena.** Paraná\SC. Dissertação de Mestrado em Direito Econômico e Social, Pontifícia Universidade Católica do Paraná\PUC-PR, 2006.

PIRES, Vinicius. **Descrições portuguesas e francesas acerca dos nativos da costa brasileira entre 1549-1615:** aproximação e distanciamento desses olhares. São Paulo\SP. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista\UNESP, Campus “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

PEIXOT, José Adelson Lopes. **Memórias e Imagens em confronto:** os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa\PB. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Centro de Ciências, Letras e Arte, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2013.

QUEIROZ, José Marcio Correia de. **Aspectos da Fonologia Dzublikua.** Recife\PE. Dissertação de Mestrado em Letras, Departamento Letras\Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2008.

RODRIGUES, Geferson Ramos. **No sertão, a revolta:** grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais, 1736. Niterói\RJ. Dissertação de Mestrado em História Moderna, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense\UFF, 2009.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **De Cirigype a Sergipe Del Rey:** os topônimos nas cartas de sesmaria (q594-2623). São Cristóvão: Sergipe\SE. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Sergipe\UFS, 2012.

SANTOS, Juliana Darós dos. **A posituação de índios e mestiços na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-1900-1930.** Florianópolis\SC. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina\UFSC, 2009.

SANTOS JUNIOR, Carlos Fernando dos. **Índios nos vales do Pajeú e São Francisco:** historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2015.

SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação dos Povos indígenas: resistência no Sertão dos Maracás.** (1650- 1701). Salvador\BA. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2008.

SILVA, Fabiana da. **O Trem das Grotas: A ferrovia Leste brasileiro e seu impacto social em Jacoína (1920-1945).** Santo Antonio de Jesus\BA. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local da Universidade Estadual da Bahia-Campus-V\UNEB, 2009.

SILVA, Felipe do Amaral. **João da Silva Feijó: Uma análise acerca de sua expedição empreendida à Capitania do Ceará em fins do século XVIII e início do século XIX.** Rio de Janeiro\RJ. Dissertação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro\UERJ, 2009.

SILVA, Christiano Barros Marinho da. **Vai-te para onde não canta o galo, nem o boi urra...** Diagnóstico, Tratamento e Cura entre os Kariri-Xoco(AL). Recife\PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2003.

SILVA, Janice Correia da. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder nos sertões do rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte (segunda metade do século XVIII).** João Pessoa\PB. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2013.

SILVA JUNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando Sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano.** Slavador\BA. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2007.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **A (des) territorialização do povo Xukuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no Município de Palmeira dos Índios – Alagoas.** Aracaju\SE. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Sergipe\UFS, 2004.

SILVA, Geyza Kelly Alve da. **Índios e Identidade: Formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial -(55-1716).** Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2004.

SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da Elite colonial dos sertões de Mombaça: Terra, Família e Poder (século XVIII).** Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará-UFC, 2010.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista.** João Pessoa\PB. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2012.

SOUSA, Mônica Helen Mesquita. **Missão na Ibiapaba: Estratégias e Táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII.** Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SOUZA, Hirão Fernandes Cunha e. **O português kiriri: Aspectos fônicos e lexicais na fala de uma comunidade do sertão baiano.** Salvador\BA. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2011.

SOUZA, Cristina Ferreira Santos de. **Piedade e Reforma na Bahia: A Atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889-1924).** Salvador\BA. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia\UFBA, 2005.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da “pedra e caco”:** o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios. Alagoas\AL. Dissertação de Mestra profissional em preservação do patrimônio cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, 2012.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade.** Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2011.

VIEIRA, Hugo Coelho. **O Teatro da Guerra e a Invenção do Brasil Holandês:** o esforço das duas coroas na retomada pela Capitania de Pernambuco, de 1630 a 1635. Recife\PE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco\UFPE, 2010.

XAVIER, Maico Oliveira. **Cabôcullos são os Brancos:** Dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX). Fortaleza\CE. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará\UFC, 2010.

FERREIRA, Luiz Gustavo dos Santos. **Fui pegada na mata a dente de cachorro:** a construção e afirmação da Etnicidade Kariri. Crato\CE. Monografia, Departamento de História, Universidade Regional do Cariri\URCA, 2016.

PALLOT, Estêvão Martins. **Tamain chamou nosso Cacique:** a morte do Cacique Xicão e a (re) construção da Identidade entre os Xukuru do Ororubá. João Pessoa\PB. Monografia, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba\UFPB, 2003.

Artigos

ALBUQUERQUE, Marcos. LUCENA, Velda. Agricultura tropical pré-histórica (um sistema de floresta úmida ou que integra o semi-árido). In: **Ci & Tro. Revista de Ciências & Trópico.** Fundação Joaquim Nabuco. Recife, vol. 19. nº1, jan/jun.1991, pp. 7-33. 1991. Publicação Semestral. ISSN 0304-2685.

ALVES, Angelita Carla Pereira; SOUSA, Dominick Frarias. A Guerra dos Bárbaros na Capitania Real da Paraíba. In: **Tarairiu** - Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba. UEPB. Campina Grande, Ano III – Vol.1 - Número 04 – Abr/Mai de 2012, ISSN 2179-8168.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos. Revista da Fundação Getúlio Vargas.** FGV. Rio de Janeiro, vol. 8, n, 15, 1995, pp. 145-151. Publicação Quadrimestral. ISSN-2178-1494.

ARAÚJO, Alexandra Oliveira. Dinâmica territorial do recôncavo baiano: espacialidade e temporalidade. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Crise, práxis e autonomia**: espaços de resistência e de Esperanças, Espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre, 25 a 31 de Julho de 2010.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. A guerra brasílica e a guerra dos sertões: uma nova perspectiva de guerra dos Bárbaros. In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Mneme –Revista de Humanidades. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Caicó (RN): v. 9. n.24. set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acessado em 20 junho de 2017.

AZEVEDO, Aroldo de. Regiões e Paisagens do Brasil. In: **Biblioteca Pedagógica Brasileira**, vo. 274, 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1952, pp. 121-131. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/387/Regioes-e-paisagens-do-Brasil>

BRANDÃO, Maria do Carmo; NASCIMENTO, Luis Felipe Rios. O Catimbó-Jurema. In: **Clio Arqueológica** (Revista de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco). n. 13, 1998. p.71-93

BRITO, Vanderley de. Boqueirão de Carnoió: a toponímica como cultura imaterial. In: **Taraiariú** – Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande: Ano II – Vol. 1 - Número 03 – Set/Out de 2011. ISSN 2179-8168.

CALDAS, José Lins. Análise da Cerâmica funerária da Ilha de Sorobabel, Itacuruba, PE. In: **Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Clio Arqueológica**. Revista de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, nº 4, 1987, p. 149. Semestral. ISSN: 2448 2331.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica. (1596-1626). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 31, n. 61. p.317-338. 2011. SSN 1806-9347.

CARNEIRO, Henrique. As plantas sagradas na história da América. **Revista Varia História**. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, nº 32, 2004. p.102-119. ISSN 1982-4343.

CINTRA, José Pimentel. Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias. In: **Annals of Museu Paulista**. v. 21. n.2. Jul.-Dec. 2013.

COSTA, Ana Paula Pereira. Estratégias Sociais e a Construção da autoridade: uma análise das práticas de Reprodução social dos ofícios dos campos de ordenanças na busca pelo mando. **Mneme-Revista de Humanidades**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pp. 462-463, 2008. <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais> Acessado em 10/09/2016.

CUNHA, Manuela Caraneiro. Imagens de Índios do Brasil: século XVI. In: **Revista de Estudos Avançados**. Instituto Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. v.4 n (10). 1990, p.91-110. ISSN 1806-9592.

FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Seara. In: **O Patriota**. Jornal Literário, Político e Mercantil do Rio de Janeiro, nº 2, março\abril, 1814. p. 18

FILHO JOSÉ, Vieira Camelo. A dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu vale. In: **Revista do Departamento de Geografia**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo\USP, n 17, pp. 83-93, 2005.

GANDARA, Gercinair Silvério. Memórias do Sertão: o rio Parnaíba nos oitocentos. In: **II Simpósio de História do Maranhão oitocentista**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão\UEMA, 07 a 10 de junho de 2011. Disponível em: www.academia.edu/.../MEMÓRIAS_DO_SERTÃO_o_rio_Parnaíba_dos_oitocentos.ISN2236-9228.

GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. In: **Revista de Estudos Históricos**. Fundação Getúlio Vargas. FGV, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 49-68. Publicação semestral. ISSN 2178-1494 .

HASBERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004 (texto-conferência). Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBERT.pdf. Acessado em 02/03/2014.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. As diretrizes Urbanísticas Portuguesas para as Vilas Cearenses. In: **XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional**. Florianópolis: 2009.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul\dez. 2009.

KRÓS, Cinthya Valeria Nunes Motta. Etnias, Fluxos e Fronteiras: Processo de Emergência Étnica de um grupo Cariri em Queimada. In: **IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**. Fortaleza-Ce, 04 a 07 de agosto de 2013. (Grupo de Trabalho: Dinâmicas Territoriais, processos políticos e lógicas identitárias).

LIMAVERDE, Rosiane. Os registros rupestres na chapada do Araripe, Ceará, Brasil. In: **Clio Arqueológica**. Revista de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, nº 21, vol. 2, 2006, pp.140-154.

LOCATEL, Celso Donizete. Fronteira: natureza e cultura. In: **Revista Formação - Edição Especial** – Universidade do Estado de São Paulo. UNESP, n.13 v.2. 2002. pp.164-172. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/632/648 Acessado em: 18\05\2016.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Sistema Colonial” ou “Império Português? Batalhas historiográficas e história militar.” Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br> Acessado em 13/07/2016.

LÓSSIO, Moacyr Gondim. Geografia do Crato. In: **HY HY TÊ**. Revista da Faculdade de Filosofia do Crato. Crato: Imprensa Gráfica. n° 7, maio de 1980.

MACEDO, Heitor Feitosa. Massacre aos Índios Xocó no Cariri Cearense -Documento Inédito. Disponível em: Blog estoriasehistoria-heitor.blogspot.com. Publicação 12/05/2017. Acessado em: 18/05/2017.

MARTINS, José de Souza. O tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.” In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, v. 8, n 1, 1986. pp. 25-70. ISSN: 1809-4554.

MEDEIROS, Guilherme. O uso ritual da Jurema entre os índios do Brasil colonial e as dinâmicas das fronteiras territoriais do nordeste no século XVIII, 2006. **Clio Arqueológica**. Revista de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, n° 20, 2006, pp, 125-149.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. MACHADO, Daniel Luna. Horticultores Ceramistas da Bacia Sedimentar do Araripe: classificações arqueológica e características tecnológicas. In: **Clio Arqueológica**. Revista de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, vol. 26, 2011. pp. 349-369.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Cultura material no estudo das sociedades antigas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, USP, n.115 (Nova Série), julho-dezembro de 1983, pp, 104-117.

NASCENTE, Livia Silva da. Política e Construção da identidade Nacional: os Índios na História do Brasil. In: **Revista Litteris**-Ciências Humanas - Antropologia – Número 6 – novembro de 2010. SSN: 1983-7429. Disponível em:www.revistaliteris.com.br Acessado em: 7/02/2017.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção negra: santos pretos e catequese no In: **Revista do Estudo da Religião** do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, março / 2010 / pp. 120-130. ISSN 1677-1222. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv1-2010/r-brito.pdf. Acessado em 2016.

OLIVEIRA, Claudia. Perspectiva Etno-histórica no Estado do Piauí-Brasil. In: **Clio Arqueológica**. n° 15, 2002. pp.71-187.

OLIVERIA, Luciana de Fátima. O Conceito de Território e o primeiro processo de Territorialização do Estado do Maranhão e Grão-Pará – século XVII. In: **Revista Expedições; Teoria da História & Historiografia**. Universidade Estadual e Goiás, vol. 1, , n.1 e 2, dezembro, 2010. pp. 26-36. ISSN 2179-6386.

PALLOT, Estêvão Martins; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre Santos dos. Relatório de Viagem Índios do Nordeste (AL, PE e PB). **Laboratório de Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento-LACED**. Museu Nacional/ UFRJ. Supervisão técnica e apresentação: Rodrigo de Azeredo Grünwald. Campina Grande: setembro de 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, jan\jun. 2005. p. 58-79. ISSN: 2176-3275.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. “Construindo o Estado de Exclusão: os Índios brasileiros e a constituição de 1824.” In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. Universidade Federal de Pernambuco, n. 28.2, 2010, p. 1-17. Semestral. ISSN 2525-5649.

PESSOA, Ângelo Emilio da Silva. Família, Propriedade, Tradição e Poder no Nordeste colonial: a casa da Torre de Garcia d’Ávila. In: **XXIV Simpósio Nacional de História - História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos- ANPHU**. UNISSINOS, 15 a 20 de julho de 2007.

PESSIS, Anne-Marie, et. al. “Prospecção Arqueológica de sítios com registro rupestres na chapada do Araripe.” **Clio Arqueológica**, nº 18, 2005. 124-139.

POMPA, Cristina. Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII. **Revista Antropológicas**. Programa de Pós-graduação em Antropologia\UFPE. Ano 7, Vol. 14. (1e 2): 7-33. 2003. Publicação Semestral. ISSN 2525-5223.

_____. As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. In: **Revista Tempo**. Revista de História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense\UFF, Rio de Janeiro, nº 11, p. 27-44. ISSN 1413-7704.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Povoamento do Cariri. Fortaleza: **Revista da Academia Cearense de Letras**. 1956. pp. 195-205. Disponível em Disponível em: http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1956/ACL_1956_32_O_Povoamento_do_Cariri_Cearense_Th_Pompeu_Sobrinho.pdf. Acessado em 2016.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do Trabalho Livre no Ceará colonial. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará\UFC, Vol. 20/21, nº 1/2. ano, 1989/1990. ISSN 2318-4620.

_____. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: Aspectos demográficos da “cultura de contato”. In: **XVI Econtro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS**. Caxambu\MG. 20 a 23 de outubro de 1992. p.1-18. (GT História Indígena e do Indigenismo).

_____. Cultura e história: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, vol., 23/24, n.1/2,1992/1993, p. 213-225.

PUDSEY, Cuthbert. 2000. *Journal of a residence in Brazil*". Brasil Holandês. Volume III. Curthbert Pudsey. **Diário de uma estada no Brasil**. Ms. depositado na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro sob o nº de tomo "I.12.3.17. [Ed. fac-similar. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares (eds.)]. Trad.: Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Index: 2000; 16. *Apud* STUTZ, Ereni. **Diversida linguística: registro e representação no Brasil, primeira metade do século XVII**. In: Centro de documentação em Historiografia da Linguística. CEDOCH. São Paulo USP. pp. 179-194. (Grifos do autor).

RIBEIRO, Roberto Silva da. O Catecismo Kiriri: a lei de Deus e o interesse dos homens. In: **Seculum. Revista de História**. Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba\UFPB, vol.13, jul\dez, 2005. pp. 39- 51. ISSN 0104-8929 e ISSN 2317-6725.

ROCHA, Jacionira. As Tradições funerárias no vale do Medio São Francisco. In: Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste. **Clio Aqueológica**, nº 4, Ano,1987. p.150-153.

RODRIGUES, Airon Dall'Igna. Notas do sistema de parentesco dos índios Kiriri. In: **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**. Laboratório de Língua Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília\UNB, vol. 4, n. 2. Dezembro de 2012. 237-250.

SALOMÃO, Ricardo Dantas Borges. *De Índios Rodeleiros a Índios Tuxá do século XX: uma etnohistória das relações Interétnicas no médio São Francisco*. UFF, ANPOCS, p. 1-25. Disponível em: <http://www.pontal.anpocs.org/pontal>. Acessado em 26/03/2014. ISSN 2176-834X.

SILVEIRA, Andrea César da; SILVA Adeildo Cabral da; Et. al. Análise de Efetividade de manejo do Geopark Araripe -Estado do Ceará. **Revista de Geociências**. Universidade do Estado de São Paulo\UNESP. v. 31, n. 1, 2012. p.117-128. ISSN 0101-9082.

SOARES, Adriana Mayra de Almeida; AQUINO, Crisvanete de Castro. Cachimbos Cerâmicos dos Sítio Aldeia do Carlos-Parque Nacional Serra da Capivara. Piauí-Brasil. **Clio Arqueológica**, vol. 29, n. 1, pp. 09-30.

SOBRINHO POMPEU, Thomaz. Línguas Tapuias Desconhecidas do Nordeste: Alguns vocabulários inéditos. In: **Boletim de Antropologia**. Projeto Obras Raras. Fortaleza: Instituto de Antropologia, vol. I, ano 2, 1958, pp. 03-19.

SOARES, Maria Simone Morais. Formação dos Arraiais nos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em fins do século XVII. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura - NEHAC, Universidade Federal de Uberlândia. Vol. 11. Ano XI, nº 2. Julho\dezembro, 2014. pp.01-18. ISSN 1807-69-71.

SOUZA, Ely de. Um rio de Memórias: o Modus Vivendi dos Beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho. In: **Revista História & Perspectiva**. Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, vol. 41, p. 115-139- julho-dez. 2009. ISSN: 2176-4352.

TOGASHI, Henrique Fustenuau. Interpretação da paisagem: uma tarefa interdisciplinar. In: **Cadernos de Geografia\Revista de Geografia**. Bogotá, nº 18, 2009. pp. 71-81. SSN: 0121-215X. disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4013009.pdf>. Acessado em: 2015

WOOD, A.J.R. Russel. Centros e Periferias no mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800.” In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo USP, vol. 18, n. 36, 1998. pp.187-250.

ANEXO 01

Sesmarias doadas entre 1703-1710 nas ribeiras e cabeceiras dos principais rios

Ano	Vol	Nº	Favorecido	Procedência	Localização
1682	02	30	Luiz Coelho de Souza, Paulo Coelho de Souza, Jozeph Coelho de Souza, Dona Catharina da Fonseca, Dona Sebastiana da Fonseca	Pernambuco e Paraíba	Sertões do Assu até o Rio Salgado
1703	02	79	Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Rodrigues Arisosa	Bahia	Cabeceiras do Rio Salgado
1703	02	80	Domingos Pereira Ramos e Domingos Monteiro	Goiana-Pernambuco	Riacho dos Porcos
1703	02	125	Capitão Bento Correa de Lima e Cap. João Dantas Aranha	Goiana	Riacho dos Porcos
1703	02	126	Coronel Simão Góis de Vasconcelos e Antonio de Brito	Não declarada	Riacho dos Porcos
1703	02	127	João de Barros Pereira e Antonio de Barros	Não declarada	Riacho dos Porcos
1703	02	133	Sarg. José da Costa Moreira e o Tenente João da Costa Silva	Não declarada	Riacho dos Porcos
1704	02	83	Bento Correia de Lima e Simão Correia de Lima	Goiana-Pe	Riacho dos Porcos

1704	02	84	Maria D'Assunção Pacheco e Sebastião Pacheco Pereira	Goiana-Pe	Riacho dos Porcos
1704	02	85	José Correia Lima e Bento Corria Lima	Goiana-Pe	Riacho do Porcos
1704	02	86	Frc°. Pereira de Castro e José Pereira de Castro	Goiana-Pe	Riacho dos Porcos
1704	02	87	Francisca Pereira e Dona Maria Fialho	Goiana-Pe	Riacho dos Porcos
1704	02	88	João de Barros Pereira e Barbara Fialho	Goiana-Pe	Riacho dos Porcos
1704	02	89	Cap. João Dantas Aranha e Caetano Dantas Pessoa	Rio São Francisco	Riacho dos Porcos
1704	02	90	Pedro Dantas Barros e Cap. Manoel da Silva Garcez	Rio São Francisco	Riacho dos Porcos
1704	02	91	Domingos da Cunha Cerqueira e Cap. Gaspar dos Reis	Paraíba	Riacho dos Porcos
1704	02	92	Cap. Bento Correia de Lima e Cap. Antonio de Barros Leite	Goiana-Pe	Riacho dos Porcos
1704	02	94	Joseph de Lara e Maria de Lara	Pernambuco	Riacho dos Porcos
1704	02	95	Joana de Lara e Maria de Lara	Pernambuco	Riacho dos Porcos
1704	02	96	Cap. Mor Manoel Dias Neto	Ceará	Riacho dos Porcos
1704	02	97	Cap. João da Fonseca Ferreira e Antonio da Fonseca Ferreira	Não declarada	Rio Salgado
1704	02	98	Nicolau Lopes Fiuza e João Lopes Fiuza	Bahia	Rio Salgado
1705	01	56	Religiosos da Congregação Nossa Senhora do Carmo. Frei Miguel da Assunção	Olinda-Pe	Ribeiras do Icó, Rio do Peixe e Rio Salgado

1705	08	603	D. Clara de Sá Cavalcante e Albuquerque		Riacho dos defuntos e Riacho do Sangue
1705	01	57	Antonio José da Cunha e José Bernardo Uchôa	Ceará	Ribeiras do Icó e Rio Salgado
1705	01	58	Davi Gomes e Ignacio de Souza Uchôa	Ceará	Sertões de Icó e Cariris
1706	02	105	Rodrigo do Lago, Coronel João de Barros Braga, e demais companheiros	Não declarada	Sertões dos Cariris-Lagoa Quichesi
1706	03	142	Frei Manoel de São Gonçalo e mais religiosos do Convento do Carmo	Não declarada	Riacho do Sangue
1706	03	158	Antonio da Conceição Rabelo	Não declarada	Riacho Figueiredo
1706	03	159	Cap. Manoel Roiz de Souza	Ceará	Riacho Figueiredo
1706	03	169	Cap. João da Fonseca Ferreira	Ceará	Rio Salgado
1706	03	174	Cap. Francisco de Montes Silva	Ceará	Rio Salgado
1706	04	193	Cap. Manel Rodrigues de Souza e Antonio da Conceição Rabelo	Não declarada	Riacho do Figueiredo
1707	04	216	Frei Manoel de São Gonçalo	Não declarada	Riacho Figueiredo
1707	04	217	Sebastião Lopes de Souza	Não declarada	Rio Salgado
1707	04	218	Cap. Pedro de Souza	Ceará	Riacho Figueiredo
1707	04	219	Sargento Mor João da Costa Silva	Ceará	Rio Salgado
1707	04	224	Anastácio Lopes de Melo	Recife	Rio Salgado

1707	04	231	João do Montes e Mais companheiros	Ceara, Rio Grande do Norte e rio São Francisco	Rio Cariús
1707	05	241	Cap. Antonio Esteves e Coronel Domingos Esteves	Jaguaribe	Ribeira do Icó
1707	05	265	Cap. Lazaro Gomes da Silva e Coron. Leandro Bezerra Cavalcante	Pernambuco	Rio Pilão confrontando com a Borborema, sobre os Cariris e Icó
1708	05	289	Alfere Gaspar de Souza Barbalho	Ceará	Riacho Figueiredo
1708	05	291	Tenente Manoel de Franca Ferrão	Pernambuco	Riacho Figueiredo
1708	05	294	Cap. Bento Correia de Lima	Goiana	Riacho dos Porcos
1708	05	296	Cap. Francisco do Montes Silva	Ceara	Rio Salgado
1708	05	298	Manoel Ferreira da Fonseca	Jaguaribe	Riacho da Tapera
1708	05	331	Manoel Pinheiro e Martinho Leal	Banabuiu	Riacho do Sangue
1710	11	25	Comissario geral Antonio Maciel de Andrade e o Sargento Mor Antonio Dias Pereira, Sargento Cosme Barboza de Andrade, Constantino de Araujo Fereira.	Jaguaribe	Rio Salgado em sima da Caza Forte, sitio ou pertençam, do Coronel Manoel Carneiro da Cunha.

Fonte. Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica\Wave Media, 2006. 2 CD ROM.

ANEXO 2

Sesmarias doadas entre 1717-1752

Ano	Vol.	Nº	Favorecido	Procedência	Localização
1714	10	22	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato	Ceará	Brejo da Barboza
1714	10	23	João Mendes Lobato e o Tenente Antonio Barreto de Jezus	Ceará	Rio corrente, detrás da Serra do Araripe e entre o rio de São Francisco
1714	10	24	Coronel Antonio Francisco da Piedade e Donna Inocência de Brito Falcão	Ceará e Pernambuco	Três brejos; nascentes do norte para o sul fronteira com a Serra do Cariri, vertente do rio Salgado
1714	10	25	Tenente Coronel Antonio Lopes Teixeira, Donna Viuva Algina Correa da Costa	Não declarada	Hum Olho d'ágoa, chamado Canabrava, confronte a Serra do Cariri da parte do Poente
1716	10	36	Alfere Simão Ferreira, Luciano Cardozo Vargas, e Francisco Gomes Landim	Jaguaribe	Hum Olho d'ágoa no Riacho dos Porcos(cabeceiras) chamado Amore que desagua no riacho Figueiredo
1716	10	38	José Gomes de Moura	Ribeira do Icó	Hum olho d'ágoa entre o riacho dos Porcos
1716	10	39	Tenente Antonio Lopes Teixeira e Tenente Manoel Cabral de Vasconcelos	Não declarada	Hum riacho chama inferno que desagua no rio Salgado
1716	10	40	Antonio Pinto de Andrade e Simão Rodrigues de Veras	Rio Salgado	Hum olho d'ágoa chamado poxi, nasce na serra dos carihu que desagua no rio Salgado

1716	10	41	José Gomes de Moura, Baltazar da Silva Vieira e Germano da Silva Saraiva	Ribeira do Icó	Hum riacho chamado dos Caraz, nasce na Serra dos Cocos das partes do Carihu e dezagua no rio Salgado
1717	10	45	Alferes Bernardo Duarte Pinheiro	Não declarada	Dois olhos d'ágoa que confrotão com o ricaho da Cayçara
1717	10	46	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato e Lyra, Sargento Mor Manoel Coelho de Lemos, Tenente Mateus Pereira Pymentel, Sargento Mor Antonio Barreto de Jezus, Tenente João Alves Lima	Não declarada	Terras no rio Salgado para cima, começando nas Ingazeiras com toda largura athe o rio corrente vindo pelo carihu
1717	10	47	Felix da Fonseca Jaime, Antonio Medes Lobato e Lyra, Capitão Francsico Mirz. de Matos, Sargento Mor Vancellão do Monte Pereira, Thenente Coronel Jozeph Bernardo Uchôa, Capitão Gregorio do Montes de Souza	Não declarada	Sertão do Cariry, começando nas ilhargas do Rio Salgado pegado da paragem chamada Ingazeiras com toda largura que se achar, buscando o sul athe antestar na serra grande chamada serra do Cariri, pella ribeira da Serra, athe entestar com os últimos providos do rio Salgado, e nascenças da lagoa Carithe, pella lingoa do gentio.
1717	10	49	Capitão Mor Simçao Rodrigues Ferreira, Cosme Ferreira, Ajudante Francisco Ferreira Pedroza, Capitão Augusto Duarte Pinheiro, Coronel Gaspar Pinto, Alferes Antonio Pita	Não declarada	Rio Carihu
1717	10	50	Capitão Mor Simão Rodrigues	Não declarada	Riacno na Serra dos cocos comçando nas cabeceyras do Rio Carihu
1717	10	51	Capitão Augustinho Duarte Pinheiro	Não declarada	Citios de terras e huas lagoas que desagam no rio Salgado, a baixo do boquierão, a qual lagoa se chama porm Lingoa do gentio corô, e outra

					Peripery Gyarocom, e hum riacho carunhata, e a lagoa do ampoty.
1717	10	53	Padre cura Domingos Dias da Silveira	Não declarada	Riacho Mota
1717	05	350	Gregório Martins Chaves	Ceará	Rio Carihu
1717	05	352	Gregório Martins Chaves	Ceará	Rio Carius e Salgado
1717	05	358	Ajudante Fc°. Ferreira Pedroza	Não declarada	Rio Carius e Bastiões
1717	06	369	José Soares de Souza Galvão	Ceará	Concedidas para os Jaguaribaras.
1718	06	392	Amaro de Azevedo de Tayde	Ceará	Rio Salgado
1718	06	399	Tenente Jozeph Ferreira Asso	Ceará	Rio Salgado
1718	06	405	Domingos Dias Parente	Ceará	Riacho dos Porcos
1718	06	409	Cap. Francisco Ferreira Pedroza	Não declarada	Riacho dos Bastiões
1718	06	412	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato	Bahia	Riacho Jenipapeiro
1718	06	413	Antonio de Souza Goulart e seus amigos	Não declarada	Lagoa Quichiê, serra dos Cariris
1719	06	424	Venceslau Gomes da Silva	Não declarada	Rio Caius
1719	06	435	Alfere Lurenço Alves feitosa	Não declarada	Riacho dos Porcos
1719	06	438	Caetanao Sequo das Neves	Não declarada	Rio Bastiões
1719	06	439	Manoel Ferreira de Cervero	Não declarada	Rio Cariús
1719	06	440	Alferes Lourença Alves Feitosa		Rio cariuzinho
1719	06	441	Cap. Antonio Lopes Teixeira e Jozeph Lopes Teixeira	Não declarada	Riacho Mangabeira e Salgado athe serra dos Carihu
1719	06	442	José Gomes de Moura	Não declarada	Riacho das Antas, barra com o rio Salgado
1719	06	443	José Gomes de Moura		Riacho carihuzinho que desagua no rio Salgado
1719	06	449	Sargento mor. Frc° Ferreira Pedroza	Não declarada	Riacho Bastiões
1719	06	451	Comissario Geral Clemante de Azevedo	Não declarada	Riacho dos Porcos
1719	06	459	Vigario Lopes Ribeiro	Ceará	Rio Bastiões
1720	06	471	Com. Geral Lourenço Alves Feitosa e seus amigos	Ceará	Riacho Corrente
1722	11	22	Belchior de Campos Ribeiro, Manoel Ribeiro Campos	Ceará	Hum olho d'ágoa chamado calabça,

					nas Ilhargas das datas dos padres do Carmo de Goyana, no riacho ginipapeiro
1722	11	23	Capitão Miguel Ribeiro Campos	Ceará	Riacho carrapicinho, desagua no rio Salgado
1722	11	28	Coronel João da Fonseca Ferreira, Sargento Mor Manoel Cabral de Vasconcelos, Capitão Antonio Lopes Teixeira		Serras dos Cariry, do nascente ao poente da parte do rio San Francisco, e Piauí fazendo piam na lagoa dos hossos
1722	11	31	Capitão João Nunes da Silva e Pedro Ramires Cordeus	Ceara	Rio Carihus, lagoas, olhos d'ágoa e alguns riachos
1722	11	42	Cornel Manoel de Castro Caldas	Não declarada	Huns olhos d'ágoa na ponta da serra, que vem do Icó, serra da Arara no riacho do meio
1722	11	43	Capitão Gregorio Figueiredo de Barbalho		Olhos d'ágoa chamdo das Antas
1722	11	45	Capitão Luz Coelho Vidal	Ceará	Huma lagoa chamada da Conceição entre o riacho do Sangue e riacho dos defuntos encostado a huma catinga
1722	11	46	Capitão Antonio Lopes Teixeira e Francisco Lopes Teixeira	Não declarada	Riacho Mangabeira, hum olho d'ágoa e um brejo chamado cana brava lavradio para mandioca e mais lavouras
1722	11	59	Thenente Cornel Joseph Bernardo Uchôa e o Capitão Ignacio de Souza Uchôa	Ceara	Riacho dos defuntos e riacho seco, ribeira dos Icó
1723	11	63	Coronel João da Fonseca Ferreira		Sítio lagoa na fralda da Serra de Araripe
1723	11	83	Capitão Bento Correa de Lima, João da Penha e sua Mulher e filhos		Riacho dos Porcos
1723	11	91	Comissário Lourenço Alves Feitoza		Olho d'ágoa no riacho carihi pegando do olho d'ágoa das canas brabas athe fazer no carihi no arryal dos padres

1724	11	106	Bento Ferreira da Fonseca e Bras Ferreira da Fonseca	Ceara	Serra da Mangabeira situada entre os rios Carihu e cariuzinho; hu olho d'ágoa e um riacho
1724	11	111	Comissario Lourenço Alves Feitoza, Coronel Lourenço Alves Penedo e Rocha, Capitam Francisco de Souza Nogueira	Ceará	Cabeceiras do riacho cariú e cabeceiras da lagoa do Cariry toda terra lavradia
1724	11	113	Capitam Manoel Pinheiro Lago	Ceara	Riacho do Sangue (pede ampliação)
1724	11	118	Comissario Geral Antonio Mendes Lobato de Lyra, Capitam Antonio Mendes Lobato	Sertam dos Cariris Novos	Hum riacho nas Ilhargas das terras do defunto Antonio de Brito entre a Fazenda Rayal do Meyo e Cachoeira
1724	11	119	Comissário Antonio Mendes Lobato e Lyra e Antonio Mendes Lobato	Sertam dos Cariri Novos	Hum riacho nas Ilhargas das terras do defunto Antonio de Brito entre a Fazenda Rayal do Meyo e Cachoeira
1724	11	127	Sargento Francsico Ferreira Pedroza	Jaguaribe	Riacho Bastiam hum olho d'ágoa corretnes e lagoas nas cabeceiras de huns riachos que os gentios chamam Avaram, e quinquilares
1724	11	130	Manoel Alves Mesquita, Domingos Bizerra Monteiro e Bonfacio Ribeiro		Hum brejo que nasce entre o sul e o norte e desagua no riacho Aram cujo brejo se chama lpelo nome do gentio boriti. Mais dois olhos d' ágoa no riacho chamado pelo gentio Quimcabatê e desagoa para o mesmo riacho a Serra do Araripe buacando as cabeceiras do riacho dos bastioens

1725	11	137	Capitam Antonio Mendes Lobato e Lira e o Padre José Lobato do Espirito Santo, Capitam João Mendes Lobato, Donna Izabel Lobata e Donna Antonia Lobata	Sertões dos Cariris Novos	Pede datas prescritas, pegando das Ingazeiras para cima pelo rio Salgado
1725	11	138	Padre José Lobato do Espirito Santo, Capitam Antonio Mendes Lobato, Capitam João Mendes Lobato,	Sertões dos Cariris Novos	Rio corrente hindo para o rio San Francisco
1725	11	139	Coronel Francisco do Montes, Coronel Manoel do Montes Silva e Vicencia do Montes Silva	Jaguaribe	Terras de Plantar na ribeira do Cariu pegando da Serra escarpinada ficando os buritizais em meyo athe os últimos brejos da Laogoa grande da enciada da Serra, a nascença do rio Cariu
1725	11	141	Tenente Coronel Antonio Lopes Teixeira		Cabeceiras do seu riacho, frente as terras dos Carihus da parte do poente buscando o rio chamado Carehús
1725	11	143	Comissario Ayres Francisco de Macedo	Jaguaribe	Riacho dos Juca e riacho do gado
1725	11	144	Capitam Antonio Mendes Lobato, Padre Joseph Lobato do Espirito Santo, Capitam Joam Mendes Lobato e Lira, Dona Izabel Lobato e Lira, Dona Maria Lobata, Dona Ana Lobata.	Sertam dos Cariris Novos	Datas prescritas cortando rumo direito as Serras hua parte , e outra do rio correndo para cima athe atestar com a Serra Grande. Nas cabeceiras do riacho Imbuzeiro para dentro da Serra da parte do rio de San Francisco
1727	11	163	Padre Domingos dias da Silveyra		Cabeceiras do rio dos Porcos
1727	12	03	Mathias Pereira de Carvalho	Coreahu	Citio de terras no riacho dos Porcos confronta com a Serra do biatú
1731	12	18	Matheus Pinto da Costa		Sobre a Serra do Araripe, campos bravios e sem agua nos Cariris Novos

1733	12	73	Joam Gonçalves Sobreira	Ceara	Riachos dos Porcos, testada com do Capitam Bento Correa
1733	12	74	Coronel Rodrigues da Costa Araújo	Curaayu	Olho d'ágoa e huns matos fronteira com o riacho dos Porcos
1735	12	121	Capitam Domingos Dias Parente	Capitania de Itamaracá	Riacho Figueiredo na Cayssara entre a Serra do Icó da parte do riacho do Figueiredo que confornta o sitio que foi do Padre Andre Luis e que esta o Capitam Domingos Pereira Chaves
1735	12	123	Pedro Rodrigues de Andrada		Dois Olhos d'ágoa no riacho dos Porcos da parte do poente na testada do Capitam Bento Correa
1735	12	130	Domingos Pereira Chaves	Pernambuco	Datas prescritas no Riacho Figueiredo
1735	13	05	Capitam João Lourenço Torres	Sertam dos Cariris Novos	Sitio Santa Ana
1735	13	17	Tenente Lourenço Pereira, Capitam Mathias de Lima Taveira, Manoel da Silva Pereira e Joam Carneiro	Ceara	Serra do Araripe nas testadas do Sitio Brejo, e o da Porteiras
1736	13	35	Tenente Coronel Manoel de Montes Silva, Florentino de Oliveira e João Ribeiro da Silva		Riacho do Jorge desagua no rio Salgado entre o Sitio do Pilar e Arrayal que forão do Caronel Francisco do Montes Sylva
1736	13	40	Tenente Miguel, de Melo Ferreira		Vargem do riacho Geinipapeiro
1738	14	103	Antonio Nunes Torres		Riacho do meyo ilhargas do rio Salgado dezagoa na Lagoa de Luiz de Andrade
1738	14	104	Dama de Azevedo	San João ribeira do Jaguaribe	Riacho Caiçara dezagoa no rio Salgado

1738	14	114	Capitam Francisco Pinto Cruz		Confirma data de terra onde possui propriedade com gado, engenho, cana e mais lavouras
1739	14	124	Thereza Freire de Carvalho	Icó	Sítio Carrapixo ribeira do rio Salgado e riacho Urubu
1739	14	138	Coronel Manoel Carvalho de Abreu	Ceara	Cariri Novo nas ilhargas do sítio Cuyetê do riacho San Miguel athe as cabeceiras das Imburanas
1739	14	139	Ordem de Nossa Senhora do Carmo, pelo Reverendo Frey Luis de Sam Virginio procurador do Convento	Olinda	Riacho da Palma fazendo barra com o rio Salgado no Cítio Telha do dito Convento
1739	14	140	Ordem de Nossa Senhora do Carmo, pelo Reverendo Frey Luis de Sam Virginio procurador do Convento		Riacho da Palma fazendo barra com o rio Salgado no Cítio Telha do dito Convento
1743	14	157	Jorge Correia Pessoa	Goiana\Itamaraca	Riacho da Antas, Genipapeiro
1743	14	158	Jorge Correa Pessoa	Goiana\Itamaraca	Sítio San Vicnete riacho dos Porcos
1747	07	525	Tenente Cornel Antonio da Silva Correia		Riacho Figueiredo
1751	07	557	Tenente Antonio de Oliveira	Ceará	Riacho do Sangue
1751	07	567	Miguel Alves Bezerra	Ceará	Riacho do Sangue e Caiçara
1751	07	569	Bartolomeu da Costa e Leonardo Bezerra	Ceará	Riacho Jenipapeiro, Icó/fronteira dos Cariris
1752	07	577	Cap. Antonio de Oliveira Teves	Riacho do Sangue	Riacho Caiçara

Fonte. **Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica\Wave Media, 2006. 2 CD-ROM.

